



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Medicina Social

Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro

**Novas conexões, velhos associativismos:
projetos sociais em escolas de samba mirins**

Rio de Janeiro
2009

Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro

**Novas conexões, velhos associativismos: projetos sociais em escolas de
samba mirins**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Planejamento e Administração em Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Alba Maria Zaluar

Rio de Janeiro

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CBC

R484 Ribeiro, Ana Paula Pereira da Gama Alves.
Novas conexões, velhos associativismos: projetos sociais em escolas de samba mirins / Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro. – 2009.
199 f.

Orientadora: Alba Maria Zaluar.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Escolas de samba – Aspectos sociais – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Ação social – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Política social – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 4. Juventude e violência – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Zaluar, Alba. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 394.25(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ana Paula Pereira da Gama Alves Ribeiro

**Novas conexões, velhos associativismos:
projetos sociais em escolas de samba mirins**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Planejamento e Administração em Saúde.

Aprovada em 30 de setembro de 2009

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Alba Maria Zaluar (Orientadora)
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof. Dr. Mario Francisco Gianni Monteiro
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Lina Leão Teixeira
Departamento de Antropologia - IFCS/UFRJ

Prof.^a Dra. Célia Pierantoni
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof. Dr. Jorge da Silva
Coordenação Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas em Ordem Pública,
Polícia e Direitos Humanos / Reitoria - UERJ

Rio de Janeiro

2009

DEDICATÓRIA

Para Paco;

Mãe, Tita e Pequeno grande irmão;

E a todos os colegas do Núcleo de Pesquisa das Violências, pelos treze anos de amizade, aprendizado e solidariedade.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é um longo trajeto. Possível, porém muitas vezes solitário. Percorrer esse caminho não teria sido possível sem um número considerável de pessoas que acreditaram no meu projeto e na minha capacidade de trabalho.

A Alba, por toda amizade e carinho. Não há palavras para agradecer a presença compreensiva e companheira ao longo do meu percurso profissional. Com a Alba eu aprendo diariamente e compartilho a paixão pela música, pelo samba, pelo Rio de Janeiro e pela antropologia.

Ao CNPq, Finep e Instituto Pereira Passos (IPP/PCRJ) pelo apoio para realizar as pesquisas que compõe esta tese.

Aos professores do IMS, Mário Monteiro e Luiz Antonio Castro Santos pelo aprendizado contínuo.

Aos professores do PPCIS, da UERJ, principalmente a minha querida Helena Lewin, ex-orientadora.

Aos membros da banca, que tão gentilmente aceitaram avaliar este trabalho. Agradeço os comentários valiosos do prof. Jorge da Silva e da prof. Célia Pierantoni.

A todos os funcionários da Secretaria, da Biblioteca e do Laboratório, especialmente a Eliete Adriano, Elir Ferrari, Márcia Cristina Bezerra, Cláudia Camello, Carla Carvalho e Sílvia Regina Constancio. Estudar e trabalhar no Instituto é mais prazeroso pela presença e profissionalismo dessa equipe. Agradeço ainda a Carla Carvalho a formatação final deste trabalho.

Das muitas relações que construí ao longo dos últimos anos, tenho certeza que a de Maria Alice Rezende Gonçalves e Maria Lina Leão Teixeira são para toda vida. A elas agradeço a amizade sincera, as risadas, o colo, os conselhos e todo resto. Agradeço também a Isabel Siqueira, Jorge Luiz Carvalho Nascimento, Simone Motta e Thaís Ribeiro Lopes, os irmãos que o universo me deu. Isis Costa McElroy e Emanuelle K. F. Oliveira, tão distantes fisicamente e tão perto emocionalmente, foram fundamentais nesta caminhada. A Rodrigo Monteiro, amigo, querido companheiro de pesquisa, de viagens e principalmente das madrugadas insones.

Danielle Moraes, Cassius Schnell, Carlos Henrique Paiva e Úrsula Paiva: amigos de fé, profissão e bar, presentes sempre. Dan foi, durante este período, dublê de médica, ombro amigo e grande parceira nos diálogos profissionais. Carly Machado, chefe-amiga, amiga-chefe, aquela que não deixou 'minha peteca cair'.

Se existe um mapa do afeto (e é certo que existe), ele é constituído por Adélia Araújo, Alessandra Sciammarella Cejkinski, Ana Cecília Pacheco, Arnaldo Di Pace, Beatriz Conde de Miranda, Cátia Cristina Rodrigues, Cícero Pimenteira, Daise Rosas Natividade, Débora K. Leitão, Elian Araújo, Eneida Maia, Eva Scheliga, Fabíola Cordeiro, Gabriela Freitas Dias, José Eduardo Pereira Filho, Katia Costa-Santos, Koffi Djima Amouzou, Leila Gomes, Leila & Jeremy Lehnem, Leonardo Barreto, Liliane Souza e Silva, Maria Gilda Batista, Maysa Machado, Rosana Rocha, Rosineide Ramos, Vanessa Barros e Vânia Penha-Lopes. A todos, muito obrigada.

Aos colegas e ex-colegas do NUPEVI, pelo que aprendi, produzi e me diverti durante esta nossa viagem: Alessandra Tomé, André Roth, Cosme Elias, Fátima Cecchetto, Geraldine Augusto, Jeanne de Souza Lima, Letícia Freire, Luiz Fernando Almeida Pereira e Márcio Dark.

A turma de sempre, muito amada: Márcia Leitão, Sandra Troyack, Andréa, Marina e Fernando Costa.

Aos meus alunos e ex-alunos, principalmente a André Flau, Gabriela Sousa, Lenita Quagliane e Valéria Maria Almeida, pelo carinho e amizade.

Aos meus muitos colegas de trabalho pelo apoio.

Aos meus entrevistados, principalmente Tia Nilda, Tia Doca (*in memoriam*), Osnir Nascimento, Dona Chininha, Jorge Torresmo, Paulo Alves e Ronaldo Abraão. Generosos e solidários, o trabalho é deles também.

A Minha família por todo investimento e apoio: a minha mãe, Fátima Regina, meu irmão Fernando Antonio e meus tios Ana Maria, Ignácio de Loyola, Lucas Thadeu e Murilo.

A Lúcia Gonçalves e Rômulo Fresche pelo muito que não tenho como expressar aqui.

E a Francisco Manhães. Entre o mestrado e o doutorado foram anos de convivência amorosa e grande amizade. A ele agradeço também pela revisão de boa parte deste trabalho.

Repetir, repetir – até fazer diferente.
Manoel de Barros

Cuidar é usar somente a força necessária para segurar uma vida. Mais do que isso
é agredir. Menos do que isso é quebrar.
Fabrício Carpinejar

Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos preocupados e comprometidos
possa mudar o mundo; de fato é isso que o tem mudado.
Margaret Mead

RESUMO

RIBEIRO, Ana Paula Pereira da Gama Alves. *Novas conexões, velhos associativismos: projetos sociais em escolas de samba mirins*. 2009. 197 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Nas comunidades, a transmissão se dá via oral. No samba não é diferente. Desde a fundação das escolas de samba, crianças e adolescentes participam ativamente, junto com as suas famílias, das atividades dessas escolas, inclusive do desfile carnavalesco. Essas crianças e adolescentes têm, há décadas, espaços próprios nas escolas de samba: a ala das crianças e mais recentemente escolinhas de mestre-sala e porta-bandeira, e participação em baterias mirins, trazendo perspectiva de profissionalização e de renovação nas próprias escolas e por fim, a criação, a partir de 1980, das escolas de samba mirins, que atualmente abrem o carnaval do Rio de Janeiro. Hoje há 16 escolas, agregadas em uma associação específica, majoritariamente derivadas das escolas mães, que trazem nos desfiles mais de vinte e cinco mil crianças e adolescentes na sexta-feira que antecede o Carnaval. As Escolas de Samba Mirins tentam inserir-se nas políticas sociais para a juventude, principalmente a pobre, para a promoção da cidadania e a revitalização do sentido de comunidade. Fundadas nas áreas mais antigas do Rio de Janeiro, principalmente a área de planejamento três – os subúrbios – onde se concentram, estas escolas de samba mirins mantêm estreito laço com sua vizinhança, estimulando a sociabilidade, as relações intergeracionais e a construção da confiança, fundamental para o surgimento da eficácia coletiva e do desenvolvimento do capital social nestes espaços. Além disso, suprem a ausência de áreas de lazer e equipamentos culturais destes espaços, fortalecendo os laços com os vizinhos e amigos e evitando, de alguma maneira, que o tráfico de drogas violento fragmente ainda mais a vida social e cultural da região. Nesse sentido, as escolas de samba mirins contribuem para a valorização da cultura carioca e se constituem enquanto proposta para promoção da saúde e prevenção da violência, principalmente a gerada pelo tráfico de drogas e a repressão policial contra este tráfico com um caráter desagregador nas vizinhanças onde essas escolas se organizaram originalmente.

Palavras-chaves: Escolas de samba mirins. Políticas sociais. Capital social. Eficácia coletiva. Relações intergeracionais. Subúrbios.

ABSTRACT

In communities, the transmission occurs orally. Samba is no different. Since the founding of the samba schools, children and adolescents are actively involved, along with their families, the activities of these schools, including the carnival. These children and adolescents have, for decades, their own spaces in the schools of samba: the section for children and more recently small schools of feast and standard-bearer, and participation in junior batteries, bringing the perspective of professionalism and renewal in schools and Finally, the creation, from 1980, the samba school junior, who now open the carnival in Rio de Janeiro. Today there are 16 schools clustered in a specific association, mostly derived from the parent schools, bringing the shows over twenty-five thousand children and teenagers in the Friday preceding the Carnival. The Samba Schools Mirins try to insert themselves into the social policies for youth, especially the poor, for the promotion of citizenship and the revitalization of the sense of community. Founded in the oldest areas of Rio de Janeiro, especially the planning area 3 - the suburbs - where they are concentrated, these samba schools junior maintain close ties with your neighborhood, encouraging sociability, intergenerational relationships and building trust is vital to the emergence of collective efficacy and social capital development in these areas. In addition, supply the absence of recreational areas and cultural facilities such space, strengthening ties with neighbors and friends and avoiding in some way, that drug trafficking violent shred further social and cultural life of the region. In this sense, the samba schools junior contribute to the promotion of culture and Rio are as a proposal for health promotion and prevention of violence, mainly generated by drug trafficking and police repression against this scourge with a divisive character in the neighborhoods where these schools organized originally.

Keywords: Samba school junior. Social policies. Social capital. Collective efficacy. Intergenerational relations. Suburbs.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 -	Infantes do Lins - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008	193
Fotografia 2 -	Infantes do Lins - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008	193
Fotografia 3 -	Mestre Sala & Porta-bandeira, Inocentes da Caprichosos - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008.....	194
Fotografia 4 -	Ala dos Acadêmicos, Herdeiros da Vila, Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008.....	194
Fotografia 5 -	Bateria, Rainha e Princesa da Bateria, Herdeiros da Vila, Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008.....	195
Fotografia 6 -	Intérpretes, Herdeiros da Vila, Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008.....	195
Fotografia 7 -	Ala Coreografada, Aprendizes do Salgueiro - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008.....	196
Fotografia 8 -	Intérpretes, Corações Unidos do CIEP - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008.....	196
Fotografia 9 -	Público.....	197
Fotografia 10 -	Ala dos Arengueiros, Mangueira do Amanhã - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008.....	197
Fotografia 11 -	Bateria, Mangueira do Amanhã - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008.....	198
Fotografia 12 -	Ala dos Skatistas, Mel do Futuro - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008.....	199
Fotografia 13 -	Ala em homenagem a São Francisco, Estrelinhas da Mocidade - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008.....	199

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Estimativas de percentuais de local de nascimento dos moradores da cidade por Área de Planejamento.....	98
Gráfico 2 -	Estimativa de percentuais dos nascidos no Rio de Janeiro, migrantes e imigrantes moradores de favelas por áreas de planejamento.....	99
Gráfico 3 -	Estimativa de percentuais da cor – raça dos moradores nascidos na cidade do Rio de Janeiro.....	100
Gráfico 4 -	Estimativa de percentuais da cor – raça dos moradores nascidos na cidade do Rio de Janeiro.....	101
Gráfico 5 -	Estimativa de percentuais da cor – raça dos moradores da cidade por Área de Planejamento.....	102
Gráfico 6 -	Estimativa de percentuais da cor – raça dos moradores da cidade por área de planejamento.....	103
Gráfico 7 -	Estimativas de percentuais de percepção do tamanho da vizinhança por Área de Planejamento.....	106
Gráfico 8 -	Estimativas de percentuais de percepção da vizinhança dos moradores de favela por área de planejamento.....	106
Gráfico 9 -	Estimativa de percentuais de moradores da cidade com vontade ou não de mudar de vizinhança por área de planejamento.....	109
Gráfico 10 -	Estimativas de percentuais de moradores de favelas com vontade ou não de mudar de vizinhança por área de planejamento.....	109
Gráfico 11 -	Estimativa de percentuais da vontade ou não de mudar de vizinhança dos moradores da cidade por avaliação de	

deterioração.....	112
Gráfico 12 - Estimativas de percentuais da vontade ou não de mudar de vizinhança dos moradores de favelas por avaliação da deterioração.....	112
Gráfico 13 - Estimativas de percentuais de níveis de sociabilidade de moradores de favelas por áreas de planejamento.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Escolas de Samba do estado do Rio de Janeiro participantes do carnaval 2010 e a relação dessas escolas com as escolas mirins – Grupo Especial (LIESA).....	146
Tabela 2 -	Escolas de Samba do estado do Rio de Janeiro participantes do carnaval 2010 e a relação dessas escolas com as escolas mirins – Grupo de Acesso (LESGA).....	147
Tabela 3 -	Escolas de Samba do município do Rio de Janeiro participantes do carnaval 2010 e a relação dessas escolas com as escolas mirins – Grupo Rio de Janeiro 1 (AESCRJ).....	147
Tabela 4 -	Escolas de Samba do município do Rio de Janeiro participantes do carnaval 2010 e a relação dessas escolas com as escolas mirins – Grupo Rio de Janeiro 2.....	148
Tabela 5 -	Escolas de samba que mantinham projetos sociais, independente da perspectiva de Responsabilidade Social trazida na fundação da AESM-Rio.....	157
Tabela 6 -	Cronologia das Escolas de Samba Mirins (anos 1960 – 2006).....	161
Tabela 7 -	Principais características das Escolas de Samba Mirins.....	167
Tabela 8 -	Escolas de Samba e sua distribuição pelas Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro.....	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESCRJ	Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro
AESM-RIO	Associação das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro
AP	Área de Planejamento
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCJS	Centro Cultural Jongo da Serrinha
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUFA	Central Única de Favelas
DJ	Disc Jockey
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GERMINAL MEL	Programa Germinal MEL (Movimento de Esporte e Lazer)
GRESC	Grêmio Recreativo Esportivo Social Cultural
IMS	Instituto de Medicina Social
IPP	Instituto Pereira Passos
LESGA	Liga das Escolas de Samba do Grupo de Acesso
LIESA	Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro
MV	Mensageiro da Verdade
NUPEVI	Núcleo de Pesquisa das Violências
ONG	Organizações Não-governamentais

PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
RJ	Rio de Janeiro
SESC	Serviço Social do Comércio
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	19
1	GLOBAL, LOCAL E VICINAL: COMUNIDADE E VIZINHANÇA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA OU PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	34
1.1	Em busca do acolhimento: o conceito de comunidade.....	35
1.2	Da comunidade à vizinhança: a ocupação dos espaços na cidade	41
1.3	Comunidade, Vizinhança e Sociabilidade	44
1.4	Prevenção à violência como promoção em saúde	49
1.5	Capital Social & Eficácia Coletiva nas vizinhanças	51
2	A JUVENTUDE NA CIDADE CONTURBADA	53
2.1	Voltando a Georg Simmel	57
2.2	Associação, Sociação e Sociabilidade: bases para a igualdade e confiança	60
2.3	Juventude na América	61
2.4	A Escola de Chicago e os estudos sobre criminalidade	64
2.4.1	<u>Park, Simmel e a penetração da sociologia formal na Escola de Chicago</u>	64
2.5	Quem são esses jovens? O que fazer com eles?	67
2.6	Da importância das relações intergeracionais como estratégia de fortalecimento do capital social e da eficácia coletiva	71
3	SOU(L) SUBURBANO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DOS SUBÚRBIOS	74
3.1	Rio de Janeiro, Purgatório da beleza e do caos	77
3.1.1	<u>Século XIX na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro</u>	80
3.1.2	<u>Século XX</u>	83
3.2	Subúrbio, subúrbios: conceitos	86

3.3	Associações culturais e redes sociais na vizinhança: passado e presente ou quem eram e são os moradores do subúrbio	87
3.4	Suburbano Coração	91
4	VÍTIMAS DO SUBÚRBIO: O PARADOXO DO RIO DE JANEIRO	93
4.1	Perfil dos moradores por área de planejamento: nascidos no Rio de Janeiro, migrantes e imigrantes	96
4.1.1	<u>Perfil dos moradores</u>	99
4.2	Vizinhança	103
4.3	Convivência sociável e confiança entre vizinhos	111
5	NOVAS CONEXÕES GLOBAIS: PROJETOS SOCIAIS PARA JOVENS NA ÁREA DA CULTURA	116
5.1	Juventude, juventudes	119
5.2	Paradigmas de políticas para os jovens vulneráveis: prevenção da violência	123
6	VELHOS E NOVOS ASSOCIATIVISMOS VICINAIS: A JUVENTUDE NO SAMBA CARIOCA	129
6.1	De relações de vizinhança para gestão de projetos sociais	131
6.2	Escolas de Samba e os novos associativismos	136
6.3	Prevenção da violência a partir dos velhos associativismos	138
6.4	Projetos Sociais nas Escolas de Samba	143
6.5	Escolas de Samba Mirins	145
7	O FUTURO DO SAMBISTA E O SAMBISTA DO FUTURO: A ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS DE SAMBA MIRINS DO RIO DE JANEIRO (AESM-RIO)	148
7.1	Império Serrano & Mangueira	149
7.2	Escolas de samba & o jogo do bicho	154
7.3	A Associação das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro (AESM-Rio)	157
7.4	As escolas de samba mirins na ‘burocratização’ de suas atividades	164

7.5	O que estas escolas de samba têm em comum? E qual é o papel da AESM-Rio na organização da vizinhança?	166
8	CONCLUSÃO	169
	REFERÊNCIAS	175
	ANEXO A – Mapa da Cidade.....	185
	ANEXO B – Composição das APs - Área de planejamento.....	186
	ANEXO C – Área de planejamento 3.....	187
	ANEXO D – Áreas de regiões, administrativas e bairros – AP3.....	188
	ANEXO E – Mapas área de planejamento 3.....	191
	ANEXO F – Escolas de samba mirins.....	193

INTRODUÇÃO

Velhas associações

Em uma época em que se fala cada vez mais de emergência do terceiro setor e movimentos sociais do novo tipo, lembrar a importância das associações mais antigas – religiosas e culturais –, ou de um tipo de associativismo espontâneo baseado no voluntariado, surgido ainda no século XVIII, pode parecer um contrassenso.

Esses antigos associativismos nunca foram desprezíveis e fazem parte da imagem ou ideia de um país onde a dádiva, a reciprocidade e o acolhimento foram primordiais na constituição da cultura das classes populares.

“Novas conexões e velhos associativismos” é um trabalho que pretende discutir como antigas formas de associação – aquelas baseadas na ajuda mútua entre parentes, vizinhos e amigos – tiveram de se adequar às realidades contemporâneas. Procura dar conta de suas transformações, principalmente, como as associações ditas tradicionais – nas quais as escolas de samba se encaixam – atravessaram o século XX sendo recriadas e refeitas, enquanto reorganizavam os laços sociais comunitários. Mas hoje, há também que considerar quais os enfrentamentos pelos quais elas passam: a violência gerada pelo tráfico de drogas; as relações que algumas escolas desenvolvem, primeiro com políticos e bicheiros, e, depois, com traficantes e milicianos; a transformação das escolas de samba em empresas ou simplesmente em super-escolas de samba S.A.; a perda de espaço da vizinhança dentro das próprias escolas: a profissionalização no samba carioca; a transmissão da cultura e do saber no samba, entre tantos desafios enfrentados ao longo do século XX e início do século XXI.

Por outro lado, as velhas associações são as associações tradicionais baseadas na ajuda mútua, na confiança entre amigos, parentes e vizinhos, tal como as escolas de samba foram no início. Os novos associativismos são as estratégias que essas associações tradicionais – como as escolas de samba – encontram para se manter (inclusive financeiramente), continuar transmitindo sua cultura e reorganizar suas vizinhanças. Esta introdução pretende, nesse sentido, explicitar as

bases teóricas que nos guiarão, e as questões metodológicas mais relevantes que surgiram ao longo desse trabalho.

O jogo de palavras empregado – associações / associativismos – é significativo na medida em que nos remete a um conceito fundamental em ciências sociais, que é o conceito de associação – ou sociação.

Esse conceito, desenvolvido por Simmel ainda no século XIX, dá conta de um movimento realizado consciente ou inconscientemente pelos indivíduos: por motivos econômicos, políticos, sociais, religiosos, cívicos, esportivos, culturais ou quaisquer outros, os homens se organizam em determinadas associações com um fim específico. Não devemos confundir com o conceito de sociabilidade, também desenvolvido por Simmel, entre outros autores, que aponta justamente na direção contrária: a sociabilidade é a possibilidade de reunião entre indivíduos sem um fim específico – uma forma lúdica de estar, compartilhar, conviver.

O que seria então a associação? Para Simmel no Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, associação é

a forma (realizada de diversas e inumeráveis maneiras) na qual os indivíduos crescem juntos em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, sensuais ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas¹.

Ainda no Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, encontramos D.L.Sills que apontará três características fundamentais das associações:

a) São formadas a fim de promover algum interesse comum a todos os membros; b) Participação que estimulam é voluntária no sentido de que não é obrigatória ou adquirida por nascimento; c) Existem independentemente do Estado e de organizações oficiais.

Da mesma forma desempenham funções extremamente complexas que podem ser latentes ou manifestas. Estas últimas – o atendimento a necessidades de sociabilidade, recreação, uso do lazer, prática de esporte, ação cívica ou política, defesa de interesses específicos – nem sempre são as mais importantes. Mais atenção vem sendo dada as funções latentes, entre as quais duas merecem ser assinaladas: integração social e treinamento em aptidões de organização. No entanto, ambas exprimem apenas o ponto de vista do indivíduo-membro. Do ponto de vista da sociedade, desempenham funções de mediação entre os grupos primários, como a família, a vizinhança etc. e o Estado, de integração de subgrupos e minorias ou de grupos marginalizados na sociedade maior, de afirmação de valores, de participação nas instituições de governo, de educação cívica supletiva ao sistema escolar informal, de promoção de mudança social. Constituem também canais de ascensão e promoção social e sob esse prisma devem ser analisadas segundo a composição social, o status de seus membros. (Ibid, p.374-375)

Se as associações, caracterizadas dessa forma, podem ser pensadas pelo ‘atendimento a necessidades de sociabilidade e a defesa de interesses específicos’,

podemos afirmar que no Brasil, associações voluntárias cuja função de mediação é preenchida pela família, a vizinhança e o Estado não são novas².

Associações deste tipo datam do Brasil colonial quando, ainda no século XVIII, assistimos ao surgimento de grupos e associações de mútua ajuda. De caráter filantrópico e, muitas vezes, religioso, essas associações se caracterizam pela organização em torno de uma demanda comum, específica. Associações de mútua ajuda – de brancos empobrecidos e de negros, escravos ou alforriados - não eram raras. Muitas dessas associações surgiram naquele momento para fazer a mediação entre proprietários de terra e outros segmentos da população, em uma época em que a escravidão prevalecia como meio de sustentação da economia. Elas serviam, por exemplo, como apoio à organização familiar, literalmente, nos casos de vida e de morte: organizavam os trâmites sociais da população nas ocasiões de nascimentos, batizados, casamentos, doenças, enterros e um sem fim de atividades coletivas primordiais. Frequentemente, no caso dos escravos, os grupos de mútua ajuda eram fundamentais para se obter a carta de alforria e a liberdade.

Em muitos casos, as irmandades religiosas reforçaram laços de solidariedade já existentes e fizeram que etnias diferentes se aproximassem em torno das demandas em comum da vida social, da prática religiosa ou do próprio desenvolvimento da sociabilidade.

Na transição do Império para a República, surgiram mais associações e grupos de ajuda mútua. Obviamente, nem todos vinculados à questão do negro no período pós-abolição. Essas associações – esportivas, culturais, cívicas e políticas – foram fundamentais para o desenvolvimento dos direitos civis na população (GOMES, 2006; FONSECA, 2008).

Para Fonseca, havia

no Rio de Janeiro, desde o século XIX, uma intensa vida associativa. Sociedades culturais, recreativas, religiosas, políticas, sindicais e de auxílio mútuo, com ou sem personalidade jurídica, reuniam um grande número de pessoas, desde cariocas, até brasileiros de outras partes do país e de estrangeiros que migraram para o Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades de vida e que aqui, para assegurarem ou ampliarem seus direitos, se organizaram por meio dessas entidades

¹ WOLFF, K. H. *The sociology of Georg Simmel*. NY: Free Press, 1950 *apud* Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário de Ciências Sociais*. RJ: FGV, 1987.

² Hunter (1985), Zaluar & Ribeiro (2009) trabalham com a confluência entre o público e o privado, o que chamaremos ao longo do trabalho da dimensão paroquial.

Basicamente, essas sociedades de auxílio mútuo tentavam oferecer uma rede de proteção social e uma conseqüente melhor condição de vida aos seus associados. Elas proporcionaram, décadas antes de Vargas e sua legislação trabalhista autoritária, algum tipo de segurança social para o trabalhador (Fonseca, 2008)³.

Com as escolas de samba se deu o mesmo. Muitas foram criadas, ainda na década de 1930, da reunião de colegas de trabalho, vizinhos e parentes e são consideradas nesta tese como associações tradicionais. Logo assumem novas formas de associativismo: a participação popular, estimulada por organismos internacionais desde as décadas de 1960/1970, garante hoje a construção do que se pode chamar de capital social. Essa participação popular é conveniente e relevante para o Estado, e fundamental para o desenvolvimento ético e econômico das empresas. A participação popular fomentará o desenvolvimento do Terceiro Setor. Os novos associativismos que caracterizam hoje as escolas de samba passam situam-se na confluência dos três setores da sociedade – o Estado, o empresariado e as Ongs, Oscips, que compõem o chamado Terceiro Setor.

A construção dos novos associativismos

As escolas de samba foram o tipo de associação dita tradicional escolhido para falar dos novos associativismos.

Quando cheguei ao morro da Serrinha, em Madureira, em julho de 1998, eu não tinha noção de como aquelas pessoas e aqueles encontros norteariam minha vida, e minhas pesquisas seguintes.

Naquele momento, início da pesquisa Redes de Tráfico e Estilos de Consumo em três bairros do Rio de Janeiro: Madureira, Tijuca e Copacabana, começamos a visitar Madureira e tentar formar uma rede de entrevistados. A primeira entrevista foi com tia Eulália⁴, baluarte da escola de samba Império Serrano. Tia Eulália tinha em torno de 90 anos e nos apontou a relação do morro com a escola de samba como o caminho principal para a história do Império Serrano e nos indicou alguns entrevistados.

³Entrevista de Vitor da Fonseca, por Miguel Conde. Prosa online, disponível em http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/post.asp?t=vitor_da_fonseca_as_associacoes_no_rio_antigo&cod_post=107336&a=96. Data de acesso 8 de julho de 2009.

⁴Tia Eulália Nascimento – uma das fundadoras da Escola de Samba Império Serrano

As indicações de tia Eulália e da gente da casa levaram ao nome de Arandir Cardoso dos Santos⁵. Procurando por ele, fomos à casa de sua irmã, Iraci, a tia Ira. Arandir, o Careca, nunca foi entrevistado, nem para aquela pesquisa nem para nenhuma outra que desenvolvemos no NUPEVI. Em contrapartida, foi entrevistada toda a sua família: irmãos, sobrinhos, sobrinhos-netos, vizinhos e descendentes de fundadores do Império Serrano.

Em minha convivência com a família Cardoso, pude acompanhar o engajamento político e social e a dedicação em transmitir a cultura oral – via jongo e samba (RIBEIRO, 2003) – às crianças moradoras da Serrinha. Essa família é importante por inúmeros motivos, dentre os quais, ter sido pioneira na criação de escolas de samba mirins e de ter buscado, desde a criação do Império do Futuro, patrocínios para a capacitação dessas crianças. Neste sentido, foi importante tê-los conhecido logo no início da minha vida profissional, porque assim pude tomar contato com as escolas de samba mirins e acompanhar, mesmo que à margem, as transformações pelas quais elas passaram na última década.

Naquele momento, as escolas de samba passavam por muitas modificações em sua estrutura. Ao longo do século XX, as escolas, que foram fundadas a partir dos anos 1930 no Estácio de Sá, passaram por uma série de modificações internas. Inicialmente, tinham sido criadas para favorecer a sociabilidade e o lazer dos moradores de seus bairros, tendo então uma atuação circunscrita a alguns locais da cidade. As primeiras escolas de samba conhecidas difundiram-se do centro da cidade para a zona norte e os subúrbios. De associações recreativas de lazer local, as escolas de samba incorporaram-se ao carnaval carioca, com bases populares, e tornaram-se uma vitrine para cidade, já que o carnaval era o ponto máximo de uma festa que durava o ano inteiro. Também revelavam muito das relações vicinais existentes nos bairros – vários casamentos surgiram dentro da escola de samba e os laços de amizade, compadrio e parentesco foram reforçados neste ambiente de solidariedade entre vizinhos. As escolas de samba agregavam tanto homens quanto mulheres e crianças, sendo, portanto, um espaço de integração entre gêneros e gerações. Em entrevistas, pastoras e baianas conhecidas como Dona Ivone Lara, Tia Doca, Tia Surica e Wilma da Portela apontaram a importância das escolas de samba na construção do associativismo e nos laços sociais.

⁵ Arandir Cardoso dos Santos – filho de Carlinhos Vovô, um dos fundadores do Império Serrano. Dançarino e fundador da Escola de samba mirim Império do Futuro.

Essas mesmas escolas testemunham a transformação do samba carioca em patrimônio cultural e componente da identidade nacional durante o Estado Novo, assim como a chegada, a partir da década de 1970, de transformações estéticas e musicais na produção do carnaval. A década de 1980 nos apresenta o carnaval no sambódromo, construído em 1984, e a transformação das escolas em empresas.

Ao longo dessas décadas, as escolas de samba também atestaram mudanças internas, com relação à sua própria organização: o surgimento da ala das crianças, da ala das baianas e de outras alas com passos marcados. As relações que essas escolas de samba mantiveram com o Estado durante todo esse período também se modificaram. Embora músicos populares e sambistas fossem perseguidos pela polícia desde o advento da República, as escolas de samba passaram a ser favorecidas a partir da década de 1930 por participarem do jogo governamental de construção da identidade nacional. Hoje, muitas escolas de samba recebem apoios institucionais, e, mais recentemente, passaram a participar de projetos de reorganização comunitária e desenvolvimento local e sustentável trazidos pelas demandas da globalização. Percebe-se que as escolas de samba têm muito a contribuir no desenvolvimento de suas vizinhanças, seja fortalecendo laços, seja contribuindo para a maior capacitação educacional e profissional, entre diversos objetivos encontrados para o seu investimento.

Por quê? Hoje as escolas de samba são profundamente heterogêneas e entre suas diferenças estão os locais onde foram construídas, o público que as frequenta, o grupo de que fazem parte, as verbas que recebem e os profissionais que montam seu carnaval – se mais ou menos qualificados e prestigiados. Essas diferenças nas identidades das escolas de samba interferem em maior ou menor grau nas relações com suas vizinhanças, na sua relação com o poder público e com as empresas, na sua capacidade associativa e de organização.

Com as escolas de samba mirins não é diferente. Elas são recentes, datam dos anos 1980 e muitas não têm uma escola de samba-mãe forte e com recursos para desenvolver um trabalho social efetivo com seus participantes. Como foi dito algumas páginas acima, as pesquisas com a Serrinha nortearam um pouco a minha reflexão teórica; estava falando dessas relações estabelecidas e como essas relações alteram os laços sociais existentes.

Voltemos às escolas mirins e como cheguei a elas: a escola de samba mirim Império do Futuro foi fundada em 1983, mesmo ano em que sua escola-mãe, a

Império Serrano começava a entrar em decadência. É, reconhecidamente, a primeira escola de samba mirim. Em 1998, quando cheguei à Serrinha para iniciar minha pesquisa, a escola-mirim completava quinze anos e negociava com o Banco Mundial por recursos para desenvolver projetos com as crianças do morro, mais especificamente, projetos ligados à preservação do samba e do jongo, formando ritmistas e profissionais que montassem as alegorias e os adereços de uma escola, também ensinando às crianças o que era o jongo e a importância de sua preservação.

Naquele momento, as escolas de samba já tinham alguma experiência em captação de recursos para o desenvolvimento dos seus projetos. Esta experiência tinha sido iniciada pela escola de samba Mangueira. A construção de sua vila olímpica e a oferta constante de cursos – tanto na quadra da escola, quanto no CIEP e na própria vila – para pessoas de todas as idades comprovavam que aquela poderia ser uma estratégia de sucesso na organização das comunidades nas quais aquelas escolas estavam envolvidas. É também na década de 1990 que outras experiências que aliavam desenvolvimento comunitário e cultura se faziam presentes: o hip-hop, o funk⁶, o jongo, assim como o próprio samba, passaram a fazer parte de estratégias de tornar visível a juventude dos bairros mais pobres do Rio de Janeiro, e, de alguma forma, a investir em trabalhos de prevenção do uso de drogas ilícitas e da entrada dos jovens no tráfico de drogas.

Com a intensificação da relação entre o samba e o jongo, no início dos anos 2000, e com a rede de contatos estabelecida, o tema do mestrado acabou focado na sociabilidade e conflito em Madureira (na Serrinha), como as relações de vizinhança saíram fortalecidas (e, muitas vezes, enfraquecidas) com os conflitos violentos do tráfico de drogas ilícitas.

Nesse momento, algumas questões relativas a vizinhança já estavam refletidas no trabalho. Durante a dissertação, na qual trabalhei com a sociabilidade no samba e no jongo de Madureira, tinha como hipótese que a violência instituída pelo tráfico de drogas não destruía necessariamente os laços sociais. Em alguns casos, esses laços eram reforçados, rearrumados e reorganizados e as pessoas acabaram se unindo em torno de um objetivo comum.

⁶ Nos anos 1990, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro implantou, via Secretaria de Desenvolvimento Social, o Projeto Riofunk. A ideia era profissionalizar adolescentes de doze a dezoito anos como DJs, atores de teatro e dançarinos utilizando o funk como estratégia mobilizadora.

No caso de Madureira, delimitação do campo da dissertação, a violência e as altas taxas de criminalidade acabaram por criar, tanto na escola de samba Império Serrano, quanto no Jongo – Centro Cultural Jongo da Serrinha, maneiras de enfrentar esses problemas, fosse criando cursos de capacitação na cultura afro-brasileira, fosse organizando maneiras de inserção dos jovens desempregados moradores do morro, fosse inserindo esses jovens na própria escola de samba ou nas atividades do Centro Cultural Jongo da Serrinha.

Na realidade, acompanhar as transformações pelas quais passava naquele momento o campo dos projetos sociais e das associações foi fundamental para perceber a cultura de vizinhança ali existente. A questão do subúrbio para eles era muito importante e ser suburbano significava, em uma determinada forma, ser solidário. O trabalho de campo realizado para o mestrado foi todo marcado pela importância da convivência, da família, dos vizinhos e de como os vizinhos atuavam como família extensa. Foi marcado pela sociabilidade e pela solidariedade, mas não sem conflitos ou cobranças, e, principalmente, pela experiência de perceber algo novo naquelas relações e como elas se adequavam (ou não) àquelas mudanças.

Noções de masculinidade, nação e cidade no samba carioca

Em 2003, após a conclusão da dissertação de mestrado, foi iniciada a pesquisa samba, cidade e nação, na qual sambistas de diversas partes da cidade – mas principalmente oriundos das Áreas de Planejamento 1, 3 e 5 (AP1, AP3 e AP5) – contavam sua experiência com a cidade, com a questão da masculinidade e da violência.

Por uma questão metodológica, utilizamos a técnica de *snow ball*, na qual perguntávamos a eles quais seriam nossos próximos entrevistados e invariavelmente a escolha recaía sobre amigos e parceiros e ex-vizinhos, além de outros membros das escolas de samba, se fosse o caso⁷.

Como começávamos com a história de vida, a importância da família, da transmissão da cultura oral e da senioridade se faziam presentes. Ainda trabalhando neste projeto pude entrevistar outros membros da família Cardoso, amigos e

⁷ As escolas de samba tiveram uma mudança significativa em seus membros e seguidores e uma dessas mudanças, talvez a mais evidente, foi que a escola de samba deixou de ser vicinal e passou a ser de todos e de toda cidade.

vizinhos que puderam enriquecer o cenário do trabalho com crianças e jovens. Tivemos a oportunidade de conhecer um pouco melhor, como o samba poderia funcionar como fator socializador para crianças e adolescentes. A pesquisa foi realizada durante os anos de 2003 e 2004, e durante este período entrevistamos 33 pessoas⁸, com diversas inserções profissionais nas escolas e no próprio mercado fonográfico do samba. Dos 37 entrevistados, 33 nasceram em contato com o samba e foram socializados dentro das escolas de samba, dos clubes carnavalescos ou blocos: pais que os levavam aos ensaios e desfiles, contato com vizinhos compositores e intérpretes.

Avaliação do projeto Germinal Mel [2004/2005]

Em 2004, os pesquisadores do NUPEVI, sob a coordenação da professora Alba Zaluar, foram contratados para analisar o projeto Germinal Mel.

O Projeto Germinal Mel é um projeto de esporte e lazer desenvolvido no município do Rio de Janeiro. Foi implantado durante o governo César Maia e tinha como objetivo principal oferecer uma atividade às crianças e adolescentes em horários alternativos aos da escola. Eram montados a partir da demanda comunitária e empregavam os próprios moradores como fiscais e instrutores, valorizando o vínculo comunitário e de vizinhança.

A partir do desejo e da disponibilidade física (quadra de esportes, campo de futebol/voleibol, sala na associação de moradores), entrava-se com um pedido na Secretaria de Esporte e Lazer da PCRJ e, após aprovação, montava-se um núcleo, com atividades com dias e horários pré-estabelecidos em função da disponibilidade de instrutores formados (moradores locais), que seriam contratados por uma ONG ligada à Secretaria de Esporte e Lazer.

Esse projeto é importante em suas comunidades, pois tem como proposta a integração, nem sempre alcançada, de alunos e moradores, independente do

⁸ Aqui considerando apenas as entrevistas realizadas com a minha participação (em sua maioria em parceria com o pesquisador Cosme Elias). Foram 27 profissionais em 2003, e como a pesquisa se estendeu apenas até a metade do ano em 2004, entrevistamos naquele ano apenas dez profissionais. Desses, a esmagadora maioria de homens. Foram 29 homens para apenas oito mulheres (ex-porta-bandeira & nora de bicheiro, presidente de escola de samba, esposa de presidente de escola de samba, articuladora de projeto social, compositora reconhecida no subúrbio e as quatro integrantes mulheres da Velha Guarda da Portela. Ao longo desse um ano e meio, fizemos contato, porém sem sucesso, com mais cinco compositoras e intérpretes de samba. A curiosidade está em que durante a pesquisa conhecemos esposas e filhas dos profissionais do samba, profundamente ligadas às escolas, mas que não foram indicadas para as entrevistas, apesar de muitas participarem ativamente das conversas que tivemos com seus familiares.

gênero, religião, cor, idade e das necessidades especiais que os alunos pudessem ter. Esta proposta de integração e inclusão se reflete nas atividades desenvolvidas pelos alunos, como dança, futebol, voleibol, artesanato (entre as mais comuns), sem que haja, em muitos núcleos, divisão de gênero dentro da prática esportiva (times mistos, por exemplo) e a participação de meninos e rapazes em atividades tidas como predominantemente femininas como artesanato ou dança.

Durante a avaliação tivemos contato com a escola de samba mirim Mel do Futuro, fruto do desejo desses núcleos que trabalhavam com dança e artesanato de participar do carnaval das escolas mirins. Acompanhamos a montagem do carnaval de 2005 da Mel do Futuro e essa foi a terceira oportunidade que tive de pensar nas escolas de samba mirins e vivenciar o cotidiano delas, além de refletir, mais uma vez, sobre o papel socializador do samba, desde a infância, e a importância da vizinhança na transmissão da cultura e na prevenção da violência. Visitamos núcleos no Grajaú e Jacarezinho e encontramos durante a avaliação, nossos velhos conhecidos de Madureira, agora com um núcleo do projeto Mel na Serrinha. Ao contrário das escolas de samba mirins, que têm como foco de trabalho o desenvolvimento de suas comunidades locais e o desenvolvimento da vizinhança, o que diferencia a Mel do Futuro das outras escolas de samba é que, por ter núcleos espalhados por todo município, ela tem a participação de crianças de vários bairros. Cada núcleo pode virar uma ala. Cada comunidade se mobiliza para pensar sua ala e a participação de suas crianças. Em contrapartida, as escolas de samba mirins, de uma forma geral, para cumprirem as regras de sua associação, estão localizadas em um determinado bairro, mas atendem a um público de diferentes bairros ou das escolas mães.

A outra diferença é que, ao contrário das outras escolas mirins que nasceram concebidas como projetos sociais, para trabalhar em parceria com a prefeitura, a escola de samba mirim Mel do Futuro nasce dentro da prefeitura, organizada pelos técnicos e funcionários da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, em parceria com os líderes locais, que atuam como instrutores, coordenadores e fiscais. Em seu livro *A vila olímpica da verde-e-rosa*, Gonçalves (2003) já apontava para o fenômeno de transformação das escolas de samba em espaço fomentador de projetos sociais, culturais e esportivos. Essas escolas mirins, inclusive a Mel do Futuro que tivemos a oportunidade de avaliar juntas, não eram diferentes nesse sentido, e, ao contrário, tinham sido criadas em grande parte, nesta perspectiva.

A esta altura já tínhamos algumas desconfianças ou hipóteses, que seriam mais bem refletidas ao longo das pesquisas de vitimização: cidade [2005/2006] e favelas [2007] e do próprio trabalho de campo desenvolvido para a tese.

A vizinhança ou o local de moradia – mesmo os mais deteriorados – eram fundamentais para a socialização e o desenvolvimento da sociabilidade dos moradores. O apreço pela cultura carioca do samba, o respeito pela diversidade religiosa e uma capacitação profissional podem (e frequentemente são) desenvolvidas entre a família e a vizinhança que no subúrbio pode ser entendida como família extensa).

As práticas associativas ao longo do século XX, no subúrbio, passaram pela criação e construção da noção de vizinhança: as associações recreativas e esportivas, as cívicas e trabalhistas e alguns sindicatos tinham a vizinhança como base de instituição. Era o caso dos carregadores do Cais do Porto, por exemplo, organizados pelo Centro da cidade, Mangueira e Madureira.

Muitos dos profissionais do samba entrevistados desenvolveram seu dom e sua prática em família, entre amigos e vizinhos. O contato com o samba se deu ainda na infância. Vários compositores da Mangueira entrevistados, por exemplo, lembraram do contato com Cartola, Carlos Cachça e outros fundadores importantes para justificar o amor pela escola e a opção pela vida profissional no samba. A admiração e o respeito entre gerações manifestam-se aqui também, e é mais antigo que a própria lógica da construção dos projetos sociais baseados nas relações intergeracionais.

De um modo geral, o investimento em crianças e jovens torna-se necessário e urgente, sobretudo, em vizinhanças vulneráveis, onde o tráfico de drogas se firmou e passou a utilizar uma mão de obra cada vez mais jovem para o desenvolvimento do comércio ilegal.

Esse investimento em projetos para crianças e jovens passa a ser estimulado pelo Estado ao longo dos anos 1990 e isso é muito claro para os entrevistados dos projetos anteriormente descritos. O trabalho das ONGs e os projetos com funk ou hip-hop, com samba ou com jongo eram necessários para desenvolver talentos, estimular o respeito entre gerações e capacitar para o trabalho, fazendo com que os jovens se tornassem atores principais de suas próprias histórias, isto é, estimulando a liderança juvenil. Nossos entrevistados, em maior ou menor grau, estimulavam e participavam dos projetos e, considerando o contato do jovem com a cultura do

samba como fundamental e rejuvenescedor. Isto posto, passamos para o sexto ponto, justificativa para a existência desta tese e delimitação do campo estudado.

Ao contrário das escolas de samba do grupo especial e do grupo de acesso – que atraem pessoas de toda cidade e estão imersas em acusações de favorecimento político e financeiro, corrupção, pacto com o mercado, crescimento exagerado em detrimento da ligação comunitária e ligações com o tráfico de drogas–, as escolas mirins e os projetos sociais que trabalham com os jovens nas escolas de samba não se baseiam na competição e precisam se manter à margem desses escândalos para conseguir financiamentos para o trabalho com as crianças e adolescentes. Seu foco é o desenvolvimento local.

Novas conexões, velhos associativismos

Como cheguei ao tema proposto pelos caminhos percorridos? Este trabalho não é sobre a família Cardoso dos Santos, ou sobre Madureira. É um trabalho que se propõe a analisar as transformações urbanas no subúrbio, e como os conceitos de capital social e de eficácia coletiva se fortaleceram nas últimas décadas. Pensando assim, as escolas de samba em um primeiro momento, e as escolas de samba mirins, posteriormente, acabam por refletir, na prática, o crescimento desses conceitos em ações relacionadas ao associativismo, ao voluntariado e ao desenvolvimento comunitário.

O tema, mais especificamente, será o desenvolvimento do capital social nas vizinhanças e as estratégias para diminuir as desigualdades e a violência e a delimitação são as escolas de samba mirins do município do Rio de Janeiro.

Temos dois problemas e uma única hipótese: 1) Qual é a relação entre a recuperação e a reorganização das vizinhanças e a diminuição da desigualdade e da violência gerada pelo tráfico de drogas e pelas milícias; 2) Como o trabalho desenvolvido com uma juventude vulnerável dentro das escolas de samba pode ser importante para medirmos o capital social e a eficácia coletiva, além de refletirmos sobre o próprio desenvolvimento comunitário? Nesse sentido, a nossa hipótese, neste trabalho, é a de que as vizinhanças em subúrbios tão degradados podem se organizar, por meio de estratégias associativistas e da própria sociabilidade, para construir capital social em suas comunidades, diminuir as desigualdades e a própria violência

Este trabalho é importante na medida em que reflete a trajetória do subúrbio do Rio de Janeiro e suas vizinhanças no período da República, o modo como as vizinhanças foram se capacitando e negociando políticas clientelistas que objetivassem o desenvolvimento comunitário, o respeito às lideranças locais, etc.

Nosso objetivo geral é refletir a construção do capital social e a eficácia coletiva no subúrbio carioca, a partir do trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes em escolas de samba mirins. Como objetivos específicos, questões como desenvolvimento comunitário, organização política, relações interétnicas, intergeracionais e de gênero na construção desses projetos serão abordadas.

Esta não é uma tese de antropologia no sentido estrito do termo. Ela é interdisciplinar e dialoga com os diversos campos de estudo das ciências sociais e da saúde coletiva. Nesse sentido, a pesquisa etnográfica, com trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas, observação participante (e em muitos casos, participação observante) se aliou com a pesquisa histórica sobre a constituição dos subúrbios e das favelas do Rio de Janeiro (principalmente no terceiro capítulo), além da utilização de dados quantitativos das pesquisas de vitimização desenvolvidas no NUPEVI: a da cidade (realizada entre 2005 e 2006) e a das favelas (realizada em 2007), mais especificamente o quarto capítulo.

Definição dos Capítulos:

Capítulo 1 – Global, Local e Vicinal: Comunidade e vizinhança na prevenção à violência ou promoção da saúde.

O objetivo deste capítulo é situar a discussão sobre os diversos sentidos teóricos dos conceitos de comunidade e de vizinhança e como as mesmas se relacionam com as esferas públicas. Um dos objetivos específicos do capítulo é estabelecer uma relação da comunidade com a construção da identidade, do respeito e da cooperação, enquanto na mesma medida, pode-se pensar uma vizinhança enquanto comunidade, porém mantendo uma base territorial a ser definida e estabelecida pelos membros desta.

Consideramos que o discurso sobre comunidade e vizinhança pode ser instrumentalizado pelos entrevistados, mas raramente é utilizado de uma forma vazia, sem propósito. Nas entrevistas realizadas, o pertencimento a uma associação

cultural ou religiosa é fundamental na organização local e na própria construção destas identidades.

Capítulo 2 – A juventude na cidade conturbada

O segundo capítulo trabalha com a ideia de que, na modernidade e na pós-modernidade, a fragmentação do mundo conhecido até então trazendo uma intensa discussão, que atravessa os séculos XIX e XX, sobre estas mudanças. O foco da discussão são as transformações da cidade e a juventude, um dos grupos mais vulneráveis a transformação destes tempos.

Capítulo 3 – Sou(l) suburbano: Formação histórica e política dos subúrbios.

Neste capítulo apresentaremos como o subúrbio do Rio de Janeiro constitui seu espaço político e geográfico e as implicações que as primeiras remoções de favelas, desmantelamentos de cortiços e reformas urbanísticas criaram para toda a cidade. Em um segundo momento, será possível discutir, por meio de entrevistas realizadas e do material de aporte teórico, como a sociabilidade e as relações de confiança e respeito foram desenvolvidas entre os vizinhos nesses subúrbios. Esta segunda parte será essencial para dialogarmos com o primeiro capítulo, no qual trabalhamos de forma mais aprofundada com as relações (e conceitos) de vizinhança e comunidade e o capítulo quatro, no qual apresentamos os dados das pesquisas de vitimização.

Capítulo 4 – Vítimas do subúrbio: o paradoxo do Rio de Janeiro

Apresentaremos os dados das pesquisas de vitimização realizadas pelo Núcleo de Pesquisas das Violências (NUPEVI), na cidade e na favela, apontando, por meio dos dados sobre vizinhança e sociabilidade como se constitui o que chamaremos de paradoxo do subúrbio. Estes dados são relevantes, pois dialogam com a implantação de políticas públicas e dos projetos sociais nos subúrbios.

Capítulo 5 – Novas conexões globais: Projetos sociais para jovens na área da cultura

O objeto de minha reflexão neste quinto capítulo é a constituição de projetos sociais do Rio de Janeiro que tratem a questão da juventude, principalmente as

novas formas de associativismo que priorizam o protagonismo juvenil, se diferenciando desta maneira dos velhos associativismos.

Capítulo 6 - *Velhos e novos associativismos vicinais: A juventude no samba carioca.*

O objetivo deste sexto capítulo é compreender de que maneira as escolas de samba têm se inserido na discussão sobre a importância e o papel dos projetos sociais. Como elas têm dialogado com o empresariado brasileiro, com a prática de Responsabilidade Social e com o Estado e como as relações intergeracionais se alteram ou não dentro dessa dinâmica. Há uma mudança significativa na vida dos jovens atendidos nos projetos sociais desenvolvidos pelas escolas de samba?

Capítulo 7 - *O futuro do sambista e o sambista do futuro: A Associação das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro (AESM-Rio)*

A Associação das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro (AESM-Rio), fundada em 2002, agrega hoje 16 das 18 escolas de samba mirins, em sua maior parte derivações das escolas-mães, e que trazem em seus desfiles mais de vinte e cinco mil crianças e adolescentes na sexta-feira que antecede o Carnaval. Enquanto participantes da associação, as Escolas de Samba Mirins tentam inserção na discussão das políticas sociais para a juventude, principalmente a juventude pobre, a promoção da cidadania e a revitalização do sentido de comunidade. A partir das entrevistas com os presidentes, colaboradores e participantes de algumas destas escolas, percebemos que as escolas de samba mirins constituem hoje uma proposta para a reversão da violência, principalmente a gerada pelo tráfico das drogas ilícitas, além de trabalhar com a cultura carioca e a importância das escolas de samba como símbolos de uma identidade étnica e nacional.

1 GLOBAL, LOCAL E VICINAL: COMUNIDADE E VIZINHANÇA NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA OU PROMOÇÃO DA SAÚDE

Quem haveria de pensar que a tempestade sopra mais forte quanto mais se afasta do Paraíso?

Benedict Anderson, 2008

A comunidade está em crise, mas é um desafio a ser superado.

Robert Putnam, 2003

Quando criança, eu morava em um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, pequeno, imprensado entre dois outros, grandes e com muito comércio. Sabia que era manhã por que os galos avisavam. Sabia que era tarde, pois o cheiro inebriante da fábrica de biscoitos enchia o ar. Sabia que era noite, pois o arrastar de cadeiras nas calçadas e a liberdade de se correr nas ruas davam uma sensação única. As memórias da infância têm sido substituídas gradualmente pela imagem de decadência e de deterioração urbana do *meu* bairro. Os sons, cheiros e sensações, perderam-se. Eu fazia parte de uma vizinhança e de uma comunidade, mas não sabia disso ainda.

A visão do bairro em que vivi, elaborada ao longo da minha infância, abrange aspectos da vida em sociedade que são fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho: a sensação de pertencer a um grupo, a construção do *self*⁹ e o impacto destes aspectos na emergência de políticas sociais locais.

Fiz e faço parte de diversas comunidades, mas a minha inserção nas vizinhanças em que moro e morei traz consigo questões específicas como a capacidade que minha família e eu tínhamos de estabelecer redes, o desenvolvimento da sociabilidade e a confiança emergente dessas relações. Além disso, em cada momento, estes três pontos se desenvolveram de maneira muito própria, pois cada vizinhança está inserida em um território que tem uma inscrição histórica, demográfica, e geográfica única que o diferencia dos outros espaços da cidade.

Neste capítulo se discute como o conceito de comunidade e vizinhança diferem entre si e quais são os significados e usos específicos de cada conceito.

⁹ Para Ian Burkitt (2008), a formação do *self* se refere a multiplicidade de eus que todos nós temos. Criamos identidades e eus diversos na medida em que exercemos identificações com o que são oferecidos à nós. Os papéis que exercemos em nossas vidas não estão pré-determinados, nós vamos aprendendo a nos conhecer descobrindo os papéis que exercemos e podemos exercer. Esta formação do *self* está em constante processo.

Como consequência, de que maneira as pessoas que fazem parte destas comunidades e vizinhanças se relacionam e dialogam para a construção de políticas sociais? A terceira questão a ser abordada é como o desenvolvimento destas políticas sociais locais pautadas na comunidade e nas vizinhanças absorvem conceitos da teoria social, tais como o conceito de capital social, o de cultura cívica e de eficácia coletiva, transformando sua prática associativista. Para isso, começaremos diferenciando comunidade de vizinhança.

1.1 Em busca do acolhimento: o conceito de comunidade

Em seu livro *Comunidade* (2003), Zygmunt Bauman inicia sua argumentação afirmando que todas as palavras têm significados, mas apenas algumas delas guardam sensações. Comunidade é uma palavra sensorial. A comunidade, ou, pelo menos, sua ideia primordial, sempre remete a uma coisa muito boa: o lugar dos cheiros, dos gostos e do acolhimento.

Como Bauman nos lembra

Comunidade é um lugar 'cálido', um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros (BAUMAN, 2003: p. 7-8)

Em um mundo de incertezas e inseguranças, ambiguidade e deslocamento, de fragmentações identitárias e transformações cada vez mais aceleradas, o ideal de estar em comunidade, pertencer a uma comunidade, voltar à sua comunidade, é o que muitos de nós procuramos alcançar, junto com a busca por segurança¹⁰. A comunidade seria, assim, o retorno ao paraíso perdido ou a busca pelo paraíso nunca encontrado.

Ao menos teoricamente, o homem do século XIX, tentou, de diversas formas, construir o ideal comunitário. Os conceitos de sociação e sociabilidade demonstram

¹⁰ Uma das questões primordiais no desenvolvimento de conceitos como comunidade e vizinhança é que, quando inseridos em grupos mais coesos e de maior solidariedade, maior é a confiança estabelecida entre os membros do grupo, mas também aumenta a segurança ou a sensação da mesma. Estou aqui fazendo uma associação entre segurança, medo e violência, um dos maiores problemas que se enfrenta hoje ao falar das políticas de segurança pública. Este medo é decorrente da ausência de confiança nas instituições e nos governos, como também da ausência de confiança e solidariedade entre os moradores da cidade. Sentimos-nos inseguros por que não confiamos no monopólio legítimo da violência, da qual detém o Estado. Temos medos e nos sentimos inseguros por conta da possibilidade de sermos, nós e nossa família, vítimas da violência.

que, mesmo com as diferenças existentes entre os homens (classe, religião, escolaridade, profissão), haveria em algumas áreas da sociedade uma possibilidade de fundar uma comunidade. Nos Estados Unidos, a Escola de Chicago tentou, por meio de suas teorias e de uma proposta de construção de políticas públicas, a integração dos imigrantes das mais diversas origens e etnias, como defendeu também, em última instância, a própria integração racial e social. No caso brasileiro, isso se deu de maneira diferenciada, já que mesmo com todo preconceito existente no Brasil, não tivemos processos de segregação étnica/racial como os Estados Unidos e a África do Sul.

Hoje no Brasil, discutir o conceito de comunidade e a própria prática comunitária pode ser complicado. Nos dias atuais, tudo pode ser entendido como comunidade. A prática comunitária, quando existente, é amplamente valorizada na mídia, nos projetos sociais, e até mesmo em alguns locais, especialmente aqueles onde moram os pobres.

O significado da palavra comunidade será diferente no espaço da cidade. Pouco se fala de comunidade na Zona Sul da cidade, mas, nas favelas e bairros do subúrbio do Rio de Janeiro, o seu uso pode ser contínuo. Nestes espaços, quando pratico minha religião, faço isso em comunidade. O mesmo ocorre quando elaboro projetos sociais, culturais e esportivos; faço isso para a comunidade e em prol do ideal comunitário. É a esse processo de construção e reconstrução comunitária que Bauman (2003) e Anderson (2008) se referem quando discutem a distância que nos separa do paraíso (comunitário).

Essa discussão esconde armadilhas que devemos evitar: em primeiro lugar, a armadilha de pensar que tudo pode e deve ser resolvido na ideia de comunidade, como se cada grupo fosse permeado por uma solidariedade intrínseca, idealizando estas comunidades como grupos homogêneos e estáticos, portanto, livres de conflitos. Outra armadilha é acreditar que todos querem participar da comunidade, do acolhimento ou do controle social que a sensação de pertencer a ela acarreta. Estamos longe disso. Utilizando a metáfora associativista de Putnam (2003), temos o direito de jogar sozinhos, tentar viver com a maior liberdade possível, criando o mínimo de laços sociais.

De alguma forma, a comunidade é um daqueles termos que tudo explica e nada explica, em decorrência do esvaziamento e vulgarização frequentes. Porém,

se o conceito de comunidade pode se esvaziar e vulgarizar, o mesmo não ocorre com a prática comunitária. Percebe-se que, para as pessoas de uma forma geral, o conceito e a própria prática comunitária estão em constante reconstrução, como uma fênix. Em entrevistas realizadas desde a década de 1990 pelos pesquisadores do NUPEVI (Núcleo de Pesquisa das Violências), o sentimento de pertencimento a uma comunidade é uma constante.

Nas entrevistas realizadas no âmbito do projeto *Noções de Masculinidade, Nação e Cidade no Samba Carioca* os diversos profissionais entrevistados faziam questão de ressaltar seu pertencimento. Este pertencimento, usualmente atribuído à vivência comunitária, poderia relacionar-se a um grupo de lazer, à ala de compositores da sua escola, a uma vizinhança específica, ou mesmo ao sindicato que regula sua inserção profissional. Acompanhamos, durante alguns meses, um grupo de integrantes da escola de samba Mangureira que se reunia há mais de trinta anos para decidir atividades da escola e da própria ala da qual faziam parte.

Este grupo, exclusivamente masculino, em uma faixa que ia dos 35 aos 81 anos, cuidava não apenas das atividades que para esses homens era de lazer, como churrascos, peladas, festas e serestas, como também se mobilizava nas atividades da Vila Olímpica da Mangureira e da escola de samba mirim Mangureira do Amanhã. Alguns componentes mais antigos também se desdobravam no cuidado aos jovens moradores do morro, buscando oportunidades para que estes se profissionalizassem, até mesmo fora dos projetos desenvolvidos pela própria escola de samba.

Cursos de estamparia, metalurgia, formação de torneiros mecânicos para os homens e de corte e costura e de cabeleireira para as mulheres eram arranjados por estes antigos moradores do morro e componentes da Escola de Samba que atuavam como tutores ou instrutores desses cursos e agentes sociais em seus bairros e vizinhanças.

O depoimento de C., 53 anos¹¹, componente de uma das alas mais antigas da escola e morador do morro da Mangureira, atesta isso. Durante toda a sua entrevista, ele pontuou a importância de ter nascido na Mangureira, de ter ajudado no bar que os pais mantinham no morro, de pertencer a uma ala na escola de

¹¹ Entrevista realizada em 2007 para a pesquisa da tese.

samba e de estar de alguma forma retribuindo sua formação e qualificação profissional (de metalúrgico) à comunidade.

Ao falar dos projetos sociais que desenvolve de maneira quase independente, ele aponta:

[...] ministrei vários cursos aqui de eletricista, formei mais ou menos uma faixa de mil de duzentos, meninos e meninas, aqui nesse sindicato (*dos metalúrgicos*), fora outras atividades culturais aqui mesmo. Hoje eu estou secretário do grêmio dos aposentados, cargo que me orgulho muito. E tocando a vida, não é? A gente não pode parar porque sempre tem uma necessidade pra gente ajudar. E também estamos envolvidos com outro projeto aqui, que envolve pessoas especiais, síndrome de down, cadeirante, é... até outro tipo de especialidade na intenção de aproveitar mão-de-obra deles na, com música. A gente está montando uma escola de samba só com especiais. E já temos uma mini-bateria, temos passista, temos porta-bandeira, já estamos fazendo alguns shows aí pelas prefeituras que tem APAE ou coisa parecida pra poder ferventar um pouco mais o projeto, viu?"

Do cuidado com os mais jovens, passou-se a projetos sociais que tentam atender as demandas da comunidade como um todo, independente do gênero, idade, renda ou escolaridade. Quanto ao local de moradia, o projeto de C., como vários outros, tem a limitação de poder atender apenas a sua vizinhança, pela própria demanda local¹². Embora a perspectiva da fala de C seja comunitária, sua atuação é na vizinhança, tanto pelos alunos que frequentam seus cursos, quanto pelo local onde os mesmos são oferecidos. O sindicato onde ele oferece os cursos e do qual faz parte fica muito próximo ao morro.

Assim como o projeto desenvolvido por C., encontramos em outro momento das pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo, na avaliação do programa *Germinal Mel*¹³, uma grande preocupação com o espaço de organização comunitária: a busca pelas melhores condições de vida, a tentativa de fazer do projeto um momento de construção da cidadania no qual fossem discutidas as questões urbanas e ambientais do bairro, a manutenção da associação de moradores, entre outros elementos que faziam, na sua essência, que as pessoas se preocupassem com seus amigos e vizinhos. Logo após o término das atividades, não jogar papel na rua, não quebrar as lâmpadas da pracinha, organizar os núcleos onde o projeto *Mel* atuava, tudo isso abrangia alguns movimentos: em primeiro lugar, a importância da comunidade e da vizinhança; em segundo, o cuidado com os mais jovens,

¹² “Na Mangueira temos muitos jovens, não dá para atender ninguém de fora”, diz o entrevistado.

¹³ PROGRAMA GERMINAL MEL (MOVIMENTO DE ESPORTES E LAZER): O Programa Germinal Mel começa a ser desenvolvido ainda na década de 1990 por funcionários da Secretaria de Assistência Social, que havia participado da implantação do Projeto Favela-Bairro. Este programa oferece, “gratuitamente, atividades esportivas, culturais e recreativas. Considerado o de maior capilaridade do Município (atendendo a mais de 900 comunidades de baixa renda), este projeto socioesportivo possui núcleos com aulas de atletismo, vôlei, futebol e natação, e oficinas de dança, música, teatro, artesanato, entre outras”. São 300 núcleos, espalhados em todo município, atendendo a crianças e jovens de 7 a 21 anos. In.: <http://www2.rio.rj.gov.br/smel/GerminalMel.html>

considerados como a esperança de vida melhor e o futuro do país; em terceiro, uma preocupação constante em proteger estes jovens da vulnerabilidade e dos riscos próprios da idade; e mais, de capacitá-los e aumentar suas autoestimas, de modo que eles possam, em um futuro próximo, fazer isso sozinhos.

Voltando a Bauman (2003), as sensações às quais a palavra comunidade nos remete não são homogêneas e se, para mim, fazer parte de uma comunidade me lembra o cheiro da fábrica de biscoito, para alguém nascido na Mangueira, pode lembrar uma melodia de Cartola. E ambas são imaginadas tanto quanto a comunidade o é também.

Será Anderson (2008), em seu livro *Comunidades Imaginadas*¹⁴, que dará o tom deste debate. Para ele

[...] qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas (ANDERSON, 2008, p. 33).

Se a Mangueira, apontada em um exemplo anterior, se imagina uma comunidade é porque se construiu como um território com símbolos próprios, por ter-se constituído como vizinhança há décadas e por existir ali uma rede de apoio mútuo. É assim também porque uma das escolas de samba mais famosas do Brasil se localiza ali, porque seus moradores se reconhecem nos seus fantásticos compositores, por ter feito parte da história do carnaval carioca e do próprio Rio de Janeiro. A Mangueira também se reconhece como comunidade porque, nas últimas duas décadas, construiu um trabalho social notável¹⁵ com a juventude do seu bairro e da cidade, inserindo-os profissionalmente, orientando-os para a prática desportiva e transmitindo a cultura do samba para outras gerações. Não acabou com o tráfico de drogas nem com a violência no local, mas certamente contribuiu para diminuir bastante os efeitos e o número de afetados por tais fenômenos contemporâneos.

Aqui podemos apontar duas questões fundamentais que serão abordadas ao longo deste trabalho. A primeira é que as comunidades idealizadas pelas empresas que operam na lógica da responsabilidade social, pelo Estado que monta políticas

¹⁴ Estou aqui falando do conceito de Comunidades Imaginadas, muito utilizado para falar dos processos de construção das nações e dos nacionalismos, mas poderia ser perfeitamente utilizado para falar da construção das identidades e do próprio *self*.

¹⁵ Gonçalves (2003) e Costa (2006) realizaram seus trabalhos de doutorado sobre a Vila Olímpica da Mangueira. Enquanto a primeira concentrou suas análises nos projetos sociais para a juventude pobre e nas transformações geradas nas vidas destes jovens por estes projetos, a segunda analisou as questões da Responsabilidade Social Empresarial. Nas duas pesquisas, a eficácia e os resultados apresentados na

públicas e pelo Terceiro Setor que desenvolve muitos dos projetos sociais implantados nestes bairros são imaginadas na medida em que são construídas a partir de símbolos que as façam ser minimamente convincentes e elegíveis para estes projetos.

Estes símbolos podem ser quantitativos e objetivos, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) baixo, a pouca escolaridade dos moradores de um determinado bairro, a dificuldade de inserção profissional, uma faixa etária específica, uma mesma religião, entre tantos elementos que farão com que um determinado número de pessoas seja identificado de fora como um grupo social homogêneo. Dessa forma, seria uma “comunidade”, alvo de políticas sociais públicas ou privadas¹⁶.

Se na elaboração destes projetos e no discurso teórico a comunidade é quem aparece ou seu conceito é utilizado, no desenvolvimento destes projetos muitas vezes o que se privilegia é a prática associativista vicinal, isto é, agregamos a ideia de comunidade imaginada aos moradores e suas necessidades reais, surgidas da vivência na vizinhança e na circulação pelo espaço urbano.

Ao considerar o Rio de Janeiro, percebe-se as diferenças nas áreas de planejamento da cidade. No subúrbio do Rio de Janeiro, a AP3, a comunidade se pensa e se constrói de maneira diferenciada e única. Não corresponde inteiramente aos *se/ves* sociais do morador do Centro da cidade (AP1), da Zona Sul (AP2), ou de outra cidade como Niterói, por exemplo. Não é raro encontrar esta identificação, durante as entrevistas, nas quais palavras como amizade, confiança, solidariedade e ajuda, aparecem com muita frequência, em contraposição ao que seria a vida em outras áreas da cidade, principalmente na Zona Sul¹⁷.

Nos subúrbios do Rio e em muitas favelas, essa construção comunitária demonstra a busca por segurança presente no estreitamento dos laços sociais que constituem as muitas redes de solidariedade neles existentes.

Mangueira acabam por tornar a escola de samba e o trabalho social desenvolvido ali uma referência para outras escolas e outros projetos sociais.

¹⁶ Porém, resta saber se é uma comunidade para os objetivamente incluídos nela, ou seja, se a subjetividade das pessoas que são o alvo de tais políticas também toca no mesmo tom. Se a comunidade imaginada também pode ser pensada a partir da representação e do sentimento que lhe são atribuídos pelos participantes e pelo(s) outro(s) ao seu redor. Disso vão depender os rumos tomados no diálogo com os idealizadores e responsáveis por tais políticas sociais.

¹⁷ Não estamos falando se morar na zona norte ou na zona sul é melhor ou pior e sim da percepção que os moradores das diversas partes da cidade têm dos bairros, zonas, regiões e áreas de planejamento onde moram. É uma construção imaginada, posto que é subjetiva.

Nesse sentido, a busca pela segurança, qualquer uma, tal qual a busca pela comunidade, se tornou a mais premente justamente nessas regiões mais vulneráveis. Antes de prosseguir com a minha análise, ressalto que a formação daquilo que chamo de “comunidade” pode se configurar como uma resposta para o medo, a insegurança e a fragmentação originadas pela globalização, pela precariedade do trabalho e pela discriminação exibida nas ações policiais de repressão ao crime na cidade.

O que denomina-se de globalização traz aspectos positivos e negativos para a vida em sociedade. Hoje temos possibilidade de uma comunicação cada vez mais rápida, mudanças tecnológicas em várias áreas do conhecimento, a possibilidade de interagir simultaneamente com pessoas de diversos países, temos também um avanço nas discussões sobre direitos humanos, a possibilidade de se formar redes nacionais e internacionais de apoio a causas sociais: contra a pedofilia, pela doação de órgãos, por melhores condições no mercado de trabalho para as mulheres, contra o trabalho infantil, pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais, dos negros, contra a intolerância e o preconceito de qualquer espécie e tudo mais que possamos imaginar como avanço na discussão sobre a sociedade foi auxiliado pelo processo de globalização.

Em contrapartida, esse processo de globalização ao mesmo tempo enseja o detrimento das interações face a face, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, precarização nas relações, aumento das iniquidades (ou seria desigualdades) regionais, o desconforto e a fragmentação identitária que afetariam diretamente a formação de redes comunitárias, e em exemplos extremos, o afrouxamento dos laços de vizinhança e uma diminuição dos associativismos existentes em cada país.

1.2 Da comunidade à vizinhança: a ocupação dos espaços na cidade

Diferente da comunidade que é imaginada, a vizinhança guarda seus aspectos com a realidade dos moradores das cidades, bairros e favelas e diz respeito a um território específico. Esta vizinhança pode ser mais ou menos elástica¹⁸ dependendo

¹⁸ Vizinhança elástica diz respeito a percepção de quem são seus vizinhos – em termos geográficos. Pode-se considerar apenas seu prédio, condomínio ou até o bairro inteiro dependendo da capacidade associativa e da

das redes de relação estabelecidas entre as pessoas, das interações face-a-face, das amizades que se consolidam naquele espaço. A vizinhança é passível de se tornar uma comunidade, mas a comunidade pode contemplar qualquer grupo e estar em qualquer lugar.

A vizinhança teria algumas designações: uma área (territorial) habitada, os habitantes desta mesma área e as relações existentes entre estes habitantes. Pertencer a uma vizinhança daria conta da qualidade destas relações, e se estas relações são próximas e amistosas.

A percepção da vizinhança é fundamental de como os moradores de um determinado situam e se situam no espaço onde habitam. Isso fará diferença na possibilidade que os mesmos têm de interferirem no processo de deterioração urbana, na luta pelas melhorias do local onde mora, e no próprio exercício do controle social.

São inúmeros exemplos trazidos pela antropologia para explicar e explicitar a importância do desenvolvimento das vizinhanças, na atuação dos moradores no seu local de moradia e no exercício das questões políticas e político-partidárias.

Elias, em *Os estabelecidos e os outsiders* (2000) considerou a questão das modificações sofridas em uma vizinhança face ao desenvolvimento industrial e ao processo de migração, e como isso afetou a sociabilidade e a capacidade de confiar (mesmo que por pouco tempo), dos vizinhos mais antigos, que tinham ajudado a construir tal bairro.

No estudo clássico de Whyte (2005) a vizinhança aparece como capaz de exercer suas demandas políticas e partidárias, além de demonstrar outros tipos possíveis de desenvolvimento associativo para solucionar problemas locais.

No Rio de Janeiro, pesquisas realizadas por Zaluar (1985), Kushnir (2000), Alvito (2001), Gonçalves (2003) demonstram em diferentes níveis a importância da organização da vizinhança na construção de projetos políticos e sociais que melhorariam as suas condições de vida, seus locais de moradia e os bairros onde moram. As negociações com os políticos para conseguir água, esgoto, asfaltamento, criação de praças e quadras poliesportivas, iluminação urbana, recolhimento de lixo e etc., são constantes na organização das vizinhanças. , em maior ou menor grau nestas populações.

Como apontamos no início deste capítulo, uma recorrência no discurso dos entrevistados é a percepção da importância da vizinhança, principalmente em bairros pobres e favelas da cidade do Rio de Janeiro. Ter vizinhos que os aceitem e ajudem, ou seja, uma rede de amizades e solidariedade é muito importante para os moradores dessas áreas da cidade. A organização em torno de diversos tipos de associação (vicinais ou não) é clara, mesmo diante das transformações encontradas hoje no mundo globalizado¹⁹.

Encontramos muitos moradores que não estariam dispostos a deixar sua vizinhança, nem a cidade do Rio de Janeiro, pois tinham vínculos afetivos com vizinhos e amigos, vínculos familiares fortes (filhos, pais, netos, irmãos, sobrinhos morando perto), além dos tradicionais vínculos profissionais, definindo assim, o que se convencionou a chamar de relações informais de confiança e cooperação.

Antes que alguém falasse em Políticas Públicas, Políticas e Projetos Sociais focalizadas nas vizinhanças, vários tipos de associação já operavam na lógica da ajuda comunitária e do fortalecimento dos vínculos vicinais. Como exemplo, temos as Escolas de Samba²⁰ e Comunidades de Terreiros²¹ que foram objeto de pesquisas etnográficas feitas no NUPEVI nos anos 1990 e de várias teses nos anos 1980 saídas do curso de doutorado de Ruth Cardoso e Eunice Durham.

Tanto as escolas de samba quanto os terreiros tinham uma perspectiva de que era preciso fortalecer a comunidade e a vizinhança para proteger os moradores, estimulá-los a estudar e buscar ampliar seus conhecimentos, já que isto afastaria a

¹⁹ Quando o assunto é globalização e seus impactos sobre a vida dos moradores das grandes cidades, as opiniões dos autores fundamentais da teoria social contemporânea são claramente divergentes. Enquanto autores como Bauman (2005, 2009), Castel (ano), Castells (1999) trabalharão com as questões relacionadas ao desconforto e a fragmentação identitária e comunitária que faria parte do nosso cotidiano, outros teóricos apostam justamente no contrário. Sem negarem os aspectos negativos da globalização e de certa tentativa homogeneizadora de considerar-se todas as experiências da globalização como negativas, autores como Sennett (1998, 2005) e Putnam (2003, 2006), por exemplo, têm buscado um diálogo em suas pesquisas com aquilo que seria o antídoto para os males globais: a busca da inserção comunitária e da prática de associações que, em última instância, deixariam a política e a sociedade mais fortalecidas. Esses autores estão trabalhando diretamente em suas pesquisas com casos norte-americanos e europeus, fazendo com que se reflita sobre as diferenças entre uma sociedade e outra nos aspectos específicos da vida associativa nas sociedades e na construção de vizinhanças e comunidades.

²⁰ Mesmo que hoje as escolas de samba tenham perdido sua característica de associação vicinal, é certo que a sua existência e sucesso ainda se deve ao interesse e participação da vizinhança da escola.

²¹ Pesquisas sobre as Comunidades de Terreiro e sua prática comunitária ainda estão em andamento no NUPEVI, mas já demonstram uma relação intrínseca entre desenvolvimento comunitário e Capital Social. Esta relação, histórica, se desenvolve em maior ou menor grau nas religiões afro-brasileiras e tem aumentado nas últimas décadas com a institucionalização de projetos já existentes nestas comunidades. O reconhecimento dos governos e a parceria com estas comunidades tem sido de grande importância no desenvolvimento das vizinhanças nas quais elas estão inseridas e na diminuição da discriminação e intolerância que estas comunidades são vítimas.

falta de informação que faz o morador de tais locais vulnerável às manipulações políticas, entre tantas outras.

Esta falta de informações poderia vir e ainda vem na figura de políticos clientelistas, interessados no voto e na posterior eleição que aquela comunidade poderia trazer, nos fundamentalismos religiosos, que mesmo não tão fortes como em outros países do ocidente, ressurgem no final do século de maneira inquestionável. A falta de informações, sempre aliada à ausência de laços sociais fortes entre vizinhos, ainda carrega consigo as diversas formas de discriminação, violência de todos os tipos, auxiliando a pobreza a se enraizar, já que deixa as relações com pouco espaço para mediações, sociabilidades e capacidades de organizar-se formalmente.

1.3 Comunidade, vizinhança e sociabilidade

O que torna o sentido comunitário amplo? Para Zaluar

Em sociedades modernas, nas quais identidades fragmentadas se impõem, uma pessoa pode fazer parte de diversas comunidades, lutar por suas demandas, defender tradições ou inovações, assumir compromissos ou simplesmente se afastar. Pode criar laços de confiança, que irão garantir a manutenção de suas redes sociais, ou, alternativamente, orientar-se socialmente pelo cálculo utilitário mercantil que enfraquece a reciprocidade, base da sociabilidade humana em todas as culturas, esfacelando o cimento simbólico das relações sociais. Mas em geral as pessoas fazem parte de apenas uma vizinhança, que é estabelecida pela sua relação com o espaço e com os vizinhos, construindo assim um local carregado de símbolos de pertencimento, de memórias de atos de generosidade que criam, naqueles que os receberam, obrigações de retribuição no futuro, e que provocam admiração, aprovação e confiança nos circunstantes (ZALUAR, 2009).

Trabalhar com os conceitos de comunidade, vizinhança, assim como os de sociabilidade, associação, redes sociais e solidariedade são elucidativos, pois oferecem meios para se aferir os vínculos criados pelos moradores com a cidade, o bairro, a vizinhança, indicando um grau de comprometimento com a cidade ou uma parte dela onde suas ligações se constituem, se consolidam ou se fortalecem, mesmo diante de todos os problemas enfrentados no cotidiano com o aumento da criminalidade violenta e dos problemas decorrentes do pouco desenvolvimento dos direitos sociais, civis e políticos

A sociabilidade, por exemplo, pode ocorrer a qualquer momento, em qualquer lugar, sem que para isso seja estabelecida uma interação direta face a face em determinada localidade onde se habita. Na vizinhança, os encontros ou interações podem criar meios de comunicação e de troca mais frequentes e constantes na medida em que o espaço, o investimento simbólico nele feito e a apropriação pelo uso desse território permitir. O espaço físico interfere no cotidiano dos moradores e na possível sociabilidade que se formará ali. Altos índices de deterioração, desordem, infra-estrutura urbana inadequada, carros abandonados e terrenos baldios, além da ausência de iluminação, são elementos deste espaço físico que influenciam os índices de sociabilidade em um determinado local. Além disso, podem ser indícios de uma vizinhança desorganizada e pouco integrada, possibilitando, segundo alguns autores, o aumento dos crimes violentos.

Este entendimento de como se organiza uma vizinhança é tão importante hoje na literatura que discute a violência e a criminalidade que existem vários projetos de segurança pública baseados nele. Um deles é o que propõe a política de tolerância zero para tornar a vizinhança mais segura, diminuindo a aceitação de delitos e reprimindo qualquer transgressão à lei, tais como atravessar a rua fora das faixas para pedestre, jogar lixo na rua, fazer pichação ou mendicância. São várias as críticas à política de tolerância zero, porém, é preciso ficar claro quais são os pressupostos teóricos, quais os resultados e quais as políticas de segurança propostas. Para Zaluar & Ribeiro

Os conceitos de comunidade, de vizinhança, de sociabilidade e de reciprocidade encontram-se entrelaçados em muitas das afirmações dos estudiosos que tomam a localidade como o foco para a explicação de maior ou menor taxa de criminalidade, especialmente a violenta. Mas é preciso ter sempre cuidado em como transpor esses conceitos abstratos para os indicadores empíricos que oferecem medidas de maior ou menor organização, ou de eficácia coletiva, em cada uma das localidades enfocadas. (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, 179)

Se existem conceitos que apostam na organização comunitária e da vizinhança, é o de Capital Social e Eficácia Coletiva.

Definimos Eficácia Coletiva como

A capacidade diferencial que as vizinhanças demonstram em realizar os valores comuns dos moradores e em manter controles sociais efetivos sobre as pessoas em socialização. (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p.180)

Isto significa que, no desenvolvimento do capital social teríamos uma articulação anterior entre a capacidade de união entre as pessoas e o estabelecimento de confiança mútua, voltados para construção do bem comum.

Nesse sentido, o que é Capital Social e como podemos compreendê-lo? Como ele dialoga com a eficácia coletiva? E quais são as pesquisas na área de capital social que têm relevância na construção desta tese?

Segundo entrevista realizada com Robert Putnam (2005), até o início dos anos 2000 um artigo sobre capital social era escrito a cada dois anos, em todas as áreas. Em 2005, era produzido em média um artigo sobre capital social a cada oito horas, o que significava uma expansão significativa do tema. Essa expansão se deve em grande parte às análises sobre políticas públicas, políticas sociais e desenvolvimento social e econômico, sempre apontando para a importância que a cooperação atingiu nas últimas décadas do século XX²².

Tal qual o conceito de comunidade, o conceito de capital social hoje tem várias acepções teóricas e vários usos possíveis. Podemos encontrar textos sobre relações intergeracionais e capital social. Sobre a importância do capital social na promoção da saúde. Sobre a relação do empresariado com a comunidade na geração de capital social, entre tantas outras agendas possíveis de pesquisa.

Capital social envolve contemporaneamente alguns conceitos, já abordados neste trabalho como comunidade e vizinhança, redes de sociabilidade, reciprocidade e solidariedade, relações de cooperação e respeito. Todos estes conceitos, apresentados pela primeira vez ao final do século XIX e desenvolvidos ao longo do século XX ganham novos contornos nos dias atuais, estabelecendo novas relações entre as pessoas. Bauman (2009), por exemplo, indica o declínio do sentido comunitário e o aumento do medo e da insegurança; outros, como Sennett (2005), o da vida pública (ZALUAR & RIBEIRO, 2009).

Para Bourdieu (apud SAPAG; KAWACHI, 2007), o capital social é um misto de recursos atuais ou potenciais que são parte das redes de relações mais ou menos duradouras. Coleman (apud SAPAG; KAWACHI, 2007) entende capital social como os recursos sócio-estruturais que constituem um ativo de capital para o indivíduo e facilitam certas ações comuns em determinadas estruturas.

Para Putnam (2006), o capital social se refere aos valores coletivos presentes em todas as redes sociais e fundamentais para a manutenção da democracia.

²² Alba Zaluar (1997, 2004) aponta a mesma importância com o conceito e a prática da solidariedade, que teve percebida sua importância em diferentes esferas, inclusive na econômica.

Como valores, são atributos intangíveis que favorecem a confiança, a reciprocidade e a ação social.

Para Field (2008), o capital social consistiria então em conexões pessoais e interações interpessoais, junto com a troca de uma série de valores que estariam associadas a esses contatos. Este conceito foi utilizado ao longo das últimas duas décadas de diversas maneiras, levando a alguns equívocos²³.

Em primeiro lugar, o Capital Social não funciona sempre já que, em alguns espaços, mantiveram-se as práticas do clientelismo, do personalismo e do patrimonialismo intactas (CREMONSE; BAQUERO, 2006). E como é um conceito que dá conta da mobilização comunitária e é utilizado no desenvolvimento de projetos com a perspectiva comunal, ele acaba sendo algumas vezes “mal apreendido, superdimensionado ou focado de maneira messiânica, podendo vir a ser desqualificado” (D’ARAÚJO, 2003, p. 7). Tanto para D’Araújo como para Cremonse e Baquero (2006), o capital social pode servir de importante instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentável e a revitalização da sociedade civil e da democracia.

As relações informais de confiança e cooperação existentes entre familiares, vizinhos, amigos e colegas continuam a se formar e têm sido, nesse sentido, parceiras das instituições democráticas. As cooperações recíprocas em escolas de samba, nas escolas de samba mirins, em comunidades de terreiro de candomblé e em centros de umbanda e associações religiosas de uma forma geral, clubes esportivos e culturais, organizações não governamentais e a própria consolidação do voluntariado no Brasil são exemplos empíricos de como o conceito de capital social pode superar sua limitação teórica e metodológica.

O conceito é multidisciplinar e suas discussões desdobram por diversas áreas, entre as quais a política e a economia. Com relação aos aspectos políticos podemos observar que o capital social é essencial para o fortalecimento da democracia, da qualidade desta democracia e dos impactos da cultura cívica na diminuição das iniquidades.

²³ Um dos equívocos é pensar que as associações ou os grupos que se formam para praticar crimes e outras atividades ilícitas seriam um tipo de capital social negativo. Não são, na medida em que não produzem o bem comum e o bem público em última instância e ainda são entraves ao estabelecimento de instituições democráticas.

Se para o fortalecimento e consolidação desta democracia é fundamental que haja um projeto institucional e fatores socioeconômicos e socioculturais favoráveis, a comunidade (e a vizinhança no caso local) seriam responsáveis diretas pela manutenção da democracia na figura da sua cultura cívica.

A democracia seria então representada pela participação cívica (o voto), a existência de uma igualdade política formal, um alto nível de solidariedade, confiança e tolerância entre o povo e a presença de associações locais. Neste caso, as comunidades (locais e globais) e as vizinhanças, colaboram com um maior número de associações por habitantes. Cultura cívica então se referiria aos padrões de participação cívica²⁴ (e não necessariamente participação política²⁵) e solidariedade social.

Esta participação cívica exigiria um espírito público, que colocaria a comunidade voltada para a realização de um bem comum. Para Putnam (2006) a busca de um bem público à custa de todo interesse puramente individual ou particular.

A participação cívica e o desenvolvimento do capital social têm valor mensurável.

As comunidades com maior capital social têm taxas de criminalidade mais baixas, escolas mais eficientes, um sistema de saúde mais integrado às demandas da vizinhança, por exemplo. As crianças encontram-se sob risco menor de gravidez na adolescência, abuso sexual, uso de drogas ou delinquência juvenil (PUTNAM, 2003; apud ZALUAR & RIBEIRO, 2009, 179).

Para Putnam (2003, p.2),

“os cidadãos de comunidades com alto capital social desfrutam de administração responsável, honesta e eficiente e ficam, conseqüentemente, mais propensos a pagar seus impostos e cumprir outras obrigações da sua cidadania.”

Como não existe apenas um tipo de capital social, a participação cívica se refere ao tipo horizontal, onde existe pouca diferença de poder e recursos. As relações entre estes dois grupos podem ser do tipo *bonding* – de união, fortalecimento dos vínculos existentes – que aparecerá em grupos que compartilham certas características demográficas, etárias ou religiosas, por exemplo. É o caso explorado aqui: relações entre amigos, vizinhos, parentes, fundamentais no desenvolvimento da sociabilidade.

²⁴ O que seria a participação cívica? Participação nas eleições, filiações e participações em sindicatos, associações, igrejas, partidos políticos, entre outras.

Temos também os de tipo *bridging*, do tipo das associações. É a formação de redes com pessoas que não são iguais a mim. *Bonding* e *bridging* serão diferentes de capital social do tipo verticalizado, entre o governo e a população pobre, por exemplo. Estas políticas podem ser aplicadas de cima para baixo, do tipo vertical, realizada por políticos, por exemplo, sem que a população seja consultada de suas demandas e interesses, sem que necessariamente, aquelas políticas venham a ter um impacto significativo em suas vidas.

A defesa que faço é que as políticas de desenvolvimento de capital social do tipo *bonding* e *bridging* devem ser estimuladas, pois, serem desenvolvidas a partir da própria população, dos seus anseios e projetos e principalmente, da sua organização as comunidades, e mais especificamente as vizinhanças, contribuem diretamente para o aumento do capital social e da eficácia coletiva. Comunidades com maior capital social tendem a ter mais sucesso nos seus projetos e nas lutas pelas suas demandas, pois ali encontra-se a cultura cívica mais desenvolvida.

Esta participação direta da vizinhança, daquilo que Hunter (1985) e Zaluar e Ribeiro (2009) chamaram de ordem paroquial, a instância intermediária entre o público e o privado, é fundamental na construção multidisciplinar do conceito de capital social e na aplicação das políticas locais.

No caso das políticas de acesso à cultura, autores como Robert Putnam (2003) e Yúdice (2007) vão explorar as ligações entre capital social, economia e cultura. Para eles, a cultura tem enorme relevância para o desenvolvimento social. Yúdice (2000, p. 10), dirá, por exemplo, que “a cultura promove o desenvolvimento econômico e reduz os conflitos sociais”. E mais Yúdice (2007, p.14) diz que), um “investimento (sensível ao gênero e a raça) em cultura fortalecerá a fibra da sociedade civil, que, por sua vez, serve de hospedeiro ideal para o desenvolvimento político e econômico”.

O foco de sua análise será o estabelecimento dos direitos culturais e posteriormente das políticas culturais e como as mesmas, justificando um investimento de instituições financeiras e do Estado, podem e devem ser agregadas a projetos educacionais, esportivos, de renovação urbana, de saúde, entre outros.

1.4 Prevenção à violência como promoção em saúde

²⁵ Mesmo no Brasil onde o voto é obrigatório, a ida às urnas representa um alto grau de cultura cívica, menos é claro, onde os clientelismos políticos se apresentam.

Assim como quem defende uma associação entre capital social e cultura aponta para o investimento em ações integradas, quem vê benefícios em associar capital social e saúde aponta para as mesmas direções. Autores como Kawachi (2008, 2007) e Sapag (2007) defendem que a promoção em saúde implica necessariamente em abordar o tema “do desenvolvimento comunitário como essencial, favorecendo a ação cooperativa da comunidade e assegurando o acesso equitativo à educação, seguridade econômica e apoio social, no contexto de políticas públicas de acordo com os objetivos dos sistemas de saúde locais” Kawachi e Sapag (2007, p. 141).

Em 1946, Sigerist referia-se à concepção de promoção (de saúde) da seguinte forma: “saúde se promove proporcionando condições de vida decente, boas condições de trabalho, educação, cultura física e formas de lazer e descanso.” As ações preventivas estariam incluídas no processo de promoção. Para Buss (2000; Apud NEVES, 2006, s/pg)

As diversas conceituações disponíveis para a promoção podem ser reunidas em dois grandes grupos: Primeiro – Promoção consiste em atividades dirigidas à transformação dos comportamentos dos indivíduos, focando estilos de vida. Nesta perspectiva, foge do âmbito da promoção qualquer fator que não esteja ao alcance dos indivíduos.

Segundo – Na concepção atual: “Constatação do papel protagonizante dos determinantes gerais entre as condições de saúde: a saúde é um produto de amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida”. “Alimentação e nutrição, habitação e saneamento, boas condições de trabalho, oportunidades de educação ao longo da vida, apoio social, estilo de vida responsável e cuidados à saúde.

Os principais campos de ação sugeridos, desde a Carta de Ottawa de novembro de 1986, são: reforço da ação comunitária, desenvolvimento das habilidades pessoais, enfrentamento da pobreza e reforço da participação popular e o *empowerment*. Neste sentido, a promoção da saúde é uma forma de promoção do capital social com todas as suas interconexões.

Tanto a promoção da saúde, quanto a prevenção da violência, se olhadas de várias formas inclusive via *empowerment* da população precisam ser pensadas por meio de suas capacidades de construir pontes e conexões com o poder público em todos os seus níveis - municipal, estadual e federal e dentro destes, da capacidade de estabelecer diálogos com ministérios e secretarias.

Neste sentido, se conseguimos alcançar esta dimensão – a da conexão com

o poder público – e o desenvolvimento comunitário por meio da eficácia coletiva, projetos voltados para a juventude, incluindo os que refletem a questão da promoção da saúde e da prevenção à violência trariam em sua essência maior capacidade de construir o capital social em suas vizinhanças. Os projetos analisados (como os das Escolas de Samba Mirins e de algumas escolas de samba, como os da Mangueira, por exemplo), dialogam diretamente com o conceito de promoção dos direitos sociais e encaixam-se nestes casos.

1.5 Capital social & eficácia coletiva nas vizinhanças

Zaluar (2009) aponta que, na prática, o desenvolvimento do capital social não se dá em uma comunidade no seu sentido abstrato. O desenvolvimento comunitário acontece de fato em espaços de pertencimento que são simbólicos, mas também são territoriais e que estão carregados de significados. As vizinhanças, como podemos chamar estas áreas são fundamentais para o desenvolvimento do capital social, da cultura cívica de uma população e ainda mais da eficácia coletiva, aquela forma de controle social existente entre grupos de amigos, parentes e vizinhos, necessária para a organização social de determinadas localidades e para a própria dinâmica de crescimento econômico, social, cultural e educacional que envolvem estas pessoas.

Aqui temos dois sentidos que podemos explorar: o desenvolvimento do capital social é também o desenvolvimento de outros capitais: o educacional, o cultural e pode inclusive afetar o desenvolvimento do capital econômico de uma determinada vizinhança.

Da mesma forma, o capital social, em uma vizinhança demonstra a dimensão que Hunter (1985) chamou de paroquial. Não está no domínio do privado, muito menos do público, o desenvolvimento de tais questões. É no domínio da vizinhança se dá o controle dos mais jovens, por exemplo, que não as policiais (ZALUAR, 2009). Nesse sentido, as escolas de samba mirins, objeto deste trabalho, em muito tem a ver com este controle do tipo paroquial por que é exercido sobre os jovens no domínio da vizinhança.

Como trabalhamos, ao mesmo tempo, juventude e vizinhança, esses dados, a serem trabalhados mais oportunamente, são essenciais para o desenvolvimento dos próximos capítulos desse trabalho.

As escolas de samba mirins inserem-se na lógica da participação cívica de desenvolvimento do capital social já que elabora, dentro da vizinhança, a importância da religião, da participação em associações comunitárias de bairros, o diálogo com clubes esportivos, grupos de lazer, de arte, e em última instância, a presença de partidos políticos e sindicatos para que, desde as unidades mais locais da vida cotidiana, próximas à ideia de comunidade, as pessoas criem laços, solidariedades e a capacidade de se organizar politicamente.

O capital social se medirá não apenas pela participação nessas associações, mas também pela organização encontrada nos vários níveis dessas comunidades.

Agências de fomento (públicas e privadas), organizações não-governamentais, associações e grupos de uma forma geral poderão instrumentalizar este conceito, fazendo dele um recurso valioso para a implantação de projetos e políticas de desenvolvimento local. Dessa forma, pode-se renegociar um compromisso tradicional entre o estado e os diversos segmentos de uma nação²⁶.

O que estamos defendendo aqui é a existência de confiança mútua entre os moradores de uma cidade, bairro ou vizinhança. Sem ela, não há capital social nem eficácia coletiva, fundamentais à prevenção da violência e à promoção da saúde.

²⁶ Não por acaso, programas como a Comunidade Solidária e o Fome Zero, a Bolsa Escola e a Bolsa Família se baseiam nas teorias correlatas ao capital social.

Segundo Ruth Cardoso, em entrevista ao Portal do Voluntário (2001), "a Comunidade Solidária foi criada em 1995 com o objetivo de mobilizar os recursos e competências de todos os setores da sociedade brasileira para ações concretas de combate à pobreza e à exclusão em nosso país. As iniciativas se alicerçam em cinco princípios básicos: 1) o fortalecimento das capacidades de pessoas e comunidades para atuar como agentes de seu auto-desenvolvimento; 2) o direcionamento dos projetos para as áreas geográficas e setores mais pobres da população; 3) a parceria entre múltiplos atores, públicos e privados, como estratégia para ampliar os recursos investidos na área social; 4) a descentralização e participação da comunidade como condição para uma maior eficiência e sustentabilidade das ações; 5) o monitoramento e avaliação para medir custos e resultados bem como facilitar a replicação dos programas em larga escala". *In.*: <http://arquivo.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idconteudo=474>

2 A JUVENTUDE NA CIDADE CONTURBADA

Naquele Império, a Arte da Cartografia logrou tal perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmedidos não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Adictas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Cartográficas²⁷.

Pensando nas transformações sociopolíticas ocorridas desde o século XVIII, principalmente no que se refere ao domínio da sociedade e da cidade a qual esta sociedade está inscrita, logo estabeleço uma conexão com Jorge Luis Borges e seu famoso conto '*Do rigor na ciência*'. Neste conto, curto, de apenas um parágrafo, o escritor estabelece com seu leitor uma cumplicidade imediata, fazendo com que reflitamos sobre a cidade, seus símbolos e significados. Nele, Borges relata a história de um governante que contratou os melhores cartógrafos com a pretensão de que fizessem o mapa mais preciso de seus domínios. Em um primeiro momento, sendo apresentado aos resultados diz claramente não reconhecer naquela representação, seu reino. E assim, o mapa foi sucessivamente refeito até que ficasse do tamanho da província e, posteriormente, do tamanho do império. Mas as gerações futuras não souberam reconhecer a importância daquele mapa, pois de fato, ele não representava sua província, nem seu império. A província e o império estavam em constante mutação tal como os homens e a sociedade, já que as transformações fazem parte da vida.

A sensação de desconforto que muitos dos contos de Borges nos transmite é uma sensação conhecida desde o início da modernidade. Não nos reconhecemos como antes e as categorias científicas que explicavam quem éramos e nos davam uma identidade parecem não mais existir. Não existe certeza no mundo, não existe homogeneidade, uma única noção de sociedade ou um único *self*. Os mapas sociais ou culturais que nos guiavam estão em colapso e por conta disso é praticamente impossível que eles representem qualquer coisa.

Esse desconforto não é apenas uma sensação oriunda da subjetividade. Ele está presente nas mudanças políticas, sociais, econômicas e, em última instância,

²⁷ Do rigor da ciência, de Jorge Luis Borges. História Mundial da Infância. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

urbanísticas que transformaram os países desenvolvidos e em desenvolvimento nos últimos séculos. Está presente nas relações sociais, na interação entre os homens, na forma como as pessoas estabelecem e mantêm seus laços com outros indivíduos. Está na formação daquilo que chamaremos “comunidade”²⁸, mas também está na própria fragmentação do ideal comunitário.

Para construir este capítulo, que fala dos desconfortos, da desconfiança e da insegurança trazidos pela modernidade, vários caminhos são possíveis. Prefiro trilhar aquele que me é familiar. Para que seja possível refazer este caminho teórico, convido-os a voltar, num primeiro momento, ao século XIX, no qual encontraremos em Simmel, um autor preocupado com as transformações constantes oriundas da ideia de metrópole, mais especificamente de Berlim, explicitando assim que as alterações no espaço urbano dialogam de forma muito próxima com as próprias transformações dos homens habitantes destas metrópoles.

Contemporaneamente, temos autores como Bauman (ano) e Canclini (ano), que refletem em suas pesquisas e textos uma sensação incômoda que chamarei aqui de desconforto (Freud chamou isso de mal-estar): a insegurança, o medo, a falta de confiança nas instituições e entre as pessoas, a incompreensão aguda das diferenças, todos ocasionados pela vida conturbada e os tempos turbulentos que conhecemos. Este diálogo com Simmel (1858-1918), Bauman (1925 -), Canclini(1939 -) entre outros, se faz necessário para entendermos um pouco do lugar de onde pesquisamos, falamos e interferimos no mundo. Nesse sentido, estes autores apontam para uma vulnerabilidade existente, desde o século XIX, em todos os humanos. Não estamos livres desta turbulência, ou, como os economistas gostam de sugerir, estamos em um momento de crise.

Mesmo em países mais desenvolvidos, estas vulnerabilidades existem. E em maior ou menor grau encontramos grupos mais ou menos vulneráveis dentro destas sociedades. Falamos da diversidade existente em cada país, das minorias politicamente desprivilegiadas e pouco a pouco entendemos que estamos longe de resolver questões como as étnico-raciais, de gênero e de classe, por exemplo. E que esta vulnerabilidade torna alguns grupos mais suscetíveis a ataques violentos, a pressões econômicas, a discriminações e intolerâncias de todos os tipos.

²⁸ Categoria que tenta explicar tudo e que perdeu bastante seu significado dada a banalização do seu uso.

Ao mesmo tempo, como trabalhamos no primeiro capítulo, entendemos que há uma tendência que nos impele à busca da comunidade como ideal quanto mais sentimos que ela se fragmenta, isto é, quanto mais nos individualizamos, nos isolamos, encolhemos em meio ao medo e à insegurança, mais o ideal comunitário nos parece sedutor.

Berman em *Tudo que é sólido desmancha no ar*, já apontava estas contradições. Para este autor,

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores e vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador (Berman: 1994:13).

É essa ambiguidade que marca muitos dos grupos vulneráveis. Algumas lutas não foram completamente resolvidas e o conforto desse meio-termo não dá conta do ideal de igualdade e fraternidade, trazidos pela Revolução Francesa. Senão, como entenderíamos as armadilhas nas quais se encontram inúmeros movimentos sociais, como por exemplo, os movimentos feminista e negro?

Nesse sentido, os autores com os quais estamos dialogando, compõem um quadro de desconstrução e reconstrução da sociedade como ideal comunitário e podem nos ajudar a compreender como este espaço urbano é pensado, como ele é apropriado e quais são os destinos daqueles grupos mais vulneráveis dentro deles.

Simmel é um bom interlocutor. Ao longo do século XIX, estabelecerá diálogos com Weber (1864-1920), Durkheim (1858-1917) e Mauss (1872-1950). Será no século XX que suas teorias encontrarão, no campo teórico, uma maior receptividade via Norbert Elias, por um lado, e Escola de Chicago, por outro. Em parte, será do diálogo com Simmel que Norbert Elias desenvolverá sua teoria sobre os processos sociais, mas é a Escola de Chicago que se tornará, até a década de 1940, um dos primeiros e principais divulgadores das teorias simmelianas. Tendo Albion Small²⁹ sido colega de Simmel em Berlim, ainda no século XIX, e Robert Park, seu aluno, um dos maiores precursores da Escola de Chicago, são as teorias de Simmel sobre a cidade, e os conceitos de sociação, sociabilidade, conflito entre outros, que nortearão várias pesquisas realizadas nessa escola, no início do século XX,

²⁹ Primeiro chefe de departamento de Sociologia e Antropologia da Escola de Chicago.

principalmente as que têm como questão a imigração, as questões étnico-raciais e os estudos sobre a criminalidade.

Simmel e sua Berlim ultramoderna encontram um fértil espaço nos Estados Unidos, principalmente nas pesquisas que tentariam explicar as transformações pela quais três grandes metrópoles americanas passaram após a Primeira Guerra Mundial: Nova Iorque, Filadélfia e Chicago. Com sua diversidade, seu ritmo diferenciado, suas mudanças políticas e econômicas essas três metrópoles se assemelhavam muito a Berlim, pelo menos aos olhos dos teóricos mais relevantes da escola de Chicago.

A escola de Chicago traz, além desse diálogo com Simmel, uma preocupação sobre o que seria a desorganização social e quem seriam os mais afetados por ela: os moradores das metrópoles, particularmente os jovens das áreas ditas “morais”. Além das relações étnico-raciais comprometidas pelo histórico de país racista dos Estados Unidos, a formação de gangues ao final do século XIX e o aumento da criminalidade fizeram com que se passasse a observar mais a juventude ociosa, mal qualificada e sem trabalho habitante dessas cidades. Soma-se a isso o fato desses jovens serem imigrantes ou filhos de imigrantes e estarem, pelas teses vigentes à época, deslocados naquele espaço social. Será na Escola de Chicago, então, que inauguraremos uma linha de pesquisa nas ciências sociais (agregada ainda aos estudos sobre imigração, raça e criminalidade) – a de juventude e do comportamento desviante.

Dos grupos vulneráveis mais constantes nas pesquisas antropológicas, percebemos que analisar transversalmente classe, raça/etnia, gênero, idade, local de residência, produz inúmeras variáveis possíveis de serem analisadas e vulnerabilidades heterogêneas impossíveis de serem descritas em um só trabalho. A opção por falar das vulnerabilidades geracionais, mais precisamente de um dos extremos da pirâmide etária – os mais jovens – se deu porque a(s) juventude(s) é um dos grupos que mais transitam neste espaço urbano e mais sofrem pressão destas transformações (baixa escolaridade, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, desemprego, gravidez na adolescência, criminalidade etc.) e que expressam de uma maneira mais clara as possibilidades trazidas pela sociabilidade juvenil.

Se uma das questões mais discutidas nos dias que correm é a fragmentação na contemporaneidade e o espaço ocupado pelo *self* individual nessa fragmentação,

a juventude poderá, nesse sentido, ser um campo de estudo por excelência. Esta ausência de unidade do que é a juventude – ou do que são as juventudes, faz com que, na prática, os jovens sejam (assim como os velhos) os mais vulneráveis em uma sociedade, quando falamos em gerações. Obviamente não em todas, mas no Ocidente, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, a categoria juventude é imprecisa. Ora o jovem não tem emprego, qualificação profissional, voz e poder político, ora o jovem é esperança e promessa de um futuro melhor e de renovação social.

Aliado a isso, hoje temos, em certa medida, a cidadania circunscrita à questão do consumo³⁰ e a demandas próprias do tempo em que vivemos: a questão da inserção na escola ainda é um fator a ser levado em consideração por estes jovens. Os direitos sociais não estão garantidos para toda população e questões como a educação, saúde, cultura e meio ambiente são preocupações correntes. Por outro lado, quando falamos de juventude, estamos abordando uma época na vida dos indivíduos que é marcada pelos riscos: as pressões que os jovens sentem, as companhias, a descoberta do mundo, a exposição excessiva, a violência e às drogas ilícitas penais são questões que precisam refletidas não apenas pelo Estado, mas por toda sociedade civil.

Foi nesse sentido que escolhemos fazer uma análise sobre as transformações da cidade e o desconforto do homem moderno, aliando a análise sobre um dos grupos mais vulneráveis às transformações da vida cotidiana e cidadina: os jovens. Mais uma vez aqui, os estudos sobre juventude serão importantes para respondermos às nossas inquietações.

2.1 Voltando a Georg Simmel

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo que é sólido desmancha no ar’ (BERMAN, 1994, p.15).

³⁰ Além disso, temos uma faixa geracional extremamente vulnerável ao apelo do consumo, seja de bens materiais, ou não, e às pressões feitas pelos amigos e das companhias.

Como dissemos anteriormente, a fragmentação está em diversos campos da vida social e política. Desde o século XVIII, o significado do que é sociedade se modifica continuamente. O(s) significado(s) de cidade muda(m) continuamente. A sociedade, este ente abstrato, muda, assim como as cidades se transformam a cada minuto, tal como a cidade de Borges. Mas a angústia das mudanças e transformações não se apresenta apenas a Borges, está na emergência do homem moderno, habitante desta cidade em transformação. Leopoldo Waizbort em seu livro sobre Simmel relata um pouco desta angústia aliada ao excesso de informações e à correria, uma das características da vida moderna. É partir de um sonho de Simmel, que a angústia e o desconforto se concretizarão no ideário da cidade:

De todos os sonhos que Simmel sonhou, apenas um chegou até nós. Foi relatado por seu filho, assim como, anos antes, o pai contara ao filho o curioso sonho que tivera durante a noite.

'Eu sonhei que haviam descoberto o tempo sintetizado. Inicialmente ele só podia ser produzido aos minutos, exatamente como os diamantes artificiais, que também só se pode obter em cristaizinhos bem pequeninos. Quando, por exemplo, se chega ao metrô e o trem está partindo imediatamente, basta tirar uma caixinha de tempo e riscar um palito de tempo. Então se obtém um minuto e ainda se pode alcançar o trem.'

Um sonho como esse só tem sentido para um habitante da cidade grande, completamente envolvido por uma velocidade da vida em contínua aceleração, pela experiência urbana e cotidiana dos transportes públicos. É o sonho de um habitante de Berlim, a cidade grande e moderna. (WAIZBORT, 2000, p.309)

Georg Simmel nasceu no lugar que posteriormente seria objeto de uma das suas muitas análises: Berlim. A Berlim que Simmel conheceu desde os seus primeiros dias era uma cidade que desabrochou tardiamente, em comparação com outras cidades europeias, mas que se desenvolveu muito durante o século XIX. Como coloca Leopoldo Waizbort,

...luz elétrica, novos espaços, prostituição, pobreza, magazines, mercadorias, ruas de comércio, passagens, barulho, dinheiro, política, artes, trens, bondes, automóveis, ideias, exposições, estranhos: tudo isso é novo (WAIZBORT, 2000, p.311)³¹.

Na Alemanha, mais especificamente em Berlim, durante sua vida profissional, Simmel sofreu um processo de marginalização crescente na universidade, precarizando suas relações de trabalho, mesmo que tivesse conseguido uma reputação de excelente conferencista e professor entre os alunos. Para alguns autores (WAIZBORT, 2000; MORAES FILHO, 1983) sua marginalização dentro dos

³¹ A descrição da Berlim do século XIX poderia ser perfeitamente a do Rio de Janeiro do final do Império, início da primeira república, ou ainda a Nova Iorque descrita por Herbert Asbury, no livro *As gangues de Nova Iorque*.

quadros universitários berlinenses se devia ao antissemitismo vigente em sua época. Estas questões são relevantes, pois Simmel transformava em sociologia tudo o que via e vivenciava. Da cultura monetária na metrópole à arte, dos salões à religião, sua própria condição marginal, tudo que Simmel percebia era passível de ser analisado. Ele não teria uma linha de pensamento, mas várias linhas sem inícios ou fins específicos, como uma teia de aranha. E como uma teia de aranha, esta análise tem pontos convergentes: a preocupação com a interação, com a cultura objetiva (supraindividual, realizada nas interações dos indivíduos) e subjetiva (o que é apropriado pelo homem); a psicologia das metrópoles, com seu individualismo (no sentido mais egoísta), sua impessoalidade e generalização; a apropriação do espaço pelo social e o peso do simbólico na constituição deste mesmo espaço.

Dois de seus textos demonstram bem estes pontos de convergência, apesar destes assuntos serem tratados de forma indireta. No artigo *The sociology of space* (1997), Simmel faz uma análise da apropriação dos espaços físicos e simbólicos, discutindo as diferenças entre católicos e judeus na apropriação deste mesmo espaço. Enquanto católicos precisavam se estabelecer fisicamente e ter um centro religioso, que é Roma, para a manutenção da unidade religiosa, os judeus mantinham sua independência e o sentido individual de suas ações, tornando não religiosa, mas sim racial, a unidade dos judeus. Quer dizer, o território não dá por si só a sensação de pertencimento, esta sensação é simbólica e socialmente construída³².

Apesar de sua marginalização e deslocamento, Simmel fez muito sucesso em vida, não na Alemanha nos círculos intelectuais da Universidade de Berlim, mas na França e nos Estados Unidos, tendo sido traduzido para o inglês e o francês ainda no século XIX. Suas influências estão na base do Interacionismo Simbólico e na Escola de Chicago, tendo inclusive uma vertente do seu trabalho discutida no Brasil pela apropriação da teoria da Escola de Chicago na USP (décadas de 1940/50) e no Museu Nacional – RJ (décadas de 1960/70).

Para Simmel o social – ou o “todo”- é um conjunto de relações. Este todo pode ser a sociedade, a família, os amigos, enfim, microcosmos que se relacionam e interagem. O indivíduo e a sociedade, assim como o próprio movimento da sociologia, não são estáticos. Todas as nossas relações estão em eterno processo:

³² Fundamental, pois a partir daí, podemos dialogar com a noção de vizinhança de uma forma ampliada ou extensa – a vizinhança é simbólica e socialmente construída.

“elas se fazem e se desfazem, se constroem e se destroem, se reconstroem, são e deixam de ser, podem se refazer ou não, se rearticular ou não.” (WAIZBORT, 1999, p.92). Nossas relações, assim como a própria cultura, nunca estão cristalizadas, ao contrário, estão sempre em processo³³.

É possível perceber, portanto, como Simmel abandona o conceito de sociedade do século XIX e o tipo de sociologia produzida por ela. Não há mais um domínio da sociedade sobre o indivíduo, como analisava Durkheim, nem tão pouco uma relação de entre a parte e o todo (indivíduo e sociedade). Simmel, ao entender o papel destes indivíduos como homens que realizam e sofrem estes processos sociais, abandona o conceito de sociedade e fundamenta estes processos no conceito de sociação, que dá a dimensão do dinamismo que a sociedade realmente tem.

2.2 Associação, sociação e sociabilidade: bases para a igualdade e a confiança

Ao final do século XIX, o sociólogo Georg Simmel se dedicava a estudar as tensões envolvendo a concepção de indivíduo e sociedade. Naquele momento ele tinha estabelecido um intenso diálogo com Durkheim (e também com Marcel Mauss) para estabelecer o que seria a sociologia, enquanto disciplina do conhecimento humano.

Sua preocupação era estudar como o século XIX, com todas as suas transformações, tinha modificado radicalmente a relação que os indivíduos tinham entre si, isto é, sua interação, suas trocas recíprocas, e sua relação em sociedade.

A sociação, ou o ato desses indivíduos interagirem em sociedade, era cada vez mais complexa, pois admitia que os homens eram diferentes, e que esta diferença era agravada com a especialização constante pela qual estes mesmos homens passavam.

A sociabilidade pressupõe igualdade nas relações, enquanto a especialização – que levará ao processo de individualização – diferencia mais e mais as pessoas que compartilham seu cotidiano.

³³ Novamente a questão da identidade pode ser discutida aqui.

Na metrópole, onde a vida é mais complexa, mais intelectual e mais voltada para as questões econômicas, a ênfase no indivíduo está dada.

Quando os homens se encontram em reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidades de culto ou bandos de assaltantes, isso é sempre resultado das necessidades e de interesses específicos. Só que para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal. Esse impulso leva a essa forma de existência e que por vezes invoca os conteúdos reais que carregam consigo a sociação em particular. Assim como aquilo que se pode chamar de impulso artístico retira as formas da totalidade de coisas que lhe aparecem, configurando-as em uma imagem específica e correspondente a esse impulso, o “impulso de sociabilidade”, em sua pura efetividade, se desvencilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor e como felicidade, e constitui assim o que chamamos de “sociabilidade” em sentido rigoroso”. (SIMMEL, 2006, p.64)

2.3 Juventude na América

Enquanto Simmel está construindo sua carreira na Alemanha e lançando as bases dos conceitos de associação, sociação e sociabilidade, nos Estados Unidos ocorriam um fenômeno que até hoje intriga os cientistas sociais: o fenômeno da associação criminosa e a escalada da violência.

Em seu livro, *A criação da juventude*, Jon Savage relata o caso de Jesse Pomeroy, conhecido em toda América como o ‘menino demônio’. Em 1875, Pomeroy, de 15 anos, estava preso em Massachusetts aguardando que sua pena de morte fosse cumprida, por raptar, mutilar e matar 10 crianças. Todas submetidas ‘a uma horrenda lista de humilhações, espancamentos e facadas’ (Savage: 2009:23), suas vítimas, com exceção de uma (a primeira), eram meninos entre quatro e oito anos.

Seus crimes despertaram à época um grande debate sobre a pena de morte, principalmente levantado pela atrocidade e violência com as quais ele havia cometido os homicídios, sua crueldade e a sua pouca idade para tamanho estrago. Para agravar a situação, nos Estados Unidos,

não havia nada na legislação existente que explicasse a sua insensível selvageria, apesar do fato de o crime juvenil ter sido discutido e definido ao longo do século XIX. O termo ‘delinquente juvenil’ era da década de 1810 e, em 1824, a primeira legislação definindo ‘delinquentes juvenis’ fora aprovada na cidade de Nova York. Esta sustentava que os delinquentes tinham de ter menos de 21 anos de idade, a divisão da lei consuetudinária entre criança e adulto (SAVAGE, 2009, p.25)

Será com a crescente urbanização e com as transformações das cidades, que uma enorme quantidade de textos e materiais sobre os delinquentes juvenis e a associação criminosa irá aparecer nos Estados Unidos e na Europa. Um dos pontos principais do debate era a diferenciação que havia na mesma categoria: a de crianças. Se ser criança era ter menos de 21 anos, como Pomeroy, por exemplo, poderia enfrentar uma pena de adulto, tendo apenas 14 anos quando foi julgado? Os relatos da época descrevem que, mesmo em seu julgamento, o jovem Pomeroy sabia o que estava fazendo quando cometeu os dez raptos, seguidos de homicídio. Em cartas trocadas na prisão com outros prisioneiros, o jovem confessava ter cometido os crimes, até mesmo os que ele havia negado quando se deu seu julgamento. Naquele momento, esta já era uma discussão antiga.

Em seu livro datado de 1853, *Juvenile delinquents: their condition and treatment*, Mary Carpenter já defendia que crianças menores deveriam ser tratadas diferentemente das crianças maiores (perto dos vinte anos, por exemplo), pois os mais velhos já eram criminosos empedernidos. O caso de Pomeroy, analisado na década de 1870, era um exemplo de que se podia empurrar mais para baixo a definição legal de minoridade.

O caso de Pomeroy apontará para outra discussão: de onde saiu o 'menino demônio' e que juventude americana ele representaria. Expulso de casa mais ou menos na mesma época em que ele cometeu o primeiro homicídio, ele era filho de um pai violento e alcoólatra, e de uma mãe que trabalhava para pagar as contas. Seu maior passatempo era perambular pelas ruas.

A pouca escolaridade e o trabalho infantil eram a regra e estes meninos e meninas começavam a lutar desde cedo para sobreviver e para isso contavam apenas com si mesmos. Eram 'produtos dos bordéis urbanos do continente, as cidades espalhando-se no ritmo acelerado da imigração' (SAVAGE, 2009:26).

Ainda em meados do século XIX

o reformador pioneiro Charles Loring Brace havia comentado a respeito do 'imenso número de meninos e meninas soltos nas ruas, que mal tinham um lar ou ocupação a que se pudesse chamar assim, e que continuamente inchavam a multidão de criminosos, prostitutas e vagabundos'. As crianças dos bairros pobres eram rotineiramente demonizadas nos jornais que ressaltavam o inexorável crescimento de gangues organizadas: os jovens indisciplinados que o New York Times, em 1873, chamou de 'semibêbados, preguiçosos, inúteis vagabundos'. (SAVAGE, 2009, p. 27)

Notícias sobre as ações das gangues povoaram os jornais norte-americanos durante o século XIX e já naquela época, as façanhas, os crimes, os hábitos, os modos de vestir, viver e agir ganhavam as manchetes cotidianas. E os comentaristas e jornalistas da época não tinham noção do impacto destas notícias, que associavam o crime, os hábitos ‘estranhos e bárbaros’, à juventude. Se falar dos jovens era um assunto emocionante, aparecer nesses jornais dava status. Os jovens envolvidos com gangues utilizavam a aparência como um elemento de distinção e buscavam de maneira incessante roupas, substâncias tóxicas e armas.

É na década de 1890 que a questão da juventude urbana toma maior vulto, em países como Estados Unidos, França e Grã-Bretanha e é também nessa época que se começa uma maior divulgação das evidências sobre a existência de uma juventude urbana, e de pesquisas que tentariam compreender quem são esses jovens. De um lado, temos os teóricos da degeneração social, cujo objetivo era demonstrar como vidas desregradas eram oriundas de condições desregradas e que, nesse sentido, os jovens eram os mais vulneráveis. Dos presos em 1889, 12% tinham menos de vinte anos, por exemplo. O caos urbano não é mais aceitável e o problema da delinquência juvenil torna-se um dos seus principais alvos: o dever e a disciplina deveriam estar presentes na vida desses jovens.

A preocupação era com a vida dura que estas crianças levavam: abandonadas, muitas morriam e aos 19/20 anos, poderiam estar chegando ao fim de suas vidas. Os que tinham sorte encontravam empregos sem que precisassem de qualificação ou ingressavam nas gangues locais. “Não havia infra-estrutura de previdência social, nenhuma rede de segurança” (SAVAGE, 2009:53)

Se havia uma saída era a integração via reforma das condições habitacionais, da educação pública e do espaço público. E se o cotidiano das cidades estava mudando de uma maneira cada vez mais veloz e se estas transformações tiveram um impacto significativo na vida da população e dos jovens, principalmente, era necessária a melhoria do cotidiano da população pobre das cidades.

Como observamos a virada do século XIX para o XX vai aliar, ao mesmo tempo, a possibilidade de se estudar a adolescência e a juventude como época da vida diferenciada pelo caráter de transição e de risco, assim como a preocupação e reflexão sobre este espaço urbano em intensa mudança, aos níveis altos de imigração e a crescente criminalidade. Quem fará isso de maneira empreendedora será a Escola de Chicago.

2.4 A Escola de Chicago e os estudos sobre a criminalidade

Do ponto de vista teórico, a escola de Chicago introduzirá, por meio das pesquisas empíricas, uma série de estudos sobre a diversidade cultural (e social) e o impacto que estas têm nas mudanças aceleradas pela qual passa a metrópole – Chicago – mudanças econômicas, industriais e demográficas.

Ao mesmo tempo, estas pesquisas empíricas terão reflexos nas formulações de políticas, não apenas em Chicago, mas também em outras partes do mundo. Em Chicago as pesquisas estarão centradas na desorganização e (re)organização da vida cotidiana. Estudos sobre imigração e diferenças étnicas serão constantes, além, é claro, das pesquisas sobre criminalidade.

Por Escola de Chicago “costuma-se designar um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica realizados entre 1915 e 1940, por professores e estudantes da Universidade de Chicago”. (COULON, 1995, p.7).

A Escola de Chicago não é uma escola homogênea e se caracteriza, principalmente, por seu caráter empírico. (...) consagra uma parte de seus trabalhos a um 'problema político e social mais importante, que à época preocupava todas as grandes cidades americanas e ultrapassava os limites de uma sociologia da cidade: o da imigração e da assimilação de milhões de imigrantes à sociedade americana. (COULON, 1995, p.8)

2.4.1 Park, Simmel e a penetração da sociologia formal na Escola de Chicago

Um dos grandes nomes da Escola de Chicago sem dúvidas é Robert Ezra Park. Com uma formação heterodoxa e interdisciplinar, Park trabalhou alguns poucos anos, após se graduar, em jornalismo, escrevendo para jornais das grandes metrópoles americanas. Ao final do século XIX, Park abandona o jornalismo e, após uma breve passagem por Harvard, segue para Alemanha onde defenderá sua tese sobre a função social dos meios de comunicação. É nesta ocasião que terá oportunidade de ser aluno de Simmel, a quem considerará o grande mestre da sociologia. Também se torna um dos maiores divulgadores das teorias de Simmel, além de grande interlocutor.

Quando chega à Universidade de Chicago, em 1914, Park acaba por marcar, juntamente com outros professores como Burgess, por exemplo, este novo campo

das pesquisas empíricas. A pobreza urbana, os vícios relacionados ao álcool e ao ópio, os distúrbios violentos, as casas de jogos e prostituição, as epidemias e os imigrantes, voltaram a ser a ser olhados (agora sob o enfoque da sociologia e da antropologia) como problemas sociais. Se estes problemas estavam na cidade, a mesma passava a ser o melhor laboratório social possível para estes estudos.

Entre 1914 e 1933, 42 teses ou trabalhos foram escritos por estudantes de Chicago sobre as relações étnicas, culturais e raciais, inaugurando assim um dos temas mais importantes da sociologia americana. Park teve um papel preponderante em despertar o interesse por essa questão. Deve-se observar que, antes de vir para a Universidade de Chicago, em 1914, por um lado ele havia sido militante da causa negra (...), e por outro, a partir de 1905, foi conselheiro de Booker Washington, uma das grandes figuras da causa negra. (COULON, 1995, p.41)

Durante este período, uma das teses mais desenvolvidas foi a questão da desorganização social, quase sempre associada à imigração.

A desorganização existe quando as atitudes individuais não encontram satisfação nas instituições, vistas como ultrapassadas, do grupo primário. Este é, evidentemente, um fenômeno e um processo que se encontra em todas as sociedades, mas que se amplifica quando uma sociedade sofre mudanças rápidas, sobretudo econômicas e industriais (COULON, 1995, p.35)

A desorganização social aparece também como a consequência de uma mudança brusca no meio urbano, seja o adensamento populacional, como é o caso de Chicago, ou a desertificação de determinados espaços. Catástrofes naturais, crises econômicas, políticas e pessoais também causariam a desorganização social. Um dos aspectos desta teoria é o papel que o indivíduo exerce sobre a sua própria realidade: não por acaso, as questões individuais de desorganização levam outro nome: desmoralização. A desorganização no indivíduo tem um aspecto moral negativo, que posteriormente dará bases para o desenvolvimento da teoria do desvio.

Esta desorganização social (e familiar) aparecerá com mais intensidade nas pesquisas de Thomas e Znaniecki sobre os imigrantes poloneses. Para eles, os descendentes dos imigrantes ao se estabelecerem na metrópole adquirem novas práticas de consumo e por consequência, novos valores que modificam o comportamento econômico, acarretando a pauperização, o quase abandono de suas crianças e o desenvolvimento, por consequência, da delinquência juvenil. Esta desorganização só acontece por que há uma ausência de opinião pública, na medida em que os imigrantes não estariam integrados, conduzindo assim a um declínio da solidariedade comunitária.

Esta desorganização demonstra uma tensão entre ‘o provincianismo’ comunitário que prioriza as relações face a face e a artificialidade e nivelação da vida urbana, agitada e alienadora, que forma um debate e uma ambiguidade universal: devemos priorizar as vantagens das pequenas comunidades ou o papel civilizador da cidade e os benefícios da moderna metrópole? Na realidade, tanto na Escola de Chicago, quanto em outras escolas da sociologia este debate se demonstrou estéril: “as transformações econômicas, sociais e culturais associadas à industrialização e urbanização de qualquer país são inevitáveis” (MARTÍNEZ, 1999).

É este aporte teórico multifacetado implantado na Escola de Chicago, primeiro por A. Small e depois por Robert E. Park que dialogou tão intensamente com Simmel (assim como Spengler): a cidade tem um significado, um papel na história universal que é civilizador e ao mesmo tempo demonstra toda sua potência emancipadora. A cidade, pela teoria simmeliana apropriada por Robert Park, combina anonimato e desarraigamento, liberdade e cosmopolitismo e só pode ser analisada em sua múltipla dimensão: sociológica, psicológica e econômica. Este é o fundamento da mentalidade de tipo urbana.

Para fazer frente ao processo de delinquência juvenil³⁴ crescente desenvolvido com esta mentalidade (ambígua) urbana só haveria uma solução: a reorganização das atitudes destes jovens – de preferência com a inserção no mercado de trabalho, uma mudança dos valores religiosos, investimento na educação³⁵ e o fortalecimento de instituições de ajuda mútua.

Em 1937 há uma mudança da orientação teórica da Escola de Chicago. Em que sentido? A febril Chicago oscilava do sonho americano ao pior pesadelo materializado e as pesquisas empíricas e etnográficas passaram a compartilhar espaço como as pesquisas quantitativas no departamento. Esta mudança de orientação se deu não apenas por uma mudança política dentro do departamento,

³⁴ Dados do final do século XIX, em Chicago, demonstram que de 1.500 casos do Juizado de Menores, 92% dos infratores eram meninos, enquanto 8% eram meninas. Dos meninos, 45% foram acusados de roubo, o restante de conduta irregular e incorrigibilidade. As meninas eram mais comumente acusadas de ‘imoralidade’, ‘conduta irregular’, ‘incorrigibilidade’ e ‘associação com pessoas más’. 70% do total eram filhos de imigrantes. (SAVAGE, 2009)

³⁵ A publicação de *Adolescence*, de G. Stanley Hall, em 1904, apontava para estas saídas. Nesta publicação pioneira, Hall foi um dos primeiros a mostrar uma definição sistemática da adolescência com clareza: se as crianças anteriormente definidas as eram até 21 anos, a adolescência foi definida como período que começava aos 14 anos e ia até os 24 anos. Este período foi definido com base em pesquisas do psicólogo alemão Wille sobre puberdade e evidenciava, no ciclo etário, uma etapa específica e por isso, diferenciada, do comportamento humano. A publicação de *Adolescence* ainda acelera a demanda para a ampliação das oportunidades educacionais e defende que a adolescência deveria ser um porto seguro para as insistentes demandas da sociedade industrial (SAVAGE, 2009:88).

mas também acaba surgindo do desejo de participar da formulação de políticas que dessem conta desta delinquência juvenil.

Não podemos esquecer que, além das inovações habituais, a Escola de Chicago também tem questões problemáticas nas suas acepções teóricas. Num primeiro momento, se pensarmos nas teorias desenvolvidas por Robert Park e diversos discípulos da Escola de Chicago, um peso em análises de cunho spencerianas e darwinistas. Zaluar aponta ainda que

a ideia da crise e da desorganização social foi objeto de muitas críticas pelo seu inegável compromisso com o arcabouço teórico do funcionalismo e, portanto, com uma ideia consensual de ordem e uma forma homogênea de organização (ZALUAR, 1997, p.18)

Na mesma linha as pesquisas de Whyte em Cornerville demonstrarão que, por uma organização ser diferente do *status quo*, não significa que ela seja desorganizada. Ela apenas se organiza de outra forma: 'complexa, estruturada, com relações hierarquizadas e fundadas em sistemas de obrigações recíprocas'.

Entre os pontos positivos da Escola de Chicago temos uma grande motivação para se discutir as transformações políticas e urbanísticas da metrópole e interferir de forma mais incisiva no espaço urbano. Os sociólogos de Chicago foram efetivamente chamados para pensar as políticas públicas relacionadas à imigração, integração e segurança da cidade, tanto na primeira fase, que irá até a década de 1940, quanto na segunda, inaugurada no pós-guerra. Outro ponto positivo foi a produção intensiva de pesquisas sobre as realidades urbanas e etnografias valiosas sobre as relações raciais, a criminalidade e principalmente a possibilidade de integração não apenas dos imigrantes, como também de uma possível integração racial.

Podíamos encontrar naquele momento pesquisadores que acreditavam no poder que os Estados Unidos tinham de assimilar outros povos, diferentes etnicamente e de organizar uma estrutura política em torno deles, ou melhor, uma rede de proteção social. Não por acaso, a crença e a aposta na organização comunitária se dá no período entre a primeira e a segunda guerra mundial (de 1918-1939).

2.5 Quem são esses jovens? O que fazer com eles?

Ao perguntar o que significa, hoje, ser jovem, verificamos que a sociedade que responde ser o futuro incerto ou não saber como construí-lo está dizendo aos jovens não apenas que há pouco lugar para eles. Está respondendo a si mesma que tem pouca capacidade, por assim dizer, de rejuvenescer-se, de escutar os que poderiam mudá-la (CANCLINI, 2004, p.210)

Ao nos determos nas relações e nas análises de Simmel e dos teóricos precursores da Escola de Chicago, notamos que elegemos um tipo específico de juventude: a juventude pobre, principalmente aquela que estava imersa no problema da delinquência juvenil.

A perspectiva que deve ser trabalhada, tanto quando falamos dos jovens brasileiros do século XXI quanto dos jovens estudados pela Escola de Chicago em seus estudos sobre as gangues é que

não se encontrará (...) uma história da juventude ao longo dos séculos e sim histórias que concernem a juventudes e, sobretudo a jovens reinseridos no emaranhado de relações sociais específicas, ligados a contextos e momentos históricos distintos. (LEVI; SCHMITT, 1996, p.12)

Esse posicionamento corrobora Zaluar (1997, 2004) quando aponta as limitações de utilizarmos as teorias trazidas pela Escola de Chicago para explicar o aumento da criminalidade, a participação dos jovens nas quadrilhas brasileiras e os tipos de crimes cometidos. A especificidade no desenvolvimento dos estudos sobre a criminalidade e sobre juventude nos Estados Unidos está focada em três questões cruciais já apontadas anteriormente: a questão da imigração, preocupação de toda metrópole americana, principalmente no que diz respeito à inserção dos imigrantes e suas famílias, a questão étnica, não totalmente dissociada da questão da imigração, tendo como casos específicos a gangues de afro-americanos, e como somatório dessas questões, a desorganização familiar e urbana, como detonadoras da violência institucionalizada àquele momento.

Em História da Juventude, Levi e Schmitt (1996) defendem a importância dos estudos históricos sobre as diferentes juventudes em diferentes épocas, para que entendamos as diferenças e as desigualdades de cada momento, onde estas juventudes estivessem inseridas.

Estas pesquisas foram fundamentais por que não só é necessário como

relevante também a desigualdade entre as classes sociais, que torna as condições de vida e as opções culturais da 'juventude dourada' (toda época tem a sua) somente a expressão de uma minoria, embora sua presença nos documentos e a capacidade de atração do modelo que ela encarna sejam muito fortes. Assim será

preciso estar atentos para não esquecer também outras figuras: os escravos, os operários, os estudantes pobres, os desempregados, os mendigos, os jovens agressivos (LEVI; SCHMITT, 1996, p.18)

Se há um tema recorrente nas pesquisas realizadas na década de 1970 e na década de 1980 em áreas distintas como a antropologia, sociologia, história, psicologia e demografia é a juventude (LEVI; SCHMITT, 1996; NOVAES, 1997). A maior dificuldade é definir o que é juventude e encontrar uma definição válida “em todos os quadrantes e em todas as épocas”

Como a juventude pode ser definida como campo disciplinar, ou linha de pesquisa? O que é juventude? Melhor dizendo, o que são juventudes? Esta é uma pergunta necessária a ser feita, pois, em cada cultura ou sociedade o que é ser jovem e os tipos de culturas juvenis existentes podem ser classificadas de diferentes formas.

A juventude europeia no século XX não é uma categoria homogênea, nem sob o aspecto territorial, nem sob o aspecto temporal. Pensar nos jovens franceses, moradores das periferias durante os anos 1960 e 1970, não significa de forma alguma que possamos, por exemplo, compará-los com jovens portugueses do século XXI. As questões políticas e econômicas envolvendo os dois países são diferentes (e também por que estamos comparando épocas diferentes), tanto como os enfrentamentos destes jovens, inseridos em sua sociedade também são diferentes.

De alguma maneira, então, podemos dizer que as pesquisas sobre juventude vêm tentando desnaturalizar o próprio conceito, tomando cada juventude específica, dentro do seu contexto histórico, por entender que “são arbitrários culturais e regras socialmente construídas que determinam em que momento e por meio de quais rituais de passagem se muda de uma fase para outra” (NOVAES; VANNUCHI, 2004:10).

Nesse sentido, Levi e Schmitt (1996) e Savage (2009) buscarão, em suas respectivas pesquisas, situar cada juventude em um território circunscrito e um espaço de tempo, de forma a explicar o que os fizeram únicos em suas práticas cotidianas, suas organizações e suas culturas.

Independente disso, algumas ideias precisam ser colocadas no lugar. A primeira delas é de que a juventude tem uma especificidade e não podemos

considerá-la uma faixa etária igual às outras³⁶. A juventude é uma construção social e cultural, marcada “pelo caráter de limite (o limite entre a dependência infantil e a idade adulta), um período de intensa mudança entre a falta e a aquisição de poder” (LEVI; SCHMITT, 1996, 14)

Para Levi e Schmitt (1996) é impossível estabelecer limites claros, pois não há uma definição demográfica ou jurídica do que é a juventude – isso dependerá dos processos sociais pelas quais as sociedades passam e suas concepções culturais. Cada sociedade, nesse sentido, constrói sua juventude: dos princípios que servem para caracterizar as pessoas a idade é sempre uma categoria / condição transitória, ao contrário do gênero e da cor, por exemplo. “Mais apropriadamente, os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam” (LEVI; SCHMITT, 1996)

A história do mundo contemporâneo, por exemplo, lembra-nos sem cessar de que não existe uma juventude única e que a diferenciação social, as desigualdades em termos de riqueza ou de emprego aí fazem sentir todo seu peso. (LEVI ; SCHMITT, 1996, p.17)

Não devemos esquecer que, dentro de uma mesma geração, temos outras diferenças a considerar: a diferença de gênero é uma destas. A diferença entre rapazes e moças, já acentuadas na socialização infantil, acaba sendo institucionalizada na juventude, na própria construção (desigual) dos papéis na sociedade e na família.

O desenvolvimento dos Estados Modernos modificou de maneira radical o papel dos jovens: bases territoriais dilataram-se, fazendo dos jovens um grupo social com solidariedades que extrapolam a área da aldeia ou do bairro. As estruturas sociais abrangentes de referência tornaram-se progressivamente as mesmas, genéricas, da população de conjuntos territoriais muito vastos, alterando ao mesmo tempo a imagem simbólica que os jovens tinham de si e a sociedade tinha deles. A ligação natural entre juventude e nação afirmada pelo romantismo; a adesão dos jovens burgueses europeus do século XIX às ideias da Revolução; as associações juvenis da Igreja católica ou das igrejas protestantes; mais tarde, o enquadramento dos jovens nas organizações fascistas ou nazistas; em tempos mais próximos, as revoltas estudantis, dos campi americanos às barricadas parisienses de 68 (quando a mídia já tinha condições de dar aos ‘eventos’ uma imediata ressonância planetária): todos esses fenômenos testemunharam a afirmação de uma nova percepção globalizante, nacional e depois internacional – da juventude, de seus

³⁶ O que é ser jovem? Pela Organização Mundial de Saúde, em categorização aceita pela maioria dos organismos internacionais, ser jovem hoje é estar na faixa de 15 a 29 anos. Isso não significa, por exemplo, que esta categoria, em alguns casos, se torne elástica no atendimento e na prevenção. Levando em consideração que a adolescência se inicia em torno dos 11/12 anos, com maturações diferentes entre meninas e meninos, programas de prevenção à saúde, políticas educacionais, culturais e esportivas, podem e em muitos casos incluem, adolescentes a partir destas idades (11/12 anos). No caso específico das escolas de samba mirins, como vemos no quinto capítulo, a idade mínima para participação nos desfiles é de cinco anos, sendo a máxima, 17 anos, enquanto a inserção profissional promovida por algumas escolas recebe desde crianças de 7/8 anos, dependendo do projeto, até jovens de 29 anos, considerando uma faixa etária mais elástica na promoção destes projetos.

problemas (as 'crises de geração'), de seus modelos (pensemos nos 'ídolos dos jovens', nas estrelas, na música pop ou na língua inglesa, a dos cantores de rock) e talvez, ao menos esperamos, de novas formas de solidariedade. (LEVI; SCHMITT, 1996, p.21)

Burkitt (2008) apontará que temos muita dificuldade em descobrirmos quem somos nós, pois estamos engajados em inúmeras atividades, em diversos lugares, nos mais variados contextos e que somos diferentes para cada uma dessas pessoas e em cada um desses contextos. A procura do nosso *self* se dá em torno das atividades sociais, da ajuda de amigos, parentes, terapeutas entre tantas pessoas que nos rodeiam. Estas pessoas ajudam na construção do meu *self* na medida em que refletem de volta minhas palavras, atitudes, expressões e ações, aprovando-as ou reprovando-as, fazendo com que se desenvolvam valores importantes no desenvolvimento pessoal e na vida comunitária. Neste sentido as relações intergeracionais são fundamentais.

2.6 Da importância das relações intergeracionais como estratégia de fortalecimento do capital social e da eficácia coletiva

As relações intergeracionais se tornam importantes para a prevenção da violência, para a organização e manutenção da capacidade associativa da população e o aumento da confiança, da sociabilidade e do capital social como condições ou pré-requisitos básicos do desenvolvimento comunitário.

No Rio de Janeiro, onde existe um tráfico de drogas violento e delimitador de territórios, que altera todas as relações, não só dentro da rede como também com o mundo exterior, e que afeta diretamente a vida social e cultural, a convivência com pessoas de diversas faixas etárias ocupa um local de suma importância nos espaços familiares, de trabalho e de lazer. Ressaltamos a importância da memória e do fato de terem aprendido seus ofícios, tanto no mundo do trabalho, quanto no samba, a partir de uma tradição passada pelos mais velhos, principalmente por meio da história oral. A importância desta convivência intergeracional também se manifesta na família, na qual os mais velhos cuidam de sua educação dos mais novos, tendo vínculos biológicos ou não, aconselhando e orientando para o estudo, encaminhando os mais jovens, sem obrigações formais, para longe de atos violentos.

Considerando-se a pobreza, a escassez de trabalho e a pouca escolaridade constatadas em muitos dos locais estudados, uma alternativa é a implantação de projetos que retirem os jovens de uma situação de vulnerabilidade – recuperando as relações intergeracionais – de modo a habilitar os jovens para o trabalho, a educação e a transmissão da cultura local. No caso das escolas de samba mirins, a transmissão da cultura afro-brasileira e carioca.

Foi nessa perspectiva que Zaluar propôs à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2001 o projeto *Por um Rio de Paz Sem Medo*, que inclui em suas atuações

a educação [principalmente dos jovens] através de atividades de lazer que deve ter sempre o objetivo de preparar o cidadão para a convivência democrática. Todos sabem que o que é empreendido livremente e por prazer é feito com entusiasmo e realizado, se não na perfeição, pelo menos, muitas vezes com felicidade. O que é obrigatório nem sempre é satisfatório. O lazer permite a socialização das crianças, jovens, adultos, idosos levando à participação, função vital do homem que é sobretudo um ser social ou socializado.

O Projeto *Por um Rio de Paz Sem Medo*, que tem como subprojeto os Mediadores da Paz, tem como uma das prioridades, a educação desse jovem em situação de vulnerabilidade, a transmissão do conhecimento da cultura popular e do rico folclore de nosso país, além de um fortalecimento da autoridade para os instrutores mais velhos.

Outro projeto pioneiro foi o do SESC Rio, que criou grupos para a Terceira Idade há mais de 30 anos, assumindo uma postura de vanguarda, que estimula o convívio intergeracional para aproximar as gerações, fortalecer o respeito e evitar o preconceito entre as diferentes faixas. Para Bruno Villas-Boas, “o SESC Rio usa a experiência do passado para construir o futuro”, na medida em que todas as atividades para a Terceira Idade têm a perspectiva de serem integradas às que se destinam a adultos, jovens e crianças.

Segundo Kriegel, apud Debert (2003, p. 60),

a ideia de gerações não corresponde à sucessão de um grupo pelo outro, à substituição do mesmo pelo mesmo. Na verdade, apesar de suas conotações variadas, a ideia de geração implica com um conjunto de mudanças que impõem singularidades de costumes e comportamentos a determinadas gerações. (...) A geração não se refere às pessoas que compartilham a idade, mas às que vivenciaram determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras³⁷.

³⁷ As pesquisas sobre grupos de idade tanto mostram que a geração, mais que a idade cronológica, é a forma privilegiada dos atores refletirem suas experiências extrafamiliares, como também indicam que mudanças na experiência coletiva de determinados grupos não são apenas causadas por mudanças sociais de ordem estrutural, mas que esses grupos são extremamente ativos no direcionamento das mudanças de comportamento, na produção de uma memória coletiva e na construção de uma tradição. Ou seja, apesar das várias conotações que o conceito de geração assume, ele tem uma efetividade que ultrapassa o nível das relações na família, direcionando transformações que a esfera da política tem de incorporar (Debert, 2003).

Pensar em geração e nas trocas intergeracionais é uma perspectiva que estabelece positivamente a relação tanto com o jovem em situação de vulnerabilidade, tanto com o adulto ou com o idoso que está saindo do mercado de trabalho, já que “uma grande vantagem dos grupos intergeracionais é a oportunidade que representa de troca de experiências e a valorização da sabedoria que essas conferem, não importa a idade” (ZALUAR, 2001).

Estas trocas intergeracionais serão fundamentais na socialização dos mais jovens, na transmissão cultural, na construção do nosso *self* e no desempenho dos múltiplos papéis sociais que desenvolvemos ao longo de nossa vida e que é tão caro às crianças e jovens. O contato com pessoas mais velhas nos ajuda a construir posturas, valores, práticas sociais, que, quando são positivas, nos ajudam a construir a confiança nas práticas sociais.

3 SOU(L) SUBURBANO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DOS SUBUÚRBIOS

(...) O corpo do Rio se divide em mar,
Montanha, floresta e algumas - digamos
- cascatas
Mas tem uma coisa:
A alma é uma só e nenhum túnel ou
via expressa
Pode dividir essa alma em duas (...)

No fundo do Rio, de Guinga & Nei Lopes

Havia um tempo de cadeiras nas calçadas. Era um tempo em que havia mais estrelas. Tempo em que as crianças brincavam sob a clarabóia da lua.

Mario Quintana

A história dos subúrbios cariocas é resultante dos esforços de pioneiros abnegados, na maioria das vezes incógnitos. Suas páginas mais se parecem com a letra de um samba inédito, escrita em papel de pão, esquecida no fundo de uma gaveta trancada (...).

João Batista Vargens & Carlos Monte

Do início dos anos 2000 para cá, com o aumento de acesso aos computadores pessoais e Internet, popularizou-se o fenômeno dos blogs e de redes sociais como *Orkut*, *Multiply*, *My Space*, entre outros. A livre expressão fez com que fossem criadas, dentro destas redes, diversas comunidades que expressam algumas das nossas identidades. No início, ninguém sabia muito bem em que territórios estávamos pisando e nos expor a estranhos parecia uma temeridade.

Aos poucos, estas redes foram aperfeiçoando sua segurança e a inserção em comunidades – como chamamos os nossos grupos de interesses – e aumentou a possibilidade de comunicação, de conhecimento e de encontro com pessoas que têm as mesmas áreas de interesse que nós.

Algumas das primeiras comunidades as quais aderi no Orkut, há uns cinco anos, como as de samba, reuniam em torno de vinte a trinta pessoas apenas. Hoje algumas dessas comunidades, como a de Samba de Raiz, têm mais de cento e oitenta mil pessoas discutindo, compartilhando e trocando endereços das melhores rodas do país e dos artistas emergentes.

As comunidades de amor ao Rio de Janeiro, às suas praias, aos bairros da zona Sul sempre foram grandes, desde o início destas redes. Mas ainda no início havia dificuldade em acharmos comunidades sobre os bairros do subúrbio do Rio de

Janeiro. Até que apareceram comunidades como *Subúrbio Carioca*, que reúnem, hoje, cerca de mil e quinhentas pessoas.

A descrição da comunidade é a das mais interessantes e nos lembra um pouco daquela epígrafe do início do texto, a de Mario Quintana

Você sabe as dores e as delícias de colocar a cadeira de praia na calçada no fim da tarde? Então você mora ou morou em um bairro cortado pelos trilhos do trem ou do metrô linha 2 e aqui é o seu lugar, a não ser que você seja uma perua emergente que esconde seu passado...³⁸

Interessante é associar a imagem das cadeiras na calçada, das crianças correndo sob os olhos vigilantes da família a sensação de segurança, de um passado que não volta mais, de pertencimento e de vizinhança. Esta imagem só é possível para quem viveu em lugares, ou em um tempo, com muito menos crescimento urbano, onde tínhamos um ritmo de vida menos acelerado.

Tanto a epígrafe deste texto quanto a descrição daquela comunidade demonstram a sensação de um passado que era melhor. O tom é um misto de melancolia e de orgulho de ter nascido no subúrbio.

Além destas comunidades, blogs como *Preto, Pobre e Suburbano* e *Suburbia Tales* tentavam justamente dar a diferenciação identitária, do que era, afinal, ser suburbano³⁹. Se estes blogs e comunidades defendem que ser suburbano é um estado de espírito forjado pelo nascimento em uma determinada parte da cidade, em nosso texto defenderemos que é um pouco mais do que isso. Ser suburbano é um estado de espírito forjado por ter nascido em um determinado lugar da cidade, em um momento em que a política pública urbanística passa, mesmo que de forma inconsciente, a construir essa diferença.

³⁸ E continua "Não postem eventos nos tópicos. Para isso existe a parte eventos. Campanhas partidárias serão deletadas, a não ser que sejam postadas na área eventos e digam respeito a atividades coletivas que envolvam várias correntes políticas (como debates e manifestações). Propagandas de conteúdo ofensivo e/ou preconceituoso serão deletadas. De resto é curtir a comu, seja você de Cascadura, Marechal Hermes, Pavuna ou Bento Ribeiro. =)" <http://www.orkut.com.br/Main#Community.aspx?cmm=54026>

³⁹ Relaciono aqui alguns dos blogs que tem como tema o subúrbio carioca. Dos pessoais: *Suburbia Tales*, que durou quatro anos e reunia um grupo de amigos que contavam inúmeras histórias do subúrbio [<http://www.suburbiaales.com.br/>], o *Preto, Pobre e Suburbano*, de um jornalista morador da Zona Oeste [<http://www.pretopobresuburbano.blogspot.com/>] e o *Meu Lote*, do músico e escritor Nei Lopes [<http://neiopes.blogspot.com.br/>]. Para divulgação de músicas e filmes no (do) subúrbio: *Alma Suburbana* [<http://suburbanonaalma.blogspot.com/>] e *O Couro do Cabrito* [<http://ocourodocabrito.blogspot.com/>]. Nesta categoria temos ainda o site dos *Suburbanistas*, músicos suburbanos que deram o nome a um movimento [<http://www.suburbanistas.com.br/>]. De pesquisa temos dois: *Subúrbios Cariocas, um blog pela memória e urbanidade suburbanas* [<http://suburbioscariocas.blogspot.com/>] e o *Geografias Suburbanas* [<http://geografiassuburbanas.blogspot.com/>]

Apesar de nossa pequena introdução, o nosso capítulo três não se detém na análise das redes sociais virtuais e sim na construção de um espaço na cidade que se define (e é definido) por sua diferença de etos.

Se no primeiro capítulo trabalhamos com a construção de conceitos como capital social e eficácia coletiva e definimos comunidade, vizinhança e sociabilidade, e no segundo como emerge, no espaço urbano, uma preocupação com a juventude, objetos de tantas políticas sociais e de nossos estudos, no terceiro trabalharemos com o caso específico do Rio de Janeiro e a vocação associativista do subúrbio.

Aqui, o que importa é sua política municipal de (re)construção da cidade que teve como objetivo servir como vitrine e modelo para o resto da país por ser a capital federal. Como consequência, hoje percebemos que o subúrbio – mais especificamente a noção carioca de subúrbio – se moldou a estes modelos e influenciaram sua população.

As teorias de desagregação da cidade trabalhadas no Brasil dão conta de metrópoles urbanas nos moldes americanos, modelos muito diferentes, por exemplo, das metrópoles construídas por nós. Os modelos analisados pela Escola de Chicago, já adiantamos, não nos servem de todo, pois nossa história política e nossa preocupação social e demográfica, ao final do século XIX era outra.

Naquele momento a preocupação maior era absorver os imigrantes que substituiriam a mão de obra escrava, receber nas emergentes metrópoles os migrantes saídos das grandes fazendas no pós-abolição que se deslocavam para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Na cidade, a preocupação dos governantes era com as condições de higiene e habitação dos moradores pobres e quais eram as melhores formas de expandir e povoar a cidade.

Outra preocupação não menos importante naquele final do século era a política. Após a implantação da República, em 1891, era hora de constituir uma nova organização política e de representação dos estados, que privilegiasse a posição dos mercados internos e a recente industrialização do país. Relacionada a esta questão, encontraremos o Rio de Janeiro tentando encaixar-se neste projeto e levar adiante o projeto de construção da nação brasileira, tendo a capital federal como modelo.

Que imagem de metrópole, crescimento, urbanização queríamos passar como modelo para as outras cidades do Brasil e gostaríamos de ser reconhecidos no mundo? Para entendermos como os subúrbios do Rio de Janeiro, e, em menor grau, as favelas, chegaram a ser o que são hoje, é necessário contar um pouco desta história. É isso que pretendemos fazer agora.

3.1 Rio de Janeiro, purgatório da beleza e do caos.

Em qualquer análise que se pretenda ao falar do Rio de Janeiro é necessário ter em mente que o município foi o mais importante cenário geopolítico e administrativo do país, em um período que abrangeu quase dois séculos, de 1793 a 1960.

Esse protagonismo fez o Rio de Janeiro estar em evidência por conta da sua localização, das possibilidades econômicas relacionadas a produção de bens e serviços em seu espaço e sua vocação para a cultura. Não sem motivo, o Rio de Janeiro foi capital do Brasil em quatro momentos distintos: durante a época em que foi colônia, com a elevação do Brasil ao Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, capital do Império a partir de 1822 e da República, de 1889 a 1960.

Sua importância deve-se também ao fato de o Rio de Janeiro ter se configurado como um espaço onde diversos acontecimentos recentes da história do Brasil se desenrolaram. Independente das críticas aos governantes recentes do município, da deterioração urbana acelerada em alguns bairros e da violência urbana, característica de muitas metrópoles, é importante dizer que

O Rio de Janeiro é uma cidade muito especial para ser examinada, por que é a principal cidade-símbolo do Brasil, a cidade-síntese do país imaginado, para o bem e o mal. Não é por acaso que ele se torna alvo das críticas as mais injustas, as mais violentas, de toda parte do Brasil e de dentro dele mesmo. De repente, parece que o pior lugar do mundo é o Rio de Janeiro, quando na realidade o Rio foi o espaço onde o Estado Nacional se institui simbolicamente, tanto na perspectiva da nucleação do poder, como da representação da própria nacionalidade que se queria fundar. O Rio de Janeiro foi e continua sendo o principal rosto do Brasil. É para ele que o mundo inteiro olha. Essa face do Rio de Janeiro foi retomada e reafirmada em momentos-chave, em momentos de grande densidade simbólica. Foi diante da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que o poder monárquico se instaurou e se legitimou. Foi também diante desta mesma instituição que a República se institucionalizou e o governo provisório da República foi empossado⁴¹ (SANTOS, 1997)

⁴⁰ Antes disso o Rio de Janeiro dividia com Salvador a função de capital da colônia. Foram, no total, 320 anos.

⁴¹ Entre a destruição e a preservação: notas para o debate. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Memória, Cidade e Cultura. SCHIAVO, Cléia & ZETTEL, Jayme (org.). Rio de Janeiro: EDUERJ; IPHAN, 1997.

A citação de Santos é fundamental para levantar algumas questões que pretendemos discutir: como o Rio de Janeiro oscilou da posição de cidade capital e exemplo de urbanização e nacionalismo que se pretendia para o resto do Brasil, ao mesmo tempo em que, ao priorizar esta abordagem, acaba por abrir mão de uma política urbanística para o resto da cidade.

Em um trabalho já clássico, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, de Maurício Abreu, o argumento está centrado nas demandas do capital, que se baseia no fato das políticas urbanísticas servirem a uma classe específica, mais privilegiada e que, apesar da ausência de Estado na gestão pública, o mesmo não se omite quando a questão é a expressão da população no espaço urbano. Para este autor

o Estado tem tradicionalmente apoiado os interesses e os privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios e elitistas. (ABREU, 1997)

Teses marxistas, como as de Milton Santos, apontarão que o modo de produção deixa sua marca ao longo do tempo, enquanto a formação social escreve sua história no espaço urbano. Este espaço urbano não é neutro e conta a história dos conflitos existentes entre as diferentes classes (ABREU, 1997). A luta pelo domínio do espaço, desta maneira, marcaria a forma de ocupação do solo urbano.

Independente da teoria que utilizemos é esta prática que encontramos no Rio de Janeiro do início do século XX, uma cidade onde a diferença entre as áreas foi sendo construída gradualmente, mas encontrou seu auge nas Reformas Urbanísticas do prefeito Pereira Passos (1902 – 1906) com acelerado crescimento após a década de 1930. Essas diferenças, que Maurício Abreu chamará de disparidades intrametropolitanas, ganham maior ênfase quando o subúrbio carioca passa a abrigar um número crescente de expulsos do centro da cidade, ganhando a conotação negativa de área periférica. A deterioração chegaria algumas décadas depois, em um espaço que não tinha chegado a ser urbanizado de fato.

Outro conceito possível de ser aplicado neste trabalho é o de cidade-capital, desenvolvido pela pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, Marly Motta.

Falar do Rio de Janeiro como cidade-capital significa nos remetermos à categoria criada por Giulio Argan que procurava explicar a emergência das

monarquias absolutistas europeias no século XVII. As cidades capitais podiam ser definidas como

sedes da autoridade do Estado, dos órgãos do governo e da administração pública, comandando o movimento militar, controlando as principais rotas de comércio e distribuição de recursos financeiros, monopolizando a arte, a cultura e o gosto, as cidades-capitais revelaram-se um objeto particularmente atraente para um tipo de abordagem que as analisa como o lugar da poética e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma à sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória. (MOTTA, 2005, p. 8-9).

Porém, não devemos esquecer que esta mesma categoria refletia, além da proximidade com um tipo de poder centralizador, a relação que estes mesmos governos absolutistas mantinham com seus territórios e com a construção do espaço.

Para Mumford, por exemplo

a época das cidades livres, com sua cultura amplamente difundida, e formas de associação democrática razoáveis, foi substituída por uma era de cidades absolutistas, centros que cresceram sem nenhuma ordem, e que deixavam para as outras cidades a seguinte alternativa: aceitar conter seu desenvolvimento ou imitar, sem recompensa alguma, a capital toda poderosa (...) a lei existe para confirmar o estatuto e assegurar a posição das classes privilegiadas. A ordem é mecânica, não tem base no sangue, na vizinhança ou nos objetivos e afetos comuns, mas na submissão ao princípio que a rege (MUMFORD, 1945, p.140-141)

Temos aqui duas condições da cidade-capital: a primeira, a cidade-capital como o lugar da poética, da cultura, da civilização e da modernidade. Por outro, ao tentar se alcançar este lugar, abre-se mão de associações democráticas, culturas amplamente difundidas, da ordem baseada no sangue, no afeto e na vizinhança, para seguirmos as ordens e regras urbanísticas.

O caso do Rio de Janeiro é ímpar por que, se de um lado a ausência da gestão pública na urbanização do espaço (sub)urbano demonstra o privilégio de eleger uma determinada área e classe na cidade, por outro faz com que, no subúrbio, por estas regras e ordens urbanísticas não terem sido aplicadas da mesma forma – “o sangue, o afeto e a vizinhança” continuam prevalecendo.

É importante frisarmos que no desenvolvimento do Rio de Janeiro, a definição interna do seu território e a construção do seu espaço urbano guarda estas duas dimensões: o Rio das disparidades intrametropolitanas construídas ao longo do século XIX e acentuadas a partir do início do século XX e o Rio de Janeiro construído como consequência dos compromissos assumidos pelo ideal de cidade-capital, que tentou, a partir das mesmas reformas urbanísticas, divulgar uma

imagem modelo da cidade para outras metrópoles e privilegiou algumas de suas áreas como vitrine para estes propósitos.

Esta cidade-capital funciona com maior proximidade ao conceito de comunidade imaginada, trabalhado no capítulo um. O Rio cidade-capital é forjado para construir um ideal de nação, inventando tradições, copiando modelos e atualizando constantemente sua legitimidade (MOTTA, 2004).

Essa vitrine não é construída a partir apenas da Primeira República. Na história urbanística do Rio de Janeiro encontramos algumas políticas públicas para a cidade que se institucionalizaram desde o Império. Para os estudiosos do subúrbio, será a partir da Primeira República que a emergência do significado carioca de subúrbio ficará mais latente.

3.1.1 Século XIX na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

Para Abreu (1997), de fato, é no século XIX que as mudanças mais flagrantes na geografia e economia da cidade serão percebidas. Segundo este autor, é neste momento que “a cidade passa a transformar radicalmente sua forma urbana e apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais” (ABREU, 1997, p.35).

A tese de Abreu é que, no decorrer do século XIX, a cidade se transformou tanto em relação ao seu conteúdo (político, social, econômico), como na sua aparência (urbanística). A vinda da família real, em 1808, vai inserir no Rio de Janeiro uma classe que até o momento não existia.

A remodelação das ruas da cidade, a manutenção das vias abertas para transporte e mobilidade, a criação de espaços dedicados a cultura e ao lazer, o estabelecimento de parques, de bancos, o incremento do comércio existente, fazem com que o Rio de Janeiro paulatinamente mude sua face. Até o século XVIII a cidade foi praticamente negra e rural, como afirmam diversos historiadores. Havia falta de mobilidade física entre os moradores, já que imperava a ausência de transportes coletivos, obrigando a que todos morassem próximos. Abreu afirma

ainda que a elite local se diferenciava dos outros moradores, sobretudo, pelo tipo de moradia, já que habitavam as mesmas regiões da cidade, isto é, principalmente o Centro, que hoje chamamos de área de planejamento 1 (AP1)⁴².

As áreas mais próximas das freguesias urbanas, como Lapa, Glória e Catete, começam a ser povoadas e suas transformações se dão com o desmembramento de suas fazendas em chácaras, inicialmente reservadas aos finais de semana dos governantes e que ao longo do século XIX se transformaram em local de residência permanente de pessoas com melhores recursos financeiros, estimulando assim a criação de novas freguesias. A ocupação dessas freguesias por políticos, intelectuais e investidores internacionais privilegiará esta área da cidade, tal qual como acontece com São Cristóvão, local de instalação da família real e de parte da corte.

Para além do Centro, muito populoso e que está neste momento se urbanizando aos poucos, encontramos as freguesias rurais. Até a primeira metade do século XIX estas freguesias rurais e suburbanas continuariam com pouco moradores por dois motivos: a falta de mobilidade dos moradores da cidade pela ausência de transportes públicos e o fornecimento constante de gêneros alimentícios à corte. Durante este período a situação permaneceu praticamente inalterada.

O que muda, então, no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX? A cidade aumentará sua densidade populacional e a questão da moradia popular, aliada aos aspectos relacionados a ausência de saneamento básico, sistema de esgoto e má condições de existência passa a ser uma preocupação constante. O empobrecimento e a deterioração do espaço urbano estimulam as transformações no que se refere as possibilidades de expandir a cidade. As zonas urbanas, ou chamadas à época de freguesias urbanas continuam crescendo além dos seus limites, misturando no mesmo espaço, a população livre e a escravizada, comerciantes de todos os níveis, profissionais liberais, artistas, políticos, e toda sorte de gente que ali vivia.

⁴² Segundo Leonardo Santos “A cidade do Rio de Janeiro fazia parte, desde a chegada da família real portuguesa em 1808, do Município da Corte. Este abarcava então a cidade propriamente dita – dentro da qual se situavam as “freguesias urbanas” – e as “freguesias de fora”. A primeira era chamada também de “zona da cidade” e a segunda de “zona de campo” (2006: 2-3). Apud Cruz, Alline Dias da. Suburbanização, branqueamento e urbanidades na reconfiguração socioterritorial do Rio de Janeiro republicano. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, Ano XXI, No 2, 2007, p. 73-92.

A criação de outras freguesias, expandindo a cidade para as proximidades do Centro traz novas alternativas de moradia, porém apenas para a população que pode pagar por isso. Como disse, Glória, Catete e Botafogo, bairros já ocupados por parte da nobreza e pelos investidores internacionais que tinham negócios no Brasil, juntam-se a São Cristóvão e outros bairros nos seus arredores, onde já havia se criado uma área residencial.

Neste sentido, estes primeiros bairros residenciais, localizados nas freguesias centrais, ainda mantinham com o centro uma proximidade, fosse nas relações de trabalho destes habitantes, pelo comércio ou pela possível prestação de serviço oferecido no Centro do Rio de Janeiro.

O Centro, em contrapartida, mesmo com o início da expansão para outras freguesias continuava sendo considerado o centro dos negócios, das decisões políticas, além de local de trabalho, moradia e lazer.

Além das transformações na paisagem da cidade, observa-se uma mudança na mentalidade dos dirigentes dessa cidade e a necessidade de se implantar novas políticas que dialogassem com as alterações no espaço urbano.

Foi neste mesmo período que a cidade passou a atrair os investimentos do capital internacional, investidos por sua vez no setor dos serviços públicos, cada vez mais necessários à população e à urbanização pretendida: investimentos em esgotamento sanitário, gás e, principalmente, transportes foram obtidos em concessões diretamente do Estado. Esse período será considerado por alguns como de contradições, pois não se abandona a mão de obra escrava para inserir a lógica capitalista em nossa economia local.

São estes transportes que fomentarão a criação de algumas freguesias, assim como o desenvolvimento de outras, sendo o mais importante acontecimento deste período a inauguração da linha de trem em 1858⁴³. O trem é considerado, juntamente com os bondes, o vetor de expansão da cidade no século XIX e a Estrada de Ferro Central do Brasil foi fundada para auxiliar na expansão da cidade. Originalmente denominada Dom Pedro II, tinha como ponto de partida o centro da

⁴³ O desenvolvimento das linhas férreas será fundamental para o entendimento que temos do conceito carioca de subúrbio que o associa a formação de bairros em torno da linha férrea. Mais recentemente, arquitetos e urbanistas ampliam o sentido de subúrbio desarticulando-o do seu crescimento associado aos trens, englobando assim outros bairros da zona norte, como os da atual área de planejamento AP2.2.

cidade do Rio de Janeiro (freguesia de Santana) e estendia-se até a estação de Queimados⁴⁴, no interior na província. Ao longo de dois anos foram construídas seis estações além das terminais, possibilitando que alguns bairros crescessem e aumentassem sua população, naquele momento ainda incipiente. Eram estas as de São Cristóvão (inaugurada em 1859), Engenho Novo (inaugurada em 1858), Cascadura (inaugurada em 1858), Sapopemba (inaugurada em 1859), Maxambomba (inaugurada em 1858) e Queimados.

A partir de 1861, há uma ocupação acelerada das freguesias rurais atravessadas pela Estrada de Ferro Dom Pedro II. Sem nenhum planejamento urbano, quem podia e preferia, acabou se mudando para o entorno das estações férreas. Abreu aponta que

o processo de ocupação dos subúrbios tornou, a princípio, uma forma tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e, com maior concentração, em torno das estações. Aos poucos, entretanto, ruas secundárias, perpendiculares à vida férrea, foram sendo abertas pelos proprietários de terras, ou por pequenas companhias loteadoras, dando início assim a um processo de crescimento radial que se intensificaria cada vez mais com o passar dos anos (ABREU, 1997, p.50).

As demais estações foram inauguradas gradualmente, sendo que as duas últimas a serem criadas no final do século XIX foram a Estação de Madureira (em 1890) e a Dona Clara (em 1891).

Podemos considerar desta forma o marco da expansão e da urbanização da cidade do Rio de Janeiro os anos 1850, porém o aumento populacional do subúrbio e seu desenvolvimento como consequência da implantação da linha férrea não se limita ao século XIX e aumenta muito ao longo do século XX. Tampouco, a relação trem/emergência do subúrbio não é um dado isolado.

Já no final do século XIX, a equação trem + subúrbio + população de baixa renda, passará a se contrapor à associação bonde + zona sul + estilo de vida “moderno” (ABREU, 1997), isso por que as autoridades competentes privilegiaram a urbanização e o saneamento do centro do Rio de Janeiro e dos bairros adjacentes (próximos à praia), situação que se consolidará no governo do prefeito Pereira Passos.

3.1.2 Século XX

⁴⁴ A estação de Sapopemba é hoje a estação Deodoro e Maxambomba é um dos distritos de Nova Iguaçu.

Uma das peculiaridades da virada do século XIX para o XX é que, com o novo século, encontramos uma nova cidade com antigos problemas. Com a mudança do tipo de governo, de monárquico para republicano, cria-se uma expectativa com o avanço e a evolução urbana daquela que é a capital federal. O Rio de Janeiro da Primeira República continua com seus problemas habitacionais, agravados agora pelo fato de que precisa absorver a população liberta e os migrantes em busca de melhores condições de vida e oportunidade de trabalho.

Ainda concentraria atividades tradicionais como comércio e serviço, mas as indústrias, que ocuparam as freguesias urbanas começam a se deslocar, principalmente para São Cristóvão e para outras freguesias, tanto rurais como urbanas. São Cristóvão perde o lugar de bairro nobre e seus casarões passam a abrigar indústrias, enquanto as famílias que moravam ali passam a se deslocar para a Zona Sul.

Quanto ao Centro do Rio, este se consolida como lócus de debate e notícias com relação à política nacional e internacional. Neste momento, as favelas, entendidas como moradias precárias para a população pobre ainda não é uma preocupação dos gestores públicos e de seus governantes. Ao contrário, neste momento encontraremos cortiços e casas de cômodo, combatidas como foco de epidemias, maus comportamentos e degradação. Os cortiços e as casas de cômodo são a imagem da desmoralização e da ausência de higiene que deveriam ser combatidas. Os pobres precisavam ser civilizados e sua civilização começava pelo domínio dos corpos e das suas casas.

O trabalho iniciado pelo prefeito Barata Ribeiro na década de 1890, toma impulso no governo de Pereira Passos. Passos foi indicado como prefeito do Distrito Federal para “acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do ‘novo Brasil’ (ABREU, 1997, p.60)

A escolha de Passos não foi aleatória. Ele foi um dos responsáveis pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, criada em 1875 e jamais implementada. Além disso, tinha se formado em Paris, onde passou quatro anos durante a remodelação da cidade francesa pelo prefeito Haussman. Foi um dos

maiores responsáveis por projetos de reforma urbana, e, em apenas quatro anos de governo, mudou a face da cidade.

O Rio de Janeiro, principal produtor de café e metrópole emergente, precisava ser mais cosmopolita e menos colonial. Durante o período do seu governo, iniciou-se a construção do Theatro Municipal, a Inauguração da Avenida Central (atual Av. Rio Branco), transformação de todo centro da cidade, melhorias no abastecimento de água entre outros.

Apesar de toda reforma urbanística no Rio de Janeiro e do investimento do capital internacional nessas reformas, pouco ou nada foi feito nas antigas freguesias rurais, agora denominadas distritos. Por outro lado, a reforma desapropriou um grande contingente de operários, que não puderam manter o pagamento dos altos aluguéis (devido a pouca oferta de imóveis disponíveis) e tiveram entre as alternativas (ou faltas de alternativa) a mudança para os cortiços, dividindo suas casas com outras famílias (por vezes numerosas), ou para os bairros mais afastados do centro da cidade.

A Reforma Pereira Passos não foi a única reforma urbana pela qual o Rio de Janeiro passou, mas talvez constitua-se a mais importante por ter, pela primeira vez, demarcado os espaços da cidade.

Ao longo do século XX, outras reformas ocorreram com impactos significativos para a história da cidade. Com a própria reforma iniciada por Pereira Passos a cidade presencia a emergência de outro tipo de moradia popular, cantada pelos sambistas da cidade: as favelas.

Esta surge dos desmontes dos cortiços e do remodelamento no Centro da cidade, mas não se restringirá apenas a ela. As favelas crescerão em todo Rio de Janeiro. Percebidas como algo a parte, fazem parte do cenário do subúrbio. O processo de remoção de favelas, iniciado na década de 1960, durante a ditadura militar, garantirá um novo tipo de povoamento nos subúrbios, marcado à época principalmente pela criação de parques proletários na Zona Sul e Centro, que não vingariam pelo seu caráter provisório e pela precariedade de instalações (BURGOS, 2006), e pela construção de conjuntos habitacionais.

Neste processo, o de transformar o Rio de Janeiro em vitrine do país, as favelas existentes na Zona sul são empurradas para outras áreas da cidade,

fazendo com que, durante a ditadura militar, boa parte das favelas do Rio de Janeiro já se concentrasse nos subúrbios. É bom que se diga que todas estas concepções do lugar do malandro, da prostituição e da criminalidade ser o cortiço primeiro e a favela depois, está plena de preconceitos e de ideologias sobre a cidade que se queria, e que população se desejava.

3.2 Subúrbio, subúrbios: conceitos

O subúrbio começa a ser povoado a partir da fundação da linha de trem Dom Pedro II, em 1858. Ao final do século XIX, com a emergência do processo de industrialização, várias fábricas são construídas ou transferidas para os bairros que compõe o subúrbio, visando principalmente a mão de obra moradora daqueles bairros e a facilidade de locomoção existente por conta da linha férrea e do surgimento de outras estações. Como as moradias eram o que diferenciavam as pessoas e sua inserção nas classes sociais, foi pela moradia e pela urbanização que a separação social começa a ser construída.

Na medida em que, com a Revolta da Vacina, em 1904, e com as Reformas Pereira Passos, de 1902 a 1906 a cidade começa a apresentar a face que tem hoje.

Com a expansão da cidade e com a modificação da cara do Centro, mudamos também a dinâmica populacional em toda cidade. Se a vizinhança emerge na solidariedade, na interação, na sociabilidade e nas possibilidades de associação, em com as transformações urbanas e sociais esta vizinhança terá como impacto, ou um aumento da solidariedade interna ou um afastamento da sua vizinhança.

Em um primeiro momento, estas vizinhanças tendem a se conhecer mais, confiar mais e sua sociabilidade tende a ser mais intensa, visto que as vizinhanças tinham, naquele momento, o mesmo sentido das comunidades na idade-média: vizinhanças coesas, construídas a partir da interação entre seus membros. Esta vizinhança era composta de parentes, do que denominaremos de família extensa e de amigos. Com as novas levas de imigrantes, estes laços não se desfazem automaticamente, são repensados, refeitos e reelaborados em muitas das vezes.

A segregação espacial dos diversos grupos étnicos, bem conhecida pelos norte-americanos não chega a acontecer no Rio de Janeiro, híbrido e que absorverá moradores de outros estados na construção do seu ideal de nação e transforma seus bairros em um *melting pot*, que ora reforça seu capital social, ora o reduz.

No Rio de Janeiro acontece o inverso que nos Estados Unidos⁴⁵ e de todos os modelos de subúrbios conhecidos. Lá, tal qual acontecia historicamente, a população privilegiada se retira para os arredores bucólicos da cidade, passando a construir em bairros que serão em grande parte, dependentes comercial e financeiramente dos centros da cidade. Aqui, a população mais abastada continua no Centro da cidade e nos arredores, agora remodelados – antigas chácaras transformadas em bairros – enquanto a população de baixa renda é empurrada para o que denominaremos de subúrbios. Aqui, a formação dos subúrbios foi diferente em muitos sentidos. Quais seriam essas especificidades que nos leva a ter um conceito carioca de subúrbio?

Nosso conceito é fruto da história, pois até o final do século XIX a palavra subúrbio ainda era empregada para se referir às áreas periféricas da cidade, não possuindo um sentido social pejorativo, nem ao menos significava a ‘falta de cultura’ ou de sofisticação, como apontou Morris (apud Fernandes, p.2). São Cristóvão, Botafogo, Glória e Engenho Velho são alguns exemplos dos antigos subúrbios.

Da mesma forma, a mudança de função econômica vai se modificando paulatinamente. A população, moradora destes espaços encontrará, por conta disso, outros tipos de trabalho e oportunidades de emprego diferentes aos quais as gerações anteriores estavam acostumadas: se antes o comércio e a lavoura eram as oportunidades concretas, a emergência de um operariado modifica a lógica econômica, política e social.

3.3 Associações culturais e redes sociais na vizinhança: passado e presente ou que eram e são os moradores do subúrbio

⁴⁵ Subúrbios americanos – organizados para trazer maior qualidade de vida a uma parte da população, separando-os e isolando-os do resto da cidade. A concepção de subúrbio americano é muito diferente da brasileira, principalmente no que se refere à configuração espacial e à dependência estabelecida com o centro da cidade. O que se viu nos Estados Unidos: medo crescente daqueles moradores e aumento do preconceito social e racial, esvaziamento dos conjuntos habitacionais construídos no pós-guerra, guetificação crescente, esvaziamento dos bairros aumentando assim a segregação social e racial.

Como se organizavam as vizinhanças e as comunidades nos séculos XVIII e XIX no Rio de Janeiro? Aspectos importantes como religião, organização para o trabalho e lazer fazem parte desta resposta.

A população negra – a livre e a escravizada – juntou esforços para articular a alforria de seus companheiros. A existência religiosa, tanto por parte dos praticantes do que hoje pode ser reunido no conjunto de religiões afro-brasileiras, quanto dos praticantes do catolicismo, fomentou um comprometimento necessário de ajuda mútua. Algumas dessas sociedades de ajuda mútua objetivavam não apenas a alforria de seus membros, criando fundos de emancipação, mas também a possibilidade de se conseguir a alforria para outros membros da família, garantir posses, educação para seus filhos e trabalho (GOMES, 2005).

A própria ideia corrente de que os negros não tinham capacidade associativa, perspectiva familiar e pouca participação política nos anos de cativeiro no Brasil, foi amplamente refutada em pesquisas sobre a família escrava (SLENES, 1999), a busca pela cidadania pós-alforria (MATTOS; LUGÃO, 2005) e as associações negras antes e depois da emancipação (GOMES, 2005; GOMES; CUNHA, 2007).

Paralelamente, populações negras e pobres recriaram no período suas perspectivas culturais, mas, sobretudo suas filiações religiosas. A existência de irmandades dedicadas a santos católicos, que funcionavam como uma família ampliada para os seus membros, e ainda as emergentes comunidades de terreiros, funcionavam naquele momento como o cimento social necessário para se criar uma cultura associativista.

Ao longo do século XX, podemos ver em diversas partes do Brasil, mas principalmente do Rio de Janeiro, a permanência de muitas destas associações e o fortalecimento de algumas. Os sindicatos profissionais foram tomando um vulto importantíssimo para a formação de identidades comunitárias, tanto quanto as profissionais. Ser do Cais do Porto, por exemplo, representava até a década de 1980, garantias de salário fixo e uma vida digna para toda família. Isso significava a possibilidade de se adquirir um bom imóvel, ter um bom salário, alimentação para os filhos e possibilidades educacionais.

Além disso, alguns dos cargos do Cais do Porto eram herdados ou repassados para a família, possibilitando mobilidade social para outros membros do mesmo grupo social. Os carregadores, arrumadores e os 'fiéis' do Cais do Porto se ajudavam entre si, assim como a sua comunidade, a melhorar. Não era raro que alguns tivessem importância política local e contatos com outras esferas do governo, que ajudassem a beneficiar suas vizinhanças com uma bica de água ou um bico de luz⁴⁶. Mais do que ser do Cais do Porto, conseguir um emprego público significava o auge do prestígio conseguido entre os membros das diversas comunidades das quais se fazia parte ou da sua própria vizinhança, pela possibilidade de mediação junto ao poder público⁴⁷.

Neste contexto, Sidney Chalhoub aponta a importância da solidariedade e do espírito comunitário via trabalho em seu livro *Trabalho, Lar e Botequim*. Esse autor apontará que, os trabalhadores do cais tinham uma relação tão fortalecida e um senso de pertencimento tão grande, que mesmo quando acontecia algum crime envolvendo os seus, era difícil conseguir testemunhas que depusessem contra o réu e a tendência era a de resolver os problemas por eles mesmos, ou dentro de suas representações políticas profissionais. Nas palavras de Chalhoub (2001, p.155)“... este fato parece indicar certo acordo tácito entre esses homens de resolver suas desavenças entre eles apenas, recusando, sempre que possível, a mediação das autoridades policiais e judiciais”.

Isso é interessante na medida em que cria um paradigma: ao mesmo tempo em que estes trabalhadores estão competindo individualmente por melhores condições de trabalho, salários e garantias em seus empregos, a necessidade de sobrevivência é forte e “se traduz também na construção de redes de solidariedade e ajuda mútua entre familiares, amigos e vizinhos, que visam viabilizar a reprodução da existência de todos” (CHALHOUB, 2001, p.152).

São estes trabalhadores, nascidos ou não no Rio de Janeiro, que fundaram nossas primeiras escolas de samba e participaram ativamente de um cenário religioso tão plural e agregador na cidade. Esta solidariedade, da qual falamos

⁴⁶ Ao mesmo tempo em que algumas destas relações comunitárias foram fortalecidas, outras podem se esfacelar pela importância que uma rede política recebe mais do que a outra. A estratégia de receber todos os políticos e não firmar acordo com nenhum.

⁴⁷ Diversas entrevistas apontam a importância e o orgulho de se fazer parte destas famílias. O que podemos ler como clientelismo político, Kushnir aponta que é uma saída geracional e não um puro clientelismo, já que os atores sociais envolvidos acreditam nestas estratégias.

anteriormente, se expressava na lógica da organização comunitária, nas relações de confiança estabelecidas pelos vizinhos e parentes. Havia um investimento da comunidade na comunidade, com suas resoluções informais de conflitos, mediações e outras formas encontradas para facilitar a manutenção da paz.

Em algumas entrevistas recentes, este espírito comunitário trazido pelo mundo do trabalho, se faz presente. É o caso de uma ativa participante da Portela, que teve sua criação garantida, pois como seus tios eram do Cais do Porto, sempre arrumaram trabalho para seu ex-padrasto. Eles não davam dinheiro diretamente à irmã, mãe da entrevistada, mas cuidavam para que seu marido sempre tivesse trabalho e pudesse assim cuidar dos sobrinhos, mesmo os que não eram filhos dele (D, 70 anos).

Em outra entrevista, uma jovem cantora de hip-hop associa o seu acurado senso comunitário à atuação da associação de moradores do bairro onde morava e à participação religiosa, sempre priorizada dentro de casa (G, 28 anos).

Assim, laços sociais construídos na vizinhança e no parentesco teciam a trama espessa das relações no local de moradia que se estendeu até os nossos dias, apesar das mudanças drásticas ocorridas no mundo do trabalho.

Na religião, na organização para o trabalho e no lazer a geração, o gênero, assim como a cor/raça, quando conectados entre si revelam-se muito importantes para a compreensão dessa dinâmica local no presente.

A presença, por exemplo, que os mais velhos têm na vida cultural e social dos locais e das organizações vicinais que fundaram, especialmente as escolas de samba, já não são mais apenas vicinais. Esses profissionais de geração mais velha são compositores, integrantes das velhas-guardas, dos departamentos sociais, intérpretes, destaques, porta-bandeiras e mestres-salas e administradores das escolas de samba, tornam-se fundamentais na dinâmica de projetos sociais implantados hoje.

Os mais velhos ocupam um local de suma importância nos espaços familiares, de trabalho e de lazer, ressaltando a importância da memória deles e o fato de que, nessa área da cidade, o aprendizado dos ofícios, tanto no mundo do trabalho, quanto no samba, era feito a partir de uma tradição passada pelos mais velhos, principalmente por meio da história oral.

A importância dos mais velhos também aparece na família, dentro da qual eles cuidavam da educação, fazendo ou não parte da família biológica, dando conselhos, orientando, sobretudo, para o estudo, encaminhando os jovens, sem obrigações formais, para longe de atos violentos.

A tradição ou raiz dentro das escolas de samba vem, portanto, tanto do conhecimento de como se faz samba como do espírito comunitário, ou solidário em redes mais sólidas, porque entrecruzadas, nos laços de vizinhança e parentesco, marcado pelas famílias fundadoras das escolas de samba.

São esses mais velhos que apresentam uma das faces do princípio moderno da reciprocidade. Ampliam os laços para além da família, orientando os jovens que estão em um momento de “vulnerabilidade” própria da idade, investindo na preservação da memória de seu grupo social, assim como afastam a perda de seus papéis sociais (e o antigo isolamento da esfera social). À medida que estes atores sociais envelhecem, buscam oportunidades de rearticulação e ressocialização.

Portanto, é possível entender que, antes mesmo da existência de projetos culturais e sociais, já existia a preocupação de várias lideranças comunitárias em passar adiante a tradição do samba, mas, bem mais do que isso, cuidar também para que no cotidiano os fundadores ou “baluartes” fossem reconhecidos por sua autoridade e prestígio social.

3.4 Suburbano coração

Que se pese também que falar de subúrbio e alcançar uma categoria de análise hegemônica é um erro. Os bairros que compõe o subúrbio também são diferentes entre si e como falamos anteriormente, cada qual tem uma vocação específica, marcada pelos processos urbanísticos e de povoamento pelo qual passaram. Encontraremos bairros residenciais, outros mais comerciais, alguns que servem de trânsito entre os outros, com grandes pistas para o tráfego de ônibus e carros. Outros mantêm mercados de abastecimento de gêneros alimentícios. Em alguns predominam os prédios de edifícios e conjuntos habitacionais construídos nos anos 1950/1960. Outros predominam, ou têm sua paisagem marcada pelas favelas.

Fato é que este subúrbio pode ser englobado em uma área de planejamento, a AP3, três subáreas de planejamento (AP 3.1, 3.2 e 3.3) e é composto por treze (13) Regiões Administrativas, três delas de favelas (Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré) , e que se diferenciam internamente e do resto da cidade.

O fato do Rio de Janeiro ser a cidade capital acaba por desprestigiá-la em dois momentos e desvaloriza suas políticas locais. Em um primeiro momento, na formação urbana da cidade, o que se constituirá como subúrbio, aí contemplando parte da zona norte, será esquecido. Ao longo do século XX, menos recursos serão alocados para a manutenção desta área da cidade e o processo de deterioração urbana se acentuará no processo de remoção de favelas ocorrido nos anos 1960 e na desaceleração da industrialização nestas áreas, deixando inúmeros prédios abandonados. Isso é agravado nestes lugares pela presença de políticos clientelistas e populistas que tratam a coisa pública como particular. Sendo o Rio de Janeiro a cidade capital, não há prefeito para cuidar apenas das questões do município, fazendo com que o poder federal e estadual fiquem sobrepostos e o poder municipal seja inexistente⁴⁸.

Ao mesmo tempo percebemos um aumento considerável de migração, principalmente a nordestina, modificando laços e estruturas comunitárias existentes. Putnam aponta que um dos motivos possíveis para o declínio do Capital Social pode ser a migração, pois a mesma enfraqueceria laços existentes, modificaria a dinâmica vicinal

Uma segunda questão é que, ao priorizar o Rio de Janeiro como cidade capital, precisaríamos transformá-lo em vitrine, e, obviamente, uma vitrine não ocupa toda a cidade. Neste caminho, apenas uma área da cidade é passível de ser escolhida como o retrato 'da cidade', enquanto outras entram urbanisticamente em declínio e decadência.

⁴⁸ Enquanto o Rio de Janeiro foi Capital Federal, nossos prefeitos eram indicados pelo governo federal. No período de constituição do Estado da Guanabara, a cidade continua sem um prefeito específico para nossas demandas e necessidades. É só após o término do Estado da Guanabara e o fim da ditadura militar, que o Rio de Janeiro terá possibilidade de eleger um prefeito, o que acontecerá na década de 1980, com Saturnino Braga.

4 VÍTIMAS DOS SUBÚRBIOS: O PARADOXO DO RIO DE JANEIRO

Lá não tem moças douradas
 Expostas, andam nus
 Pelas quebradas teus exus
 Não tem turistas
 Não sai fotos nas revistas
 Lá tem Jesus
 E está de costas

Subúrbio, de Chico Buarque

Não sou do tempo das armas,
 Por isso ainda prefiro
 Ouvir um verso de samba
 Do que escutar som de tiros

Nomes de favelas, de Paulo César Pinheiro

O Rio de Janeiro hoje guarda em sua constituição espaços muito diferentes, assim como são seus moradores. Passeando pela cidade, quando se sai de trem da estação Central do Brasil, veremos, em qualquer linha, uma mudança significativa na paisagem a cada estação, já que muitos bairros dos subúrbios hoje têm em comum a imagem de decadência e deterioração urbana.

Ao considerar a AP3 (os subúrbios), vê-se que ela é composta de treze (13) regiões administrativas e oitenta bairros (80), entre estes três (3) grandes favelas: Complexo do Alemão, Maré e Jacarezinho, que ao mesmo tempo são bairros e regiões administrativas.

Hoje a AP3 do Rio de Janeiro é a segunda área em extensão territorial e a primeira em termos de densidade demográfica na cidade do Rio de Janeiro. Mas, como afirmei no capítulo anterior, falar em subúrbios é utilizar uma categoria de análise, já que os bairros que os compõem podem apresentar inúmeras diferenças entre si. Na mesma categorização, estão bairros bem diferentes como Méier, Ilha do Governador e Anchieta. O mesmo se dá com as favelas existentes na cidade e as existentes nesta área de planejamento. De fato, não se pode considerar as favelas como homogêneas.

Porém, ao analisar dados quantitativos, comparando com o restante da cidade, as semelhanças desta área, quando o assunto é vitimização, surpreendem. Os dados utilizados neste capítulo fazem parte das pesquisas de

vitimização desenvolvidas pelo Núcleo de pesquisas das Violências entre 2005 e 2007. Apoiado financeira e logisticamente pelo CNPq, pela FINEP e pelo Instituto Pereira Passos, o NUPEVI fez duas pesquisas. A primeira realizada entre 2005 e 2006, teve aproximadamente 3500 questionários aplicados em toda cidade, enquanto a segunda, realizada apenas em favelas, teve 660 questionários aplicados em moradores de favelas.

O objetivo era traçar um perfil dos moradores da cidade, a percepção que estes têm da violência urbana em diversas áreas da cidade e a especificidade de cada tipo de vitimização. O questionário, com 54 páginas e dividido em baterias para maior organização e interpretação dos dados traçava um perfil dos entrevistados, com dados sobre local de nascimento, idade, cor/raça, escolaridade, renda, profissão, local de moradia, percepção do espaço urbano, da segurança, da vizinhança, da sociabilidade e da confiança entre vizinhos, além dos tipos de violência que um morador da cidade pode passar: agressão física, sexual, roubo, furto, relação com as polícias, tráfico de drogas e milícia.

Os dados que serão trabalhados aqui serão as baterias de perguntas relacionadas à vizinhança, à sociabilidade e à confiança entre vizinhos, por apontarem para questões essenciais relacionadas com a percepção e a formação da vizinhança, mais especificamente os dados sobre sociabilidade e confiança. Estes dados são importantes também por que os crimes violentos afetam indivíduos, famílias e comunidades, fazendo com que haja maior possibilidade de desintegração, atrapalhando também o desenvolvimento econômico (VANDERSCHUEREN, 1996).

Porém, no Rio de Janeiro, tal questão se apresenta de maneira diferenciada, já que, mesmo com oferta precária de serviços e equipamentos assim como desordem e deterioração crescentes, os moradores dos subúrbios continuam mantendo sua sociabilidade e sua confiança entre os vizinhos relativamente alta.

Conforme apontamos nos relatórios entregues às financiadoras da pesquisa

Um paradoxo surgiu da análise dos dados da pesquisa: o que prende os moradores à cidade, ao bairro e à vizinhança pobre em proporções maiores, se a oferta, distribuição e manutenção de equipamentos urbanos não é a mesma em todo município, favorecendo as áreas onde vivem os mais prósperos? A boa convivência tem proporções maiores nas áreas em que vivem os pobres, sendo que a mais populosa corresponde aos subúrbios da cidade. Como explicar este paradoxo? O tráfico de drogas, violento como todo crime organizado, é especialmente violento nos subúrbios que compõem esta área, o que afeta a vida social e cultural dos moradores. Porém, não destrói completamente o que faz parte de suas práticas de

sociabilidade seculares. A guerra entre os comandos e quadrilhas de traficantes ou entre estes e os policiais não altera tudo e, onde a vizinhança ainda tem papel fundamental, as relações comunitárias podem vir até a ficar fortalecidas diante da adversidade (ZALUAR et al., 2008, 2009).

Algumas destas questões tinham sido apontadas em pesquisas etnográficas desenvolvidas no NUPEVI e as pesquisas de vitimização vieram a confirmar nossas hipóteses. A sociabilidade nos subúrbios, ao mesmo tempo em que tem uma face entendida como fofoca, aposta nas relações vicinais e em uma relação confiável com seus vizinhos.

Estas relações são fundamentais para o desenvolvimento dos projetos sociais analisados, cujo foco é a juventude, na medida em que estes projetos passam a ser desenvolvidos nas vizinhanças e se preocupam com o controle social dos seus jovens. Nas pesquisas sobre criminalidade devemos observar os fatos em três dimensões: a pessoal, onde cada pessoa se diferenciara da outra pelo gênero, cor/raça, escolaridade, renda, local de moradia. A dimensão ecológica, que propõe uma reflexão sobre o espaço onde os moradores da cidade circulam, interagem, dialogam e agem. Interessa também saber como está organizado este espaço: desordem e deterioração da infraestrutura assim como as questões que envolvem a sociabilidade dos moradores da cidade, dos bairros e das vizinhanças, hoje tratadas como mais uma variável ecológica, seja pela teoria do capital social ou pela teoria da eficácia coletiva.

Estes três aspectos são fundamentais para percebermos como uma vizinhança se diferenciara de outras a partir da percepção dos seus moradores sobre a criminalidade, a influência ou não da infraestrutura existente ou em processo de deterioração, a incidência de crimes na vizinhança ou a presença de associações.

Nas pesquisas desenvolvidas pelo NUPEVI, os conceitos de capital social e eficácia coletiva tiveram um cuidado especial. Para tentar explicar como a incidência de crimes pode estar relacionada ao espaço urbano, autores como Sampson & Morenoff abordam a questão da política partidária e a capacidade que algumas vizinhanças, mais que as outras, têm de estabelecer vínculos e redes. Estes serviriam para demonstrar como tais vizinhanças ou comunidades se organizariam para resolver suas demandas coletivas e exerceriam maior controle social em suas

localidades. Como conseqüência, a eficácia coletiva sairia mais fortalecida destes processos.

Mas não é apenas a capacidade de desenvolver a eficácia coletiva que explicaria bairros e vizinhanças com menores índices de criminalidade. Uma das hipóteses destes autores é que a segregação racial (pensada na realidade norte-americana)

como variável da vizinhança provoca a concentração de diversos problemas sociais vicinais, como desordem social e física, variáveis individuais, como baixo peso ao nascer, mortalidade infantil, abandono da escola e abuso contra crianças, todas vinculadas também a variáveis familiares — por exemplo, famílias chefiadas por mulheres. No Brasil, a concentração desses problemas não ocorre do mesmo modo nem está vinculada à segregação racial (ZALUAR et al., 2009).

É sobre este paradoxo, que faz dos moradores dos subúrbios seres sociáveis e confiantes em suas relações, ao mesmo tempo em que os tornam vítimas dos processos de criminalidade na cidade, que este capítulo se debruça.

4.1 Perfil dos moradores por área de planejamento: nascidos no Rio de Janeiro, migrantes e imigrantes

Qual foi o perfil dos moradores da cidade que participaram das nossas pesquisas de vitimização? A partir do perfil das pessoas que responderam as pesquisas de vitimização podemos traçar quais são as percepções deste grupo sobre criminalidade na sua vizinhança e como a sociabilidade pode dar conta de prevenir a violência nestes espaços, cuja aposta deve ser confiança da vizinhança e da comunidade.

A informação sobre a naturalidade dos moradores também é importante para demonstrar as diferenças de perfis entre os que responderam o questionário da pesquisa de vitimização da cidade e os que responderam a pesquisa realizada especificamente em favelas. A migração, ou instabilidade residencial para os ecólogos da escola de Chicago, é variável importante para ajudar a explicar as diferenças nas taxas de criminalidade encontradas na mesma cidade.

O gráfico 1 demonstra quem são os moradores da cidade, que nasceram ou não no município e sua concentração nas APs.

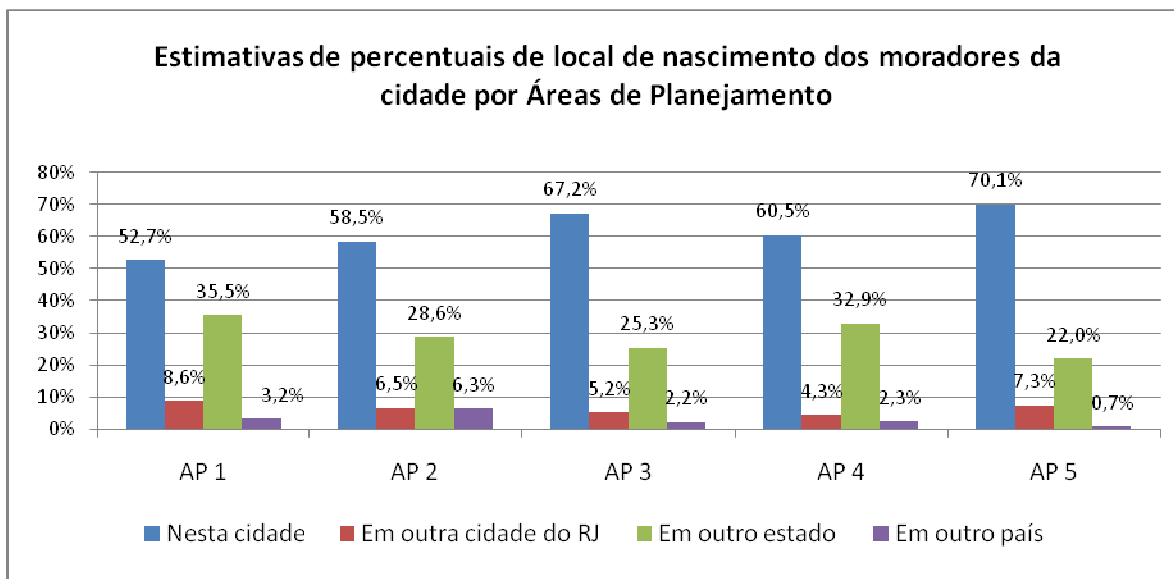


Gráfico 1 – Estimativas de percentuais de local de nascimento dos moradores da cidade por Área de Planejamento

Fonte: Pesquisa de vitimização NUPEVI/IPP/FINEP, 2005 e 2006

A maior concentração de nascidos no Rio de Janeiro está na AP5, com 70,1%, seguido da AP3, com 67,2%. Tanto a AP5 quanto a AP3 se constituíram, logo no início do século XX, como uma das áreas de imediato povoamento, tornando-se assim, algumas das áreas mais antigas da cidade em termos de agrupamento populacional. Apesar da sua formação recente, a AP5.1 (Bangu e adjacências) foi, durante algumas décadas, importante pólo industrial, com formação de vilas operárias, substituindo sua vocação anterior que era a agricultura. A AP3, onde ficam os subúrbios, teve um adensamento populacional considerável após as reformas urbanísticas da virada do século XIX para o século XX.

A curiosidade está no fato da AP1, a área mais antiga da cidade ter perdido parte dos nascidos no município e recebido, ao longo dos anos, moradores nascidos em outro estado. É a maior estimativa de percentual, com 35,5% dos seus moradores vindos de outro estado.

O próximo gráfico representa os moradores da cidade, que nasceram no município ou não, respondido apenas pelos participantes da pesquisa de vitimização das favelas.

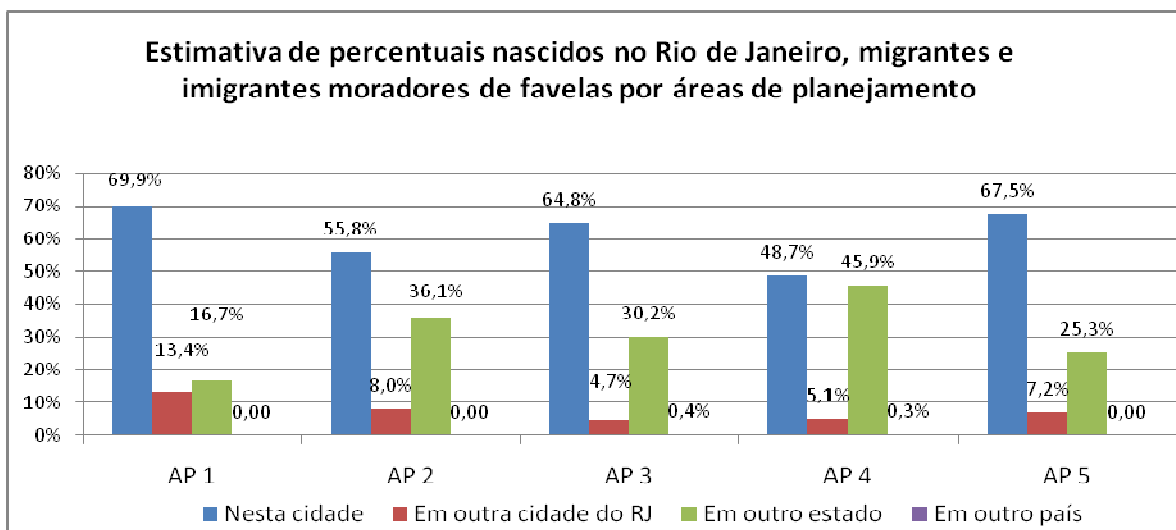


Gráfico 2 – Estimativa de percentuais dos nascidos no Rio de Janeiro, migrantes e imigrantes moradores de favelas por áreas de planejamento

Fonte: Pesquisa de vitimização de favelas NUPEVI/IPP/FINEP, 2007

Na pesquisa realizada apenas com moradores de favelas, a maior concentração de nascidos na cidade do Rio de Janeiro está na AP1 – 69,9%, seguido da AP5 – 67,5%, áreas de planejamento que também detêm a menor porcentagem de nascidos em outros estados: 16,7% e 25,3%, respectivamente.

A AP3 é, na pesquisa com os moradores da cidade, a área que proporcionalmente têm menos pessoas nascidas fora do município. Como vimos no capítulo 3, é uma das áreas mais antigas da cidade, perdendo em termos de povoamento crescente apenas para a AP1. Mas a AP3 é a zona onde se concentra, segundo informações do portal da GeoRio⁴⁹, aproximadamente 50% da população residente em favelas. E é nessas favelas que se encontra a maior concentração de migrantes de outros estados.

O que conhecemos como AP1, o Centro do Rio de Janeiro e seu entorno teve, até as primeiras décadas do século XX, a maior concentração populacional, agregando no mesmo espaço o comércio, a incipiente indústria, as moradias de todas as classes populares juntando no mesmo cenário os cortiços, as favelas, e as residências das classes mais abastadas.

Podemos afirmar que a presença de um maior número de moradores nascidos na cidade do Rio de Janeiro na primeira pesquisa de vitimização, feita em toda a cidade, e o terceiro maior número de moradores de favelas nascidos na cidade, na segunda pesquisa, feita apenas nas favelas, reflete a política para o

⁴⁹ http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/Favelas/frame_abertura.htm

espaço urbano ao longo do século XX. A presença de tantos favelados de fora nessa área revela que se estimulou o crescimento de áreas subnormais ali, enquanto favelados eram removidos da AP1 (Centro) e AP2.1 (Zona Sul).

Os dados referentes aos moradores da cidade e especificamente aos moradores das favelas atestam a política urbanística e populacional à qual a cidade foi submetida nas últimas décadas.

4.1.1 Perfil dos moradores

Ainda com relação ao perfil dos que responderam o questionário de vitimização, um aspecto importante é a questão que tange a discriminação de cor/raça dos moradores nascidos na cidade do Rio de Janeiro.

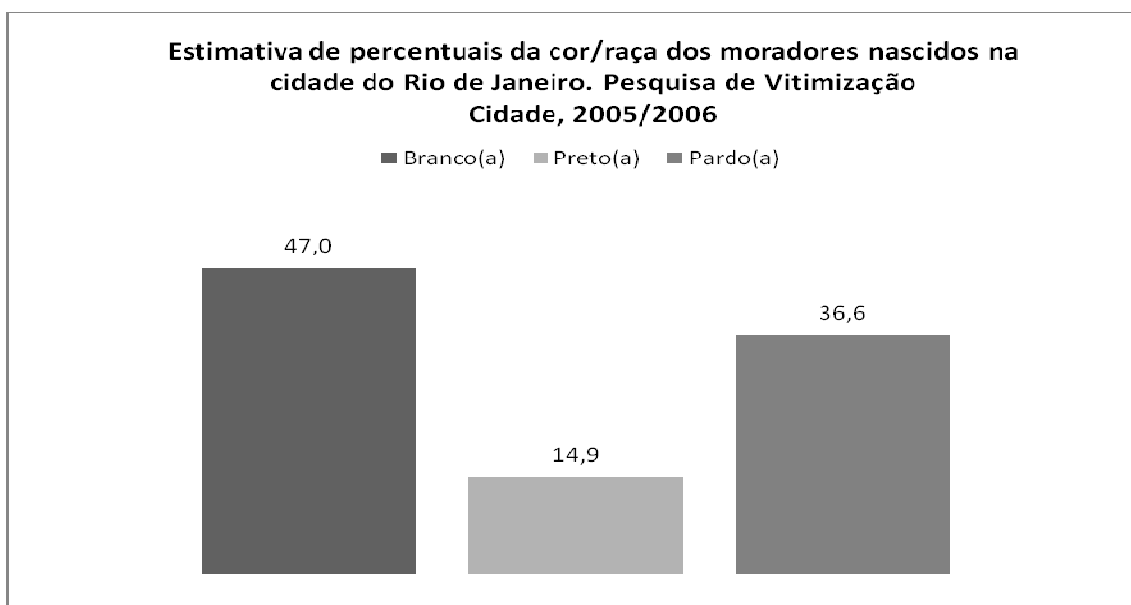


Gráfico 3 – Estimativa de percentuais da cor – raça dos moradores nascidos na cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Pesquisa de vitimização NUPEVI/IPP/FINEP, 2005 e 2006

Ao cruzarmos as perguntas sobre local de nascimento e cor na pesquisa realizada na cidade, percebe-se que, dos nascidos na cidade do Rio de Janeiro, 47% eram brancos, seguidos de 36,6% de pardos e 14,9% de negros. A diferença significativa está na comparação com o gráfico a seguir, a dos moradores de favelas. Os brancos, nascidos no Rio de Janeiro, continuam sendo maioria, seguidos pelos pardos. Porém, os pretos, que continuam sendo minoria dentre os nascidos no Rio de Janeiro têm um acréscimo considerável: são 24,5% dos moradores de favelas nascidos no Rio de Janeiro, em comparação com os 14,9%

dos moradores da cidade nascidos no Rio de Janeiro, uma diferença de quase 10 pontos percentuais.

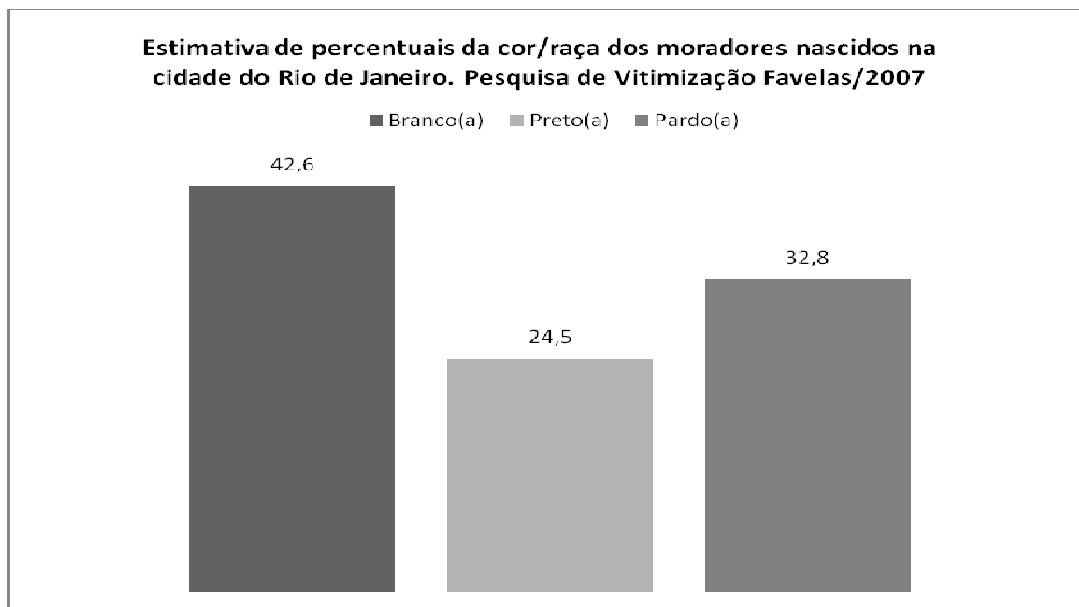


Gráfico 4 – Estimativa de percentuais da cor – raça dos moradores nascidos na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Pesquisa de vitimização de favelas NUPEVI/IPP/FINEP, 2007

Ainda segundo os dados da pesquisa de vitimização,

Verifica-se também que os favelados de 15 anos e mais que se identificam como brancos estão majoritariamente entre os migrantes vindos de outros estados, entre os quais apenas 10% se considera preto. (ZALUAR et al., 2009)

Estas questões ficam mais claras quando cruzamos cor do morador com local de moradia (AP) e localizamos em que regiões da cidade encontraremos uma maior ou menor presença de brancos, pretos e pardos.

Observando os moradores (não os nascidos), por área de planejamento e cor, obtém os seguintes resultados: na pesquisa realizada na cidade (gráfico 5), o maior percentual de moradores brancos, concentra-se na AP2, com 68,7%, uma diferença de quase dez pontos percentuais para a AP4, a segunda maior AP com predominância de moradores brancos. Não por acaso, o menor número de moradores pretos encontra-se na AP2, uma diferença de quase 15 pontos percentuais para a AP1, onde aparece o maior número de moradores pretos: 19,4%. Cabe ressaltar que o número de moradores pretos varia pouco de área de

planejamento para área de planejamento, compondo assim um quadro de pouca variação no que diz respeito ao restante da cidade.

Outro dado relevante é o número de moradores que se definem como pardos nas APs: a menor presença é encontrada na AP4 (20,5%), seguida da AP2 (24,8%), enquanto o maior número de moradores pardos pode ser encontrado na AP5 (42%) seguida da AP3 (com 39,4%).

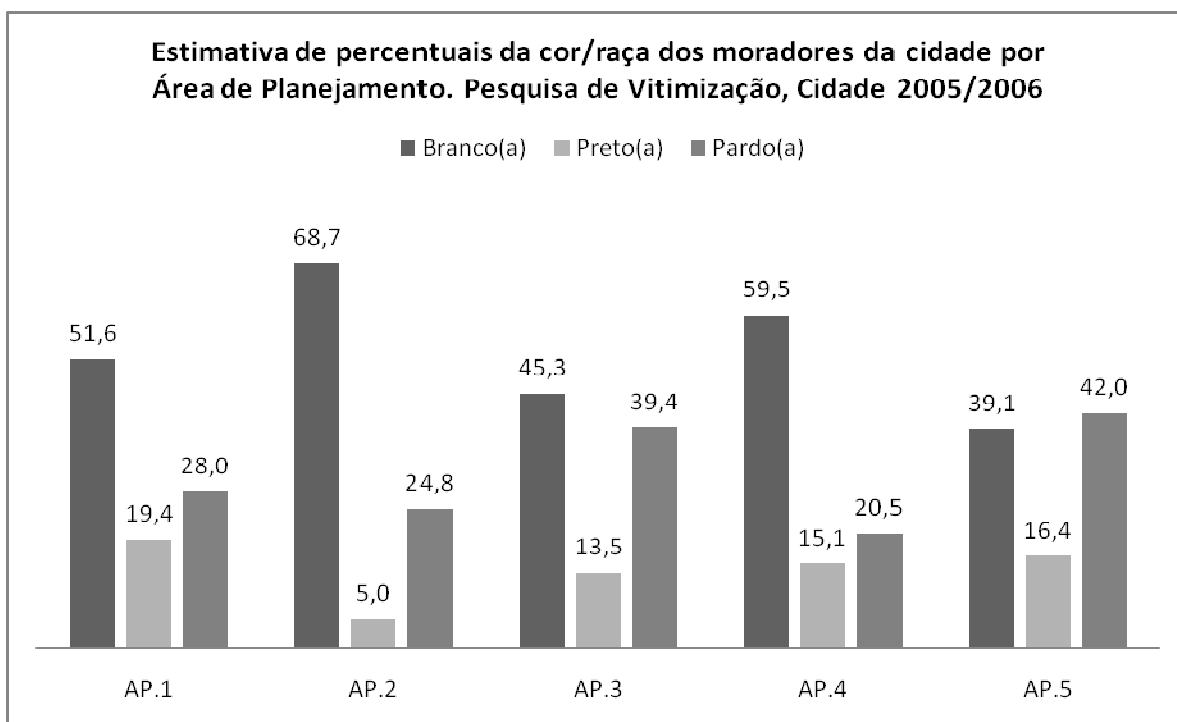


Gráfico 5 – Estimativa de percentuais da cor – raça dos moradores da cidade por Área de Planejamento.

Fonte: Pesquisa de vitimização NUPEVI/IPP/FINEP, 2005 e 2006

Separando a cor dos entrevistados pelas 11 APs existentes, estes dados demonstram ainda mais a especificidade de alguns espaços. É na AP 4.1, seguida da AP 2.1 que encontramos um maior número de moradores que se definem como brancos: são 85,7% no primeiro caso e 71,6% no segundo.

Os dados da pesquisa de favela nos trazem um quadro bem diferente quanto a cor dos moradores por área de planejamento: no gráfico 6 podemos ver que, ao contrário dos dados da cidade, temos um número significativo de moradores das favelas da AP2 que se definem como pretos: 23,9%, número igual aos moradores da AP4. Não é a maior presença de pretos nas favelas, ficando com a AP1 e seus 33,2 %, quase 10 pontos percentuais a mais. A menor concentração está na AP3, com 15,4%. Onde menos os moradores se identificam como brancos é na AP5, com

36,1% e onde menos se identificam como pardo é na AP1, com 22%. As áreas de planejamento onde há maior concentração de moradores que se definem como brancos é na AP2, com 57,8%, seguido da AP4 com 49,2% e da AP3 com 48,2%.

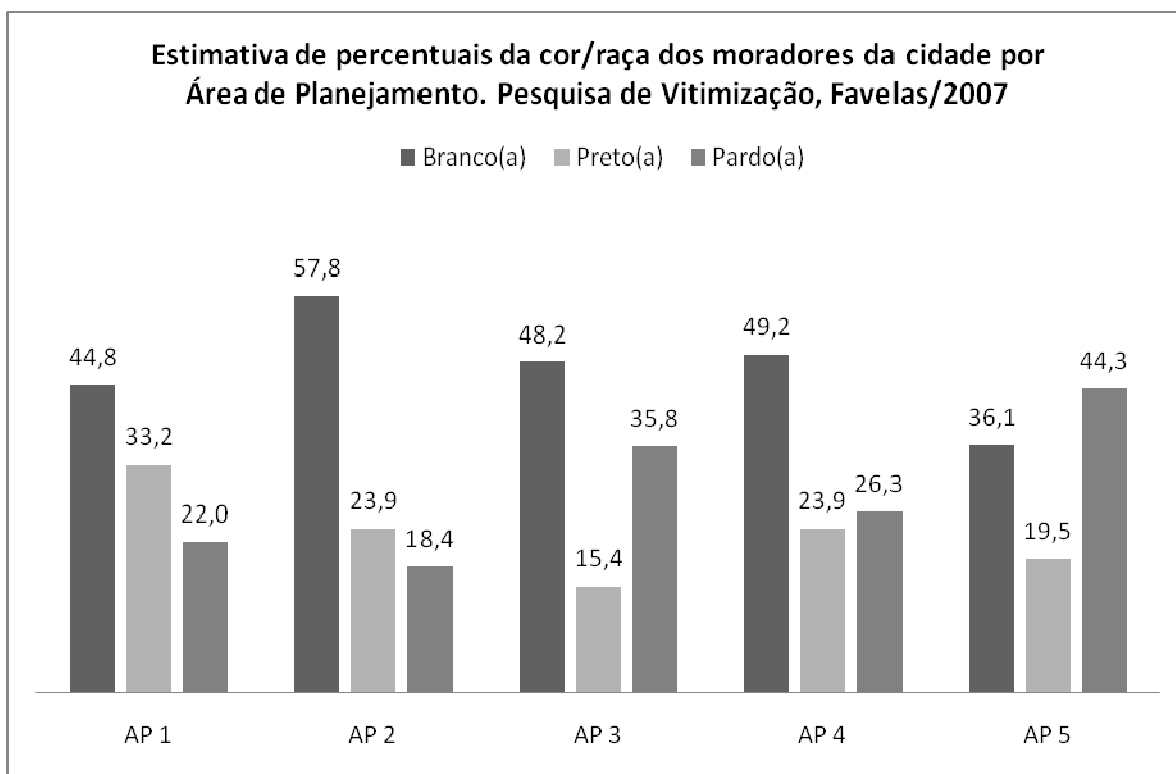


Gráfico 6 – Estimativa de percentuais da cor – raça dos moradores da cidade por área de planejamento

Fonte: Pesquisa de vitimização de favelas NUPEVI/IPP/FINEP, 2007

Os dados sobre a naturalidade dos moradores da AP3 e o perfil, como cor/raça e gênero, por exemplo, são importantes nas teorias sobre variabilidade nas taxas de crimes. Cruzando a AP com a naturalidade do morador permite discutir a hipótese se há diferença nas taxas de crimes em lugares com grande densidade demográfica, instabilidade residencial e heterogeneidade cultural.

Quanto à densidade demográfica

A AP3 - os subúrbios - teve um adensamento populacional considerável após as reformas urbanísticas da virada do século XIX para o século XX. Hoje é tão povoada que a densidade demográfica é de 116 habitantes por hectare, enquanto o das AP4 e AP5 varia entre 23/ha e 26/ha respectivamente, ou seja, quase cinco vezes menor. Na AP1 a densidade também é menor (80/ha), assim como na AP2 (99/ha), as duas outras áreas de povoamento antigo. A julgar pelas teorias ecológicas sobre a criminalidade, este já é um fator que faria as AP 1, AP2 e AP3 as mais violentas, principalmente a última (ZALUAR et al., 2009).

Conforme ainda aponta o relatório de vitimização:

A identificação dos moradores nascidos no Rio de Janeiro, em outra cidade e outros estados e a análise de como estes moradores definem sua cor/ raça - entre nascidos no Rio de Janeiro e entre moradores da cidade – serviu para diferenciar as APs pela heterogeneidade étnica, instabilidade habitacional (presença de migrantes e deslocamentos dentro da cidade) e densidade demográfica, as três variáveis da teoria ecológica que explicariam 70% da variação nas taxas de crimes cometidos nas unidades residenciais da cidade.

Como a referência é sempre a vizinhança, é necessário discutir o que é vizinhança para os moradores da cidade. (ZALUAR et al., 2009).

4.2 Vizinhança

Para que a eficácia coletiva na vizinhança exista e o capital social se desenvolva, é necessário que primeiro se estabeleça uma relação de confiança entre os moradores de um determinado lugar. A percepção de quem ou não vizinho, que denomina-se aqui de vizinhança elástica, se refere diretamente a sociabilidade/confiança desenvolvida nestes espaços. Neste sentido, as perguntas até onde vai sua vizinhança, vontade de mudar, sociabilidade e confiança estão intrinsecamente interligadas.

Como tenho apontado ao longo do trabalho, a cidade do Rio de Janeiro – por suas APs, bairros e favelas que a compõem - é muito heterogênea. Os seus moradores também e isso se reflete na percepção de vizinhança construída por cada um.

Os moradores dos subúrbios cariocas são muito diferentes dos moradores subúrbios americanos, assim como os habitantes dos bairros povoados mais recentemente, que mantêm outras relações com o espaço urbano, são distintos do resto da cidade, ou seja, têm relações diferentes com quem está ao redor.

A pergunta V.1 se refere especificamente a percepção espacial de vizinhança que nosso entrevistado possuía. Esta pergunta é complementada pela pergunta V.2 da mesma bateria (há quanto tempo mora nesta vizinhança) e pela pergunta CV.4 da bateria sobre sociabilidade / convivência sociável entre os vizinhos. Percebemos aqui que cada entrevistado terá uma percepção diferenciada do que é a sua vizinhança.

V.1) A vizinhança onde você mora vai até 1) As residências mais próximas da sua, seja apenas no seu prédio, na sua rua ou na sua via; 2) O final deste quarteirão ou do aglomerado de edificações de ruas ou vielas adjacentes; 3) Os 5 quarteirões mais próximos (de sua residência) ou 5 aglomerados de edificações; 4) Os 10

quarteirões mais próximos (de sua residência) ou 10 aglomerados de edificações; 5) Mais de 10 quarteirões da sua residência ou 10 aglomerados de edificações.

Por AP:

Na pesquisa realizada nas favelas, com relação à percepção espacial de vizinhança dos moradores por área de planejamento, há uma concentração ou um reconhecimento maior de quem será vizinho ou não, principalmente na área abrangente ao 'seu prédio, rua ou viela' ou no máximo 'até o final deste quarteirão', conforme as opções das respostas. Nas favelas, a AP4 tem a maior concentração de avaliação do tamanho da vizinhança concentrada apenas no 'prédio, rua ou viela', com 37,5%, seguida da AP3, com 27,8%.

O reconhecimento da vizinhança até o final do quarteirão é maior na AP2, com 50,1%. Há uma diferença significativa desta AP para as outras, já que temos uma diferença de quase quinze pontos percentuais para a AP4 (com 35,8%).

Na AP1 e na AP5 - as mesmas que concentram o maior número de moradores nascidos no município e o menor número de migrantes – a avaliação de que a vizinhança vai até 5 quarteirões tem o mesmo percentual: 24,4%.

Por meio do gráfico, percebemos que os moradores de favela que têm a noção mais elástica do que a vizinhança são os moradores da AP1. A vizinhança indo até 10 quarteirões, com 13,8% e com mais de 10 quarteirões: 17,8%.

Na pesquisa da cidade, a noção de vizinhança é bem menos elástica do que a pesquisa realizada nas favelas. Para 69,6% dos moradores da AP1, seus vizinhos são aqueles que moram no mesmo prédio, rua ou viela. Percentual próximo e alto será encontrado na AP4, com 62,7%. As APs 2 e 3, ao contrário, exibem percentuais próximos ao considerar quem são os seus vizinhos e são os mais generosos nesse sentido: São 54,4% na AP2 e 54,5% na AP3 os que consideram seus vizinhos apenas no mesmo prédio, ruas ou vielas, estimativa de percentuais próximas aos moradores da AP%, com 51,4%. Serão também os moradores da AP2, AP3 e AP5 os que mais consideram como vizinhos aqueles que moram até o final do quarteirão e nos cinco quarteirões mais próximos. É também na AP5 que 5,2% dos moradores consideram que seus vizinhos estejam em um raio de mais de 10 quarteirões.

A avaliação do tamanho da vizinhança não é muito afetada pela diferença entre os gêneros, dado que os percentuais são relativamente homogêneos, já que não encontramos grandes diferenças percentuais entre dentro de cada pergunta.

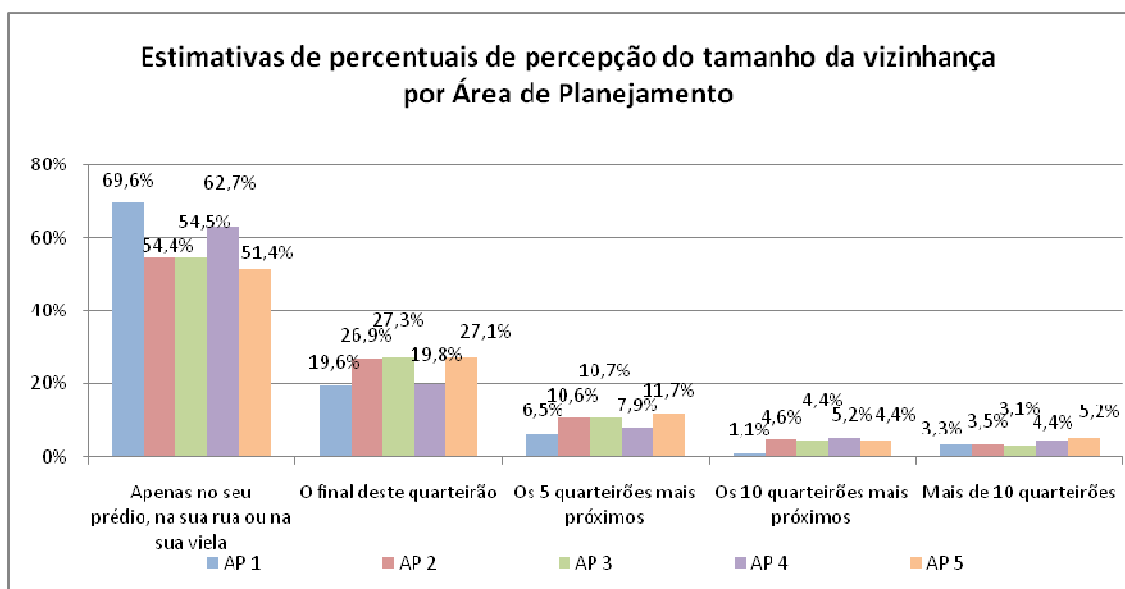


Gráfico 7 – Estimativas de percentuais de percepção do tamanho da vizinhança por Área de Planejamento

Fonte: Pesquisa de vitimização NUPEVI/IPP/FINEP, 2005-2006

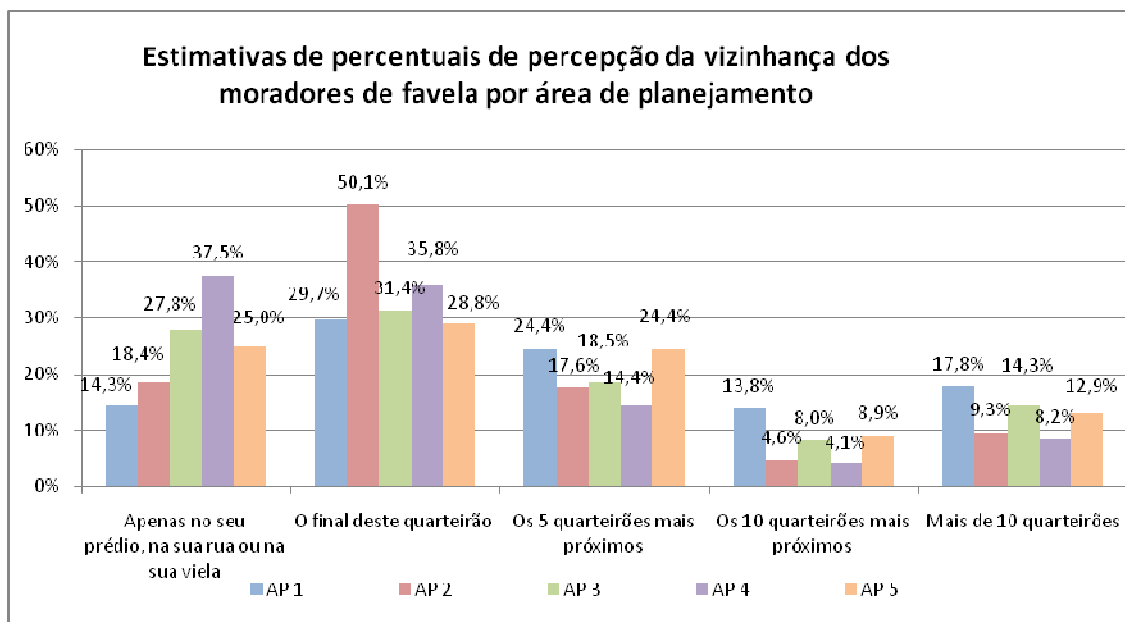


Gráfico 8 – Estimativas de percentuais de percepção da vizinhança dos moradores de favela por área de planejamento

Fonte: Pesquisa de vitimização de favelas NUPEVI/IPP/FINEP, 2007

Renda familiar

Tanto para os entrevistados na pesquisa da cidade, quanto para os entrevistados na pesquisa somente em favelas, com relação à renda familiar,

percebemos pouca diferença entre as categorias de análise. Para a maioria dos moradores das favelas que participaram da pesquisa de vitimização, sua vizinhança vai até o final do quarteirão onde moram seguido de 'apenas no seu prédio, rua ou viela'.

A escolaridade influencia na definição do tamanho da vizinhança, mais que a renda, por exemplo. Para a maior parte dos entrevistados, sua vizinhança limita-se em seu prédio, rua ou viela, no máximo até o final do quarteirão. Na pesquisa realizada em toda cidade, são as pessoas com nível superior que têm uma percepção mais estreita da vizinhança, com 58,5% considerando que seus vizinhos estão no seu prédio, rua ou viela.

Nas favelas, são os moradores de favela com ensino superior, os que mais consideram sua vizinhança apenas no seu prédio, viela ou rua, com percentuais de 40,5%. São os analfabetos (e outros) que considerarão sua vizinhança até o final do seu quarteirão, com percentuais de 44,4%.

São também os moradores com ensino superior que consideram sua vizinhança até mais de 10 quarteirões: 19,5%. Mas são os com ensino fundamental e médio cuja estimativa de percentuais estão mais bem distribuídas entre as categorias de escolha do questionário. Para o ensino fundamental, 25% apenas seu prédio, rua ou viela, 33% até o final do seu quarteirão, 21,2% os cinco quarteirões mais próximos, 7% até 10 quarteirões e 13,1% mais de 10 quarteirões. Para o ensino médio, 27,1% apenas seu prédio, rua ou viela, 35% até o final do seu quarteirão, 17,6% os 5 quarteirões mais próximos, 8,4% até 10 quarteirões e 11,9% mais de 10 quarteirões.

Faixa etária

A faixa etária influencia pouco na percepção do tamanho da vizinhança. Na pesquisa da cidade, as estimativas de percentuais estão bem equilibradas em todas as faixas etárias, principalmente os que consideram sua vizinhança apenas seu prédio, rua ou viela, ficando em torno dos 50% dos moradores entrevistados. Nas favelas, a faixa etária onde a noção de vizinhança é mais elástica são os moradores mais velhos. De 40 a 59 anos, 15,5% e os com mais de 60 anos, 14% responderam que a sua vizinhança está abrangida em mais de 10 quarteirões.

Vontade de mudar

Outras perguntas compuseram esta bateria sobre vizinhança:

V.2) Há quanto tempo você mora nesta vizinhança?

CV.4) Sem contar as pessoas que moram com você, quantos parentes (pais, filhos, irmãos, cunhados, sogros, genros, enteados, etc.) e amigos seus moram na sua vizinhança?

A pergunta V.3 se referia especificamente a vontade ou não de mudar do entrevistado.

V.3) Se pudesse escolher, você:

1) Gostaria de continuar morando na sua vizinhança, 2) Mudaria para outro lugar no mesmo bairro? 3) Mudaria para outro bairro na cidade do Rio de Janeiro? 4) Mudaria para outra cidade do estado do Rio de Janeiro? 5) Mudaria para outro estado do Brasil e 6) Mudaria para outro país.

Nosso objetivo com esta pergunta era saber se o entrevistado estava satisfeito com sua vizinhança, se ele gostaria de mudar para outro lugar no mesmo bairro ou na mesma cidade, se mudaria para outra cidade do estado, para outro estado ou para outro país.

Esta pergunta se torna importante na medida em que temos uma expressão da satisfação do morador com sua cidade e com sua vizinhança. Quando a cruzamos com outras perguntas como que se referem a qualidade da infraestrutura estrutura, a avaliação dos serviços públicos oferecidos à população e o grau/nível de deterioração urbana nessas vizinhanças vamos perceber dois movimentos: 1) como estes dados vão nos ajudar a compreender a dinâmica da cidade e dessas vizinhanças, qual é o papel do município na garantia dos direitos da população e como afeta as relações de vizinhança e 2) nos instigará a pensar no que estamos chamamos de paradoxo da sociabilidade sociável, isto é, como em vizinhanças onde a oferta de serviços públicos é baixa, onde existe pouca infraestrutura e alta deterioração, onde os percentuais de amigos, parentes de vizinhos mortos nos últimos 12 meses são altos como a relação entre vizinhos é melhor e o grau de confiança entre eles é maior.

Por AP:

Na pesquisa de favelas, o maior percentual de quem quer continuar morando na vizinhança é na AP2 (Zona Sul, Tijuca e Vila Isabel), com 83,8%. Nesta área de planejamento encontramos as melhores ofertas de bens e serviços. O menor percentual de quem quer continuar morando na vizinhança é na AP3, com 53,8%, uma diferença de 30 pontos percentuais em comparação com a AP1.

Não por acaso, o menor percentual de quem quer mudar para outro bairro é na AP2, com 9,8%. O maior percentual de quem quer mudar para outro bairro na cidade é a na AP1, com 26,9%, seguido da AP5, com 26%, e da AP3, com 23,6%.

Na pesquisa da cidade, encontramos na AP2 o maior número de moradores – 73,8% - que gostariam de continuar morando na mesma vizinhança, sendo que os que mais gostariam de continuar morando na mesma vizinhança são os moradores da AP1, com 46,2%. São também os moradores da AP1 os que mais gostariam de mudar para outro bairro da cidade: 30,1%, seguidos pelos 22,3% da AP3. Os que menos gostariam de mudar de bairro são os moradores da AP4, com 12,9% e da AP2, com 11,6%. Podemos considerar que o descaso das recentes administrações e a deterioração acelerada do centro da cidade e dos subúrbios fez com que os moradores residentes nestes espaços passassem a considerar a mudança para outros bairros.

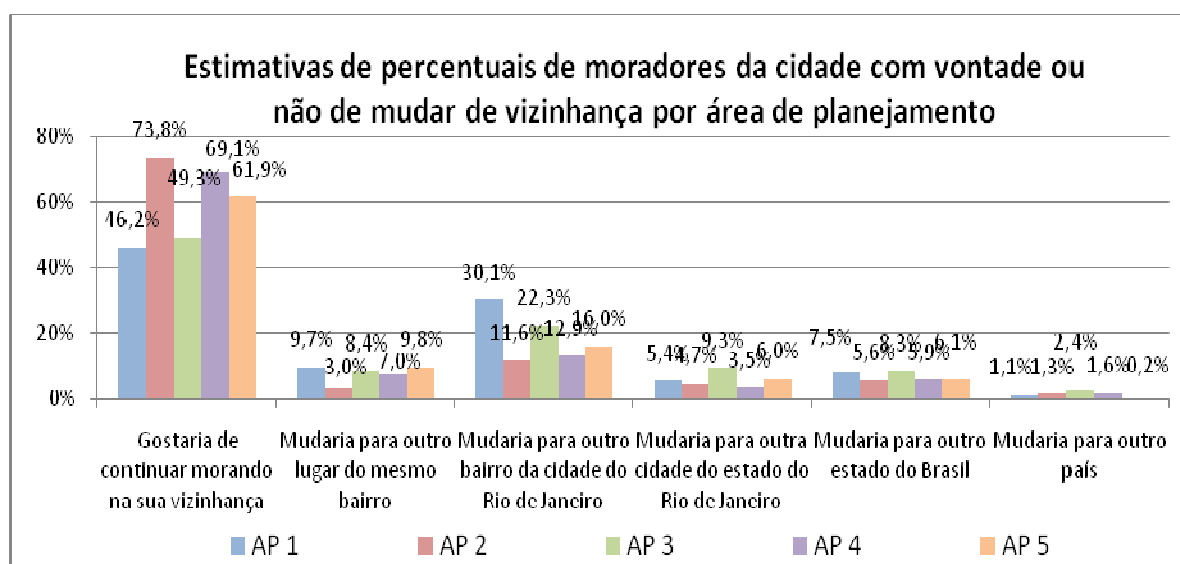


Gráfico 9 – Estimativa de percentuais de moradores da cidade com vontade ou não de mudar de vizinhança por área de planejamento

Fonte: Pesquisa de vitimização NUPEVI/IPP/FINEP, 2005/2006

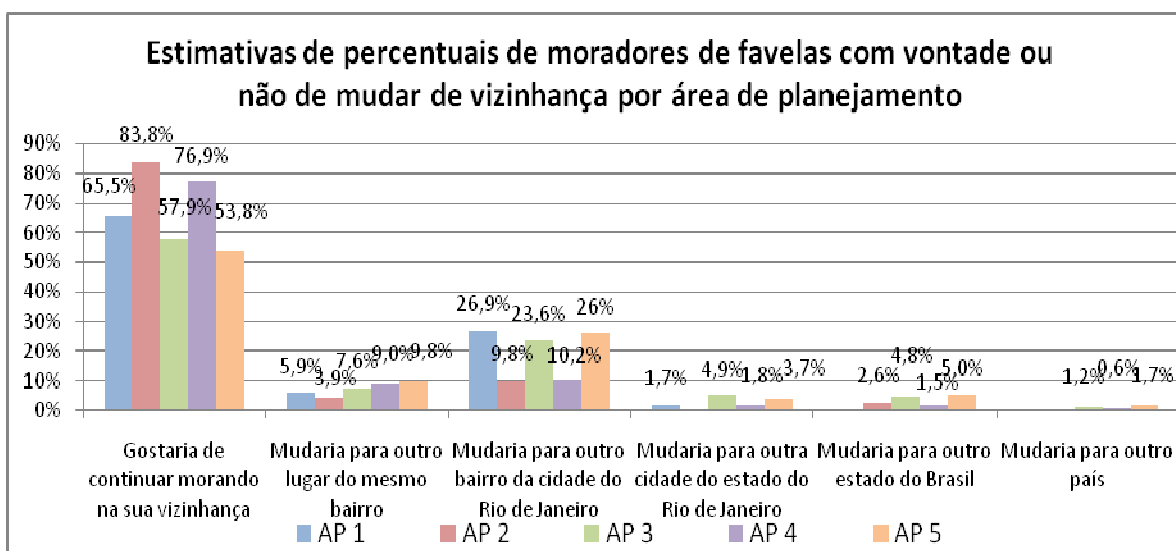


Gráfico 10 – Estimativas de percentuais de moradores de favelas com vontade ou não de mudar de vizinhança por área de planejamento

Fonte: Pesquisa de vitimização de favelas NUPEVI/IPP/FINEP, 2007

Com relação à faixa etária, são os mais jovens (15-29 anos) e os mais velhos (acima dos 60 anos) que gostariam de continuar morando na mesma vizinhança. Isto ocorre tanto na pesquisa realizada em 2005/2006 (nas cidades), quanto na realizada em 2007 (favelas).

Deterioração

As perguntas sobre deterioração, cruzadas com a vontade ou não de mudar de vizinhança corresponderiam às hipóteses surgidas das teorias de criminalidade que apontam como uma das razões para a criminalidade local é a deterioração aliada a sensação de insegurança entre os moradores.

As perguntas V.4, V.5 e V.7 compuseram a variável sintética de deterioração urbana. *Categorização dos escores – nenhuma deterioração, média deterioração e alta deterioração.*

V.4 – Existem prédios, casas ou galpões abandonados com cercas, muros, janelas e portas arrebentadas na sua vizinhança?

V. 5 – Existem carros abandonados, arrebentados ou desmontados nas ruas e passeios públicos de sua vizinhança e nas proximidades de sua vizinhança?

V.7 – Existem terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto sem muros ou com muros caídos na sua vizinhança?

Na pesquisa das favelas, a vontade de mudar da sua vizinhança é mais forte quando a avaliação da deterioração é alta. Nas favelas, 45,4% continuariam a morar na mesma vizinhança, enquanto apenas 2,5% mudariam para outro lugar no bairro e 31,3% mudariam para outro bairro na cidade. 6,4% mudariam ainda para outra cidade do estado, enquanto 9%, caso pudessem, mudariam para outro estado e 5,4% para outro país. Menos de 50% portanto gostariam de continuar morando em uma vizinhança onde a deterioração é alta.

No entanto, a vontade de mudar cai quando a avaliação da deterioração de sua vizinhança é média e baixa. Na realidade, a vontade de continuar morando na mesma vizinhança é maior quando a avaliação da deterioração é média (69,7%) do que quando é baixa (64,5%).

Na avaliação de média deterioração, a vontade de mudar para outro lugar no bairro (6,6%) é menor do que na baixa deterioração (9%) e a vontade de mudar para outro bairro é maior na avaliação de média deterioração (20,1%) do que na baixa (18,8%).

Assim como na pesquisa realizada nas favelas, a avaliação da deterioração influencia muito na vontade de mudar. Quanto mais alta é a deterioração na vizinhança, maior é a vontade de mudar: primeiro para outro bairro da cidade, com 25,9%, depois para outra cidade do estado (11,6%), outro lugar no mesmo bairro (10,1%) e outro estado (9,8%).

Em vizinhanças deterioradas é difícil encontrar uma boa rede de serviços e de lazer, dificultando a vida dos moradores. Há pouco investimento, e ao contrário, há um esvaziamento de empreendimentos, fazendo com que os moradores sintam vontade de mudar. Lugares deteriorados tornam a vizinhança mais vulnerável a violência e ao trânsito dos moradores. O curioso é que, mesmo com a avaliação de deterioração alta, 41,2% gostariam de continuar morando na mesma vizinhança, e caso mudassem iriam, em sua maioria, para outros bairros da cidade, considerados menos deteriorados, mas não necessariamente mais seguros.

A hipótese de que os moradores de espaços mais deteriorados tendem a ter mais vontade de mudar não se confirma de todo.

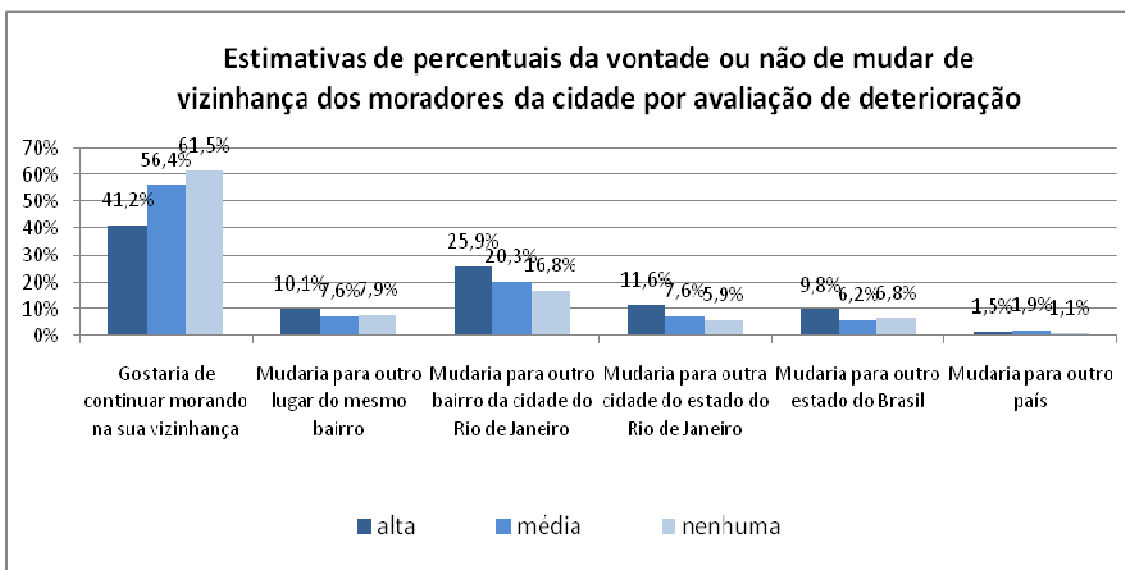


Gráfico 11 – Estimativa de percentuais da vontade ou não de mudar de vizinhança dos moradores da cidade por avaliação de deterioração

Fonte: Pesquisa de vitimização NUPEVI/IPP/FINEP, 2005/2006

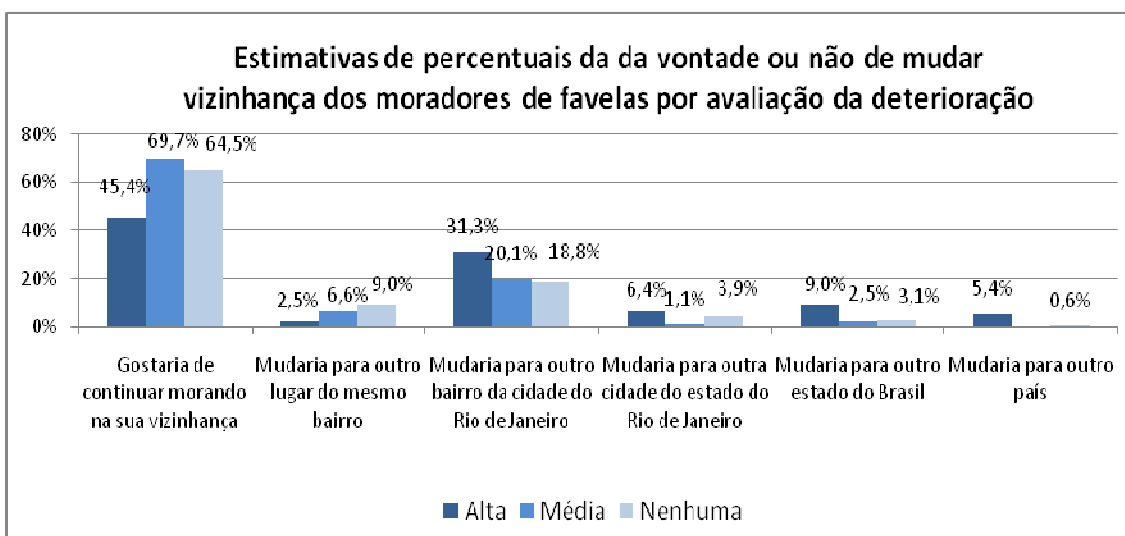


Gráfico 12 – Estimativas de percentuais da vontade ou não de mudar de vizinhança dos moradores de favelas por avaliação da deterioração

Fonte: Pesquisa de vitimização de favelas NUPEVI/IPP/FINEP, 2007

4.3 Convivência sociável e confiança entre vizinhos

Mais que nas categorias relacionadas a vontade de mudar ou a deterioração nos espaços da cidade, a convivência sociável e a confiança entre os vizinhos demonstrarão o que é chamado de paradoxo dos subúrbios e a emergência da relação de confiança entre os vizinhos, possibilitando maior eficácia coletiva e desenvolvimento do capital social nas vizinhanças.

As perguntas abaixo compuseram a variável sintética de convivência/sociabilidade entre os vizinhos.

CV.1 – Com que frequência você conversa pessoalmente ou por telefone com moradores da vizinhança?

CV.2 – Com que frequência você e seus vizinhos fazem gentilezas e / ou favores uns aos outros, como cuidar ou brincar com os filhos, emprestar objetos ou mantimentos, tomar conta da casa ou do carro, etc.?

Isso costuma acontecer... 1) Mais de duas vezes por semana; 2) Uma ou duas vezes por semana; 3) Menos de uma vez por semana; 4) Nunca.

CV.4 – Sem contar as pessoas que moram com você, quantos parentes e amigos seus moram na vizinhança?

Outra pergunta que fez parte desta variável de convivência/sociabilidade entre os vizinhos foi a pergunta CV.3, também utilizada como indicador de confiança entre os vizinhos. Ao cruzarmos esta pergunta com as variáveis cor, sexo, renda, idade, escolaridade e área de planejamento, pudemos analisar como se desenvolve a confiança entre vizinhos em cada uma destas categorias.

CV.3 – Você diria que seus vizinhos? 1) Não os conheço; 2) Posso confiar na maioria deles; 3) Posso confiar em alguns; 4) Posso confiar em um ou outro apenas; 5) Não confio em nenhum.

Na pesquisa de vitimização utilizamos a variável sintética de sociabilidade, o que permitiu maior alcance na leitura dos dados. Porém, ao separarmos as perguntas de sociabilidade da pergunta de confiança, descobrimos alguns dados interessantes.

São as áreas mais pobres da cidade aquelas em que a sociabilidade entre vizinhos se mostra mais forte e freqüente, com níveis altos de confiança e reciprocidade entre eles: AP1, AP3 e AP5. Esta tendência se confirma no cruzamento com a renda: os mais pobres têm mais sociabilidade que os de renda mais alta, enquanto não há diferença significativa entre homens e mulheres. As diferenças entre brancos, pretos e pardos são muito pequenas para ter efeito explicativo.

Em compensação, os mais velhos, que foram socializados nas tradições locais de intensa sociabilidade entre vizinhos, demonstram ter mais confiança e relações de reciprocidade do que os mais jovens, que sofrem mais os efeitos do quadro de conflitos armados constantes em muitas das favelas cariocas.

Por AP:

Na pesquisa realizada nas favelas, A AP1, a área de povoamento mais antiga da cidade e onde encontramos menos migrantes, é também onde encontramos os maiores percentuais de sociabilidade entre os moradores da cidade: 52,4% consideram/avaliam sua sociabilidade como alta, 37,2% como média, perfazendo o total de 89,6%, sendo portanto, também a que tem o menor percentual de baixa ou nenhuma sociabilidade: 2,9% e 7,5% respectivamente.

Uma maior sociabilidade também pode ser notada na AP4 – 40,4% de alta e 29,7% de média e pela AP3 – 38,6% de alta e 30,3% de média.

A AP onde encontramos os menores percentuais de sociabilidade é a AP2: 14,9% têm nenhuma sociabilidade, 23,8% têm pouca, 30,1% média e 30,2% alta.

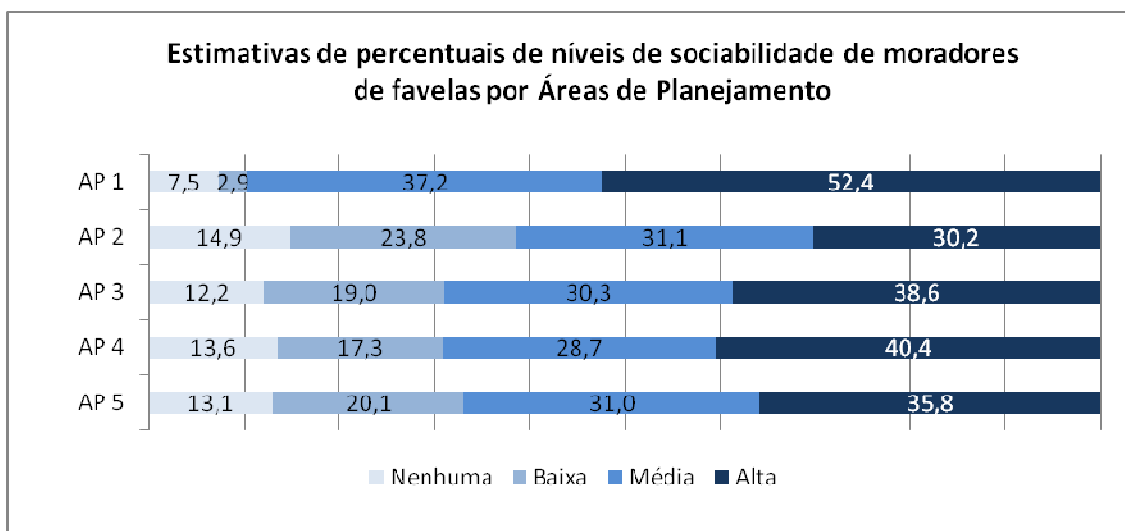


Gráfico 13 – Estimativas de percentuais de níveis de sociabilidade de moradores de favelas por áreas de planejamento

Fonte: Pesquisa de vitimização de favelas NUPEVI/IPP/FINEP, 2007

Este dado não é muito diferente do que foi encontrado na pesquisa da cidade. São as APs mais antigas (AP1, 3 e 5) onde encontramos moradores com média e alta taxa de sociabilidade.

Por faixa etária:

O cruzamento da variável Sociabilidade com a faixa etária revela que há um padrão muito parecido de alta sociabilidade para todas as faixas etárias na cidade do Rio de Janeiro. Em compensação, os mais velhos, que foram socializados nas tradições locais de intensa sociabilidade entre vizinhos, demonstram ter mais confiança e relações de reciprocidade, apesar dos efeitos do quadro de conflitos armados constantes em muitas das favelas cariocas (ZALUAR et al., 2009).

Na pesquisa das favelas, os mais velhos e os mais jovens são os mais sociáveis: 49,2% dos que têm acima dos 60 anos apresentam alta sociabilidade, enquanto 26,1% média, 14,7% baixa e apenas 10,1% nenhuma sociabilidade. São também os que mais confiam nos vizinhos e têm uma noção mais ampla (especialmente) de até onde vai sua vizinhança.

Os mais jovens são os que conhecem e confiam menos nos seus vizinhos e os que consideram (em sua maioria) que sua vizinhança se restringe ao seu prédio, rua e viela. Entretanto são os que apresentam os segundos maiores percentuais de sociabilidade: 41,8% dos que têm de 15 a 19 anos apresentam alta sociabilidade, 21,9% de média, 24,9% de baixa e 11,4% de nenhuma.

Confiança

Por AP:

Os moradores da AP2 (com 4,8%) e os da AP4 (com 4,1%) os que menos conhecem seus vizinhos, justamente os moradores das áreas com maior Percentual de Desenvolvimento Humano da cidade, maior renda e escolaridade. Em contrapartida, quem mais pode confiar na maioria deles são os moradores da AP1, com 25%, seguido pelos moradores da AP5, com 19% e da AP2, com 18,5%. Também são os moradores da AP1 os que podem confiar em alguns vizinhos, com 42,9%, seguidos pelos moradores da AP3, com 36,1%.

Os que menos confiam (não conhece e não confia) nos seus vizinhos são os moradores da AP3, com 17,4%, um sinal das mudanças recentes por conta da migração para as favelas da área, assim como os moradores da AP5, com 17,2%, também área que concentra muitos migrantes pobres.

Por gênero:

Os homens nos apresentam dados interessantes: são os que confiam mais nos seus vizinhos, mas também são os que menos confiam neles. 18% dos homens dizem que podem confiar na maioria de seus vizinhos, enquanto 13,8% dizem que podem confiar na maioria dos seus vizinhos. Também são os homens que confiam na maioria deles – 36,6%, enquanto encontramos o percentual de 33,7% para as mulheres. Os homens são ainda os que menos confiam nos seus vizinhos: 16,8%, enquanto 13,9% das mulheres dizem não confiar nos seus vizinhos.

São as mulheres as que menos os conhecem: 2,3%, enquanto apenas 1,5% dos homens dizem não conhecer seus vizinhos.

Concluindo, com relação à AP3, apesar dos índices desfavoráveis encontrados nas pesquisas de vitimização realizadas pelo NUPEVI e do processo de crescente deterioração pela qual passa esta AP, os moradores apresentaram as maiores taxas de sociabilidade e confiança (os mais jovens de 15 a 29 anos e os mais velhos acima dos 60 anos, sendo que os primeiros são mais sociáveis e confiam menos, enquanto os segundos são mais sociáveis e confiam mais), de percepção de uma vizinhança mais elástica (os mais velhos e os adultos de 30 a 39 anos), assim como de pouca vontade de trocar de vizinhança (os mais jovens de 15 a 29 anos e os mais velhos acima dos 60 anos).

5 NOVAS CONEXÕES GLOBAIS: PROJETOS SOCIAIS PARA JOVENS NA ÁREA DA CULTURA

Paz sem voz
não é paz, é medo
Minha Alma, de Marcelo Yuka

Desde os anos 1960, é presente no cinema americano uma preocupação latente com o jovem e sua condição de vulnerabilidade, condição esta que é própria da idade, como vimos nos capítulos anteriores.

Em *Ao mestre com carinho*⁵⁰, um professor negro, Sidney Poitier, enfrentava a rebeldia de uma turma jovem e a recusa a ele, professor carismático, por que ele era a figura de autoridade a ser negada ali, e também por ser negro. Eram os anos dos Direitos Civis norte-americanos e a luta pela igualdade racial se fazia presente. Naquele momento, o protagonismo juvenil emergia na luta do movimento feminista, contra a guerra do Vietnã, pelos direitos civis dos negros que em muitos estados não podiam votar e sofriam as humilhações da segregação em espaços públicos. Traços de insatisfação, rebeldia e luta estavam presentes na música americana e inglesa da época⁵¹. O que se inaugurava naquele filme estava além de uma nova forma de se fazer cinema: era a crença de que estes jovens deveriam ser orientados por adultos responsáveis, que lutassem por seu bem-estar e pela sua escolarização crescente, objetivando a melhoria de suas vidas e das suas famílias. Isso poderia acontecer por meio da leitura, das competições acadêmicas, da dança e da música. A ideia do adulto mestre do jovem vulnerável atravessa as décadas e continua encontrando no cinema americano (como em outros também), a expressão máxima de que os jovens, com as devidas oportunidades, teriam recuperação e salvação⁵².

Esses filmes, na maior parte das vezes, dialogam com os problemas cotidianos referentes às diferenças de classe, de raça/etnia e de gênero e das precárias condições de moradia e escolares que jovens enfrentam no seu dia-a-dia. São filmes que retratam, também, a responsabilidade dos adultos com relação aos

⁵⁰ *To Sir, with Love*. 1967, dirigido por James Clavell

⁵¹ No Brasil, foi nas décadas de 1960 e 1970 que surgiram alguns dos expoentes da contracultura brasileira, como a Tropicália, por exemplo.

⁵² Aqui devemos trabalhar com dois tipos de discurso: os jovens são vulneráveis e precisam ser cuidados e salvos, muito comum nas justificativas encontradas em projetos sociais e a mais recente, trabalhada por movimentos sociais, ONGs e organismos internacionais como UNESCO e Banco Mundial, por exemplo, em que o jovem tem um protagonismo social que não se deve desprezar e o que os projetos e programas voltados para este público devem fazer é incentivar a autonomia e a capacitação do mesmo.

jovens e o trabalho de prevenção que é realizado para que alunos não se envolvam no tráfico de drogas, não utilizem drogas, lícitas ou ilícitas, se previnam de doenças sexualmente transmissíveis e evitem engravidar moças adolescentes.

Ante o grande sucesso de *Ao mestre com carinho*, na década de 1980 seguiram-se filmes sobre como os professores tinham um papel importante no combate às gangues e no processo de disciplinar turmas de jovens pobres de todas as etnias, isto apenas nos Estados Unidos. Os anos 1990 trouxeram filmes como *Música do coração*⁵³, *Encontrando Forrest*⁵⁴, *Escritores da Liberdade*⁵⁵, *Vem dançar*⁵⁶ que farão grande sucesso no cinema e na televisão e passam a ser também utilizados em salas de aula como exemplos das trocas simbólicas que ocorrem no âmbito da vizinhança e da escola.

Mais recentemente, o Brasil adota esta tradição. *Maré – Nossa história de amor*⁵⁷, por exemplo, remonta a história clássica de Romeu e Julieta (de William Shakespeare) na favela da Maré, uma das maiores e mais violentas do Rio de Janeiro. Jonathan é irmão do traficante (chefe da Favela) e Analídia é filha de um antigo traficante de uma facção rival. A favela Maré, dividida entre estas duas facções abriga um projeto social de dança contemporânea, de uma ONG dirigida por uma ex-bailarina do Municipal, interpretada por Marisa Orth. A idéia de uma ex-bailarina de classe média alta saindo da Zona Sul para trabalhar com crianças e adolescentes em um projeto do outro lado da cidade demonstra, durante quase todo o filme, que esta professora tem dois projetos: o de *salvar* os jovens de se juntar

⁵³ *Music of the heart*. 1999. Dirigido por Wes Craven e estrelado por Meryl Streep, conta a história (real) de uma professora de escola pública no Harlem que mantém, com algum apoio da escola, uma turma de música. Lutando pela profissionalização dos seus alunos e pelo melhor rendimento escolar dos mesmos. Após dez anos e com a eminência de perder o apoio da escola, precisa lutar para continuar seu projeto com a ajuda dos ex-alunos e da vizinhança onde mora e trabalha.

⁵⁴ *Finding Forrester*. 2000. Dirigido por Gus Van Sant. Sean Connery é William Forrester, um famoso escritor que há quarenta anos ganhou um prêmio Pulitzer por um romance e, desde então, nunca mais se ouviu falar dele. Quando um jovem negro de 16 anos que sonha em ser escritor, invade o seu apartamento e esquece sua mochila com seus textos dentro, Forrester, descobre os escritos geniais do garoto e decide tornar-se seu mentor.

⁵⁵ *Freedom Writers*. 2007. Dirigido por Richard LaGravenese. Erin Gruwell, representada por Hillary Swank, trabalha com a escrita e os diários pessoais como forma de melhorar o rendimento escolar dos alunos com problema de ensino aprendizagem. Baseado em uma história e um projeto real.

⁵⁶ *Take the lead*. 2006. Dirigido por Liz Friedlander. Conta a trajetória de Pierre Dulaine [http://en.wikipedia.org/wiki/Pierre_Dulaine], interpretado por Antonio Bandera, professor de dança de salão da elite nova iorquina que desenvolve um trabalho com os jovens dos bairros pobres para melhorar sua autoestima por meio da dança. Um dos objetivos de Dulaine e seu método é ensinar os homens jovens que a dança pode deixá-los mais corteses e respeitadores com as meninas de sua idade, ajudando-os a crescer como “homens” sem o “apoio” de armas de fogo para demonstrar sua masculinidade, além de trabalhar com estratégias diferenciadas para também aumentar a autoestima das meninas. O documentário *Mad hot ballroom* (2005), dirigido por Marilyn Agrelo, acompanha durante um ano as turmas das escolas públicas que utilizam o método Dulaine e avaliam seus resultados e a maior inserção na prática comunitária.

com uma daquelas duas facções e aumentar a auto estima dos mesmos por meio da música e da dança. Mais que uma mediadora, a bailarina é essencialmente uma salvadora.

Já em documentários como *Moro no Brasil*⁵⁷ e *Contratempo*⁵⁹, cineastas vão começar a trabalhar não apenas com a concepção de que os jovens são o futuro do país, mas também de que os projetos sociais foram criados para aumentar o leque de oportunidades dos jovens quanto à capacitação profissional, à inserção no mercado de trabalho e às oportunidades de lazer nos bairros mais pobres e nas favelas⁶⁰.

Estes filmes apresentam um duplo movimento. Primeiro por que demonstra que a história destes jovens e das pessoas que fizeram diferenças em suas comunidades é passível de virar filmes produzidos por Hollywood, para a televisão, ou se transformarem em documentários e objeto de programas vespertinos no estilo Oprah⁶¹. Ao mesmo tempo, ao transformar em ficção algumas dessas histórias reais, inspira diversas comunidades a se organizarem para defender seus interesses políticos e criar alternativas educacionais, esportivas, culturais e de lazer para suas crianças e jovens, além de efetivamente trabalhar com a prevenção e o desenvolvimento do capital cultural e da cultura cívica dentro das vizinhanças que a

⁵⁷ *Maré – Nossa história de amor*. 2007. Direção de Lúcia Murat [<http://www.mareofilme.com.br/>]. Uma curiosidade: todos os atores jovens e o elenco de apoio são oriundos de projetos sociais do Rio de Janeiro, que oferecem cursos de dança, música e teatro.

⁵⁸ No documentário *Moro no Brasil* (de 2002), Mika Kariusmaki defende a tese de que o samba é a música por excelência do Brasil e como tal não é único, não tem uma única matriz, não tem um único dono. É a partir das influências regionais de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro que o diretor pensa também na transformação deste ritmo e em como as novas gerações o recebem, o respeitam, o transformam e tem suas vidas também transformadas por eles. Em Pernambuco ele acompanha Zé Neguinho do Coco explicando para crianças o que é o ritmo e como a música mudou sua vida de menino pobre, o mestre Meia Noite e as meninas do projeto de percussão Daruê Malungo, que estejam necessariamente estudando, o balé afro Majê Molê, que trabalha com dança afro e estética com as meninas pobres do bairro Peixinho educando para a sociedade, evitando que estas meninas tenham contato com drogas ou prostituição. Na Bahia, ele filma o grupo cultural Bagunção, que ensina percussão a jovens pobres, meninos e meninas de Salvador. No Rio de Janeiro, o projeto escolhido é o Funk'n'Lata, criado por Ivo Meirelles, que deixa claro no filme disputar os meninos com o tráfico por meio do consumo. A escolha destes grupos traz uma face moderna e atual da música como inserida em políticas sociais, a importância do trabalho voluntário e a negritude como elemento agregador destes jovens.

⁵⁹ *Contratempo*. 2009. Documentário de Malu Mader e Mini Kerti. O filme conta a história de 11 jovens carentes do Rio que tiveram suas vidas transformadas pela música através do projeto Villa-Lobinhos.

⁶⁰ O primeiro filme da série *Futebol*, de João Moreira Salles acompanha durante meses meninos do subúrbio e das favelas do Rio de Janeiro, alguns de outros estados que têm como sonho tornarem-se jogadores de futebol. As expectativas das famílias e o investimento e os problemas nos processos seletivos – as peneiras – são bons recursos para pensarmos as limitações dos projetos sociais.

⁶¹ Oprah Winfrey, uma das maiores apresentadoras americanas. Negra, Oprah é considerada uma das personalidades mais influentes dos Estados Unidos. Mantém uma fundação que financia projetos sociais em seu país e na África, principalmente focados nas questões relacionadas a cor/etnicidade, gênero e violência. A Rede Globo habitualmente apresenta programas que trazem histórias de protagonismo juvenil e dos projetos sociais espalhados no Brasil. Estimulando a doação e o trabalho voluntário, prioriza as iniciativas locais e o desenvolvimento regional. Durante dois meses a cada ano, intensifica suas campanhas em prol do Criança Esperança, utilizando seu elenco nas campanhas e seus programas, incluindo as novelas, como veículo de propaganda.

elas pertencem.

As concepções de tutor, *brother keeper*, irmãos mais velhos ou pais substitutos que aparece no cinema, refletem perfeitamente a realidade onde, em alguns bairros e vizinhanças, sempre haverá alguém que orientará estes jovens. No Brasil, a responsabilidade que adultos têm sobre os mais jovens não está bem desenvolvida, aparecendo em alguns bairros mais nitidamente. Como vimos no capítulo anterior, aqui no Rio de Janeiro, acontece com maior ênfase no subúrbio, onde alguns vizinhos e parentes, mesmo com as limitações impostas pelas facções do tráfico de drogas e pelas milícias, não se intimidam e efetivamente chamam atenção destes jovens e crianças, orientando-os e montando junto às suas vizinhanças, projetos de promoção da saúde e prevenção à violência.

O tipo de projeto que defendemos hoje são esses: os que promovem à saúde, previnem a violência e trabalham com perspectiva da mediação e não com a da salvação (negando o discurso de que os jovens devem ser salvos), aliando cuidado e orientação.

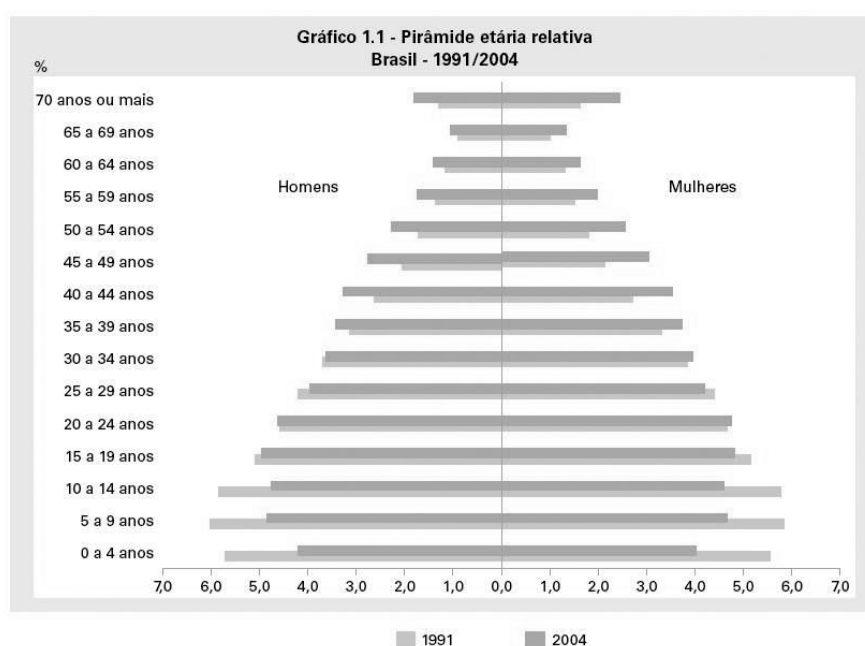
5.1 Juventude, juventudes

Falar de juventude e prevenção à violência costuma suscitar a reflexão sobre diversas fontes, teorias e metodologias. No entanto, preferi discorrer neste ponto sobre uma parcela do conjunto das políticas sociais voltadas para as crianças e os adolescentes, aquela que trata dos projetos esportivos e culturais.

O objetivo é, portanto, refletir sobre como antigas associações se transformam, a partir da década de 1980, com a criação de novas demandas comunitárias, da globalização e das transformações no cotidiano desta juventude, considerada vulnerável.

Se observarmos a pirâmide etária relativa apresentada, entre os anos de 1991 e 2004, notaremos alguns pontos que interferirão na nossa análise: Em 1991, constatamos um perfil etário do país bastante jovem, com concentrações semelhantes entre homens e mulheres nas faixas etárias 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, com um pequeno decréscimo de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos.

Em 2004⁶², o quadro é bem distinto, tendo a população jovem encolhido nas faixas etárias citadas, mas principalmente de 0 a 14 anos, considerando os devidos intervalos. A exceção é a faixa de 20 a 24 anos, que aumentou ligeiramente entre homens e mulheres desde 1991. Outra observação é um pequeno decréscimo de homens em relação às mulheres nas faixas analisadas. A PNAD de 2004 ainda aponta que os economicamente ativos (15 a 64 anos) aumentaram proporcionalmente desde 1991. Nas faixas etárias acima dos 55 anos, a diferença é mais visível: a população feminina envelhece mais que a população masculina, que morre mais cedo. Temos aqui um fenômeno chamado feminização da velhice.



A pirâmide etária relativa nos oferece um perfil demográfico da população brasileira. Homens jovens, mulheres velhas: esses extremos nos apontam a necessidade de políticas focais que dêem conta de ambos os grupos, de estratégias econômicas de desenvolvimento que devem ser implementadas e principalmente nos aponta a necessidade de se entender os impactos econômicos, sociais e políticos que tais dados demonstram. Aqui, o que nos interessa é justamente a juventude, ou juventudes por não considerarmos homogêneo grupo etário dos 15 aos 29 anos. O grupo etário a ser trabalhado aqui será a faixa até os 19 anos.

⁶² Os dados utilizados são os de 2004, já que durante a elaboração desse texto dados mais atualizados ainda estão em processo de divulgação e publicação.

As juventudes foram tradicionalmente tematizadas como fase transitória para a vida adulta, o que exigiria esforço coletivo – principalmente da família e da escola – no sentido de “preparar o jovem” para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo. Por quê?

Segundo pesquisas de Zaluar (1994, 2004), Castro & Aquino (2008), o sucesso do enfrentamento da violência se dá via prevenção. Esta prevenção deve ser feita em diversos níveis, de preferência coordenadas entre as secretarias dos respectivos municípios e estados e os ministérios, focalizando, quando é o caso, o trabalho em populações específicas, basicamente a população jovem.

Este sucesso depende, portanto, do engajamento do Estado na construção de suas políticas públicas, de forma a capacitar o desenvolvimento da cidadania, (re)distribuir recursos e diminuir desigualdades regionais, por exemplo.

Este trabalho de prevenção se faria com uma política educacional, que afetaria principalmente crianças e jovens, aliada à distribuição dos direitos sociais (saúde, cultura, meio-ambiente saudável, uma rede de proteção social), a implantação de infraestrutura urbana, cuidando especificamente das áreas onde a deterioração é alta e a administração da justiça é falha.

Castro e Aquino apontam algumas vantagens deste desenvolvimento da educação escolar, aliada a implantação de infraestrutura e a administração da justiça.

Nesse sentido, a educação escolar teria a responsabilidade de transmitir os valores sociais a crianças e adolescentes, capacitá-los para a vivência dos conflitos de forma não violenta e prepará-los para a entrada no mercado de trabalho. A implantação de infraestrutura urbana, por sua vez, seria capaz, entre outros, de evitar a emergência de disputas e conflitos em adensamentos populacionais precários. Seria responsável, também, por garantir iluminação pública, dificultando a ação criminosa contra os cidadãos, e criar vias para a rápida circulação das forças públicas no atendimento aos chamados policiais. De seu turno, a administração da Justiça seria responsável por garantir o respeito aos direitos e às instituições, impedindo a utilização da violência como instrumento de resolução de conflitos. (CASTRO; AQUINO, 2008, p. 73).

Nas pesquisas de vitimização realizadas pelo NUPEVI a escolaridade e a infraestrutura foram variáveis importantes para analisarmos os tipos de crimes e a percepção de segurança dos moradores da cidade. A primeira variável – a escolaridade – demonstrou que há uma percepção mais crítica sobre o próprio espaço onde se vive, indicando, por exemplo, maior vontade de mudar do que pessoas com menos escolaridade, quando o problema da vizinhança era a deterioração urbana.

Mesmo que tais questões atinjam os adultos, elas são percebidas em maior grau pelos jovens, mais vulneráveis às próprias transformações do espaço urbano, por que circulam mais e são mais vítimas das ações violentas da polícia, principalmente os mais pobres, os pretos e os pardos. É nesse sentido também que as ações voltadas para a juventude são não apenas necessárias, como fundamentais para o desenvolvimento das vizinhanças onde moram estes jovens.

Há ações voltadas para a juventude executadas pelo governo federal nas várias áreas de corte social. Educação, trabalho, saúde, assistência social, cultura, segurança pública são algumas das áreas prioritárias destes projetos que funcionam apenas com os recursos do Estado, configurando-se assim como políticas públicas de atendimento a estes jovens, e outros que funcionam em parceria com ONGs estrangeiras, empresas nacionais e internacionais ou a partir do voluntariado desenvolvido pela sociedade civil.

Quem são os responsáveis por estes projetos? Se desenvolvidos no âmbito do Estado, funcionários técnico-administrativos, concursados e terceirizados têm se incumbido da função, baseada principalmente, como já nos referimos no capítulo dois, no desenvolvimento comunitário. Muitos destes projetos foram solicitados e são ainda desenvolvidos pelas polícias civis e militares, o corpo de bombeiros e outras instituições que fazem parte da administração da justiça.

Nesses projetos, o realce atual é nas estratégias de atuação com a juventude ou com o jovem como ator estratégico de desenvolvimento, ou seja, buscando o protagonismo jovem.

Essa concepção é importante por que incidirá diretamente no corte etário destes projetos: a faixa que vai dos 15 aos 29 anos. São cerca de 51,1 milhões de brasileiros nesta faixa de idade. Desses, 34 milhões têm idade entre 15 e 24 anos e são, principalmente os homens, os mais atingidos pelos índices de desemprego, os que têm a maior dificuldade em conseguir o primeiro emprego, os maiores índices de evasão escolar, mortes por homicídio, falta de formação profissional, envolvimento com o tráfico e abuso de drogas, etc. (GONÇALVES, 2003; ZALUAR, 2004; IPEA, 2008). Este foco respeita ainda o recorte etário adotado para juventude, utilizado inclusive pela Secretaria e Conselho Nacional da Juventude.

Este protagonismo jovem focado na idade, tenta dar conta também da questão da vulnerabilidade eminentemente juvenil, pois o jovem seria constantemente associado à inseqüência, à paixão pelas emoções fortes, à

instabilidade emocional, aos excessos impulsivos, e, no caso de alguns homens jovens, seriam impulsionados mais ainda pela hipermasculinidade, o que traz efeitos devastadores sobre a expectativa de vida (ZALUAR, 2004).

Quais são as principais demandas para os jovens pobres? Educação pública de qualidade voltada para qualificação profissional, segurança, acesso a novas tecnologias de informação e comunicação e democratização do acesso ao esporte, ao lazer e a cultura. É a partir da democratização do acesso ao lazer e a cultura, aliado a uma educação pública de qualidade voltada para a inserção profissional que as escolas de samba mirins, foco da pesquisa, têm sido pensadas e organizadas nas últimas décadas.

5.2 Paradigmas de políticas para os jovens vulneráveis: prevenção da violência

No Brasil, projetos sociais com o foco em crianças e jovens são inúmeros. Seja pelas artes plásticas, pelo artesanato, trabalhos manuais, reciclagem, seja pela música ou pela dança, estes projetos, antes de serem entendidos como tais e virarem ONGs já existiam. Estas ONGs e o entendimento de que projetos sociais seriam estes, só se modifica após o final da ditadura, especificamente, a partir da década de 1990. A prática de se cuidar da comunidade tem uma profissionalização crescente (inclusive com a oferta de cursos para estes fins) e ajuda a ampliar o número de crianças e jovens que possam ser atendidos.

Um dos exemplos mais claros é o da Criança Esperança. A Rede Globo inaugura, no ano de 1986 em um programa especial dos Trapalhões, o Criança Esperança, com objetivo de apresentar e estimular a discussão sobre a situação da juventude no Brasil. Segundo o site do Criança Esperança

Ao divulgar a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a campanha contribuiu para a inclusão do artigo 227 na Constituição Federal de 1988, que garante os direitos das crianças brasileiras. Dois anos depois, este artigo deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Reconhecido pela ONU como modelo internacional, o Criança Esperança incentiva o debate sobre políticas públicas e transforma vidas. Durante dois meses, toda a programação da Rede Globo se une para apresentar temas relacionados à campanha, produzindo reportagens e quadros especiais, além de campanha específica, com o objetivo de prestar contas sobre a aplicação dos recursos arrecadados⁶³.

⁶³ <http://criancaesperanca.globo.com/CriancaEsperanca/0,,17252,00.html>. Arquivo acessado em 28 de agosto de 2009.

Hoje o projeto Criança Esperança funciona em parceria com a UNESCO, que desde 2004 passou a ser responsável pela gestão dos recursos, recepção, seleção e financiamento dos projetos. Até 2009

mais de 200 milhões de reais em doações foram investidos no Brasil em mais de 5 mil projetos sociais. Tais contribuições garantiram os direitos de mais de 4 milhões de crianças e adolescentes, ajudaram a reduzir a mortalidade e o trabalho infantil, a combater a exploração sexual de meninos e meninas e a preparar jovens de baixa renda para o mercado de trabalho⁶⁴.

Com a visibilidade de projetos financiados pela UNESCO no Brasil via Criança Esperança, houve uma aproximação maior com o público que desconhecia o funcionamento dos demais projetos sociais. Isso por que cidades como Belo Horizonte, Olinda e São Paulo, a Rede Globo acabou por criar núcleos do Criança Esperança em bairros pobres ou vizinhanças com histórico de violência e criminalidade, oferecendo cursos e atividades para todas as idades. No Rio de Janeiro, o núcleo Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, que existe desde 2001, funciona principalmente como um espaço de crescimento pessoal e profissional para os jovens da favela, além de ter se tornado um espaço alternativo de lazer.

Além dos projetos mantidos pelo Criança Esperança encontraremos no Rio de Janeiro diversos projetos com visibilidade nacional e internacional. Alguns, por estarem em espaços geográficos que vou analisar – bairros pobres do subúrbio do Rio de Janeiro - e por terem praticamente o mesmo público-alvo, são se fazem importantes para este trabalho, mesmo que em um breve relato. Dos grupos que vou falar agora, todos se constituem, para a mídia e para o senso comum, como fundamentais na discussão sobre políticas sociais e juventude. São eles a Central Única de Favelas (Cufa), Observatório das Favelas, Afroreggae e Nós do Morro.

Esses quatro grupos foram criados a partir dos anos 1980 e posteriormente se organizaram na tentativa de formação de um partido político (4P – Poder Para o Povo Preto) cujo foco era o *empowerment* dos negros brasileiros e uma participação maior na política nacional. O 4P, enquanto partido, foi alvo de muitas críticas, principalmente pela sugestão de que pessoas brancas não poderiam participar do partido, menos ainda ter algum tipo de filiação. Gestado no início dos anos 2000 pelo rapper MV Bill e por seu empresário, sócio e amigo Celso Athayde, o 4P não vingou, mas propiciou a reunião desses quatro grupos que trazem uma ‘proposta’

⁶⁴ <http://criancaesperanca.globo.com/CriancaEsperanca/0,,17252,00.html>. . Arquivo acessado em 28 de agosto de 2009.

diferenciada ao tratar de violência e Rio de Janeiro, juventude vulnerável e temas afins, fazendo com que os mesmos apareçam como parceiros em alguns eventos, por exemplo.

1 – CUFA – Central Única das Favelas⁶⁵ – organizada por MV Bill e Celso Athayde nos bairros de Madureira e Cidade de Deus, o corte da CUFA é uma questão de cor, menos que de gênero e de idade. No discurso dos seus diretores, encontraremos uma perspectiva de apoio e inclusão social, não por esportes tradicionais brasileiros ou pela própria MPB, mas com o olhar mais amplo no sentido da cultura da periferia (tal como os Racionais MCs em São Paulo) – Grafitte, hip-hop, basquete de rua, profissionalização em vídeo (câmera, operação e direção) e som (DJ).

Nos últimos anos, Bill e Athayde conseguem visibilidade na grande imprensa (jornais e TVs), com publicações sobre a vida no tráfico de drogas. *Falcão, meninos do tráfico* (livro e documentário); *Falcão – mulheres no tráfico* (livros); *Cabeça de porco* (com o sociólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares)

2 – Observatório das Favelas⁶⁶ – Trabalha efetivamente com pesquisa com enfoques acadêmicos e intervenção nas vizinhanças onde atua. Suas pesquisas contam com parceiros do porte do CESEAC/UCAM e CLAVES/FIOCRUZ. É o que podemos chamar de pesquisa-ação. Localiza-se na Favela da Maré, localizada Zona Norte do Rio de Janeiro, próxima à Ilha do Governador, dominadas por duas facções rivais do tráfico de drogas.

3 – Afroreggae⁶⁷ - Com mais de 15 anos de existência e tendo à sua frente José Júnior, o afro-reggae talvez seja a ONG com maior visibilidade dentre as quatro por conta do espaço conseguido nas Organizações Globo, principal empresa midiática do Brasil. Tem como padrinhos atores e cantores famosos e promove projetos de música, dança e artes circenses. Um dos seus objetivos é integrar à sociedade jovens e adultos com passagem pelo tráfico de drogas, o que pretende realizar com projetos sociais dentro e fora do Rio de Janeiro (integrando a PM e comunidades de Belo Horizonte), programas de rádio (MPB FM / Direção Tekko Rastafári), um programa de televisão no canal Multishow, grife de roupas, projetos de apresentações em várias favelas e bairros da cidade.

⁶⁵ <http://www.cufa.org.br/>

⁶⁶ <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/home/index.php>

O Afroreggae se torna uma vitrine, ou um suposto modelo, de vários projetos sociais, criando um paradigma peculiar do que deve ser um projeto social de atendimento a adolescentes (ou jovens) e de como deve ser um projeto social nas favelas.

Além dos já citados, podemos ver em seus produtos os documentários *Favela Rising* e *Da favela para o mundo* e dois livros: *Cultura é a nossa arma: Afroreggae nas favelas do Rio* e *Da favela para o mundo* que contam a história da fundação e a proposta do Grupo cultural.

4 - Nós do morro e Nós do Cinema⁶⁸ – A ONG Nós do morro ficou conhecida ao longo dos anos 1990 – e os atores que participaram de suas atividades nos últimos anos são em sua maioria negros e moradores de favela – Roberta Rodrigues, Babu Santana, Mary Sheila são alguns desses profissionais. Aparece com maior vigor a partir do lançamento do filme *Cidade de Deus*, que teve no elenco alguns atores formados pela ONG. É a única cujos projetos não funcionam na zona norte ou subúrbio do Rio de Janeiro, localizando-se na Favela do Vidigal, zona sul do Rio de Janeiro.

Assim como o Viva Rio foi e continua sendo um importante interlocutor para as políticas sociais desenvolvidas nos anos 1990, esses quatro espaços de atuação se mostram parceiros e parecem ter como objetivo principal trazer visibilidade às manifestações da periferia e da favela com um foco específico na cultura afro-americana e nas questões de raça e cor que ainda dominam o debate no cenário brasileiro. Parceiros importantes como núcleos de pesquisa em universidades, outras ONGs, instituições públicas e privadas – Petrobras, por exemplo, têm ajudado a consolidar esse espaço periférico ao espaço da cidade.

Em contrapartida, tenho acompanhado essas iniciativas (como tantas outras) e percebo como são fragmentadas e descontínuas já que, efetivamente, se forem pensadas como projetos sociais, elas atendem a poucos jovens em períodos curtos e proporcionam poucas oportunidades reais de mobilidade social e melhoria de vida quando chega a hora de deixar o projeto.

Quando começamos as entrevistas da tese, em 2007, uma das primeiras perguntas a entrar no roteiro foi a questão da prevenção. Se a prevenção é a palavra mágica e a chave no combate à violência, como ela é assim percebida em

⁶⁷ <http://www.afroreggae.org.br/>

⁶⁸ <http://www.nosdomorro.com.br/>

alguns desses projetos sociais?

Como a Central Única de Favelas tem sede em Madureira e é este o bairro onde se concentram alguns projetos para juventude, incluindo o trabalho com o samba, o jongo, o funk e o hip-hop, optei por entrevistar alguns de seus coordenadores.

Nega Gizza, a coordenadora do Núcleo áudio visual, nasceu no bairro de Brás de Pina (subúrbio) na década de 1970 e é uma cantora de visibilidade no universo do hip-hop e uma articuladora cultural nata que lida com programas culturais desde os 12 anos. É um exemplo de quadro formado em tais projetos.

Na conversa com Gizza, como representante da CUFA, a questão da prevenção e do protagonismo juvenil estava sempre presente. Optei por trazer a fala de Gizza por que ela sintetiza, de forma articulada, os anseios para quem trabalha com prevenção à violência e a maneira como estes projetos sociais percebem a articulação prevenção/ direitos sociais, principalmente uma escola pública de qualidade e o desenvolvimento do capital cultural da população.

Ana: "O que pode mobilizar esses meninos a não entrar no tráfico de drogas?"

Giselle: "A não entrar? Isso é uma prevenção. O nosso propósito não é afastar esses jovens (*do tráfico*). Acho que todo mundo faz projeto social dentro da favela é conseguir mostrar uma alternativa e ter uma alternativa. Você coloca uma aula de teatro na favela é você conseguir com que uma criança que ela comece a ter contato com a arte, ela fazendo isso, praticando isso, tendo conhecimento, essa criança daqui há dois anos ela vai continuar tendo mais conhecimentos ainda além desse que você iniciou ela. Com certeza essa criança a gente já pode descartar ela desse número que vai ter amanhã de pessoas envolvidas com drogas e tráfico.

eu acho que a prevenção é a melhor forma ..., não dá pra salvar os meninos. A gente não vai salvar os meninos, eu acho que isso é fazer sensacionalismo que os homens vão salvar os meninos do tráfico de drogas. A gente está ali fazendo o nosso papel, o governo tem o poder de fazer o papel dele, que é trabalhar as escolas públicas bem organizadas, receber todos os alunos, todas as crianças, incentivar as pessoas, facilitar a vida das pessoas pra tirar documento das crianças quando nasceram pra elas terem certidão pra se inscreverem na escola, preparar esses professores que tem contato com esses alunos pra saber lidar tanto com um aluno que tem uma condição estável, um que tem uma condição de fome, de pobreza.

Na pesquisa *Noções de Masculinidade, Nação e Cidade no Samba Carioca*, tínhamos uma pergunta que dava conta do samba e das diferenças com relação a outros ritmos musicais. A maioria tinha um discurso de distanciamento, de não saber muito bem o que era *funk*, *hip-hop*, estilos importados dos Estados Unidos da América.

Se, quanto às questões relativas à prevenção os aspectos que unem as escolas de samba mirins são os mesmos, com relação às perspectivas, eles se

diferem muito.

Enquanto os quatro projetos mencionados, sem desmerecê-los, apostam na cultura afro-americana, com exceção do Nós do Morro, e investem nos aspectos da globalização, na cultura de fora, nas identidades juvenis globais, no protagonismo juvenil que não responsabiliza o jovem, a escola de samba mirim investe na cultura afro-brasileira, nas relações inter-geracionais e na valorização da história do Rio de Janeiro. Essa perspectiva afro-brasileira-carioca e intergeracional se faz seja nos projetos desenvolvidos, seja na confecção do enredo a ser apresentado no carnaval pelas escolas mirins e adultas. Podemos sim dizer que a prevenção à violência está presente nos projetos desenvolvidos por estas ONGs e que as mesmas assumem importância vital nas suas vizinhanças, trazendo novas perspectivas culturais relacionadas ao teatro, a dança e ao esporte, inclusive aquele que uniria os jovens atendidos por estes projetos a outros jovens vulneráveis espalhados no mundo. O *Rap*, o *hip-hop*, a *street dance*, os *grafitti*, aproximam os jovens da cultura afro-globalizada, sem necessariamente aproximá-la da cultura carioca no samba.

Outros projetos, como os desenvolvidos pela escola portátil do choro e pelos projetos relacionados ao jongo, que, assim como as escolas de samba mirins, tentam fazer uma ponte (o *bridging*) entre seus projetos e outros afins, além de fazer do *bonding*, uma meta. A preocupação dos gestores de projetos desse tipo é a passagem, que se dará da criança ou do jovem vulnerável para o adulto responsável inserido no mercado de trabalho, seja por meio da sua arte, seja por meio da profissionalização e do investimento na educação formal.

É nesse sentido que os projetos das escolas de samba mirins, ou os projetos das escolas de samba se desenvolvem. Na cultura do samba carioca, estes jovens constroem sua cidadania, não apenas ganhando instrução ou profissionalização, mas adquirindo respeito, elegância nas suas relações e nas formas de se relacionarem com pessoas de outros sexos e de outras gerações. No samba eles também adquirem posturas de tolerância e civilidade desenvolvidas em torno das competições carnavalescas, confiança nas suas relações e capacidade de lutar e reivindicar em outras esferas onde exerçam seus múltiplos *se/ves*, refletindo assim seu pertencimento em outros grupos sociais, vulneráveis ou não.

6 VELHOS E NOVOS ASSOCOATIVISMOS VICINAIS: A JUVENTUDE NO SAMBA CARIOCA

Que o subúrbio carioca não inspire sofisticação é algo perfeitamente admissível, já que trata-se de um setor ocupado por setores médios e populares da cidade. Mas simplesmente aceitar que o 'subúrbio' indica falta de cultura, mesmo considerando-se que esta é sempre privilégio dos grupos dominantes, é desconhecer boa parte da cultura contemporânea do Rio de Janeiro, é desconhecer que a cara da cultura da cidade e mesmo da nação – as Escolas de Samba – foram em grande parte inventadas no subúrbio carioca. (FERNANDES, 1996, p.203).

As escolas de samba do Rio de Janeiro, fundadas entre as décadas de 1920 e 1930 se tornaram ao longo de sua história, conhecidas como redutos de produção cultural e espaço de criação de um dos ritmos brasileiros mais ricos do século XX: o samba.

Ao longo de sua quase secular história, elas sofreram diversas modificações na estrutura e no funcionamento, assim como o carnaval, momento em que têm seu momento máximo – o desfile, também sofreu mudanças estéticas, rítmicas, de estrutura, entre outras. Alguns críticos, como Nei Lopes, afirmam que o carnaval e as escolas de samba, por terem perdido seu aspecto mais popular, acabaram. Ao se tornarem empresas na década de 1980, fundarem a Liga das Escolas de samba do Rio de Janeiro - a LIESA - e passarem a desfilar na Passarela do Samba, o sambódromo, teriam perdido a ligação com a comunidade e com a vizinhança.

Ao mesmo tempo, as escolas de samba são várias vezes acusadas comumente de fazer parte da política de pão e circo, tendo pouca consciência étnico-racial e política, sem que sejam entendidas como importantes movimentos de (re)organização desta mesma comunidade e da vizinhança.

Ao se tornarem empresas, elas passam a profissionalizar as atividades de criação já existentes, como a produção de carros alegóricos, fantasias e adereços, além de inventar uma indústria cultural e turística que movimenta milhões por ano.

Essa profissionalização do trabalho nos barracões, antes entendido como voluntário, vem a inserir, ao invés de afastar, a vizinhança em outros espaços e funções da associação que é a escola de samba. O carnaval carioca, como espetáculo dura apenas quatro dias, mas, enquanto empresa, as escolas de samba que realizam tal espetáculo funcionam o ano inteiro.

Porém, nosso carnaval é muito heterogêneo. Da profissionalização e da transformação em empresa, podemos falar apenas das escolas do grupo especial

que compõe a LIESA, ou no máximo, das escolas do grupo de acesso. Isto por que, as escolas abaixo deste grupo e as que compõem os outros grupos (Rio de Janeiro 1, 2, 3 e 4) continuam lutando por sua sobrevivência e mantendo os liames mais comunitários, próprios de associações vicinais. Enquanto as escolas do grupo especial recebem foliões de todos os cantos do Brasil e do mundo, as escolas de samba dos outros grupos são menos visíveis e dependem da participação mais ativa e voluntária de seus membros. Se elas abrem seus espaços a todos, para a manutenção e funcionamento minimamente financiado, é necessário ainda o engajamento voluntário e a participação comunitária.

Um dos possíveis recortes a ser trabalhado com relação ao desenvolvimento comunitário é o papel que as escolas de samba, antigas associações culturais e de lazer dos bairros, têm nos novos tipos de associativismo, desenvolvendo o capital social e cultural dos jovens que vivem nos arredores da escola, incluindo-os no processo de inserção cidadã e prevenindo a violência por meio da mediação, da música, do ritmo e da elegância presentes na arte do samba.

Desde a criação da Vila Olímpica da Mangueira, em meados dos anos 1980, e do início da parceria dessa escola de samba com diversas empresas, ter projetos culturais e esportivos nas escolas de samba tornou-se afinal uma realidade. Como isso ocorreu?

As escolas de samba hoje, independente de qual grupo façam parte, geram recursos para a cidade do Rio de Janeiro, fazem parte da agenda turística e empregam, principalmente nos grupos especial e A, um número significativo de pessoas a cada ano. O trabalho desenvolvido nos barracões e na cidade do samba gera recursos que dependerão, aí sim, de qual grupo a escola faça parte. A capacidade de se manter em boas colocações no grupo especial significa mais recursos gerados para a escola e, por consequência, mais recursos a serem utilizados para empregar moradores da vizinhança onde estão localizadas as escolas e para organizar projetos sociais que porventura banquem de forma independente.

À medida que os dirigentes das escolas se sentem comprometidos com a vizinhança, com a comunidade e com as crianças e adolescentes dali, eles buscam a inclusão social e a cidadania dos moradores, entendendo que as práticas esportiva e cultural local, somadas aos direitos sociais básicos como saúde e educação, são fundamentais.

6.1 De relações de vizinhança para gestão de projetos sociais

Ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil, durante a virada do século XIX para o XX a preocupação não estava nos jovens, mas nos negros e na configuração dos espaços urbanos da cidade, como vimos no capítulo três. A preocupação com os jovens no Brasil é relativamente recente. As primeiras ações do poder público com a juventude aparecerão apenas no governo de Getúlio Vargas e terão como ênfase a educação básica pública, o treinamento profissionalizante, além da presença de música e esportes nas escolas, fundamentais para a socialização e construção da disciplina entre estes.

Começam no final da ditadura, os movimentos sociais que visavam reconstruir a cidadania e os direitos sociais do país e é neste momento que emergem as associações de moradores, organizadas para atender as demandas das populações locais assim como as escolas de samba mirins, marcando uma transformação na própria forma de se ver o papel da criança e do adolescente nas escolas de samba⁶⁹. Essa preocupação transforma-se em ação efetiva, com participantes das escolas de samba buscando recursos para manter suas oficinas de samba, percussão, porta-bandeira e mestre-sala, que cresceram muito ao longo dos anos 1980 e 1990.

Foi assim que ao final da década de 1990, em outras pesquisas etnográficas feitas pela equipe do NUPEVI, foi possível detectar alguma mobilização dos moradores para institucionalizar o que já era prática corrente desde a década de 1970: a preocupação com o desemprego, a falta de escolaridade e de perspectiva que acompanhava os jovens locais, o que os tornava “vulneráveis”. Como já foi assinalado por outros autores (SOUTO, 1999; GONÇALVES, 2003, CECCHETTO, 2004), a vulnerabilidade os torna sujeitos a aceitar qualquer trabalho no tráfico local, além de também seduzi-los a outros tipos de crime: roubos e furtos de pessoas, casas e carros, por exemplo.

⁶⁹ Crianças e adolescentes sempre participaram das escolas de samba, mas um olhar específico para a juventude só é possível de ser encontrado a partir da década de 1970/1980, com a emergência de trabalhos sociais organizados por bicheiros e pelas próprias associações de moradores nas quais as escolas de samba estavam inseridas.

Esta conexão era feita por alguns moradores preocupados com a ociosidade entre muitos jovens na época. Na pesquisa, que durou de 1998 a 2002, havia grande preocupação com as agressões físicas e a possibilidade de violência nos bailes *funk*, também chamados “de briga” ou “de corredor” por envolverem galeras que se consideravam “inimigas”⁷⁰. Era mais um motivo para aqueles jovens serem criminalizados e esta era uma preocupação.

Em um determinado momento, chegou-se inclusive a propor cursos e campeonatos de rima e ritmo para que os jovens pudessem expressar a cultura *funk* no bairro estudado. O projeto Riofunk, patrocinado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tinha a orientação de assistentes sociais e agentes comunitários e propunha naquele momento dar voz e espaço aos *funkeiros* locais.

Já para o final da década de 1990, ainda sob efeito de várias discussões sobre o *funk*, alguns dos entrevistados passaram também a investir em cursos profissionalizantes de adereços e fantasias para o carnaval, nos quais os jovens aprendiam um ofício, financiados muitas vezes com o salário dos moradores e da diretoria da associação de moradores. Em algum momento, na tentativa de favorecer a profissionalização e de efetivar um projeto, chegaram a ter verba do Banco Mundial. Além do curso de fantasias e adereços, havia também aulas de percussão de jongo e de samba para os interessados, cujas aulas eram ministradas voluntariamente pelos próprios moradores.

O que estava em jogo naquele momento era a tentativa de se instituir políticas sociais sérias, voltadas à juventude, nas quais houvesse, mesmo que indiretamente, um controle de educadores, pais, responsáveis, vizinhos – adultos – e que oferecessem alguma perspectiva ou profissionalização. Vários exemplos estavam em jogo: os primeiros projetos esportivos, surgidos na favela da Mangueira ainda em meados dos anos 1980 e que se desdobraram para outras favelas, e a fundação e o crescimento do Centro Cultural *Afroreggae* em Vigário Geral em 1993 indicavam que aquele era ‘o caminho certo’. Aliado a isso, havia, ainda na década de 1990, certa euforia das organizações não governamentais, o dólar estava numa paridade

⁷⁰ Em um momento em que o funk foi associado à despolitização da juventude negra e pobre, além de ser vinculado aos arrastões ocorridos na década de 1990, este ritmo passou a ser criminalizado e seus bailes só poderiam acontecer com a autorização da polícia militar solicitada pelas associações de moradores, donos de clubes e equipes de som.

de aproximadamente três reais para um dólar, o que trazia certa segurança para quem tinha parceiros internacionais.

Dito assim, parece simplista, pois tento dar conta de como se pode ter um projeto 'salvador' para as comunidades locais, enquanto estas enfrentam problemas que são globais, já que a preocupação com a ociosidade da juventude e de problemas relacionados a atividades criminosas não é exclusividade brasileira.

De outra maneira, tais problemas também podem ser considerados estruturais em nosso país, fruto da ausência de políticas públicas e da garantia de direitos sociais básicos, além da alienação de muitos dos direitos civis, quando nos referimos a bairros proletários, deteriorados, sejam subúrbios ou favelas.

Em alguns projetos da AP1 e da AP3 a situação naquele momento era a seguinte: o projeto de alegorias e adereços na Serrinha, favela localizada no subúrbio de Madureira, existia enquanto prática comunitária desde 1982, quando a primeira escola de samba mirim foi fundada – a Império do Futuro. Até aquele momento não era pensada nem praticada como um projeto social, com gestores locais, verbas e posteriores prestações de contas.

A tradicional escola de samba da Mangueira, do grupo mais importante do desfile de carnaval, havia iniciado seus projetos um pouco mais tarde, em 1985, mas, ao final da década de 1990, já tinha parcerias invejáveis e atendia várias turmas de jovens e adultos ao longo do mês, sempre com uma ampla variedade de cursos. Conseguiu, ainda naquele período, construir uma Vila Olímpica que funcionava e competia profissionalmente, com parcerias com a Xerox do Brasil, as Organizações Globo e a Petrobrás. A escola de samba da Mangueira se institucionalizou, virou empresa parceira e cidadã nos moldes da responsabilidade social então emergente. Por fim, a Mangueira se tornou um paradigma para tantas outras escolas de samba, como já apontava Gonçalves (2003).

A favela da Serrinha, de onde surgiu a Escola de Samba Império Serrano, viu nascer neste período o Centro Cultural de Jongo da Serrinha (CCJS). Iniciado pelo Mestre Darcy do Jongo, o projeto passou a ser executado por vários de seus parentes, músicos e pesquisadores profissionais, que não pertenciam ao mesmo grupo que havia fundado a escola de samba mirim. Como na Escola de Samba da Mangueira, no CCJS havia espaços que funcionavam como escola e como creche

para os moradores, e ainda escolas de dança e de percussão. Laços comunitários foram restabelecidos, outros foram criados.

Nos projetos desenvolvidos dentro das escolas de samba mirins, uma das questões que mais nos chamam atenção é a ênfase na tradição, ao passado e à história baseados na cultura oral e na transmissão do conhecimento de geração a geração, ou seja, pela socialização.

Isso abre a possibilidade de haver a capacitação profissional ao mesmo tempo em que o estabelecimento do respeito às regras da organização, o respeito mútuo entre as pessoas de diferentes idades e, como consequência, a minimização da violência em determinados espaços. A cultura do samba e suas peculiares organizações em “escolas” representam uma forma de civilizar os moradores das áreas pobres onde elas apareceram (ZALUAR, 1998 e 2004), assim como o esporte e o jogo parlamentar o foram na Inglaterra (ELIAS, 1995). Inicialmente a participação dos mais velhos era feita na base do trabalho voluntário e da reciprocidade.

Ressalto que, antes dos projetos desenvolvidos aparecerem, já existiam situações partilhadas por indivíduos, nas quais tanto a solidariedade quanto a dívida estavam presentes, assim como as relações entre diferentes gerações de sambistas e esportistas, sem nenhum interesse econômico.

Tanto na literatura existente sobre o papel da vizinhança e da comunidade na consolidação do samba carioca (VALENÇA; VALENÇA, 1981; SILVA; OLIVEIRA FILHO, 1981; VASCONCELLOS, 1991) quanto em várias entrevistas realizadas pelos pesquisadores do NUPEVI entre 1998 e 2008, fica claro que na formação dos subúrbios e de algumas favelas criou-se uma espécie de relação familiar extensa, para além dos laços óbvios de consangüinidade. Os amigos, os vizinhos e os parentes formavam uma só grande família, unida fosse pelas atividades profissionais fosse pelo lazer.

Reuniam-se, homens e mulheres, para festas de casamento, batizado, aniversário e, mesmo, velório. Juntos estavam também nas festas religiosas, nas ladainhas, devoções de santos e procissões, assim como nos carnavais, piqueniques ou em qualquer outro evento que consolidasse a amizade e que os entretivesse nos dias de folga. As atividades dos sindicatos profissionais eram comuns e as atividades da própria escola de samba iam desde a escolha do figurino até a montagem da ala para o carnaval, fortalecendo assim os laços de compadrio,

de amizade e de parentesco (ZALUAR, 1998; GONÇALVES, 2003; RIBEIRO, 2003).

Ensinar a tocar algum instrumento musical ou a arte de ser porta-bandeira e mestre-sala e de orientar a bateria da escola de samba, reunir as pessoas para fazerem as fantasias e adereços, tomar conta dos filhos de amigos e vizinhos, explicar matérias quando as crianças estavam em dificuldades escolares, tudo isso fazia – e ainda faz – parte do cotidiano de muitos moradores dos subúrbios e das favelas que estão inseridos em alguma atividade da escola de samba. Como escrevi em texto anterior,

Os conflitos existiam, é claro, mas sempre houve mediadores eficazes entre os moradores mais velhos e aqueles com ascendência religiosa e moral, fossem mães e pais de santo, pastores protestantes, diretores de colégios ou os integrantes mais velhos das escolas de samba (Ribeiro, 2003, p.46)

Muitos dos entrevistados apontaram essa convivência com “os mais velhos” como fundamental para a definição de quem eles seriam no futuro. A dádiva expressa nestas relações é considerada um fenômeno importante ou um princípio base no modelo sociológico. Para Godbout (1998, p.44):

de modo negativo, entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade e não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social.

A dádiva é também uma negação do modelo mercantil, pois o mercado se baseia na liquidação da dívida e a dádiva é a própria dívida. Se a manutenção da dívida é uma característica da dádiva, ela é a negação do modelo mercantil, que busca a equivalência:

[Há] reciprocidade moderna, onde o dom seria baseado na generosidade com estranhos e advindo de um ato gratuito e livre do doador (...) elas não podem ser confundidas com ONGs, pois neste setor não se substituiria o caráter burocrático do intermediário do Estado na redistribuição por outra organização burocrática, também ela necessitando de verbas e realizando o trabalho de redistribuição (ZALUAR, 1996, p.19).

Notamos, em primeiro lugar, que dentro das partilhas, “busca-se romper o isolamento do indivíduo e situá-lo no contexto de suas relações sociais. Isso significa que cada indivíduo possui um sentimento de identidade compartilhada com os outros” (GODBOUT, 1998:43), e, em segundo lugar, que os atores envolvidos nas partilhas, valorizam o prazer na dádiva e negam a obrigação neste ato. Apenas neste sentido a dádiva ganha equivalência: ela é tão importante para quem dá quanto para quem recebe. E até aqui, talvez, a equivalência pretendida pelo mercado seja negada, já que:

Ela [a dádiva] é fundamental para romper o próprio isolamento e sentir a própria identidade. Daí o sentimento de poder, de transformação, de abertura, de vitalidade que invade os doadores, que dizem que recebem mais do que dão, e muitas vezes do próprio ato de dar (GODBOUT, 1998, p. 49).

Esses projetos ou cursos, como os desenvolvidos pelas Escolas de Samba mirins e pelas Escolas de Samba sem tal divisão entre mirim e adulta, trabalham com a perspectiva intergeracional dentro da lógica da dádiva. Sua importância advém da presença de um tráfico de drogas violento e delimitador de territórios que altera todas as relações, não apenas as de convivência dentro da rede, como também na relação dela com o mundo exterior (ZALUAR, 1985, 1997, 2004; ALVITO, 2001, RIBEIRO, 2003). É fato que não se pode mais transitar dentro dos morros e dos espaços da cidade com facilidade e entre os morros e esses espaços com segurança, o que afeta diretamente a vida social e cultural.

Pude constatar a interferência do tráfico de drogas na vida dos moradores várias vezes durante as pesquisas de campo: cancelamentos de ensaios e atividades das escolas de samba, mudanças de horários de funcionamento, enfim, alteração da rotina de lazer e trabalho dos integrantes das agremiações.

Alguns diretores e (ex) presidentes de escolas de samba foram enfáticos em afirmar a necessidade de se estabelecer parcerias com os governos e com as empresas, estas dentro da rubrica da responsabilidade social, falando mesmo da necessidade de se converterem em empresas para se tornarem elegíveis ao recebimento de verbas e, portanto, ao desenvolvimento de projetos que revertissem para a sua comunidade e vizinhança.

6.2 Escolas de samba e os novos associativismos

É nesse sentido que percebemos uma mudança do propósito das atividades e da natureza da reciprocidade entre os membros das escolas de samba. Se antes havia a sociabilidade, no sentido que Simmel demonstra, e a reciprocidade tradicional tal como definida por Godbout – pura, sem interesses imediatos ou grandes problemas estruturais, mas restrita aos círculos de conhecidos de longa data –, hoje essa circulação ganha um novo significado, abrangendo também os desconhecidos. A escola de samba modernizou-se quanto à sociabilidade e à

reciprocidade.

Maria Alice Rezende Gonçalves afirma que:

As escolas de samba podem ser entendidas como associações que inicialmente se restringiam a relações primárias, envolvendo pessoas que se conheciam entre si. Ao longo do tempo tornaram-se associações formadoras de redes sociais que incorporam estranhos, cujo objetivo final seria a distribuição de bens baseada em critérios amplos de justiça, ou seja, critérios que vão mais além dos locais, característicos das associações onde predominam os laços de amizade, vizinhança e parentesco (GONÇALVES, 2003, p.25).

Nossas escolas de samba estão mais conscientes dessa transformação; cada vez mais o sentido da socialização se apresenta. Se antes se contava com a confraternização espontânea e a sempre difícil união dos moradores, hoje, boa parte do convívio e cooperação passa pela criação de projetos sociais e culturais. Estes, por sua vez, não apenas dariam conta de manter e divulgar a história da escola de samba, legitimando o papel de pólo cultural de algumas comunidades (e de alguns bairros) no Rio de Janeiro, mas também orientariam os jovens pobres na direção de alternativas que impediriam ou reverteriam a entrada deles para os quadros do tráfico de drogas, trabalhando assim na perspectiva da prevenção.

Alguns valores ainda prevalecem e a própria existência do samba, apesar de todos os conflitos e tensões que permeiam suas relações, demonstra bem a dualidade do conflito. Mesmo com todas as críticas que se possa fazer ao espírito mercantil e ao espetáculo mediático aos quais as escolas de samba teriam aderido, mesmo que haja críticas aos projetos relacionados e uma tensão entre o que é tradição e o que é inovação, a dedicação e a solidariedade que transparecem no trabalho (por vezes ainda voluntário) de alguns sambistas e no amor que eles manifestam pela sua arte e cultura, reforçam essa impressão. É o que já se nota na retomada das escolas de samba pelos seus componentes, no novo prestígio das velhas guardas, na recuperação das raízes afro-brasileiras da cultura local e no trabalho de prevenção e tratamento da violência entre os jovens realizados formal e informalmente nas escolas de samba.

Como dito anteriormente, nas entrevistas sobre o samba no Rio de Janeiro e as escolas mirins, ouvimos falar da importância das mulheres, e do papel que as trocas intergeracionais desempenham ao longo de suas trajetórias, ou seja, a importância que os mais velhos têm na vida cultural e social dos locais e das organizações vicinais que fundaram, muitas das quais, especialmente as escolas de samba, já não são apenas vicinais. Esses profissionais de uma geração anterior são compositores, integrantes das velhas-guardas e dos departamentos sociais,

intérpretes, destaques, porta-bandeiras e mestres-salas e administradores das escolas de samba, entre estes quatro atuais presidentes.

Quase todos os entrevistados eram da classe popular e enfatizaram a importância da convivência com os mais velhos – alguns considerados mestres, mas chamados de tios e tias -- nos espaços familiares, de trabalho e de lazer, ressaltando a importância da memória e o fato de terem aprendido seus ofícios, tanto no mundo do trabalho, quanto no samba, a partir de uma tradição transmitida por meio da história oral.

A importância desses moradores mais velhos (ou membros de associações mais antigas) para os entrevistados também transpareceu nas relações de parentesco simbólicas, na qual aqueles eram vistos como os que cuidavam da educação, fazendo ou não parte da família biológica, sem obrigações formais, dando conselhos, orientando para o estudo, encaminhando os mais jovens para longe de atos violentos⁷¹.

Entre os entrevistados jovens, encontramos muitos meninos e meninas que iniciam hoje uma carreira na música, na dança e continuam seus estudos, sob a orientação dos mais velhos – não é raro escutarmos que “fulano é meu padrinho” ou “minha madrinha”, no sentido de força ou ajuda na carreira.

Alguns dos moradores mais velhos de um bairro – aqueles eu se engajariam na construção da eficácia coletiva e da cultura cívica - apresentam uma face do princípio moderno da reciprocidade. Ampliam os laços para além da família, orientando jovens que estão em um momento de *fragilidade* e *vulnerabilidade* própria da idade, investindo na preservação da memória de seu grupo social, da mesma maneira que evitam a perda de seus papéis sociais e o antigo isolamento da esfera social, à medida que envelhecem.

Assim, é possível entender que, antes mesmo da existência de projetos culturais e sociais, já existia a preocupação de lideranças comunitárias em passar adiante a tradição do samba. Bem mais do que isso, existia também a preocupação de cuidar para que no cotidiano os fundadores ou *baluartes* fossem reconhecidos por sua autoridade e prestígio social.

6.3 Prevenção da violência a partir dos velhos associativismos

⁷¹ A armadilha que não podemos cair é considerar que todos os membros mais velhos de uma associação ou vizinhos mais antigos estejam dispostos a compartilhar, caso haja, seus saberes com os mais novos.

Por conta da importância dos laços sociais fundadas no seu interior, as escolas de samba do Rio de Janeiro sempre cederam seus espaços físicos às atividades organizadas pelas suas vizinhanças e comunidade. Mesmo na ausência de projetos sociais, sempre houve, na maioria dos casos, a possibilidade de se utilizar as quadras das escolas de samba para festas, missas, bingos, assim como no dia a dia as mesmas são utilizadas como espaços para cursos, tais como os de dança de salão, samba, percussão, artesanato, cestaria, entre outros.

Pensando nesta perspectiva, quando iniciei o trabalho de campo em fevereiro de 2007 visitei as quadras e procurando fazer contato com os responsáveis por setores das escolas que considerávamos fundamentais para a manutenção da sociabilidade da vizinhança e que tivesse uma maior proximidade com as mesmas. Entender o funcionamento e a importância de alas como a das baianas, bateria e ala da comunidade se fazia necessário para perceber a dinâmica comunitária e vicinal dentro das escolas de samba.

No início utilizei alguns contatos que já tínhamos da pesquisa do samba, pedindo que estes indicassem outras pessoas que se encaixassem no perfil que tinha em mente, incluindo ainda lideranças das escolas de samba mais antigas do Rio de Janeiro, as escolas de samba mirins e praticantes de cultos afro-brasileiros. Foi assim que entrevistei presidentes de três alas das baianas, integrantes das velhas-guardas, baluartes, presidentes de escola e mestres de baterias. Das conversas e entrevistas com estas pessoas, as indicações sempre recaíam em uma questão – *“se você quer pensar na prevenção à violência, é melhor procurar quem trabalhe diretamente com os jovens e as crianças dentro da escola de samba”*.

A presidente da ala das baianas da Mocidade Independente, tia Nilda, indicou que eu procurasse a esposa do presidente, que era a idealizadora dos projetos sociais relacionados à Estrelinha da Mocidade (da escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel). Um entrevistado da Portela me deu o telefone de Osdir, filho de Natal da Portela e presidente da “Escola de Samba Filhos da Águia” (escola de samba mirim da Portela)⁷². Alguns alunos me deram contatos: um era irmão de um diretor do Salgueiro, e a outra, neta de uma baiana antiga do Império. A então vice-presidente da Mangueira - Chininha - me indicou à sua irmã, Cici, da

⁷² Osdir, posteriormente, me deu uma longa entrevista sobre seu pai e por que preferia trabalhar na escola mirim e não na escola mãe.

“Mangueira do Amanhã”. Utilizei vários outros contatos de pessoas que conhecia desde a época da dissertação de mestrado.

Foi-se construindo assim, ao longo de 2007, até o início de 2008, uma rede de entrevistados que estavam espalhados por toda cidade do Rio de Janeiro e pensavam isoladamente, sua participação e importância nas escolas de samba e nas escolas de samba mirins.

Em um primeiro balanço que fiz das entrevistas realizadas, percebi também que, de uma forma ou de outra, havia travado contato com integrantes do Salgueiro, Mangueira, Mocidade Independente, Portela e Império Serrano. Este acaso por um lado foi bom: são escolas antigas e que mantêm vínculos com suas comunidades. Mangueira, Salgueiro e Mocidade têm escolas de samba mirins e vilas olímpicas e naquele momento era importante perceber o grau da relação estabelecida entre os mais velhos e mais jovens, os participantes mais antigos e os mais novos, e como estas redes foram estabelecidas.

Portela e Império Serrano são escolas que mantêm a proximidade com as suas vizinhanças e com o público amante de samba da cidade do Rio de Janeiro, promovendo rodas de samba e feijoadas, por exemplo. Ambas tinham projetos sociais nas suas dependências e participam com suas escolas mirins no carnaval carioca.

Mas na medida em que os dados da pesquisa de vitimização ficaram mais consolidados e percebemos que o paradoxo da sociabilidade sociável, vontade de mudar, estreita relação de confiança nas vizinhanças estava no subúrbio, começou a ficar mais claro como os dados etnográficos dialogavam com os dados quantitativos para responder estas questões.

As escolas ficam em diferentes áreas de planejamento. O Salgueiro está na AP2.2. A Mangueira na AP1. A Mocidade Independente de Padre Miguel AP5.1. Embora todas próximas dos subúrbios, as únicas que se localizavam em um subúrbio (Madureira) eram a Portela e o Império Serrano, escolas que eu conhecia literalmente de outros carnavais.

Neste meio tempo, já tinha conversado com Osnir algumas vezes pelo telefone, que insistia que eu comparecesse a uma reunião na sede da AESM-Rio, Associação das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro, e que se localizava no Estácio. Estranhei e disse que tinha conversado com Paulo Alves meses antes e

que a sede era no Lins. Ele me explicou que havia mudado a presidência e a sede da associação⁷³ e que valia a pena a visita.

A entrevista com Paulo, meses antes, tinha sido ótima, mas ficou 'no vamos fazer contato e você visita nossos projetos'. Como, após inúmeros contatos, não tinha rolado visitar os projetos, tinha achado melhor investir em outros entrevistados.

E Osnir agora insistia na minha visita à AESM-Rio. Eu não conhecia Osnir pessoalmente e fui, numa terça-feira à noite, à reunião mensal. Era agosto de 2007, cheguei por volta das 19h e fiquei sem graça de subir, pois a reunião já tinha começado. Fiquei uns vinte minutos assistindo a aula de dança de salão na quadra e quando foi quase 20h, Osnir me ligou, desceu e veio me buscar. A sede da AESM-Rio funcionava naquele momento no segundo andar da sede antiga da escola de samba Estácio de Sá, bem na entrada do morro do São Carlos.

Quando entrei na sala, várias caras conhecidas: da Mangueira, do Salgueiro, do Império. Alguns sabiam quem eu era, outros não. O presidente da AESM-Rio naquele momento, Marinho, deixou, ao final da reunião, que eu me apresentasse e explicasse a pesquisa. Enquanto as pessoas se despediam, começaram a conversar comigo, oferecendo cartões e pegando meu telefone para marcar entrevistas.

Final feliz? Longe disso. Na vida real, os presidentes das escolas de samba mirins e seus diretores não vivem de carnaval. Pelo contrário, alguns trabalham em até dois empregos para dar conta das suas responsabilidades familiares e atribuições sociais nas escolas, muitas vezes colocando dinheiro do próprio bolso. Somado a isso, agosto, para quem faz carnaval é véspera de desfile, e muitos não tinham tempo de me atender. Naquele momento eu estava na seguinte situação: metade dos presidentes e vice-presidentes das escolas mirins havia sido entrevistada e a outra metade não conseguiria dar entrevista antes do carnaval do ano seguinte.

Ficou claro que, naquela altura, o melhor mesmo era investir não apenas em uma escola de samba mirim do subúrbio, já que todas guardavam muitas diferenças na forma de fazer carnaval e na habilidade em construir pontes (*bridging*) com

⁷³ A sede da AESM-Rio acompanha as eleições na associação. Tivemos até agora quatro presidentes: Sérgio Murilo, fundador da AESM-Rio, e nesse momento a sede era na Golfinhos da Guanabara, escola que Sérgio presidira. Paulo Alves, da Miúda do Cabuçu levou a sede para a Mangueira do Amanhã, espaço cedido por Dona Cici, a presidente da escola. Edison Marinho, o terceiro presidente, leva a sede para a Estácio de Sá, escola a qual ele é componente. A partir de agosto de 2009, a sede volta para a Mangueira do Amanhã, com Dona Cici eleita presidente da AESM-Rio.

outras associações. A perspectiva de acompanhar as atividades desenvolvidas pela AESM-Rio era atraente por que reunia todas as escolas de samba do Rio de Janeiro e possibilitava o acompanhamento dos projetos negociados e gerenciados pela AESM-Rio enquanto associação.

Ao invés de mergulhar em uma escola de samba mirim e perceber os conflitos internos e as negociações que uma escola de samba mirim precisa fazer para construir seu desfile tendo por componentes apenas crianças e adolescentes, o que também teria sido rico como trabalho etnográfico, a AESM-Rio proporcionava uma visão mais ampla de políticas sociais e projetos de responsabilidade social focados na juventude, a dinâmica de negociação com o governo municipal e diálogo com as escolas de samba mirins localizadas no subúrbio.

Os entrevistados com quem eu tinha conversado até este momento demonstravam um profundo comprometimento com as crianças e jovens das suas comunidades. Os presidentes e diretores das escolas de samba mirins mantinham uma próxima relação de vizinhança com os componentes das escolas. Tinham crescido com os pais ou avós daqueles jovens que estavam sob sua responsabilidade. Levavam seus filhos e netos para a escola de samba mirim. Joel, da “Nova Geração do Estácio” tinha uma filha porta-bandeira. A família de dona Neuma, da Mangueira, estava dividida entre a participação na escola de samba mãe e na escola de samba mirim. Torresmo, da “Infantes do Lins”, levava seus filhos para as festas enquanto outros passaram a participar das escolas de samba mirim apenas para tomar conta de seus parentes.

Quando o foco desses projetos sociais é o desenvolvimento comunitário, como é o caso das escolas de samba mirins, muitas vezes a articulação com a escola é realizada por agentes locais, pessoas que cresceram nas vizinhanças, conhecem e são amigos dos pais daqueles jovens inseridos no projeto e que, ao longo do trabalho, acabam por se comprometer mais na escola e na vizinhança, além de buscar alguma capacitação profissional.

Essa perspectiva familiar e vicinal ao mesmo tempo, trazendo a dimensão do privado e do paroquial nas relações funciona naqueles espaços e pela fala dos entrevistados complementa a formação dos seus jovens.

6.4 Projetos sociais nas escolas de samba

Os projetos sociais, esportivos e culturais que tenho acompanhado nos últimos anos são direcionados principalmente às crianças e aos jovens moradores de morros, favelas, subúrbios deteriorados e comunidades carentes, locais, enfim, com pouca infra-estrutura, serviços precários e com pouca presença de equipamentos culturais⁷⁴. Esses projetos podem ter diversos interlocutores ou podem estar inseridos em um processo de prevenção e promoção que dialogue com organizações não governamentais (ONGs) e associações comunitárias ou que seja organizado por elas.

Tais projetos funcionam em parceria ou com o auxílio dos governos federal, estadual e municipal ou estão inseridos em um projeto de responsabilidade social bancado pela iniciativa privada. No entanto, não estou trabalhando diretamente com projetos mantidos por instituições públicas em minhas avaliações.

Mesmo que hoje exista uma perspectiva mais empresarial nas escolas de samba e haja críticas severas sobre a forma como elas perderam sua ligação com a comunidade priorizando o lucro e o turismo, ainda temos uma ligação que é própria da comunidade que se forma e se modifica a todo o momento.

Divididas em presidência, vice-presidência, diretorias e alas, dentro das escolas de samba ainda se guarda outra dinâmica: a de que algumas alas dialogam mais com a vizinhança do que outras e mantém uma perspectiva mais comunitária. Elas fazem parte de diversas redes: a da vizinhança de um determinado bairro, da comunidade de samba que envolve a sua escola do coração, a da comunidade do samba como um todo, preocupada com a preparação do carnaval. Dentro das alas se vive uma perspectiva própria, que está diretamente ligada aos próprios anseios e destinos da escola de samba. Existem também as associações, que abrangerão dentro delas o conjunto de todas as alas das escolas de samba: temos associações de baianas, bateria, velhas-guardas (GONÇALVES, 2003). Isso proporciona a

⁷⁴ Com relação aos equipamentos culturais, a distribuição dentro da cidade não é equânime, visto que as áreas de planejamento mais populosas e com maior densidade demográfica são as que menos têm equipamentos culturais. Por equipamentos culturais entendemos museus, bibliotecas populares e especializadas, escolas e sociedades musicais, espaços e centros culturais, galerias de arte, teatros e salas de espetáculo. Por razões metodológicas, a prefeitura opta, em 2008, não inserir cinemas e bens tombados. Em 2004, a AP3 tinha 38 equipamentos culturais, contra os 185 na AP1 e 239 na AP2. A AP4 tinha 31 equipamentos culturais e a AP 5 15. Em 2008 a AP3 tinham 42 equipamentos culturais, contra os 186 na AP1 e 235 na AP2. A AP4 tinha 31

convivência dentro de sua própria ala e em espaços sociais com pessoas que têm experiências culturais semelhantes às suas⁷⁵.

O associativismo no Brasil mudou de face e temos hoje convivendo nas mesmas redes, antigas associações comunitárias, organizações não governamentais, organizações governamentais e empresas. As próprias escolas de samba assumiram um caráter empresarial, embora mantenham as raízes comunitárias. Nelas trabalham voluntários, funcionários e trabalhadores autônomos, numa mistura de situações de trabalho que provocam tensões. Cada uma delas assume papéis distintos na (re) construção da cidadania e na implantação de políticas sociais.

Tudo isso se passa no novo contexto internacional da globalização da economia, da cultura e do enfraquecimento do Estado. Novas formas de políticas locais, com parcerias entre o não governamental, o empresarial e o estatal tornaram-se corriqueiras. Mas o crime organizado, também globalizado, se expandiu, criando desafios para as áreas de saúde, educação, trabalho e segurança pública. É nesse contexto ainda não consolidado, cheio de possibilidades e indagações, que a cultura, e, principalmente, a cultura do associativismo se modifica. A “comunidade” ou a vizinhança solidária é desnaturalizada, mas não completamente destruída. O que vai acontecer com a cultura local, principalmente com as atividades recreativas do esporte e da música que se tornaram parte da nova indústria do entretenimento, abre novas perspectivas e apresentam novos problemas.

Nos subúrbios do Rio e em muitas favelas, essa construção demonstra a busca por segurança presente no estreitamento dos laços sociais que constituem as muitas redes de solidariedade neles existentes.

Fica, pois, o paradoxo. No Rio de Janeiro, um dos principais problemas que os moradores enfrentam, principalmente os das classes populares dos subúrbios e favelas, é a vulnerabilidade ou risco de morte prematura existente no espaço urbano em que vivem. A violência de traficantes de drogas, de policiais e, mais

equipamentos culturais e a AP 5, com 19. Fonte: Equipamentos Culturais, segundo as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas - Município do Rio de Janeiro – 2004 e 2008, Armazém de Dados

⁷⁵ Podemos pensar nas associações das velhas-guardas, das baianas e dos departamentos femininos, por exemplo, em espaços simbólicos trazidos pelas escolas de samba para se pensar em uma vivência e uma troca geracional ou até mesmo intergeracional. Nas alas das baianas, por exemplo, encontramos jovens mulheres com 18, 19 anos, que escolheram ser baianas e convivem com outras mulheres que têm 30, 40 anos de idade e mais de 60 de idade.

recentemente, de milicianos, acompanha a ausência de preparação escolar e profissional para o trabalho e as dificuldades variadas de inserção profissional.

6.5 Escolas de Samba Mirins

Ao começar a ler as entrevistas antigas realizadas para a dissertação do mestrado que defendi em 2003 e as novas entrevistas feitas agora para a tese de doutorado entre 2007 e 2008, percebi alguns detalhes: a fala dos entrevistados referida aos jovens das vizinhanças pobres e a necessidade de prevenção à violência eram muito próximas. Em segundo lugar, escolas mais antigas, como Império Serrano e Mangueira tinham escolas mirins desde a década de 1980. Estas foram fundadas por iniciativa de integrantes das escolas mães, preocupados com as crianças das comunidades.

Temos hoje dezoito (18) escolas de samba mirins e a maioria está ligada a uma escola mãe (14), onde encontramos a maior concentração no grupo especial (8). Das dezoito escolas mirins, apenas duas não são do município do Rio de Janeiro, como veremos nas tabelas a seguir.

Lista de escolas participantes do carnaval 2010 e a relação dessas escolas com as escolas mirins⁷⁶.

Tabela 1 – Escolas de Samba do estado do Rio de Janeiro participantes do carnaval 2010 e a relação dessas escolas com as escolas mirins – Grupo Especial (LIESA)

Grupo Especial (LIESA) <i>Desfilam domingo e segunda-feira de carnaval no sambódromo</i>	Escola mirim?
• União da Ilha do Governador	----
• Imperatriz Leopoldinense	----
• Unidos da Tijuca	Sim
• Unidos do Viradouro (Niterói)	Sim
• Acadêmicos do Salgueiro	Sim
• Beija-Flor (Nilópolis)	----
• Mocidade Independente de Padre Miguel	Sim
• Unidos do Porto da Pedra (São Gonçalo)	----
• Portela	Sim
• Acadêmicos do Grande Rio (Duque de Caxias)	Sim
• Unidos de Vila Isabel	Sim
• Estação Primeira de Mangueira	Sim

Fonte: Wikipédia. A autora, 2010.

⁷⁶ http://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_de_aceso_A#Grupo_de_Acesso_.28LIESA.29. Acesso em 8 de julho de 2009. Existem ainda mais dois grupos: Grupo Rio de Janeiro 3 e Grupo Rio de Janeiro 4, ambos sem escolas mirins nos seus quadros. As outras escolas mirins que desfilam, mas que não têm ligações com escolas mães: Corações Unidos do CIEP, Mel do Futuro, Petizes da Penha e Golfinhos da Guanabara.

Tabela 2 – Escolas de Samba do estado do Rio de Janeiro participantes do carnaval 2010 e a relação dessas escolas com as escolas mirins – Grupo de Acesso (LESGA)

Grupo de Acesso (LESGA)	Escola mirim?
Desfilam sábado de carnaval no sambódromo	
• Unidos de Padre Miguel	----
• Império Serrano	Sim
• Império da Tijuca	----
• Paraíso do Tuiuti	----
• Inocentes de Belford Roxo	----
• Renascer de Jacarepaguá	----
• Caprichosos de Pilares	Sim
• São Clemente	----
• Acadêmicos de Santa Cruz	----
• Acadêmicos da Rocinha	----
• Estácio de Sá	Sim

Fonte: Wikipédia. A autora, 2010.

Grupos 1, 2, 3 e 4.

Competência – Escolas de samba do município do Rio de Janeiro

Tabela 3 – Escolas de Samba do município do Rio de Janeiro participantes do carnaval 2010 e a relação dessas escolas com as escolas mirins – Grupo Rio de Janeiro 1 (AESCRJ)

Grupo Rio de Janeiro 1 (AESCRJ)	Escola mirim?
Desfilam terça-feira de carnaval no sambódromo	
• Mocidade de Vicente de Carvalho	----
• Flor da Mina	----
• Arranco	----
• União de Jacarepaguá	----
• Tradição	----
• União do Parque Curicica	----
• Boi da Ilha do Governador	----
• Sereno de Campo Grande	----
• Alegria da Zona Sul	----
• Acadêmicos do Sossego (Niterói)	----
• Lins Imperial	Sim
• Unidos do Jacarezinho	----

Fonte: Wikipédia. A autora, 2010.

Tabela 4 – Escolas de Samba do município do Rio de Janeiro participantes do carnaval 2010 e a relação dessas escolas com as escolas mirins – Grupo Rio de Janeiro 2

Grupo Rio de Janeiro 2	Escola mirim?
Desfilam domingo de carnaval na Estrada Intendente Magalhães-Campinho	
• Acadêmicos do Dendê	----
• Arrastão de Cascadura	----
• Acadêmicos da Abolição	----
• Unidos de Manguinhos	----
• Díficil é o Nome	----
• Vizinha Faladeira	----
• Unidos do Cabuçu	Sim
• Unidos da Ponte (São João de Meriti)	----
• Acadêmicos do Engenho da Rainha	----
• Unidos de Vila Santa Teresa	----
• Unidos da Vila Kennedy	Sim
• Independente de São João de Meriti	----
• Corações Unidos do Amarelinho	----
• Unidos de Cosmos	----

Fonte: Wikipédia. A autora, 2010.

Como dissemos anteriormente, a relação das escolas mirins com as escolas-mãe vai depender das questões políticas internas às próprias escolas, os recursos gerados e os disponíveis para a confecção do carnaval, isto é, se as escolas-mãe contribuem ou não para a confecção do carnaval das escolas mirins. As escolas de samba mirins, não competem entre si e estão organizadas em duas associações, recebendo da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro uma ajuda de custo igual para todas, para que, de forma igualitária, consigam montar seus carnavais. A criação de um desfile de escolas de samba mirins e a necessidade de se criar em um primeiro momento uma liga própria, e, posteriormente, uma associação que agregasse essas escolas, organizadas em torno da ideia de projetos sociais como desenvolvimento local.

O pulo do gato, com relação ao discurso de escolas de samba mirins como recursos pedagógicos de prevenção à saúde e a violência deveria estar na constituição da AESM-Rio e nas relações políticas que ela estabelece para implantar seus projetos sociais, como veremos no último capítulo.

7 O FUTURO DO SAMBISTA E O SAMBISTA DO FUTURO: AASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS DE SAMBA MIRINS DO RIO DE JANEIRO (AESM-RIO)

Sorria mais criança pra não sofrer
 Eu vi você, criança, no alvorecer
 O sol se abrindo aos encantos de uma flor
 Realizado o sonho... de um grande amor
 [Eu embalei... eu embalei
 Nos braços meus criança... eu embalei]
 E aprenda lutar pela vida pra se prevenir
 Conheça todas as maldades pra não se iludir
 Espalhe amor por onde for
 Quem sabe amar destrói a dor
 Seja todo seu viver
 Um mundo cheio de prazer
 Espalhe amor por onde for
 Quem sabe amar destrói a dor
 Seja todo seu viver
 Um mundo cheio de prazer

Sorriso de Criança, de Dona Ivone Lara & Délcio Carvalho

Uma recorrência nas escolas de samba é a participação, conjunta, de pais e filhos na construção e na participação do carnaval. Se nem sempre esse fato foi uma regra escrita, muitas vezes a convivência na mesma vizinhança ou a aproximação com a escola se davam de uma maneira lúdica.

Guezinha, filha de dona Neuma da Mangueira, disse em entrevista a um jornal carioca, que o que mais a aproximou do samba foi passar a limpo as composições de Cartola, já que o mesmo tinha péssima caligrafia.

Sua irmã, Chininha, perguntada como passou a freqüentar a escola de samba, respondeu:

Desde que começam a andar ai os pais já levam, não é? É que nem Igreja, Centro Espírita, essas coisas. Normalmente os pais já levam os filhos desde pequenininhos a freqüentar o ambiente deles. E isso era o que a minha mãe fazia, me levava pro samba. Então nós já fomos habituadas desde pequenas dentro da Mangueira.

Celso, em entrevista ao NUPEVI, disse que ajudar a mãe no bar da família, também na Mangueira, contribuiu para que cedo ele entrasse na escola de samba. Camunguelo aprendeu a amar a Portela com o tio, já que os pais e a avó eram protestantes. Wilma (porta-bandeira) era levada, aos sete anos, pela mãe que era baiana da escola para dançar na União de Vaz Lobo.

Recentemente, em uma festa na Escola de Samba Mirim Infantes do Lins, conversando com a mãe da porta-bandeira mirim perguntei se ela se importava de levar filha para representar a escola nas diversas ocasiões sociais que isso

precisava ser feito: A resposta –“*minha filha, eu sou mulher de samba, a menina nasceu sambando.*”

Estas pequenas histórias são importantes, assim como outras ouvidas no projeto *Noções de Masculinidade, Nação e Cidade no Samba Carioca*. De que foi importante crescer ouvindo samba, vivenciando a cultura, freqüentando as quadras das escolas.

Em minha pesquisa do mestrado, uma das questões mais recorrentes na fala dos entrevistados era se o jongo e o samba eram coisas de criança e se fossem, como se daria a socialização. Era uma fala e preocupação daqueles que tinham vivenciado o samba sem nunca terem sido chamados para participar da organização da escola. São estes mesmos grupos que se organizarão, ao longo da década de 1980, em novos espaços de atuação – as escolas de samba mirins e os grupos de jongo e caxambu.

Se não estimulada, a presença das crianças sempre foi tolerada. Eles participavam das atividades cotidianas da escola e inseriam-se nelas cedo, sem que houvesse algum mecanismo formal para que isso acontecesse. Fugir para assistir os desfiles, cuidar dos instrumentos da bateria, acompanhar os pais, dançar como passistas, a presença de crianças e jovens sempre foi uma constante na história das escolas de samba.

7.1 Império Serrano & Mangueira

Mãe de cinco filhos biológicos e de dezenas de filhos de criação, dona Neuma, filha de Saturnino Gonçalves, da Mangueira, fundou, na década de 1960, duas alas que ela julgava prioritárias. Com a reunião das crianças e das senhoras que saíam dispersas na escola, foram criadas a ala das crianças e a ala das baianas.

A ala das baianas hoje é sinônimo de tradição no carnaval e é um dos quesitos mais importantes na competição das escolas de todos os grupos. Faz parte dos premiados do Estandarte de ouro⁷⁷ desde 1985 e tem como suas principais componentes antigas integrantes das escolas. Hoje, nesta ala podem fazer parte

⁷⁷ Prêmio oferecido pelo Jornal O Globo desde 1972 aos melhores das escolas de samba.

mulheres de 17 ou 18 anos (mais raras de serem encontradas) até os 80 anos, dependendo das regras da escola.

A ala das crianças, também criada na década de 1960, participou, entre os anos de 1985 e 1992 do estandarte de ouro. No início sua presença nos desfiles não era obrigatória, porém passou a ser com a criação da Passarela do Samba, em 1984. Seu auge, de fato, foi na década de 1980, momento em que as escolas começaram a perceber o potencial das crianças e a necessidade de fazer frente às transformações estéticas e mercadológicas do carnaval investindo na transmissão da cultura oral.

Também no início da década de 1980, no morro da Serrinha, a família Cardoso dos Santos começava a se organizar como escola de mirim. Arandir Cardoso, o Careca, até hoje a frente do Império do Futuro, dava aulas de Folclore no Colégio Estadual Carmela Dutra, na década de 1970, voltado para a formação de professores. Ali permaneceu durante aproximadamente 12 anos dando aulas gratuitas que tratavam da evolução do samba, voltada principalmente para o jongo o samba-enredo e a bossa-nova.

Naquele mesmo período, alguns moradores antigos do morro da Serrinha, onde morava a família de Careca, foram morrendo e com eles a tradição do jongo. Darcy (Mestre Darcy do Jongo), amigo da família, não era ligado ao jongo, mas sim à Orquestra Brasileira de Pandeiros. Darcy, para não deixar o jongo morrer, já que era filho da vovó Maria Joana, antiga mãe de santo umbandista do morro, chamou a família Cardoso dos Santos para gravar um disco de jongo (Gandra, 1996; Ribeiro, 2003).

Segundo Careca, “não deu em nada, mas ficou o registro. Depois de anos, a família saiu do grupo e fundou a GRESC Império do Futuro.”⁷⁸ A fundação do Império do Futuro, baseada nas necessidades dos jovens da vizinhança se tornou um marco.

Considerando que a Escola de samba mirim Império do Futuro como uma inovação na tradição, foi fundada em 1983, por ela já passaram vários ritmistas que agora se apresentam em shows e que estão na escola de samba Império Serrano. Como escola de samba mirim, o Império do Futuro era e ainda é gerido em grande

⁷⁸ Depoimento de Arandir Cardoso dos Santos ao Museu da Imagem e do Som, em 27/08/1999.

parte por recursos familiares e com os recursos da secretaria de cultura da PCRJ, repassados das associações das escolas de samba mirim na época do carnaval.

Logo no ano de seu surgimento, a família, muito ligada ao meio cultural da cidade do Rio de Janeiro participou de um programa para a Rede Globo. Tem criança no samba foi veiculado em 1984 e contou com a participação dos moradores e sambistas nascidos no morro da Serrinha, principalmente os participantes da recém-fundada escola mirim. Dirigido por Augusto César Vannucci, o especial virou trilha sonora com a participação de diversos artistas como Matinho da Vila, Nei Lopes, João Nogueira, Alcione e os imperianos Dona Ivone Lara e Roberto Ribeiro. Washington da Serrinha, compositor de uma das músicas do disco, assim dá seu depoimento na contracapa do disco:

Eu era um garoto que assaltava as donas-de-casa no supermercado. Um garoto, como muitos outros garotos que nascem no morro, onde falta tudo. O Grupo, fundado para amparar os meninos da Serrinha, impediu que eu e alguns colegas meus nos tornássemos futuros bandidos. A escola-mirim Império do Futuro foi a nossa salvação.

Segundo Valdemir dos Santos Lino,

o Império do Futuro desenvolve um trabalho sério na comunidade, voltado para crianças e adolescentes do bairro, hoje está muito preocupado com o cenário da infância brasileira e de toda sua problemática: prostituição infantil, exploração dessa mão-de-obra, falta de bom atendimento hospitalar, crianças de rua, evasão escolar e aliciamento de menores pelo tráfico de drogas (LINO, 2001).

A preocupação de Valdemir dos Santos, o Priminho, é justificada. Nascido na Serrinha, sobrinho de Careca, fundou com outros membros da família Cardoso a primeira escola de samba mirim da qual se tem notícia. Por isso pôde presenciar parte das transformações pelas quais o samba e o jongo passaram nos últimos trinta anos, sendo, juntamente com sua família, personagem de destaque nesse processo.

A família Cardoso dos Santos é importante por que estão no morro da Serrinha desde o início do século XX, tendo acompanhado, por gerações, todas as transformações no subúrbio e na cultura do samba. Ora se reconheciam como moradores de favela, ora se reconheciam como moradores do subúrbio. Suas demandas sociais e políticas são reconhecidas no lugar onde moram e fazem parte, assim como outras famílias do samba e do jongo, da história de Madureira. Sempre funcionaram como família extensa, onde filhos e primos, biológicos e de santo,

vizinhos que viram parentes⁷⁹ - a ajuda mútua é uma prática de toda a família. O compromisso comunitário se faz presente de forma constante e acompanha toda a discussão da emergência de ONGs, da instituição de projetos sociais e da importância de capacitação comunitária.

Ao trabalharmos com outras escolas de samba mirins, percebemos que a preocupação com os jovens na década de 1980 e a implantação de trabalhos sociais, assistencialistas ou filantrópicos nas escolas de samba viraram regra.

Se o Império do Futuro, fundada em 1983, foi a pioneira das escolas mirins, outras a seguiram, porém não tiveram continuidade imediata. Alegria da Passarela, fundada pela Escola de Samba do Salgueiro também em 1983, e Império das Princesas Negras (ligada à Escola de Samba Lins Imperial), fundada em 1984, não tiveram a mesma visibilidade que a primeira. Alegria da Passarela, de onde saiu o compositor Dudu Nobre e sua irmã, a porta-bandeira Lucinha Nobre, não teve uma continuidade nos desfiles organizados anualmente. Império das Princesas Negras, por sua vez, fez um único desfile em dezembro de 1984, portanto fora do carnaval.

Qual seria, então, a próxima escola de samba mirim a ser fundada? Mangueira do Amanhã. Com a Vila Olímpica acontecendo desde 1984, sempre com atividades condicionadas à matrícula na rede escolar, um grupo formado pela cantora Alcione, Dona Zica, Tia Jô, Dona Neuma, Delegado, entre outros, acaba por fundar, em 1987, a escola de samba mirim.

Seu objetivo era comportar mais crianças que as atendidas na ala específica para elas. A cada ano a ala das crianças só poderia integrar de 50 a 100 meninos e meninas e a fundação da escola de samba mirim, integrada com as atividades do colégio e da Vila olímpica, resolveria em grande parte o problema das crianças da Mangueira. Perguntada sobre qual o papel sua mãe, Dona Neuma, teve na comunidade e na vizinhança, Chininha respondeu:

Minha mãe teve um papel muito importante. Ela era uma espécie de assistente social na comunidade. Ela tomava conta dos filhos das pessoas que iam trabalhar, ela ajudava a alfabetizar... Então ela teve um trabalho muito importante porque ela sempre tinha uma palavra de carinho pra todas as pessoas que a procuravam, que precisavam de ajuda, ela dentro das condições dela ela sempre procurou ajudar. Tanto é que ela, por exemplo, tinha vergonha de pedir a qualquer político alguma coisa pra mim e pra minhas irmãs, mas se qualquer vizinho chegasse com um problema que dependesse de um político pra resolver ela pedia na maior. Pra nós ela tinha certo recato, mas quando outras pessoas necessitavam desse tipo de ajuda ela não titubeava, ela ia imediatamente, telefonava, se identificava "olha, aqui é a Neuma da Mangueira, eu preciso falar a respeito de uma pessoa que precisa

⁷⁹ Ver no 1º capítulo – noção de vizinhança elástica e de família extensa.

disso, daquilo...” E ela ia, na maior boa vontade. Mas pra nós não, ela não pedia nada não. Isso foi uma coisa muito importante na vida dela aqui em Mangureira.

Esta fala é importante na medida em que explicita, na fundação das escolas mirins, algo que acontecia também nas escolas-mãe: para o desenvolvimento das atividades que seriam realizadas durante todo ano, e não se restringissem apenas no carnaval, as relações com políticos e pessoas-chaves em cargos do governo era fundamental. Se antes para conseguir um emprego para a, b ou c a influência e as relações políticas eram utilizadas, agora, com a fundação das escolas mirins, que funcionavam com relativa autonomia e tinham como principal objetivo manter as crianças e jovens ocupados no período pré-carnaval, além da orientação para o emprego, estes contatos e uma maior institucionalização destas relações se faziam necessários.

Para Helcy, Dona Cissi, filha de dona Neuma e presidente da Mangureira do Amanhã, foi graças à criação da escola de samba mirim (como também da vila olímpica), que crianças e jovens voltaram a estudar.

Após a fundação do Império do Futuro e da Mangureira do Amanhã, principalmente, houve um *boom* de escolas de samba mirins que tinham o mesmo objetivo: revelar talentos que pudessem ser absorvidos pela escola-mãe e inseri-los no mercado da música e da dança do Rio de Janeiro, assim como capacitar estes mesmos jovens para o trabalho de montagem e construção que o carnaval exigia: alegorias, adereços, fantasias, carros exigiam mão de obra e nada melhor que unir a importância da cultura do carnaval carioca à inserção no mercado de trabalho.

Este crescimento das escolas de samba mirins se dá gradualmente. Em 1988 a Herdeiros da Vila (ligada à escola Vila Isabel) é fundada e no ano seguinte Alegria da Passarela é renomeada para Aprendizes do Salgueiro, por iniciativa e verba de Miro Garcia, patrono da escola. Em 1991 o Império das princesas negras volta a desfilar, agora com o nome de Infantes do Lins (Lins Imperial), porém só manterá sua presença constante no carnaval das mirins a partir de 1998. Ainda em 1991, Ainda existem crianças na Vila Kennedy é fundada, seguida pela escola Estrelinhas da Mocidade, da Mocidade Independente de Padre Miguel, cuja primeira presidente será Beth de Andrade, nora do patrono da escola Castor de Andrade. Miúda da Cabuçu e Golfinhos da Guanabara são algumas das últimas a serem criadas, ainda

na década de 1990, que tinham como objetivo o trabalho com as vizinhanças onde estas escolas estavam organizadas.

Como as escolas mirins se organizavam e organizavam seus desfiles? E como mantinham seus projetos sociais? Naquele momento, a década de 1990, as escolas que não tinham patronos para apoiar seus desfiles ou manter os projetos sociais acabavam buscando iniciativas externas. A década de 1990 foi um período de fortalecimento do terceiro setor, que, auxiliado pela estabilidade da moeda e valorização do dólar frente a nossa, manteve vários projetos ativos com recursos internacionais. O BID financiava atividades do Império do Futuro. Golfinhos da Guanabara e Herdeiros da Vila, por exemplo, tinham recursos do programa Comunidade Solidária, iniciativa da primeira dama Ruth Cardoso.

As festas nas quadras e as viagens de seus músicos, entre outros movimentos, auxiliavam em grande parte a manutenção destas escolas. Até 2002 seus desfiles eram organizados pela Liga Independente das Escolas Mirins, que, na fala dos entrevistados, para efeito prático não beneficiavam as escolas como um todo e tinha como orientação que as mesmas deveriam ser encaradas como projetos sociais, nos moldes da Mangueira. Mesmo com todo apoio conseguido, para estas escolas era difícil atender um número grande de crianças e adolescentes, já que poucos tinham a estrutura que a Mangueira conseguiu organizar. A Mangueira tinha virado um paradigma no atendimento daquele jovem pobre, morador das áreas mais precárias da cidade, como os subúrbios e as favelas.

7.2 Escolas de samba & o jogo do bicho

Ainda na década de 1960 e 1970, um dos maiores bicheiros da história do Rio de Janeiro, Natal da Portela, tinha uma preocupação com a sobrevivência dos moradores do bairro onde estava instalado – Madureira – assim como os integrantes de sua escola de samba, a Portela.

Não são raras as histórias de distribuição de alimentos e doação em dinheiro para pagamento de aluguéis e roupas, bancados por Natal. Quando morreu, em 1975, tinha mais de cento e cinquenta afilhados, pessoas batizadas por ele e bancadas pelo dinheiro originário do jogo do bicho.

Natal acaba por criar um modelo de bicheiro que será fundamental nas transformações do samba na década de 1980, o bicheiro patrono. Assim como a Portela, a Mocidade Independente de Padre Miguel e a Beija-flor de Nilópolis tinham os seus bicheiros patronos. Salgueiro e Imperatriz Leopoldinense também.

Um dos mais famosos, Castor de Andrade, era considerado um pai para a sua escola, a Mocidade Independente de Padre Miguel, e impunha com a força e com as armas a ordem nos bairros de Padre Miguel e Bangu. Se o Dr. Castor, como era chamado, seguia a linha mais assistencialista como a de Natal da Portela, o mesmo não se pode dizer de Anísio Abrahão David, o bicheiro patrono da Beija-Flor.

Seus pais, imigrantes libaneses, foram pioneiros do trabalho social em Nilópolis, região metropolitana do Rio de Janeiro. Com o dinheiro (ilegal) vindo do jogo de bicho, assim com de outros investimentos, a família David criou um projeto social consistente, bancado com o dinheiro da própria família e com verbas captadas para o carnaval da Beija-Flor, construindo assim creche, educandário e um programa de dança e esportes que atende àquela vizinhança.

Para Hiram Araújo

Era penetração na sociedade, para serem reconhecidos, por que eles eram ricos, mas como banqueiros do jogo do bicho não eram recebidos, mas como presidentes eram. Mas, eles tiveram uma participação importantíssima nas escolas de samba, como pessoas que investiam, porque eles tiveram consciência da sua condição de bem feitores, por que também eles eram bem feitores, todos eles. O Anísio tem uma concepção de comunidade que poucas pessoas têm. Banqueiro nenhum tem a concepção comunitária que tem o Anísio em Nilópolis, o trabalho social do Anísio em Nilópolis é muito grande, é a mesma coisa que o Castor em Padre Miguel. Natal nem se fala⁸⁰.

Para Alba Zaluar

Como os desfiles precisavam de patrocinadores e como, em consequência da profissionalização de outros componentes da escola, esta tendesse a se tornar empresa geradora de dinheiro, embora legalmente registrada como grêmio recreativo de associação com os bicheiros da cidade, estava aberta a porta para tornar as escolas de samba instrumentos de prestígio social e de investimento político dos bicheiros e outros personagens do mundo do crime no Rio de Janeiro. A vinculação dos bicheiros com o tráfico de drogas já constou do processo criminal contra eles ao fim do qual foram condenados e presos no início dos anos 90. Mas as evidências disso são contestadas até hoje. Ainda mais veementemente rejeitada é a participação de traficantes na direção das escolas, embora haja inequívocos indícios de que ensaios e desfiles são ocasiões hoje propícias para a venda das drogas legais e ilegais a frequentadores de todas as classes (ZALUAR, 1998, p.289-290).

Será este modelo assistencialista que, ora é copiado pelas escolas de samba no trabalho realizado com suas vizinhanças, ora é recusado pelas escolas que não

⁸⁰ Entrevista realizada para a pesquisa *Noções de Masculinidade, Nação e Cidade no Samba Carioca*.

têm bicheiros ou patronos, para que estes projetos tenham maiores oportunidades de se institucionalizar.

Assim, seguindo o modelo de Natal e Castor de Andrade que investiam no paternalismo, ou seguindo o modelo da família Cardoso dos Santos, que não tinha o auxílio de bicheiros (o Império Serrano foi uma das poucas escolas do Rio de Janeiro a não ter a presença de bicheiros), outras escolas passaram a trazer uma nova perspectiva para o trabalho social realizado há anos no interior delas.

É interessante observar esta relação com o jogo do bicho. Das escolas de samba que mantêm ou abrigam projetos sócio-culturais tendo como público-alvo sua vizinhança (independente de ter ou não escolas de samba mirins), todas foram fundadas e mantidas por bicheiros durante boa parte de sua história, com exceção da Estação Primeira de Mangueira e do Império Serrano. Este dado reforça a idéia de necessidade de institucionalização e reconhecimento para o desenvolvimento dos projetos sociais que funcionam em seu interior, principalmente por que, após os anos 1990, o jogo do bicho e o reconhecimento dos bicheiros como patronos entrarão em declínio, forçando a criação de novas estratégias de atuação.

Se no desfile das escolas-mãe, a ligação com o ilícito, se não é permitida, é tolerada, nas escolas de samba mirins essa tolerância torna-se impossível, pois as regras de adoção de projetos sociais não permitem nenhuma vinculação com atividades ilícitas, seja a presença do jogo de bicho nas escolas, de traficantes ou milicianos.

Tabela 5 – Escolas de samba que mantinham projetos sociais, independente da perspectiva de Responsabilidade Social trazida na fundação da AESM-Rio

1. Acadêmicos do Salgueiro
2. Beija-Flor (Nilópolis)
3. Estação Primeira de Mangueira
4. Império Serrano
5. Mocidade Independente de Padre Miguel
6. Portela
7. Unidos do Viradouro (Niterói)

Fonte: entrevistas e mídia. A autora, 2010.

A tabela apresentada demonstra que as escolas mais antigas em termos de fundação (exceção a Beija Flor e a Viradouro) foram escolas que já mantinham projetos sociais, independente da perspectiva trazida pela AESM-Rio. A presença de bicheiros nestas escolas e o patronato exercido no âmbito da vizinhança da escola de samba não são estranhos, mas inserem-se na lógica clientelista que deveria ser superada, a partir dos anos 2000, pela institucionalização das parcerias

com empresas públicas e privadas e a consolidação de suas estratégias de ação social. Isso comprovaria o desenvolvimento da responsabilidade social visando o crescimento do capital social nessas vizinhanças.

Não nos surpreende, portanto, que a institucionalização das parcerias com o poder público e o privado tenha se iniciado com escolas de samba como Império Serrano e Mangueira, justamente as que não tinham patronos para manter e garantir seus carnavais.

No caso das escolas-mãe como a necessidade de apresentar bons carnavais e ganhar campeonatos, a busca por parceiros e carnavais patrocinados se faz presente, mas com outra perspectiva. Enquanto as escolas mirins necessitam de parceiros para sua manutenção e manutenção dos projetos desenvolvidos nas vizinhanças onde se encontram por que não contam sempre com o auxílio das escolas-mãe, estas precisam de auxílio financeiro para montar seus carnavais, cada vez mais ricos e caros, dada a competição entre elas. Enquanto as primeiras estão voltadas para as ações sociais e precisam ter um afastamento de questões ilícitas, por lidarem justamente com crianças e adolescentes, as segundas não têm este peso ético, apesar de afastar possíveis patrocinadores quando comprovada ligação com o tráfico de drogas.

7.3 A associação das escolas de samba mirins do Rio de Janeiro (AESM-Rio)

É da necessidade de se ampliar o quadro de crianças e jovens atendidos individualmente por cada escola, e da necessidade de se pensar na juventude carioca como um todo, não privilegiando este ou aquele bairro, que surge a proposta da Associação das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro, a AESM-Rio.

A AESM-Rio, nesse sentido, será fundada como um projeto social que agregue as escolas do Rio de Janeiro e dê condições de igualdade para todas elas na construção do seu carnaval e na implantação dos seus projetos. Ela é fundada também a partir do rompimento com a antiga Liga das Escolas Mirins e passa, a partir de 2002, a contar com outras escolas e colaboradores.

Foram doze (12) escolas de samba mirins fundadas de 1983 a 2001. Em 2001, com desfile previsto para 2002, a Filhos da Águia, da Portela é fundada. Com a fundação da AESM-Rio em 2002, mais seis (6) escolas de samba mirins foram

criadas, atingindo, com seus projetos sociais as seguintes localidades: Tijuca, Complexo do Alemão e Estácio. Fora do município do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói. E o Projeto Mel, projeto da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que atende em todo município do Rio de Janeiro vira escola de samba mirim em 2003.

Fundada em 2002 pelo Prof. Sérgio Murilo, então presidente da Escola Mirim Golfinhos da Guanabara e Primeiro presidente da AESM – Rio, essas escolas de samba foram pensadas em torno da associação como possíveis projetos (ou parceiras de projetos) de educação social, que atenderia jovens de 14 a 21 anos em diversos ofícios relacionados ao carnaval⁸¹. A proposta de uma associação das escolas mirins desde o início se deu de maneira diferenciada.

Seu funcionamento, assim como as escolas mães, é contínuo. Seu tempo se divide na manutenção dos projetos sociais conseguidos durante o ano e a construção do seu carnaval. O carnaval está ligado de forma irremediável aos projetos sociais, já que seus projetos privilegiam a própria montagem do carnaval, principalmente as oficinas de costura, adereço e montagem de carros alegóricos para os componentes mais velhos das escolas mirins.

Outros projetos culturais e esportivos são desenvolvidos, privilegiando as crianças componentes da escola. Com as crianças se faz promoção da saúde e prevenção à violência, enquanto com os jovens, alia-se a estas perspectivas a inclusão no mercado de trabalho. Todas as crianças que desfilam, cerca de mil e quinhentas por escola participam dos projetos sociais? Não. Mas os que participam fazem parte da vizinhança, necessariamente sim. São cerca de cem crianças atendidas por cada escola, com recursos captados, na maioria das vezes, pela AESM-Rio.

As escolas de samba mirins trabalham com a predominância das relações intergeracionais – cada ala e setor têm um padrinho ou madrinha, que podem funcionar doando fantasias, comidas para as festas das escolas, organizando passeios, etc. E durante os desfiles, cada dez crianças são assistidas por um adulto (pais e familiares das crianças e integrantes das escolas mães geralmente), que se responsabiliza por elas, cuidando da estrutura e do andamento do desfile.

⁸¹ Fundadoras da AESM-Rio [Mangueira do Amanhã, Golfinhos da Guanabara, Herdeiros da Vila, Aprendizes do Salgueiro, Petizes da Penha, Miúda da Cabuçu, Corações Unidos do CIEP]

Trabalham com a lógica comunitária, abrindo vagas para os desfiles para bairros que não possuam escolas de samba mirins. Isso é positivo na medida em que a convivência com outras vizinhanças e um diálogo com outros moradores da cidade. A convivência comunitária se daria assim em um espaço seguro, o da quadra da escola, fortalecendo a sociabilidade dos moradores dentro do bairro com os de outros bairros.

Para a montagem do carnaval e realização dos desfiles estas escolas trabalham com doação de fantasias e reciclagem de material. Uma das regras é que as fantasias das crianças não podem ser vendidas e por uma questão de logística, já que muitas das escolas não têm condições de manter um carnaval para mais de mil crianças. Mesmo com a subvenção que recebem, os materiais são reaproveitados de ano para ano. Há trocas dentro das escolas mirins com as escolas-mãe, as suas próprias e as outras. Isso acontece também com as estruturas metálicas utilizadas na construção de carros alegóricos e com os instrumentos musicais. É positiva a reciclagem deste material, pois dá noção das crianças da necessidade de se preservar o meio ambiente.

As escolas mirins desfilam abrindo o carnaval, na sexta-feira, e entre elas não haveria competição, isso é, uma ganhadora a partir do julgamento dos quesitos essenciais para um desfile das escolas de samba. Todas as escolas mirins seriam assim privilegiadas no conjunto de suas atividades, sendo premiadas em suas melhores alas, dando a oportunidade para que todas as crianças e adolescentes envolvidos sejam, de alguma maneira, premiados.

Tabela 6 - Cronologia das Escolas de Samba Mirins (anos 1960 – 2006)

<i>Ano de Fundação</i>	<i>Escola de Samba Mirim</i>	<i>Escola de Samba mãe</i>	<i>Bairro de funcionamento</i>
Década de 1960	Criação da ala das crianças	Inicia-se na Mangueira e se espalha para outras escolas	-----
1983	Império do Futuro	Império Serrano	Madureira e Adjacências
1983	Alegria da Passarela [extinta, substituída pela Aprendizizes do Salgueiro]	Salgueiro	Grajaú, Andaraí e entorno
1984	Império das Princesas Negras [apenas um desfile, em dezembro de 1984, substituída pela Infantes do Lins]	Lins Imperial	Grande Méier
1985	Corações Unidos do CIEP	-----	-----
1987	Mangueira do Amanhã	Mangueira	Mangueira
1988	Fundação da Liga Independente das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro, a LIESM-RJ		Tem sede na Vila Kennedy
1989	Herdeiros da Vila	Vila Isabel	Vila Isabel e entorno
1991	Aprendizes do Salgueiro	Salgueiro	Grajaú, Andaraí e entorno
1991	Infantes do Lins	Lins Imperial	Grande Méier
1992	Ainda Existem Crianças na Vila Kennedy	Unidos da Vila Kennedy	Vila Kennedy
1992	Estrelinhas da Mocidade	Mocidade Independente de Padre Miguel	Realengo, Padre Miguel, Bangu
1993	Miúda da Cabuçu	Unidos de Cabuçu	Lins
1995	Golfinhos da Guanabara	-----	Santa Teresa
2000	Cidade Imperial	-----	Petrópolis
2001	Filhos da Águia	Portela	Oswaldo Cruz, Madureira e Bento Ribeiro
2002	Fundação da Associação das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro, a AESM-Rio		Sua sede dependerá de que escola é o presidente da AESM-Rio
	Tijuquinha do Borel	Unidos da Tijuca	Tijuca
	Petizes da Penha	-----	Complexo do Alemão
2003	Pimpolhos da Grande Rio	Grande Rio	Duque de Caxias
	Nova Geração do Estácio	Estácio de Sá	Estácio
	Meninada, Esperança e Liberdade. Mel do Futuro	-----	-----
2006	Virando Esperança	Viradouro	Niterói
	Inocentes da Caprichosos	Caprichosos de Pilares	Pilares

Fonte: entrevistas e mídia. A autora, 2010.

Estas escolas, organizadas em torno da associação teriam regras próprias e uma subvenção base para iniciar seu carnaval, independente se existisse uma escola mãe rica ou não, que incentivasse o desfile das crianças ou não. Este dado, apesar do pequeno valor da subvenção anual, é importante, pois demonstra a preocupação de que nenhuma escola deveria deixar de desfilar.

Para manter seus projetos sociais e suas oficinas já existentes em funcionamento as escolas deveriam continuar se pensando como associações autônomas, buscando garantir seus próprios recursos. Ao mesmo tempo, com a criação pela Secretaria da Cultura da PCRJ do Projeto Célula Cultural, em 2003, a própria AESM-Rio passou a ser considerada, em si mesma, um projeto social.

Apoiada inicialmente pelo Projeto Célula Cultural, as Escolas Mirins chegaram a ter 12 núcleos de capacitação de jovens, atendendo a quase 2.000 pessoas em diversos bairros do Rio de Janeiro.

Desta forma criou-se a seguinte rede: escolas-mãe financiam as escolas mirins de acordo com suas possibilidades, mas o básico do desfile seria garantido por uma subvenção da Riotur. Escolas de samba mirins se ajudam mutuamente com a troca de material, tecido e instrumentos, de acordo com suas possibilidades. Cada escola mantém seus projetos sociais de acordo com sua articulação política e capacidade de obtenção de recursos, pois a partir daquele momento elas são pensadas como empresas, e conseguem recursos para seus projetos na rubrica de responsabilidade social empresarial. Além disso, se as escolas fazem parte da AESM-Rio, elas são consideradas como integrantes do Projeto Célula Cultural e podem desenvolver mais oficinas com seus recursos.

Essa associação é composta hoje por 16 escolas mirins, nas quais desfilam a cada carnaval de mil a duas mil e quinhentas crianças, jovens em sua maioria atendidos por projetos sociais mantidos pelas escolas mães em parceria com a prefeitura (Projeto Célula Cultural), com o terceiro setor e com trabalho voluntário de outros membros das escolas.

No desenvolvimento dos projetos se prioriza a transmissão da cultura carioca e a manutenção do carnaval, trazendo diversas oficinas, que vão desde adereços e fantasias até dança e percussão, ensinando a estes jovens a arte de serem porta-bandeiras e mestres-salas, de tocarem na bateria da escola e, assim, começarem bem cedo a se sentir parte do carnaval e de sua escola de samba.

Junto com a preocupação com a cultura local, a manutenção do respeito e o sentimento de pertencer a um local, algumas escolas-mãe têm oferecido aos jovens e suas famílias espaços adequados para a prática esportiva, com instrutores formados e profissionais de várias áreas. Ao mesmo tempo, trabalham com a prevenção e a promoção da saúde (inclusive odontológica) e preocupam-se, conforme várias entrevistas realizadas, com a educação e a inserção dos jovens na

escola. As preocupações dos agentes são a evasão escolar e as “facilidades” que o tráfico de drogas oferece. Para Paulo Alves, ex-presidente da AESM-Rio e presidente da Miúda do Cabuçu, tais iniciativas e a própria criação da associação foi importante, pois:

...o que a gente sempre sonhou era trabalhar com essas crianças não só fantasiando para o carnaval mas também fazendo projetos sociais que funcionassem o ano todo e que tirassem as crianças da ociosidade, mostrasse um pouco de trabalho profissional pra eles, o samba organizado. a cidade do samba emprega milhares de pessoas, nos barracões, na confecção de alegorias, fantasias e nós começamos aí a procurar projetos que pudessem suprir essa necessidade das crianças. E com a fundação da AESM-Rio, nós tivemos uma parceria da prefeitura que possibilitou a gente estar fazendo esse projeto de inclusão social, né.

Na fala de Paulo, a criação da AESM-Rio é fundamental por que organizou a profissionalização dos componentes da escola de samba mirim, criando novas perspectivas de emprego e gerando renda para diversas famílias que vivem do carnaval e estimulando o retorno dos componentes aos bancos escolares, pois não há possibilidade de desfile sem a matrícula escolar.

Nós temos já funcionando há seis anos os projetos em todas as agremiações, que fazem parte da AESM-Rio, são dezesseis filiadas e esse trabalho ele vem a cada ano profissionalizando esses jovens. Nós temos jovens aqui que saíram do projeto e hoje estão trabalhando em barracão, trabalhando em ateliê. Quer dizer, é uma forma de você dar uma profissão e dentro das escolas de samba mirim criança tem que estar matriculada. Ou na rede oficial de ensino ou na particular, ou pública ou particular. Então um dos pré-requisitos pra isso acontecer é que a gente tenha essas crianças dentro da sala de aula. É quase que um pré-requisito que as crianças têm que estar estudando.

Além da estrutura institucional e dos discursos e práticas sobre políticas sociais instituídos nas escolas de samba, passamos a acompanhar os atores desses projetos: diretores e responsáveis por alas, presidentes das escolas mirins trabalham durante todo o ano na manutenção e preparação do carnaval, não se preocupando apenas com aspectos logísticos, turísticos ou comerciais, como muitos podem pensar.

Essas pessoas, preocupadas e envolvidas em associações comunitárias, discutem como a violência e o tráfico de drogas na cidade têm impactos negativos nas vizinhanças e nos circuitos de lazer. A rede de entrevistados foi tecida nas proximidades das escolas de samba e têm parentes de diversas gerações que participam da preparação do carnaval e dos calendários das escolas. Conseguem fazer um panorama do Rio de Janeiro e de sua vizinhança e suas histórias de vida traduzem uma trajetória de trabalho, tentativa de educar os filhos e conseguir boas colocações para suas famílias, dosados com lazer e fé, já que muitos dos

entrevistados até o momento são participantes de cultos afro-brasileiros e de religiões espíritas.

A participação efetiva dessas pessoas se dá na medida em que dividem as atividades ou entram na diretoria das escolas-mãe. Além disso, doam seu tempo e sua capacitação profissional para as escolas mirins e as diversas atividades oferecidas por estas para os jovens da região. Os integrantes das escolas podem oferecer cursos e oficinas respeitando suas respectivas qualificações, e dedicam alguns de seus fins de semana a “ações de cidadania”, onde as quadras das escolas viram um espaço de convivência para os moradores, com doações de cestas básicas, cortes de cabelo, almoços, onde todos participam.

Foi a partir das entrevistas e das observações participantes que temos acompanhado os discursos e as práticas desses atores, suas relações com sua própria família e como a preocupação com o outro e com os projetos desenvolvidos nas suas escolas de samba, espelham em grande parte suas próprias preocupações familiares, trajetórias e envolvimento com sua comunidade. Foi também a partir das observações que conseguimos dar conta, sempre em parte, do universo destas pessoas: suas relações próximas e distantes com o tráfico local, discursos sobre intolerância religiosa e racismo, a perspectiva do que seria o papel da escola de samba hoje, sempre se modificando e ganhando outros contornos que não o puramente cultural. Na fala de Paulo

É tá ali vendo o trabalho dar frutos, que se fosse uma coisa que não chamasse a atenção não teria público, nós fazemos nossas festas são sempre lotadas, sempre tem muita gente, e é aquilo, dentro de uma organização, dentro de um padrão que a criança acaba aprendendo também a se sociabilizar com as outras entendeu? Não tem aquela competição, é muito comum você ver um presidente de escola mirim tá arrumando a criança da outra, então isso sempre é, a gente consegue também passar pra criança essa idéia entendeu? De não ter concurso e todos se ajudarem.

Além da solidariedade e da própria socialização no samba carioca, outras concepções importantes aparecem, como inserção na escola-mãe e futura profissionalização, seja no carnaval, seja nas diversas oportunidades que surgem em forma de oficina ou na preocupação com a vizinhança e os vínculos criados entre as crianças.

Se uma das preocupações é a prevenção à violência, não é raro que os integrantes das escolas mirins sejam cuidados e advertidos como filhos ou familiares dos diretores daquelas mesmas escolas. Saber como está na escola, além da preocupação formal para saber se o jovem poderá ou não desfilar, é também uma preocupação real. Não é rara a imposição de regras de

comportamento dentro das atividades desenvolvidas pelas crianças. O acompanhamento de um adulto é sempre presente. Tanto nas festividades desenvolvidas por cada escola, como nos desfiles e apresentações, a preocupação se a criança está vestida como criança se faz constante. O controle de lúdico (se a criança está brincando), o controle dos corpos (se os meninos adolescentes estão dando *pinta* se são *bichas* ou não), são exemplos da preocupação com a formação desses jovens. Ao mesmo tempo, a prevenção ao uso de drogas é uma constante no discurso dos presidentes e há um controle constante sobre a utilização de drogas por parte das crianças e adolescentes na quadra.

7.4 As escolas de samba mirins na 'burocratização' de suas atividades.

A história dessas associações tem mostrado que todas elas têm origem na esfera doméstica. São vizinhos, amigos e/ou parentes que se reuniram para entretenimento. Essas reuniões estreitavam relações e mobilizavam seus integrantes a realizar outras atividades sem nenhuma sistematização ou apoio externo. O cerne do trabalho social nelas desenvolvido foi a ação voluntária da parte de alguns integrantes, que posteriormente se estendeu em redes envolvendo estranhos.

Não há dúvida, trata-se de um sistema de dádiva. São organizações com traços tradicionais e modernos fundados na dádiva. Isso não quer dizer que se trata de um tipo ideal de sistema de dádiva. É claro que a análise de todo sistema social concreto apresenta uma mistura de diferentes modelos. No caso da Mangueira, a despeito de os projetos sociais receberem apoio do Estado e de empresas, o que é oferecido como contrapartida é a imagem positiva da localidade, o culto aos baluartes, a presença da Velha Guarda, a valorização da tradição. O samba, neste contexto, é o que alimenta e fortalece o vínculo social neste tipo de associação. (GONÇALVES, 2003, p.25-26)

A criação da AESM-Rio em 2002 veio a consolidar um modelo de gestão de recursos em escolas de samba: uma constante na parceria público-privado, de forma a auxiliar a capacitação política e as demandas dos jovens em suas vizinhanças.

Como desde o início da sua história, as escolas de samba tinham como prática se organizarem em torno das suas vizinhanças, este aspecto é o que tem de mais latente nas escolas mirins. As escolas-mãe cresceram e estão abertas a qualquer pessoa que possa pagar para desfilarem no carnaval. As escolas mirins não. Como os projetos sociais não têm capacidade para absorver crianças de toda cidade, só atuam com as das vizinhanças onde se localizam. Como a ajuda de custo para o profissional que faz parte destes projetos é pouca, geralmente utilizam-se voluntários e pessoas da própria escola mirim que conhecem seus integrantes.

Muitas escolas mirins absorvem o contingente discente de suas vizinhanças, significando maior parceria com as escolas da rede pública municipal e estadual, troca de espaços de lazer para festas e oficinas que podem funcionar dentro da própria escola onde a criança estuda, caso não haja espaço hábil para desenvolver os projetos na quadra.

Se uma escola de samba mirim hoje está voltada para perspectivas financeiras, empresariais e turísticas, a associação das escolas de samba mirins já nasce com o objetivo de pensar políticas sociais locais para seus mais de 25 mil integrantes e sua adesão a comunidades locais. Estas políticas sociais são, na maior parte das vezes apoiadas por empresas nacionais, estatais ou privadas, sob a rubrica de responsabilidade social e devem se adaptar de alguma forma, mas não necessariamente aos objetivos do milênio estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde. Como estamos falando de crianças e adolescentes estes objetivos não são todos inseridos nos projetos – *empowerment* da população feminina, capacitação para o trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, combate ao analfabetismo, combate ao HIV/Aids e DSTs de um modo geral entre outras questões que, integradas, preveniriam não apenas a saúde da população local, como, ao melhorar as condições de vida na vizinhança, preveniriam a violência e diminuiriam a vulnerabilidade juvenil.

Nas escolas de samba mirins o que se busca de alguma forma, é a institucionalização de práticas associativistas já existentes, com o apoio de financiadores de projetos culturais como Eletrobrás e Petrobrás, gerando uma independência com relação às escolas de samba mãe. À medida que esta institucionalização ocorre, a eficácia coletiva se consolida e o capital social aumenta, já que é a recusa dos paternalismos existentes historicamente.

Esses projetos institucionalizados pela AESM-Rio são fundamentais, pois, ao passo que financiadoras eticamente respeitadas no mercado recusam parcerias com associações que mantêm estreita relação com o ilícito – tráfico de drogas, jogo do bicho, milícias – elas são obrigadas a se reorganizar e trazer melhores exemplos para sua vizinhança além de burocratizar e institucionalizar atividades voluntárias já existentes, reconhecendo por meio do emprego e da capacitação para o trabalho, os talentos contidos naqueles locais.

Para que as escolas de samba mirins existam como projetos sociais, elas precisam:

Tabela 7 – Principais características das Escolas de Samba Mirins

Escolas de samba mirins	
1	Estar organizadas como associações e ter uma perspectiva mais empresarial para solicitar projetos sociais
2	São associações por si mesmas – com CNPJ e reconhecimento do Estado. Têm ligação com as ligas/associações que criam regras para estas agremiações
3	Estão ligadas às escolas de samba mãe, mas não necessariamente. Ligam-se umas às outras pelas associações existentes. A AESM-Rio com 18 escolas, e a liga mirim com uma escola de samba apenas.
4	As relações e trocas intergeracionais também sempre presentes e a valorização dos vínculos de vizinhança também.

Fonte: A autora, 2010.

7.5 O que estas escolas de samba têm em comum? E qual é o papel da AESM-Rio na organização da vizinhança?

Tabela 8 – Escolas de Samba e sua distribuição pelas Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro⁸² - (continua)

AP1

1. Golfinhos da Guanabara
2. Mangueira do Amanhã
3. Nova Geração do Estácio

AP2

1. Aprendizes do Salgueiro
2. Herdeiros da Vila
3. Tijuquinha do Borel

- Não há escola de samba mirim na zona sul, na AP 2.1 -

AP3

1. Filhos da Águia
2. Império do Futuro
3. Infantes do Lins
4. Inocentes da Caprichosos
5. Miúda da Cabuçu
6. Petizes da Penha

Tabela 8 – Escolas de Samba e sua distribuição pelas Áreas de Planejamento da cidade do

⁸² Encontramos um total de 18 escolas de samba mirins, das quais em 2009, 16 faziam parte da Associação das Escolas de Samba mirins do Rio de Janeiro, a AESM-Rio. Ainda existem crianças na Vila Kennedy faz parte da LIESM-Rio e a Virando Esperança desfila como escola convidada.

Rio de Janeiro⁸³ - (conclusão)

AP4

- Não há -

AP5

1. Ainda existem crianças na Vila Kennedy
2. Estrelinhas da Mocidade

Todo município – ligada a prefeitura e suas ações assistenciais

1. Corações Unidos do CIEP

[Se inicia nos CIEPS da Praça XI em 1985 e hoje atende a 102 escolas do município]

2. MEL do Futuro

[Se inicia no Projeto da Secretaria de Esporte e Lazer, Germinal MEL, atendendo a crianças de todo município. Vira escola de samba mirim em 2003]

Fora do município

1. Pimpolhos da Grande Rio (Duque de Caxias)
2. Virando Esperança (Niterói)

Fonte: entrevistas e mídia. A autora, 2010.

Como podemos observar na tabela apresentada, as escolas de samba mirins, fundadas com base na perspectiva do desenvolvimento vicinal a partir dos anos 1980, estão localizadas em bairros e vizinhanças do Rio de Janeiro onde historicamente as escolas de samba foram fundadas. Além disso, é principalmente na AP3 e na AP5 que encontramos um menor número de equipamentos culturais e oferta de atividades para os jovens dessas regiões. O caso do subúrbio, especificamente, onde se concentram a maioria das escolas de samba mirins, demonstra que as mesmas acabam por se tornar uma alternativa para atividades comunitárias.

As quadras das escolas de samba localizadas em Osvaldo Cruz, Madureira, Lins de Vasconcellos, Pilares e Complexo do Alemão (bairros do subúrbio e favelas com infra-estrutura e serviços precários, onde o tráfico de drogas é violento e territorializado) e as atividades desenvolvidas nestes espaços tornaram-se fundamentais para o desenvolvimento do *bonding* e do *bridging* destas vizinhanças, assim como o fortalecimento da confiança e do respeito, difíceis de serem mensurados, mas fáceis de serem percebidos nas relações intergeracionais existentes, que alimentam o crescimento do capital social, tão importante na perspectiva empresarial que estas escolas de samba assumiram, e o crescimento da cultura cívica via participação nas associações vicinais.

⁸³ Encontramos um total de 18 escolas de samba mirins, das quais em 2009, 16 faziam parte da Associação das Escolas de Samba mirins do Rio de Janeiro, a AESM-Rio. Ainda existem crianças na Vila Kennedy faz parte da LIESM-Rio e a Virando Esperança desfila como escola convidada.

Hunter (1985) & Zaluar (2009) afirmam que as associações vicinais são fundamentais para o controle social do jovem, quando os mesmos não seguem mais as orientações familiares. Como estas associações dependem que vizinhos tornem-se voluntários no cuidado destas crianças e adolescentes, a institucionalização destes projetos é positiva na medida em que os vizinhos teriam, a partir daí, um compromisso formal com os mais jovens, contribuindo para que desta maneira os mesmos evitassem se envolver em atividades criminosas.

Ao ser criada, a AESM-Rio fomenta o (re)encontro das vizinhanças com suas escolas de samba, pela oferta de cursos existentes nestes espaços, sem privilegiar gênero, cor/raça, religião. Fomenta também que escolas de samba de diferentes vizinhanças dialoguem na busca por melhores projetos para suas crianças e adolescentes, trocando experiências e criando uma rede para a construção do carnaval das crianças. Em comum, estas escolas buscam o desenvolvimento das habilidades pessoais, principalmente as esportivas e culturais, que trazem para essas crianças e jovens noções de cidadania, liderança e construção de identidade, assim como disciplina, confiança, integração e sentimento de pertencimento.

O desenvolvimento destas habilidades pessoais torna-se mais importante na medida em que há um envolvimento maior deste jovem no fazer coletivo e o desenvolvimento do respeito por si próprio, pelos colegas e pelos mais velhos. Estas relações intergeracionais evidenciam o reforço da participação popular e da ação comunitária, já que alguns desses projetos têm-se iniciado dentro das comunidades e por uma demanda delas, apenas institucionalizados no âmbito da AESM-Rio.

Dessa forma, as relações de confiança estabelecidas partem da identificação que as crianças e jovens têm em relação àquele morador local ou liderança comunitária ou àqueles moradores considerados da região, o protagonismo, tanto dos jovens, que se tornam protagonistas da sua história, quanto das lideranças locais, favorecendo estas relações intergeracionais.

O enfrentamento da pobreza e uma preocupação com os direitos básicos se faz presente: saúde, educação e meio ambiente e a valorização do papel da escola e da família (uma vez que os projetos tornam essas crianças e jovens multiplicadores do que aprendem nos projetos). A inserção cidadã desses jovens passa a ser uma consequência desses projetos, e mais que um desafio, a continuidade destes projetos passa a ser um processo.

CONCLUSÃO

Em “Novas conexões e velhos associativismos” pretendi discutir como antigas formas de associação tiveram de se adequar às realidades contemporâneas. Esses antigos associativismos nunca foram irrelevantes e fazem parte da imagem ou ideia de um país onde a dádiva, a reciprocidade e o acolhimento foram primordiais na constituição da cultura das classes populares, o que permite constatar que as associações voluntárias, cuja função de mediação é preenchida pela família, a vizinhança e o Estado, não são algo novo aqui.

Em toda a cidade do Rio de Janeiro, mas principalmente na área central e em alguns subúrbios, temos exemplos de associações culturais e religiosas agregando a população. Tanto as escolas de samba quanto as comunidades de terreiros demonstravam uma perspectiva de que era preciso fortalecer a vizinhança para proteger os moradores, estimulá-los a estudar e a buscar ampliar seus conhecimentos, já que isto afastaria a falta de informação que faz o morador de tais locais vulnerável às manipulações políticas, entre tantas outras.

A falta de informações, aliada à ausência de laços sociais fortes entre vizinhos, ainda carrega consigo as diversas formas de discriminação e violências de todos os tipos, auxiliando a pobreza a se enraizar, já que deixa as relações com pouco espaço para mediações e sociabilidades e reduz a capacidade de organização formal. Fortaleceram as vizinhanças ao custo de torná-las paroquiais e de cair muitas vezes nas armadilhas do clientelismo e da proteção patronal, especialmente a dos grandes empresários do jogo de bicho que transformaram as escolas de samba em empresas.

Durante a pesquisa, a ideia comum de comunidade apareceu nos discursos de maneira muito clara, e o pertencimento dicotômico sempre foi tratado em termos do ‘nós’ *versus* os ‘outros’. Esses outros podiam ser os traficantes desconhecidos (que não cresceram no local), milicianos, pesquisadores, novos moradores, funcionários da prefeitura e do governo do estado, funcionários dos projetos sociais de fora da vizinhança e da comunidade, fundadores e participantes de organizações não governamentais entre outros. Os ‘outros’ são uma ameaça à ‘tradição’, ao *status quo* e a uma suposta união comunitária que passava pelos laços de

parentesco, amizade e compadrio. Mais uma demonstração de que a conexão paroquial, o *bonding*, era o que importava.

É em torno da comunidade imaginada que projetos sociais são elaborados; é sobre a vizinhança que estão postas questões como o desenvolvimento do capital social e a eficácia coletiva. Porém, se na elaboração destes projetos e no discurso abstrato a comunidade é quem aparece ou tem o nome utilizado, no desenvolvimento destes projetos a prática associativista vicinal é que costuma ser privilegiada, isto é, agregamos a ideia de comunidade imaginada aos moradores e suas necessidades reais, surgidas da vivência na vizinhança e na circulação pelo espaço urbano.

Diferente da comunidade que é imaginada, a vizinhança preserva sua vinculação com a realidade dos moradores das cidades, bairros e favelas e diz respeito a um território específico. Esta vizinhança pode ser mais ou menos elástica dependendo das redes de relações estabelecidas entre as pessoas, das interações face-a-face, das amizades que se consolidam naquele espaço.

Os conceitos de capital social e de eficácia coletiva são importantes por que apostam na organização comunitária e da vizinhança, trazendo ganhos coletivos e consolidação da democracia. A eficácia coletiva significa a capacidade de controle social informal sobre os jovens que precisa da união entre as pessoas e do estabelecimento de confiança mútua, voltados para a construção do bem comum. O capital social, para Putnam, por exemplo, se refere ao uso prático das conexões sociais baseadas em valores coletivos presentes em todas as redes sociais. Quando associado à cultura cívica, é fundamental para a manutenção da democracia. Como valores, são atributos intangíveis que favorecem a confiança, a reciprocidade e a ação social, as quais extrapolam o paroquial e criam pontes entre as diferentes vizinhanças, bairros, cidades, minorias, partidos etc.

O conceito de capital social é multidisciplinar e suas discussões desdobram-se por diversas áreas, entre as quais a política e a economia. Com relação aos aspectos políticos podemos observar que o capital social é essencial para o fortalecimento e a manutenção da qualidade da democracia, e favorece o papel da cultura cívica na diminuição das iniquidades. Se para o fortalecimento e consolidação desta democracia é fundamental que haja um projeto institucional e fatores socioeconômicos e socioculturais favoráveis, a comunidade (e a vizinhança

no caso local) seria responsável direta pela manutenção da democracia na figura da sua cultura cívica.

Não existe apenas um tipo de capital social, eles podem ser do tipo vertical e do tipo horizontal. Quando são do tipo horizontal, que são os que nos interessam mais, eles podem ser do tipo *bonding* e do tipo *bridging*.

O capital social de tipo *bonding* se refere ao tipo de união, ao fortalecimento dos vínculos existentes – que aparecerá, por exemplo, em grupos que compartilham certas características demográficas, etárias ou religiosas. É o caso explorado aqui: relações entre amigos, vizinhos, parentes, fundamentais no desenvolvimento da sociabilidade. Os de tipo *bridging* se referem aos que aparecem nas associações. É a formação de redes com pessoas que não são iguais a mim.

Políticas de desenvolvimento de capital social do tipo *bonding* e *bridging* devem ser estimuladas, pois, por serem desenvolvidas a partir da própria população, dos seus anseios e projetos e, principalmente, a partir da sua organização em comunidades, e, mais especificamente, em vizinhanças, elas contribuem diretamente para o aumento do capital social e da eficácia coletiva. Comunidades com maior capital social tendem a ter mais sucesso nos seus projetos e nas lutas pelas suas demandas, pois ali se encontra uma cultura cívica mais desenvolvida.

Da mesma forma, o capital social, em uma vizinhança, demonstra a dimensão que Hunter (1985) chamou de paroquial. O desenvolvimento de tais questões não está no domínio do privado, muito menos do público. Por exemplo, é no domínio da vizinhança se dá o controle dos mais jovens (ZALUAR, 2009). Nesse sentido, as escolas de samba mirins, objeto deste trabalho, em muito tem a ver com este controle do tipo paroquial por que é exercido sobre os jovens no domínio da vizinhança.

A vizinhança que foi estudada aqui se constitui na virada do século XIX para o XX. Os subúrbios do Rio de Janeiro foram formados no entorno das estações férreas, e a ausência da gestão pública na urbanização desse espaço urbano acabou privilegiando uma determinada área e classe na cidade, fazendo com que estas regras e ordens urbanísticas próprias da cidade-capital não tenham sido aplicadas da mesma forma no subúrbio; portanto, como diria Mumford – “o sangue, o afeto e a vizinhança” continuam prevalecendo.

No desenvolvimento do Rio de Janeiro, a definição interna do seu território e a construção do seu espaço urbano preservam estas duas dimensões: o Rio das disparidades intrametropolitanas construídas ao longo do século XIX e acentuadas a partir do início do século XX e o Rio de Janeiro construído como consequência dos compromissos assumidos pelo ideal de cidade-capital, que tentou, a partir das mesmas reformas urbanísticas, divulgar uma imagem modelo da cidade para outras metrópoles e privilegiou algumas de suas áreas como vitrine para estes propósitos.

Neste sentido, os subúrbios do Rio de Janeiro acabaram por ser esquecidos politicamente, enquanto o resto da cidade se desenvolvia. A acelerada industrialização seguida pela brusca desindustrialização, a migração constante para os bairros do subúrbio ao longo do século XX da população de origem nordestina, principalmente, a construção de conjuntos habitacionais e o adensamento das favelas nessa área da cidade, acabam por fazer do subúrbio hoje, uma das áreas mais deterioradas, mas com maior densidade demográfica, abrigando 50% dos favelados da cidade, com índices de violência piores que os do resto da cidade.

Mas, ao mesmo tempo, será nos subúrbios que encontraremos uma maior sociabilidade e solidariedade nas relações, o que propicia a confiança, categoria fundamental para mensurar o desenvolvimento do capital social e a existência da eficácia coletiva em uma vizinhança.

Ali, nos subúrbios, berço das escolas de samba, encontraremos algumas questões relevantes no que diz respeito à vinculação entre vizinhança, sociabilidade e confiança nas relações. Em um primeiro momento, na análise das duas pesquisas de vitimização realizadas pelo NUPEVI no município do Rio de Janeiro. Na pesquisa, os dados coletados foram trabalhados com o objetivo de apontar a especificidade dos tipos de vitimização – agressão física, agressão sexual, roubo, furto, entre outros, além de traçar um perfil de vitimizados pela violência urbana em diversas áreas da cidade,

Muitos desses dados trouxeram-nos reflexões sobre o espaço urbano, sobre a relação das pessoas com o local onde vivem, o que para elas configura uma vizinhança, e sobre como os vizinhos aferem as suas relações.

Um paradoxo surgiu da análise dos dados da pesquisa: o que prende os moradores à cidade, ao bairro e à vizinhança pobre em proporções maiores, se a oferta, distribuição e manutenção de equipamentos urbanos não é a mesma em todo município, favorecendo as áreas onde vivem os mais prósperos? A boa

convivência manifesta-se mais nas áreas em que vivem os pobres, sendo que a área mais populosa corresponde aos subúrbios da cidade. Como explicar este paradoxo? O tráfico de drogas, violento como todo crime organizado, é especialmente violento nos subúrbios que compõem esta área, o que afeta a vida social e cultural dos moradores. Porém, não destrói completamente as manifestações de suas práticas seculares de sociabilidade. A guerra entre os comandos e quadrilhas de traficantes, ou entre estes e os policiais, não altera tudo e as relações comunitárias podem vir até ser fortalecidas diante da adversidade nos lugares onde a vizinhança ainda tem papel fundamental.

Em um segundo momento, na análise das escolas de samba mirins e da fundação da Associação das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro, a AESM-Rio, estas relações ficam mais claras. As escolas de samba do Rio de Janeiro não existem apenas nos dias de festa do Carnaval, tão conhecido mundialmente e fomentador da criação de políticas e do desenvolvimento econômico da cidade. Tem hoje uma lógica empresarial que pauta as indústrias de turismo e de entretenimento. Os efeitos do Carnaval não se limitam aos quatro dias e a festa hoje fomenta políticas locais e vicinais de desenvolvimento econômico e de geração de empregos e recursos. Nas escolas de samba, o carnaval é construído o ano inteiro, do momento em que um desfile acaba até o começo do desfile do ano seguinte. Por trás da festa exaustivamente televisionada e que hoje privilegia celebridades, temos um mundo que contempla a inserção comunitária e a solidariedade como formas de inserção ao trabalho e de prevenção da violência.

Em 2002, com a fundação da Associação das Escolas de Samba Mirins do Rio de Janeiro é estimulado o reencontro das vizinhanças com suas escolas de samba, pelos projetos sociais elaborados com foco na juventude, sem privilegiar gênero, cor/raça e religião. Estimula também o diálogo entre as escolas de samba de diferentes vizinhanças na busca por melhores projetos para seus jovens, principalmente os que desenvolvam habilidades pessoais, noções de cidadania, confiança e pertencimento. Será a partir disso, somado ao respeito que os jovens terão por si próprios, seus colegas e seus vizinhos de uma forma geral, que a eficácia coletiva passa a ser um processo. Mas só terá um impacto nas políticas públicas quando sua importância for entendida e trabalhada nos muitos projetos de prevenção da violência e promoção da saúde já existentes. A eficácia coletiva, ou o controle informal dos jovens, só funciona quando atrelado à governança que dá

poder a tais associações vicinais, reconhece sua importância nas políticas públicas e desmantela as armadilhas postas pelo paroquialismo e o clientelismo que continuam a existir nos subúrbios cariocas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ALVITO, Marcos. "A honra de Acari". In: VELHO, G. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

_____. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Testemunhos de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. (Org.). *Velhice ou terceira idade?: estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BORGES, Jorge Luis. Do rigor da ciência. In: *História Mundial da Infâmia*. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

BURKITT, Ian. *Social Selves: theories of self and society*. Londres: Sage, 2008.

BUSS, P. M. Promoção de saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.5, n.1, p.163-177, 2000.

_____. Uma introdução ao conceito de promoção de saúde. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de (Org.). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

CABRAL, Sérgio. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, n. 38, out. 1998.

CAMARANO, Ana Amélia. *Jovens e idosos nordestinos: exemplos de trocas intergeracionais?* Rio de Janeiro, IPEA, 2004.

CANCLINI, Néstor. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

CARDOSO, Ruth. Comunidade solidária. Entrevistadora: Bianca Furtado. Portal do Voluntário. Disponível em: <<http://arquivo.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idconteudo=474>>. Acesso em: 11 de jun. 2009.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso et al. Longa caminhada, fôlego curto: o desafio da inserção laboral juvenil por meio dos consórcios Sociais da juventude. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1224.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2009.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Jorge Abraão de; AQUINO, Luseni. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2009.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. *Carnaval Carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: FUNARTE/ UFRJ, 1995.

_____. *O rito e o tempo – ensaios sobre Carnaval*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

CECCHETTO, Fátima. “Galeras’ funk cariocas: entre o lúdico e o violento”. In: VIANNA, H. “Galeras” Cariocas. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Unicamp, 2001.

CHINELLI, F.; MACHADO DA SILVA, L. A. “O vazio da ordem: relações políticas e organizacionais entre o jogo do bicho e as escolas de samba”. *Revista do Rio de Janeiro - UERJ*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1993.

CONDE, Miguel. Vitor da Fonseca e as associações no Rio antigo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 jun. 2008. Caderno Prosa Online. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/post.asp?t=vitor_da_fonseca_as_associacoes_no_rio_antigo&cod_post=107336&a=96>. Acesso em: 8 jul. 2009.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE, 1., 1986, Ottawa. *Carta de Ottawa*. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

COSTA, Maria Alice Nunes. *As mudanças empresariais no Brasil Contemporâneo: o investimento social privado é uma nova forma de solidariedade?* Tese de Doutorado. Instituto de Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR), 2006.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. São Paulo: Papyrus, 1995.

CREMONESE, Dejalma; BAQUERO, Marcelo. *Capital social: teoria e prática*. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2006.

CRUZ, Aline Dias da. Suburbanização, branqueamento e urbanidades na reconfiguração socioterritorial do Rio de Janeiro republicano. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p. 73-92, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DEBERT, Guita Grin. A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). *Velhice ou Terceira Idade? estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FEDOZZI, Luciano. "Participação e transformação da consciência social: o orçamento participativo de Porto Alegre". In: FLEURY, Sonia; SUBIRATS, Joan (Org.). *Seminário Internacional Inovações Locais frente a Inseguranças Globais: Brasil e Espanha*, 2007.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega Fernandes. *Escolas de Samba: Sujeitos Celebrantes e Objetos Celebrados*. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

_____. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro, 1858-1945*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

FIELD, John. *Social capital*. Londres: Routledge, 2008.

FRÚGOLI JR., Heitor. *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

GANDRA, Edir. *Jongo da Serrinha – do terreiro aos palcos*. Rio de Janeiro: Giorgio Gráfica e Editora, 1996.

GODBOUT, Jacques T. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, n. 38, out. 1998.

_____. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Quase cidadão*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. *A vila olímpica da verde e rosa*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HERSCHMANN, Micael (Org.). *Abalando os anos 90 – funk e hip-hop, globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

HUNTER, Albert. "Private, parochial and public social orders: the problem of crime and incivility in urban communities". In: SUTTLES, G.; ZALD, M. (Ed.). *The Challenge of Social Control*. Norwood, NJ: Ablex Publishers, 1985.

IBGE. *Estudos e pesquisas número 9 – Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil, ano 2000*. Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

KAWACHI, Ichiro. *Long live community: social capital as public health*. Disponível em: <http://www.prospect.org/cs/articles?article=long_live_community>. Acesso em: 17 jul. 2008.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis – Uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEVI, G.; SCHMITT, J-C. (Org.). *História dos jovens: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

LINO, Valdemir dos Santos. *Uma proposta do Serviço Social no samba da Serrinha: um olhar sobre a juventude do samba*. 2002. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)–Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *Futurarte: causas que levam adolescentes a negar sua cultura e buscar o tráfico de drogas como forma de vida*. 2001. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Projeto de Monografia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2001.

MATTOS, Hebe; LUGÃO, Ana Maria. *Memórias do Cativo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAUSS, Marcel. *Antropologia e Sociologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEDEIROS, Alexandre. *Batuque na cozinha – As receitas e as histórias das tias da Portela*. Rio de Janeiro: SENAC, 2004.

MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MUMFORD, Lewis. *La Cultura de las ciudades*. Buenos Aires: Emece editores, 1945

NEVES, Tatiana Pereira das. Reflexões sobre a promoção de saúde. *Revista Espaço Acadêmico*, 62, julho de 2006.

NOVAES, Regina Novaes; VANNUCHI, Paulo (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

NOVAES, Regina Reyes. Juventude carioca: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, Hermano (Org.). *Galeras cariocas – territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Pluribus Unum: diversity and community in the twenty-first century, the 2006 Johan Skytte Prize Lecture, 2006. *Scandinavian Political Studies*, v.30, n.2, 2007. Disponível em: < <http://www.utoronto.ca/ethnicstudies/Putnam.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2008.

_____. Vamos jogar juntos, 2003. Disponível em: < http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2_vamos%20jogar%20juntos.PDF>. Acesso em: 5 maio 2008.

RIBEIRO, Ana Paula Alves. *Samba são pés que passam fecundando o chão ...* Madureira: Sociabilidade e Conflito em um subúrbio musical. 2003. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Esportes e lazer. Programa Germinal Mel (Movimento de Esportes e Lazer). Disponível em: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smel/GerminalMel.html>>. Acesso em: 5 maio 2008.

SAMPSON, Robert. J., RAUDENBUSH, Stephen. W.; EARLS, F. 'Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy', *Science*, v.277, n.15, p. 918-924. 1997. Disponível em: <http://www.wjh.harvard.edu/soc/faculty/sampson/articles/1997_Science.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2009.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Entre a destruição e a preservação: notas para o debate. In: SHIAVO, Cleia; ZETTEL, Jayme (Coord.). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ; IPHAN, 1997.

SANTOS, Arandir Cardoso dos. Povo da dança no samba: depoimento [27 ago. 1999]. Rio de Janeiro: Museu da Imagem e do Som, 1999.

SAPAG, Jaime & KAWACHI, Ichiro. Capital social y promoción de la salud en América Latina. *Rev Saúde Pública*, São Paulo, v.41, n.1, p.139-149, 2007.

SAVAGE, Jon. *A Criação da Juventude*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009

SENNETT, Richard. *Respeito*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela – alegria e dor na cidade*.

Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

SILVA, Marília Barboza da; OLIVEIRA F. Arthur L. de. *Silas de Oliveira – do jongo ao samba-enredo*. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1983.

_____.; SANTOS, Lígia. *Paulo da Portela – Traço de união entre duas culturas*. Rio de Janeiro: MEC/FUNARTE, 1981.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. The sociology of space. In: FRISBY, David; FEATHERSTONE, Mike (Org.). *Simmel on culture*. Londres: Sage publications, 1997.

_____. *Conflito*. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). *Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SLENES, Robert. *Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VALENÇA, Rachel; VALENÇA, Suetônio. *Serra, Serrinha, Serrano - o Império do samba*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

_____. *Carnaval – Para tudo se acabar na quarta-feira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

VANDERSCHUEREN, Franz. From violence to justice and security in cities. 1996. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/downloads/docs/1899_49562_franz_paper.pdf> Acesso em: 3 abr. 2009.

VASCONCELLOS, Francisco. *Império Serrano – primeiro decênio, 1947 / 1956*. Ensaio de Carnaval, Rio de Janeiro, n.2, 1991.

WAIZBORT, Leopoldo. “Elias e Simmel”. In: WAIZBORT, Leopoldo (Org.) *Dossiê Nobert Elias*. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. *A aventura de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.

WENDEL, Travis; CURTIS, Ric. "Tolerância zero: a má interpretação dos resultados". *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, UFRGS, v. 8, n. 18, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000200012&lng=en&nrm=iso&tlng=PT>. Acesso em: 3 abr. 2009.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WOLFF, K. H. *The sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press, 1950

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. "A funkificação do Rio". In: HERSCHMANN, Micael (Org.). *Abalando os anos 90: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 84, p. 175-197, jul. 2009.

ZALUAR, Alba et al. Uma perspectiva multidisciplinar para a prevenção da violência e entre jovens no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nupevi/ Ims/ Uerj, 2009. Relatório Final do Projeto Desigualdade e Violência: Determinantes, simbolismos e processos sociais para homens jovens pretos e pardos Cnpq/ Ministério Da Saúde.

_____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *Por um Rio de paz sem medo [Projeto para a PCRJ]*. Rio de Janeiro, PCRJ, 2001.

_____. "Para não dizer que não falei de samba". IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil volume 4 – Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____.; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. "Gangs', 'galeras' e 'quadrilhas': globalização, juventude e violência". In: VIANNA, H. *"Galeras" Cariocas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. "A globalização do crime e os limites da explicação local". In: VELHO, G. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. *A Máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXO A – Mapa da cidade



Fonte: <http://www.sempretops.com/informacao/mapa-do-rio-de-janeiro/>

ANEXO B - Composição das APs – Áreas de Planejamento

Composição das APs – Áreas de Planejamento

AP	RA – Região Administrativa		Bairros
	No.	NOME	
1	I	Portuária	Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Caju
	II	Centro	Centro
	III	Rio Comprido	Catumbi, Rio Comprido, Cidade Nova, Estácio
	VII	São Cristóvão	São Cristóvão, Mangueira, Benfica, Vasco da Gama
	XXI	Ilha de Paquetá	Paquetá
	XXIII	Santa Teresa	Santa Teresa
2	IV	Botafogo	Flamengo, Glória, Laranjeiras, Catete, Cosme Velho, Botafogo, Humaitá, Urca
	V	Copacabana	Leme, Copacabana
	VI	Lagoa	Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea, Vidigal, São Conrado
	VIII	Tijuca	Praça da Bandeira, Tijuca, Alto da Boa Vista
	IX	Vila Isabel	Maracanã, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú
	XXVII	Rocinha	Rocinha
3	X	Ramos	Bonsucesso, Olaria, Manguinhos, Ramos
	XI	Penha	Penha, Penha Circular, Brás de Pina
	XII	Inhaúma	Higienópolis, Maria da Graça, Del Castilho, Inhaúma, Engenho da Rainha, Tomás Coelho
	XIII	Meier	São Francisco Xavier, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Meier, Pilares, Engenho Novo, Lins de Vasconcelos, Todos os Santos, Cachambi, Engenho de Dentro, Água Santa, Encantado, Piedade, Abolição, Jacare
	XIV	Irajá	Vila Kosmos, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vista Alegre, Irajá, Colégio
	XV	Madureira	Campinho, Quintino Bocaiuva, Cavalcanti, Cascadura, Engenheiro Leal, Madureira, Vaz Lobo, Turiaçu, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes
	XX	Ilha do Governador	Ribeira, Zumbi, Cacuia, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Cocotá, Bancários, Freguesia, Jardim Guanabara, Jardim Carioca, Tauá, Moneró, Portuguesa, Galeão, Cidade Universitária
	XXII	Anchieta	Guadalupe, Anchieta, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque
	XXV	Pavuna	Coelho Neto, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Parque Colúmbia, Pavuna
	XXVIII	Jacarezinho	Jacarezinho
	XXIX	Complexo de Alemão	Complexo do Morro do Alemão
	XXX	Maré	Complexo da Maré
XXXI	Vigário Geral	Vigário Geral, Cordovil, Parada de Lucas, Jardim América	
4	XVI	Jacarepaguá	Taquara, Tanque, Vila Valqueire, Praça Seca, Pechincha, Freguesia, Jacarepaguá, Curicica, Gardênia Azul, Anil
	XXIV	Barra da Tijuca	Itanhangá, Barra da Tijuca, Joá, Camorim, Grumari, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande, Vargem Pequena
	XXXIV	Cidade de Deus	Cidade de Deus
5	XVII	Bangu	Bangu, Gericinó, Padre Miguel, Senador Camará,
	XVIII	Campo Grande	Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos
	XIX	Santa Cruz	Santa Cruz, Sepetiba, Paciência
	XXVI	Guaratiba	Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Guaratiba
	XXXIII	Realengo	Campo dos Afonsos, Deodoro, Vila Militar, Jardim Sulacap, Realengo, Magalhães Bastos

ANEXO C - Área de planejamento 3

	XII – Inhaúma	Higienópolis, Maria da Graça, Del Castilho, Inhaúma, Engenho da Rainha, Tomás Coelho
	XIII – Méier	São Francisco Xavier, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, Lins de Vasconcelos, Méier, Todos os Santos, Cachambi, Engenho de Dentro, Água Santa, Encantado, Piedade, Abolição, Pilares, Jacaré
3.1	XXVIII – Jacarezinho	Jacarezinho
	X – Ramos	Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria.
3.2	XI – Penha	Penha, Penha Circular, Brás de Pina
	XX – Ilha do Governador	Ribeira, Zumbi, Cacuia, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Cocotá, Bancários, Freguesia, Jardim Guanabara, Jardim Carioca, Tauá, Moneró, Portuguesa, Galeão, Cidade Universitária
	XXXI – Vigário Geral	Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral, Jardim América
	XXIX – Complexo do Alemão	Complexo do Alemão
	XXX – Maré	Complexo da Maré
	XXII – Anchieta	Guadalupe, Anchieta, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque
	XXV – Pavuna	Coelho Neto, Acari, Barros Filho, Costa Barros, Pavuna, Parque Colúmbia
	XV – Madureira	Campinho, Quintino Bocaiúva, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Cascadura, Madureira, Vaz Lobo, Turiaçu, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes
3.3	XIV – Irajá	Vila Kosmos, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vista Alegre, Irajá, Colégio

Fonte: http://www0.rio.rj.gov.br/smtr/smtu/smtu_areas.htm

ANEXO D – Áreas de planejamento, regiões administrativas e bairros – AP3**Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros – AP3****X Ramos**

1. Manguinhos
2. Bonsucesso
3. Ramos
4. Olaria

XI Penha

5. Penha
6. Penha Circular
7. Brás de Pina

XXXI Vigário Geral

8. Cordovil
9. Parada de Lucas
10. Vigário Geral
11. Jardim América

XII Inhaúma

12. Higienópolis
13. Maria da Graça
14. Del Castilho
15. Inhaúma
16. Engenho da Rainha
17. Tomás Coelho

XIII Méier

18. Jacaré
19. São Francisco Xavier
20. Rocha
21. Riachuelo
22. Sampaio
23. Engenho Novo
24. Lins de Vasconcelos
25. Méier
26. Todos os Santos
27. Cachambi
28. Engenho de Dentro
29. Água Santa
30. Encantado
31. Piedade
32. Abolição
33. Pilares

XIV Irajá

34. Vila Cosmos
35. Vicente de Carvalho
36. Vila da Penha
37. Vista Alegre
38. Irajá
39. Colégio

XV Madureira

40. Campinho
41. Quintino Bocaiúva
42. Cavalcanti
43. Engenheiro Leal
44. Cascadura
45. Madureira
46. Vaz Lobo
47. Turiaçu
48. Rocha Miranda
49. Honório Gurgel
50. Oswaldo Cruz
51. Bento Ribeiro
52. Marechal Hermes

XX Ilha do Governador

53. Ribeira
54. Zumbi
55. Cacuaia
56. Pitangueiras
57. Praia da Bandeira
58. Cocotá
59. Bancários
60. Freguesia
61. Jardim Guanabara
62. Jardim Carioca
63. Tauá
64. Moneró
65. Portuguesa
66. Galeão
67. Cidade Universitária

XXII Anchieta

68. Guadalupe
69. Anchieta
70. Parque Anchieta
71. Ricardo de Albuquerque

XXV Pavuna

72. Coelho Neto
73. Acari
74. Barros Filho
75. Costa Barros
76. Pavuna

77. Parque Colúmbia

78. XXVIII Jacarezinho

79. XXIX Complexo do Alemão

80. XXX Maré

Fonte: Armazém de dados, IPP/PCRJ

ANEXO E - MAPAS ÁREA DE PLANEJAMENTO 3

Áreas de Planejamento



Áreas de Planejamento



Áreas de Planejamento



ANEXO F - Escolas de Samba Mirins

Fotografia 1 – Infantes do Lins - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Fotografia 2 - Infantes do Lins - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Fotografia 3 – Mestre Sala & Porta-bandeira, Inocentes da Caprichosos - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Fotografia 4 – Ala dos Acadêmicos, Herdeiros da Vila, Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Fotografia 5 – Bateria, Rainha e Princesa da Bateria, Herdeiros da Vila, Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Fotografia 6 – Intérpretes, Herdeiros da Vila, Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Fotografia 7 – Ala Coreografada, Aprendizes do Salgueiro - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Fotografia 8 – Intérpretes, Corações Unidos do CIEP - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Fotografia 9 - Público



Fotografia 10 – Ala dos Arengueiros, Mangueira do Amanhã - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Foto 11 – Bateria, Mangueira do Amanhã - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Foto 12 – Ala dos Skatistas, Mel do Futuro - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008



Foto 13 – Ala em homenagem a São Francisco, Estrelinhas da Mocidade - Desfile das Escolas de Samba Mirins, 2008